UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

IGOR FONSÊCA DE OLIVEIRA

"POR NÃO QUERER SERVIR AO SEU SENHOR":

Os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX)

RECIFE
2015

IGOR FONSÊCA DE OLIVEIRA

“POR NÃO QUERER SERVIR AO SEU SENHOR”:
Os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX)

Tese apresentada por **Igor Fonsêca de Oliveira** ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (doutorado em História), integrado à linha: Norte-Nordeste Mundo Atlântico, sob orientação da Profa. Dra. Tanya Maria Pires Brandão.

Área de Concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.

RECIFE
2015

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

O48p Oliveira, Igor Fonsêca de.
"Por não querer servir ao seu senhor" : os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX) / Igor Fonsêca de Oliveira. – Recife: O autor, 2015.
261 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
Inclui referências.

1. História. 2. Quilombo - Sergipe (Estado). 3. Escravos fugitivos - Sergipe - História - Séc. XIX. 4. Escravidão - Sergipe - História - Séc. XIX. 5. . I. Brandão, Tanya Maria Pires (Orientadora). II. Titulo.

981.41 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-68)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VIRTUS IMPAVIDA

Igor Fonsêca de Oliveira

"POR NÃO QUERER SERVIR AO SEU SENHOR":

Os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX)

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor** em **História**.

Aprovada em: **17/12/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Tanya Maria Pires Brandão
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes
Membro Titular Externo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Petrônio José Domingues
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Sergipe)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

Aos meus pais: Fábio e Maria da Penha.

AGRADECIMENTO

Aquele que se ocupou, em algum momento da sua vida, em escrever um agradecimento, certamente, notou que a sua redação logo se mostraria ser muito mais complicada do que parecia ser antes de iniciá-la. E, digo isso, não apenas devido ao risco de esquecer algum nome importante ou diante da preocupação em apontar as contribuições corretas para as pessoas certas, mas também porque, quando nos ocupamos desse exercício, por mais que escrevamos, as palavras parecem ser sempre singelas, incapazes de exprimir o quanto determinadas pessoas se mostraram importantes.

É, com este sentimento nada cômodo, que passo a agradecer algumas pessoas que contribuíram para que eu pudesse realizar este estudo.

Não se desenvolve uma tese sem orientações. E, neste quesito, eu posso dizer que contei não apenas com o amplo conhecimento e com a experiência acadêmica de duas pessoas maravilhosas, mas também amáveis e atenciosas. Muito obrigado professor Marc Hoffnagel e professora Tanya Pires Brandão. Levarei o que aprendi com os senhores sempre comigo.

No Programa de Pós-Graduação em História da UFPE eu encontrei pessoas extremamente dedicadas à História, e igualmente admiráveis. Quero deixar aqui o meu "Muito obrigado!", em especial, aos docentes Marcus Carvalho, José Bento, George Felix, Marília de Azambuja, Suzana Cavani e Severino Vicente. Observei-os, atento e admirado, nos mais diversos exercícios que a docência exige. Obrigado por me mostrarem que se pode sim vivenciar as obrigações da Academia com humanidade.

Também quero agradecer aos professores Flávio Gomes, da UFRJ, Petrônio Domingues, da UFS, Sharyse Piroupo do Amaral, da UEFS, e Rômulo Nascimento, da UFPE, pela disponibilidade e por aceitarem compor a banca de defesa.

No PPGH-UFPE, quero agradecer ainda a Sandra e a Patrícia, pessoas amáveis e que sempre estavam dispostas a me auxiliar nos momentos em que precisei resolver alguma questão mais burocrática. Quanto aos meus colegas de curso, quero deixar aqui os meus sinceros agradecimentos, primeiramente, pelo companheirismo, e, depois, pela maneira atenciosa e responsável com que discutiram os primeiros escritos desse estudo. Quero agradecer, especialmente, as minhas duas companheiras, Janaína Bezerra e Juliana Sampaio, da Turma 2011 do Doutorado – Linha "Mundo-Atlântico". Obrigado meninas, pelos conselhos e por cada palavra de carinho e incentivo.

E a História continua me permitindo não apenas estar perto de pessoas excepcionais, mas ainda conhecer muitas outras. Quero agradecer a Mariana Emanuelle, Santiago Andrade,

Rafael Santa Rosa, Cláudia Nunes e a Francisco Barbosa. Foram estes que acompanharam, ao menos de modo mais rotineiro, os momentos mais derradeiros deste estudo. Obrigado pela torcida!

No Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, pude conhecer as pessoas mais sensíveis e atenciosas que um pesquisador, às vezes um pouco desnorteado, pode encontrar. No período em que a pesquisa se concentrou nessa instituição, pude inclusive contar com o apoio da diretora Eugênia Andrade, a qual colocou a minha disposição o seu amplo conhecimento sobre a documentação ali preservada. Já no Arquivo Público do Estado de Sergipe, quero agradecer a Dona Lurdes e seu Ademir, antigos funcionários.

A CAPES, pela concessão da bolsa do doutorado.

Finalmente, quero registrar os meus agradecimentos para aquelas pessoas que, apesar de não estarem inseridas no "Mundo Acadêmico", se mostraram igualmente importantes para a realização desse estudo.

Meus pais, Fábio e Penha, e minha irmã, Suenny, por continuarem me apoiando, de modo incondicional, em cada escolha que realizo em minha vida. Lembro-me que, ainda no calor da comemoração da defesa do mestrado, meu pai se aproximou e disse: "e o doutorado, já sabe onde irá fazer?". Ele, certamente, foi o primeiro a acreditar que isto era possível. Obrigado Família, vocês são meus alicerces.

A Samara, que, mais uma vez, esteve ao meu lado, me incentivando e compreendendo os meus compromissos e as minhas ausências. Obrigado, meu amor, por me apoiar e acreditar nos meus sonhos. É, em seu nome, que agradeço aos Freitas.

A Tia Flora eu sou e sempre serei grato. Me recebeu em Recife como uma mãe recebe um filho. É através da senhora que agradeço o carinho e o incentivo que recebi dos meus Fonsecas e dos meus Oliveiras.

E, enfim, quero agradecer a todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as experiências sociais vivenciadas pelos escravos fugidos que residiam, em comunidades quilombolas, nas matas do Vale do Cotinguiba, no século XIX. Tais experiências são aqui abordadas de modo a compreender mais especialmente os meios de sobrevivência desses negros a partir da fuga do cativeiro, assim como as estratégias que os membros daquelas comunidades empreendiam para se esquivarem das atividades militares impetradas pela Secretaria de Polícia. O Vale do Cotinguiba, situado a nordeste de Sergipe Del Rey, se destacava por ser a principal zona agroeconômica da província; motivo pelo qual passou a concentrar, ainda em meados do século XVIII, o maior número de engenhos e, concomitantemente, a maior parcela da escravaria sergipana. Era a partir do contato com os escravos residentes nas senzalas desses engenhos que os quilombolas conseguiam, dentre outras coisas, angariar produtos alimentícios, comercializar outros, e se encontrar cientes das diligências que estavam em curso. Esses avisos permitiam que eles abandonassem, previamente, os seus coitos e alcançassem ambientes que aparentavam ser, ao menos momentaneamente, mais seguros. Entre os pontos que eram alcançados pouco antes das empresas militares estavam outros mocambos, os quais se encontravam instalados, em não raras ocasiões, nas matas imediatas as que estavam sendo alvo, naquele momento, de inspeções. Essa constante mobilidade por parte dos escravos fugidos permitiu adotar aqui o conceito de "Quilombos Volantes", destacando assim como a movimentação por outros mocambos e por outras comunidades parecia ser uma importante estratégia na manutenção das suas liberdades. Foi adotado aqui ainda, porém como metodologia, o método de ligação nominativa. Este pode ser aplicado sob uma documentação composta sobretudo por ofícios produzidos por indivíduos envolvidos no combate aos quilombos do Vale do Cotinguiba. Tal opção metodológica permitiu-me não apenas acompanhar e analisar a trajetória de muitos escravos fugidos, inclusive por mais de uma comunidade quilombola, como ainda o momento em que se deu a apreensão de parte deles e os destinos que seus senhores ansiavam dar aos mesmos após reaverem os seus domínios. É um pouco das vivências desses indivíduos que se pretendeu aqui estudar. Trata-se, quase sempre, de negros que viram suas experiências de liberdade serem interrompidas por meio da violência, mas que nem por isso deixaram de contrapor, de algum modo, a condição escrava a que estavam submetidos. Inclusive, um deles, pouco antes de ser reconduzido ao cativeiro, indicou que deixara a casa do senhor "por não querer servir ao seu senhor".

Palavras-Chave: Trajetórias. Escravos Fugidos. Quilombos Volantes. Vale do Cotinguiba. Século XIX.

ABSTRACT

This study aims to analyze the social experiences of runaway slaves who lived in quilombola communities in the woods of Cotinguiba Valley, in the state of Sergipe, Brazil, in the nineteenth century. Such experiences are addressed herein so as to understand, among other things, the means of survival of these black people after escaping from slavery, and the strategies they employed to elude the activities of the police department. Located in the northeast of Sergipe Del Rey, Cotinguiba Valley stood out as the main agricultural economic area of the province in the mid-eighteenth century, which is the reason why the greatest number of mills began to be gathered there, as well as the majority of slaves from Sergipe. Contact with slaves in the slave quarters of these mills allowed the quilombolas (fugitive slaves) to collect food, market products, and relate to one another, thus learning about the ongoing endeavors. Therefore, this contact helped the quilombolas so that, when they felt threatened, they could interrupt intercourse in time and reach seemingly safer places. Other sites that were reached just before military interventions included some shelters, which were sometimes located in forests close to those that were being currently inspected. Given this constant movement of the runaway slaves, the concept of *Quilombos Volantes* (Wandering Quilombos) was adopted in this study, hence highlighting how the movement of quilombola communities seemed to be an important strategy for maintaining freedom. Thus, the nominative method was also applied through review of documentation consisting especially of letters written by individuals actively involved in the fight against the mills of Cotinguiba Valley. Not only did this methodological choice allow for monitoring and analysis of the trajectory of many fugitive slaves in more than one quilombola community, but it also helped determine when some of them were arrested, as well as the fate that awaited these slaves upon retrieval by their enraged masters. This study aimed to review some experiences of these individuals, who consisted mostly of black slaves whose experiences of freedom had been disrupted by violence, but who did not cease to oppose to the slave condition they were subjected to. Furthermore, just before being brought back into captivity, one of them stated that he had left the slave quarters where he lived for "not wanting to serve his master."

Key words: Trajectories. Quilombolas. Wandering Quilombos. Cotinguiba Valley. XIX Century

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População, escrava e livre, de Sergipe Del Rey – 1802, 1819, 1834 e 1852 36

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1. Ofício com a indicação do teor do seu conteúdo: *Quilombos* 88

Imagem 2. Negra carregando mandicoca 104

Imagem 3. Casa Grande do engenho Pati, de Rosário 107

Imagem 4. Engenho Santa Bárbara, de onde fugiu a negra Thomazia 108

Imagem 5. Senzalas do engenho Oitocentas, de onde, provavelmente, fugiu o negro Barnabé 108

Imagem 6. Escravos residentes nos quilombos dispostos nas matas dos engenhos São José, Jurema, Bom Jardim e Capim-Assú 150

Imagem 7. Escravos com colares, calcetas e correntes de ferro 198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Indicação dos nomes, da nação, dos proprietários e/ou dos engenhos e dos termos onde residiam os quilombolas acoitados em um dos ranchos localizados nas matas do engenho São José, Rosário do Catete, em Rosário do Catete – 1872 102

Quadro 2. Diligências empreendidas pela Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey no ano de 1872 111

Quadro 3. Locais indicados como esconderijos do quilombola João Mulungu entre os anos de 1871-1875 175

Quadro 4. Relação nominal dos quilombolas citados pelo escravo João Mulungu nos autos de perguntas realizados em 21 e 23 de janeiro de 1876 193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de engenhos do Vale do Cotinguiba, por município e em absoluto, e de Sergipe Del Rey, em absoluto – 1807, 1824, 1838, 1856 e 1875 31

Tabela 2. Número médio de escravos no Vale do Cotinguiba, por tipo de propriedades, entre as décadas de 1870-1888 34

Tabela 3. Número de escravos residentes no Vale do Cotinguiba, por municípios, e em Sergipe Del Rey, em absoluto – 1872 39

Tabela 4. Número de escravos crioulos e africanos residentes no Vale do Cotinguiba, por município, e em Sergipe, em absoluto – 1872 41

Tabela 5. Número de escravos africanos casados residentes no Vale do Cotinguiba, por municípios, e de casamentos endogâmicos ali realizados entre as décadas de 1870-1888 42

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Cidades e vilas do Vale do Cotinguiba, Século XIX 30

Mapa 2. Indicação dos pontos inspecionados pela diligência empreendida contra os quilombos do Vale do Cotinguiba em 14 de setembro de 1871 106

Mapa 3. Indicação de parte dos locais inspecionados pela diligência que logrou a captura de João Mulungu 190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGJES – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

AMDP – Arquivo Municipal de Divina Pastora.

AN – Arquivo Nacional

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe.

BED – Biblioteca Epifânio Dória.

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

SP¹ – Ofícios Recebidos da Segurança Pública.

SP[9] – Auto de Perguntas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 16

CAPÍTULO 1. O VALE DOS FUGIDOS (COTINGUIBA, SÉC. XIX) 29

1.1. O negro Cotinguiba 35

1.2. A crioulização e "a revolta dos ladinos" 43

CAPÍTULO 2. "POR NÃO QUERER SERVIR AO SEU SENHOR". PADRÕES DE FUGA E PERFIL DOS FUGIDOS 48

2.1. "Qual seu nome, idade... você é crioulo ou africano... onde mora... modo de vida...?" .. 53

2.2. "Quando fugiu e por que razão...?" 61

2.3. "Já possuía algum destino ou o tomou depois...?" 68

CAPÍTULO 3. "TRADIÇÃO REBELDE": QUILOMBOS DE SERGIPE DEL REY (SÉC. XVII-XIX) 72

3.1. Quilombos da capitania de Sergipe Del Rey 72

3.2. Sublevações e quilombos de Sergipe, século XIX 74

3.3. Quilombos e quilombolas do São José 92

CAPÍTULO 4. ESTRATÉGIAS... QUEM FOGE *VS* QUEM CAPTURA 120

4.1. Capitão do mato/capitão do campo 120

4.2. As diligências 124

4.3. Espias 140

4.4. Comunidades de senzalas e quilombos volantes 146

CAPÍTULO 5. JOÃO MULUNGU 158

5.1. O João Mulungu na História 159

5.2. No encalço de Mulungu 160

CAPÍTULO 6. OUTRAS TRAJETÓRIAS QUILOMBOLAS... A DÉCADA DE 1880 201

6.1. Outros ladinos 201

"OS NEGROS DOS MATOS" – CONSIDERAÇÕES FINAIS 228

RELAÇÃO DE FONTES, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS CONSULTADOS 233

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 252

INTRODUÇÃO

"As coisas iam de mal a pior e estava muito ansioso para trocar de senhor, então tentei fugir, mas logo fui apanhado, atado e restituído a ele".

Mahommah Baquaqua, autor dessa frase, foi um escravo que chegou ao Brasil por volta do ano de 1845. Nascido em Djougou, na África Ocidental, Baquaqua desembarcou em Pernambuco, sendo vendido imediatamente a um negociante local, o qual, por sua vez, o vendeu a um padeiro que residia no interior, porém não muito distante do Recife. Foi sob o domínio desse senhor que ele conheceu, ainda mais de perto, os suplícios da escravidão. Fugiu. Todavia, conforme se pode atestar na frase acima, pouco depois acabou sendo capturado e reconduzido ao domínio do seu senhor. Muito embora o desejo de gozar uma liberdade plena nunca o abandonasse, Baquaqua estava cada vez mais convencido que a morte podia ser mais digna que continuar a viver como escravo. Lançou-se assim ao rio, atentando contra sua própria vida, mas acabou sendo salvo por algumas pessoas embarcadas que o avistaram. Foi então levado, mais uma vez, de volta até a casa do seu senhor, o qual o castigou severamente antes de vendê-lo para um negociante da cidade, que, logo depois, o despachou para ser vendido na capital do Império. No Rio de Janeiro, Baquaqua passou a ser de domínio de um capitão de navio e, em seguida, ingressou com o mesmo em uma embarcação que zarparia com destino a Nova Iorque, de onde, não sem sofrer ainda muitos suplícios, ele tornou a fugir, sabendo apenas pronunciar uma única palavra em inglês: "L-i-v-r-e".[1]

Esses são apenas alguns dos relatos da odisseia vivenciada por Mahommah Baquaqua no Brasil, o qual passaria ainda por Boston – Massachussets – até, enfim, se refugiar no Haiti. Todas essas vivências, suplícios, consternações, dentre outras, constam em uma obra autobiográfica publicada em Detroit, no ano de 1854. Seus relatos permitem-nos compreender, dentre muitas outras coisas, como o desejo de liberdade dos escravos, por meio da fuga, podia estar substancialmente associado aos maus-tratos e os castigos ditos

[1] Esse trecho sobre as experiências vivenciadas por Mahommah Baquaqua foi publicado em uma edição especial da Revista Brasileira de História. Neste sentido, ver: Biografia de Mahommah G. Baquaqua. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, mar-ago/1988, p. 269-284.

imoderados sofridos ao longo do cativeiro, assim como aos pesados encargos dos seus ofícios.[2]

Muitos escravos do Brasil, assim como Baquaqua, viram na fuga o modo mais rápido de melhorar suas condições de vida. Saíam em busca de novos senhores, atrás de reconstruir laços rompidos pelo cativeiro, caçando novos meios de vida ou, simplesmente, para cada vez mais longe dos seus senhores. Nessa empreitada, se aliavam a antigos companheiros, ensejavam novas amizades e conviviam com indivíduos de condições sociais diversas. Tomavam as matas e as ruas das cidades, fazendo destas suas cúmplices, suas aliadas. Por vezes caçavam, roubavam e, até mesmo, matavam. Tinham seus momentos de dores e de alegrias, de vitórias e de derrotas.

O presente estudo tem como objetivo analisar e, dentro do possível, acompanhar as trajetórias de escravos fugidos que adotaram as matas do Vale do Cotinguiba, região nordeste de Sergipe Del Rey, como suas cúmplices no momento de gozarem suas liberdades, sobretudo na segunda metade do século XIX. Essa região, muito embora se constituísse a principal área agroeconômica da província – ou por isso mesmo – abrigou dezenas de comunidades quilombolas. Tratava-se de núcleos pequenos, composto de dois ou até quatro ranchos, onde residiam poucas dezenas de escravos. Todavia, assim como em muitas outras partes da América onde os *palenques*, os *cumbes* e os *cimarrones* ergueram seus pousos, os quilombolas ensejaram ali relações múltiplas com indivíduos que residiam em seus entornos, acabando assim aviltando, ainda mais, o desejo das autoridades e dos senhores locais em capturá-los e restituí-los de volta ao cativeiro.

Há tempos que a resistência impetrada pelos escravos através dos quilombos vem sendo alvo de pesquisas. Obviamente, uma vez que não poderia ser diferente, aquele que mais mereceu atenção dos estudiosos foi Palmares, o qual se configurou não só como a maior comunidade de escravos fugidos do Brasil como também aquela que sobreviveu a um maior espaço de tempo; pouco mais de um século.

Segundo classificação proposta por João José Reis, a qual foi readaptada por Flávio Gomes, a primeira corrente interpretativa a empreender estudos sistemáticos sobre os quilombos no Brasil data de meados da década de 1930, reunindo autores como Nina

[2] Paul Lovejoy, dentro de outra perspectiva, se valeu dos relatos de Mahommah Baquaqua para analisar questões inerentes a identidade e etnicidade ao longo da rota escravista, sobretudo da África para a América. Neste sentido, ver: LOVEJOY, Paul E. Identidade e a miragem da etnicidade. A jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002, p. 9-39.

Rodrigues, Edison Carneiro e Roger Bastide.[3] Em suas abordagens, grosso-modo, as comunidades de escravos fugidos são analisadas dentro de uma perspectiva contra-aculturativa, onde os negros ali reunidos intentavam restaurar sobretudo o modelo de vida que, outrora, vivenciavam na África. Ou seja, como suas análises estavam centradas em Palmares, a visão era de que esses quilombos, marginais, à parte da sociedade escravista, constituíam genuínos Estados africanos na América portuguesa.

Após essa análise de cunho mais "culturalista", surgiu a "materialista", composta por estudiosos que analisaram a relação senhor/escravo sob a perspectiva da luta de classes. Esses estudos surgiram na década de 1960, em contraponto à visão branda, harmônica e paternalista do escravismo no Brasil, a qual tinha ganhado força com os trabalhos desenvolvidos por Gilberto Freyre.

Clóvis Moura aparece como o principal representante dessa corrente e seu livro *Rebeliões da Senzala*, publicado no ano de 1959, uma obra central. O material empírico aí contido, levantado durante dez anos de pesquisa, permitiu que Moura avançasse suas análises para além de Palmares, abordando também comunidades de escravos fugidos de Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Sergipe.[4]

Segundo Moura, essas comunidades eram resultantes de um processo onde os quilombolas – identificados como rebeldes e heróis – criavam barreiras defensivas e desgastavam socialmente e economicamente o sistema escravista. Algumas chegaram inclusive a forjar e empreender táticas e ações de guerrilhas como é o caso, na segunda metade do século XIX, dos quilombos de Sergipe, cujos escravos estavam munidos de artimanhas (guerrilheiras) inteligentes e, por isso, eram capazes de desgastar "enormemente o aparelho repressor montado pelas autoridades", razão pela qual as fontes atestariam sua sobrevivência até o limiar do regime.[5]

Não obstante Flávio Gomes sinalizar que as interpretações propostas por esse autor não foram levadas adiante pelos estudos que se seguiram, a não ser pelo próprio Clóvis Moura, suas análises seriam preponderantes para o surgimento do primeiro estudo mais sistemático acerca da resistência escrava e negra em Sergipe, e de muitos outros setoriais que

[3] Para um panorama historiográfico acerca dos quilombos históricos no Brasil ver, dentre outras obras do autor: GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas no Brasil**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. revisada e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 7-24.
[4] MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzalas**: quilombos, insurreições e guerrilhas. 3° edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
[5] Ibidem, p. 125.

se seguiriam como os produzidos por Lourival Santos, Maria Nely dos Santos e Amâncio Cardoso.[6]

Em *O Negro e a Violência do Branco*, livro publicado no ano de 1977 e prefaciado por Clóvis Moura, Ariosvaldo Figueiredo prometeu estabelecer a verdade e traçar "um painel convincente das relações escravistas em Sergipe", tendo como reflexo permanente a violência.[7] Para tanto, Ariosvaldo Figueiredo muniu-se de um significativo número de fontes primárias produzidas sobretudo pelo executivo e pela imprensa de Sergipe, de forma a provar, segundo ele, não apenas que as relações senhor/escravo foram permeadas de conflitos como também enfatizar a luta negra em Sergipe.

Dentre as práticas de resistência escravas abordadas ao longo do texto, os quilombos foi uma delas, vejamos:

> Os negros formavam quilombos ou vagavam à toa, famintos, desesperados pelas matas que cobriam a maior parte do território sergipano. Uns não resistem aos sofrimentos, regressam procurando padrinhos ou pessoas que os compre. Outros seguem em frente conduzidos pelo sofrimento transformado em ódio. Perseguidos, aterrorizados, cabia-lhes, nessa sobrevivência agoniada, a autoria de violência [...].[8]

Nota-se que em nenhum momento foi imbuído aos escravos qualquer sentimento a não ser aqueles encontrados em um indivíduo em processo agudo de alienação: desespero, sofrimento, ódio, terror e agonia. Este quadro psicológico, ou psicótico, do qual o escravo fugido estava sujeito condizia ao processo de coisificação, o qual já havia sido delineado por Clóvis Moura e era decorrente, segundo ele, dos maus tratos que lhes eram impetrados pelos seus senhores ainda no cativeiro.

Tratava-se de um processo onde o escravo passivo estava munindo-se de elementos que o permitiria a alcançar o estágio de escravo rebelde ou o quilombola, indivíduos evolutivamente mais sagazes. Estes eram os únicos capazes, embora inconscientemente, de dinamizar o processo sob os quais estavam sujeitos e de, através dos seus atos, acompanharem o processo independente e consciente de reação ao escravismo liderado por clubes e personagens abolicionistas.

---

[6] SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (doravante *Revista do IHGS*), n° 31, 1992, p. 31-43; SANTOS, Maria Nely dos. **A sociedade libertadora "Cabana do Pai Thomaz**", Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997; CARDOSO, Amâncio. Escravidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX. *Revista do IHGS*, n° 34, 2005, p. 55-73.

[7] FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco**: o negro em Sergipe. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977, p. 15.

[8] Ibidem, p. 84.

Interpretações equivalentes foram desenvolvidas em *Resistência e Religiosidade do Negro Sergipano*, onde Severo D'acelino concluiu que os quilombos eram focos de "protesto contra a escravidão onde o negro, espoliado em seus direitos, sem regalias, sob a atrocidade do cativeiro, produzia-os para buscar sua liberdade pela força, estabelecendo daí a Revolução Negra em Sergipe, ampliada pelas sublevações, inconfidências e outras formas de luta".[9]

Por meio desses estudos, o escravo passivo e benevolente de outrora cedia espaço ao escravo rebelde e insubordinado: o quilombola. "Pai João" saía de cena para brilhar a estrela de Zumbi, o "herói" negro da "novela" Palmares. Em Sergipe, brilharia João Mulungu, apontado por Severo D'acelino como o símbolo da resistência negra local. Assim como Zumbi, Mulungu aparecia como um jovem enérgico, tenaz e que seria vencido apenas à custa de uma traição, optando, a partir de então, por ser enforcado em praça pública a sofrer novamente os suplícios do cativeiro.[10]

Os estudos materialistas, dentre eles, há de se destacar também o de autoria de Décio Freitas,[11] acabaram caindo novamente na "cilada" da marginalização ao insistirem no pressuposto de que os quilombos eram estruturas alternativas, criadas por indivíduos socialmente coisificados e que buscavam, ali reunidos, apenas reagirem aos maus tratos que lhes eram impetrados nas senzalas. Segundo Carlos Guimarães, esses estudos, sobretudo os desenvolvidos ao longo das décadas de 1960 e 1970, foram substanciais para a delimitação e vitalidade da tese que versava sobre a "incapacidade política do escravo"; denominação esta dada pelo dito autor e que, apesar de ele ter contribuído para a sua difusão em alguns estudos, passou a ser alvo de suas críticas anos depois.[12]

Mais recentemente, no ano de 2001, uma coletânea de artigos, produzidos por autores distintos e sob a organização de Clóvis Moura, reviveu alguns desses conceitos teóricos, prometendo dar uma "visão do que foi a rebeldia quilombola; expressando-a como luta de classes durante os quatro séculos do trabalho escravo" no Brasil.[13] Todavia, no momento da sua publicação, se havia uma forte consciência na Academia de que os comportamentos e as

---

[9] Não é só na parte conceitual e nas abordagens que existem semelhanças entre estes autores. Ambos, tanto Clóvis Moura como Severo D'acelino, estavam filiados e plenamente engajados no Movimento Negro da década de 1980. Outra semelhança é que os dois autores tiveram suas produções bibliográficas produzidas fora da Academia; Ver: D'ACELINO, Severo. Resistência e religiosidade do negro sergipano. *Casa de Cultura Afro-Sergipana*, 1994, p. 3.

[10] Sobre o caráter marcadamente militante dos trabalhos produzidos acerca de Palmares e, concomitantemente, Zumbi, ver: LARA, Silvia Hunold. Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII. In: GOMES, Flávio (org**.). Mocambos de Palmares**. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. p. 101.

[11] FREITAS, Décio. **Palmares**: a guerra dos escravos. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

[12] Neste sentido, ver: GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e política (MG - Século XVIII). *Revista de História*, n° 132, 1995, p. 69-81.

[13] MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001, p. 8.

realidades sociais não estavam sujeitas e confinadas a modelos preestabelecidos, razão pela qual grande parte dos estudos do Brasil já haver também ultrapassado nesta época o conceito dicotômico e bipolar de submissão e rebeldia escrava.

Essa realidade se deveu a influência de estudos como o do inglês E. P. Thompson e do norte-americano Eugene Genovese vinham desempenhado na Historiografia do Brasil desde o início da década de 1980.[14] Os conceitos e as abordagens sócioculturais desenvolvidos por estes autores, dentre outros, foram fundamentais para a formação do que denominaríamos de "Nova História Social da Escravidão" que, ao rever o papel histórico desempenhado pelos escravos, destituindo-os do papel de figurantes e incapazes de interagirem substancialmente no processo histórico, desafiava os pesquisadores a reavaliar conceitos cristalizados e a se debruçarem sob as fontes primárias diante de novas perspectivas.[15]

Nesse contexto, as fontes onde estão registrados os crimes impetrados pelos escravos acabaram recebendo atenção privilegiada dos historiadores, por se constituírem em importantes instrumentos na "remontagem de determinados aspectos da vida social" e da organização dos mesmos sob o regime da escravidão, como bem ressaltou Maria Cristina Wissenbach.[16]

É diante desta perspectiva, e influenciados também pelos avanços teórico-metodológicos de pesquisas que tinham analisado comunidades quilombolas em outras regiões da América, sobretudo os desenvolvidos por Richard Price, que surgiu o terceiro e ainda predominante viés interpretativo acerca das comunidades de escravos fugidos do Brasil.

Neste sentido, há de se destacar a contribuição e os estudos de Flávio Gomes dos Santos a respeito de quilombos localizados no Rio de Janeiro, Grão-Pará, Minas Gerais, Maranhão e Bahia, como ainda sobre Palmares. Suas análises foram desenvolvidas ao longo de diversos artigos e suponho que se encontrem reunidas substancialmente em um livro de sua autoria: *Histórias de Quilombolas*, onde o autor pôde abordar de maneira mais sistemática os elementos teóricos e metodológicos que o faz ser considerado, hoje, por seus pares, como um dos grandes especialistas não apenas da problemática em torno das comunidades de escravos fugidos do Brasil, mas também das populações negras no pós-emancipação.[17]

---

[14] THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; GENOVESE, Eugene. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[15] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, vol. 8, n° 16, mar/ago 1988, p. 143-160.

[16] WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998, p. 26.

[17] GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas no Brasil**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. revisada e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

As inovações apresentadas por Flávio Gomes foram bastante significativas, desde as considerações teórico-metodológicas até a ênfase dada ao corpus documental; composto substancialmente por ofícios e correspondências de autoridades policiais. Foi driblando eficazmente os desafios no trato de uma ampla documentação que tratava, quase que de forma exclusiva, dos atos empregados pelo poder público na tentativa de destruir os quilombos, que Flávio Gomes fez ruir, "mergulhando no universo dos quilombolas", a visão até então predominante de que os quilombos eram agrupamentos isolados e marginais ao mundo da escravidão.

Ao adentrar nesse universo, Flávio Gomes reconstruiu diversos aspectos das vivências escravas em fuga, fossem as que ratificavam alianças com o intuito de sustentar a "liberdade" conquistada ou aquelas em que os fugitivos comercializavam com taberneiros e fazendeiros os produtos alimentícios produzidos nos quilombos ou simplesmente furtados de outras propriedades. Essas interações foram denominadas pelo autor como "campo negro – uma "complexa rede social permeada por aspectos multifacetados", capaz de constituir-se palco de enfrentamento e solidariedade entre "comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos que vivenciaram os *mundos da escravidão*".[18]

Diante da contribuição e da influência dos estudos desenvolvidos por Flávio Gomes, é comum encontrarmos a expressão "campo negro" em trabalhos produzidos por novos pesquisadores que buscam empreender estudos sobre as comunidades de escravos fugidos em outras regiões do Brasil. Entretanto, torna-se de suma importância que o investigador não apenas se aproprie desse conceito para ratificar que os sujeitos históricos, alvos da sua pesquisa, também estavam imersos nesta rede de complexidade, mas que ele busque, na medida do possível, empreender uma análise acerca das possibilidades, quiçá peculiares, que permitiram que essa se formasse, assim como também quais os interesses que estavam ali em jogo; eis um dos objetivos que buscar-se-á alcançar ainda neste estudo.

Em parte, o dito conceito de "campo negro" se assemelha ao conceito de "geografias insurgentes", de autoria de Yuko Miki, a qual, por sua vez, indicou que este correspondia a uma "prática política pela qual escravizados reimaginaram sua vida na condição de livres", porém dentro de um espaço que delegava aos mesmos o lugar permanente de escravos.[19]

---

[18] Ibidem, p. 45, grifos do autor.

[19] MIKI, Yuko. Fugir para a escravidão: as geografias insurgentes dos quilombolas brasileiros, 1880-1881. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça**: experiência e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014, p. 39.

No que concerne mais especialmente ainda ao estudo de Flávio Gomes, ele seria pioneiro não apenas por desenvolver um estudo onde os quilombos não eram analisados como estruturas marginais, mas também por perceber os sujeitos quilombolas como homens e mulheres capazes de interagirem e participarem ativamente da dinâmica e do processo histórico. Inseria-se, desse modo, a temática dos quilombos do Brasil dentro das perspectivas teóricas da Nova História Social da Escravidão.

Tais análises, assim como as desenvolvidas por outros estudiosos, seriam possíveis mediante a aplicação do método indiciário, ou seja, diante da compilação e apreciação de fontes as quais se encontravam, *a priori*, dispersas e onde elementos como estratégias e motivações, dentre muitos outros, aparecem apenas como indícios. Esta forma metodológica de tratar e analisar a documentação primária entrou em voga no Brasil pela chegada, disseminação e popularização de obras produzidas por micro historiadores italianos, destacando-se, entre eles, Carlo Ginzburg.[20]

Foi também dentro dessa perspectiva teórico-metodológica que Eurípides Funes desenvolveu sua tese de doutoramento – não publicada – sobre as histórias e memórias dos mocambos do baixo Amazonas. Ressalta no seu trabalho, além da minúcia e preciosidade com que ele descreve a geografia amazonense, a forte preocupação em cruzar as informações cedidas pelos seus entrevistados – netos e bisnetos de quilombolas – com os dados coletados em documentos primários, do tempo da escravidão.[21]

Utilizar-se da História Oral como instrumento metodológico que permitiria aprimorar a abordagem e, assim, ampliar o conhecimento acerca das comunidades de escravos fugidos do Brasil era algo extremamente inovador, mas que já havia se mostrado de grande valia em estudo, por exemplo, desenvolvido por Richard Price sobre os Saramakas; comunidade quilombola que chegou a ratificar um tratado de paz com autoridades coloniais do Suriname.[22]

Podendo confrontar as memórias dos seus entrevistados com as fontes primárias, Eurípides Funes pôde não só avançar na análise a respeito dos quilombos históricos na Amazônia, como também "corrigir" informações e avançar sobre dados esparsos que lhes eram cedidos pelos mesmos. Talvez, esse estudo de Eurípides Funes estivesse inaugurando

---

[20] Esta questão ganhou força sobretudo com a publicação, em português, da seguinte obra: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[21] FUNES, Eurípides Antônio. 'Nasci nas matas, nunca tive senhor'. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1995.

[22] PRICE, Richard. **Firts Time**. The historical vision of an afro-american people. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1983.

algo que, a partir de então, seria muito recorrente no Brasil; o uso da oralidade como método de investigação da história de comunidades negras rurais.

No ano de 1996, uma coletânea de artigos intitulada *Liberdade Por Um Fio: História dos Quilombos no Brasil* indicou outras possibilidades teórico-metodológicas com que pode ser desenvolvida a problemática das comunidades de escravos fugidos no Brasil.[23] Os estudos ai presentes, entre os quais destaco – além dos desenvolvidos pelos referidos Flávio Gomes, Richard Price e Eurípides Funes – os de Marcus Carvalho, Silvia Lara, Luiz Mott e João José Reis, contemplam as cincos regiões do Brasil, demonstrando não só como a resistência a partir dos quilombos encontrava-se disseminada no país, mas também as suas peculiaridades regionais, como, *verbi gratia*, o quilombo do Oitizeiro, na Bahia; onde, dentre outras coisas, acabou sendo abordado, de modo inédito, o coiteiro: indivíduo envolvido e/ou responsável pelo acoitamento de escravos fugidos.

Há de se destacar aí ainda o estudo de Pedro Paulo Funari, demonstrando o quanto as pesquisas de escavações arqueológicas em Palmares podem contribuir para um maior conhecimento acerca da história da cultura afro-americana, prometendo, inclusive, trazer à tona questões que se tornam impossíveis de serem abordadas a partir da documentação primária, mais convencional.

Mesmo se passando cerca de vinte anos desde a publicação dessa obra, a influência que os estudos desses autores, sobretudo os publicados posteriormente por Flávio Gomes, como, por exemplo, *A Hidra e os Pântanos*,[24] no ano de 2005, ainda são notáveis na historiografia dos quilombos no Brasil. Inclusive, como parte desses autores se preocuparam ainda em divulgar os resultados dos seus estudos em revistas de circulação internacional, isso vem contribuindo para que a temática dos quilombos brasileiros, para além Palmares, seja também conhecida.

Outros estudiosos como, por exemplo, Roquinaldo Ferreira, voltaram suas atenções para a África, demonstrando assim que a resistência à escravidão não era um problema endêmico da América. Tais pesquisas, por sua vez, influenciaram estudos como, por exemplo, os desenvolvidos por Aida Freudenthal e José Curto, sobre escravos fugidos e comunidades quilombolas em Angola.[25] E muito embora Elikia M'Bokolo tenha sinalizado que "as diversas

---

[23] REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[24] GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidade de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX). São Paulo: UNESP; Ed. Polis, 2005.

[25] Neste sentido, ver: FERREIRA, Roquinaldo. Escravidão e revolta de escravos em Angola. *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998/1999, p. 09-44; FREUDENTHAL, Aida. Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão.

formas de insurreição de escravos na própria África continuam a ser um dos pontos mais negligenciados e mais obscuros da história africana",[26] alguns estudiosos conseguiram indicar que as comunidades de escravos quilombolas desse continente estavam, mais especialmente, instaladas em regiões consideradas de pouca acessibilidade, porém, as vezes, não muito distantes da costa.[27]

Esses estudos mais recentes se mostraram ainda de suma importância para o desenvolvimento de *Um pé calçado, outro no chão*, obra de autoria de Sharyse Amaral.[28] Trata-se de um estudo que permitiu a essa autora inserir não apenas a temática da resistência escrava impetrada em Sergipe dentro da perspectiva da Nova História Social, mas também outros relativos ainda a escravidão que acabaram atraindo a atenção de muitos pesquisadores nos últimos anos como, por exemplo: as ações de liberdade e as experiências de libertos, inclusive no pós-abolição.

No que concerne, mais especialmente, aos quilombos, Sharyse Amaral indicou, ao analisar um amplo corpus documental, em parte, inédito, os pontos onde estavam instaladas dezenas de comunidades quilombolas do Vale do Cotinguiba, assim como o quanto os escravos que nelas residiam eram capazes de criar alianças com a população negra que residia nos arredores das matas daquela região.

Há muito, como vimos, os pesquisadores vêm se debruçando sobre a problemática dos quilombos do Vale do Cotinguiba, sobretudo os da segunda metade do século XIX. Trata-se, certamente, da região que mais mereceu atenção dos historiadores, especialmente daqueles que se interessam sobre escravidão, visto que ela, desde muito cedo, passou a concentrar o maior percentual de escravos de Sergipe. Todavia, apesar dessa predileção por parte dos estudiosos, o Vale do Cotinguiba ainda não mereceu um estudo que se atentasse, ao menos de modo particular e mais sistemático, sobre as experiências dos quilombolas que empestavam as suas matas.

Tomando como ponto de partida essa constatação, optei por desenvolver este estudo, porém não com o compromisso ou a intenção de ocupar esse espaço e sim com a pretensão de contribuir, ainda mais, com o que diversos estudiosos de Sergipe vem discutindo, desde, pelo menos, a década de 1970.

Estudos Afro-Asiáticos, n. 32, dezembro de 1997, p. 109-134; CURTO, José C. Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. *Afro-Ásia*, n. 33, 2005, p. 67-86.

[26] M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p. 478.

[27] Ibidem, p. 482.

[28] AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1888). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

Quando iniciei minhas primeiras investigações, ainda em meados de 2005, alguns questionamentos passaram ser norteadores e, por que não, motivadores dos estudos que, deste então, passei a produzir. No intuito de encontrar as respostas possíveis para os mesmos, reuni uma ampla documentação primária, a qual passou a ser composta substancialmente por documentos policiais. Trata-se sobretudo de correspondências de autoridades alocadas nos onze municípios que compunham o Vale do Contiguiba; uma das razões por que optei por centrar minhas observações nessa região, disposta a nordeste da província de Sergipe Del Rey.

Não obstante serem redigidos por pessoas distintas, muitos desses ofícios seguem, aparentemente, roteiros parecidos. Na verdade, poderia dividi-los em dois momentos: um onde as autoridades que os redigiram revelam os pousos e os males supostamente provocados pelos quilombolas, o que os motivariam a clamar pelo envio de arsenal sobretudo físico para empreender as diligências tidas como necessárias e urgentes; e o outro abordando os resultados das atividades empreendidas nos matos, as quais eram, quase sempre, improfícuas.

Tais documentos puderam ser cruzados com uma documentação menos ordinária como, por exemplo, os autos de perguntas, aos quais eram submetidos os escravos fugidos recém capturados ou os indivíduos que eram suspeitos de desenvolverem relações com os mesmos. Toda essa documentação, a qual se encontrava, *a priori*, dispersa, quando agrupada e alinhada de forma cronológica, me permitiu não só obter uma maior dinâmica acerca das relações entretidas pelas comunidades de escravos fugidos e do impacto que estas causavam na sociedade no seu entorno, como também acompanhar, no tempo, as trajetórias daqueles indivíduos, não necessariamente escravos fugidos, que estavam tendo seus nomes constantemente explicitados nelas e em outras produzidas, por exemplo, pela imprensa de Sergipe.

Neste sentido, a partir do cruzamento de fontes diversas e da aplicação do método de "ligação nominativa" em documentos que não pertencem inclusive a mesma série documental, pude alcançar e seguir os percursos e as vivências de diversos escravos fugidos por mais de uma comunidade quilombola. Tal método permitiu ainda me envolver não apenas de modo mais substancial com a pesquisa, como também com as histórias dos sujeitos que iam, paulatinamente, surgindo diante a análise da documentação.

Finalmente, passo a indicar como este estudo encontrasse dividido. No primeiro capítulo, "O negro e próspero Vale do Cotinguiba de Sergipe Del Rey (Séc. XIX)", abordo algumas características geográficas, humanas e econômicas do Vale do Cotinguiba; ou seja, realizo uma descrição da região que serviu como cenário para as muitas histórias que serão

aqui analisadas. Também se salientou aí o quanto a sua população escrava era composta por negros crioulos, indivíduos que, sobretudo na segunda metade daquele século, seriam apontados por diversas autoridades do Brasil como os principais responsáveis pela resistência escrava e, concomitantemente, pela descrença que o regime escravo passaria a ser alvo.

O segundo capítulo, "Por não querer servir ao seu senhor... padrões de fuga e perfil dos fugidos", pretendo contribuir com os estudos que vêm discorrendo sobre quais os escravos do Brasil que eram, aparentemente, mais propensos a se enveredar em fugas, mais especialmente os desenvolvidos em Sergipe. Entretanto, essa contribuição parte da análise de uma documentação ainda pouco utilizada pelos estudiosos: os autos de perguntas procedidos em escravos recém-capturados. Esse documento permitiu-me perceber, dentre outras coisas, quais as causas que eram mais comumente apontadas pelos escravos como motivadoras das suas evasões, assim como o período que parecia ser o mais propício para abandonar as casas dos seus senhores e os destinos que estes alcançavam no momento quase que imediato a esse abandono.

Em "Tradição Rebelde: sublevações e quilombos de Sergipe Del Rey", nome dado ao capítulo de número três, analisou-se os aspectos que contribuíram para a constituição de quilombos em terras sergipanas desde o século XVII. Na medida em que se avança na sua leitura, pode-se perceber que os quilombos deixaram de ser erigidos em ecossistemas mais inóspitos para serem, paulatinamente, construídos nas matas dos engenhos do Vale do Cotinguiba, uma região que, desde o século XVIII, passara a ser o principal cinturão agrícola. Levando em consideração os atos que eram perpetrados sobretudo pelos escravos nagôs que residiram, anos antes, nessas propriedades, indico que os quilombolas do século XIX poderiam, em parte, apenas estar dando continuidade a uma memória de rebeldia negra, a qual estaria, de algum modo, preservada na região.

Entre as comunidades quilombolas que acabaram adotando as matas do Vale do Cotinguiba como residência estava a do São José, conforme denominei a reunião de ranchos instalados nas matas do engenho São José, este disposto na vila de Rosário do Catete. Tal comunidade, era composta por algumas dezenas de escravos fugidos, os quais eram comumente acusados de impetrarem diversos crimes na região, razão pela qual passariam a ser alvos, no início da década de 1870, de uma série de investidas militares.

No capítulo de número quatro, intitulado "Estratégias... quem captura *vs* quem foge", analiso, de modo mais particular, as principais estratégias empregadas pela Secretaria de Polícia de Sergipe para dar cabo das comunidades quilombolas que empestavam as matas do

Vale do Cotinguiba, assim como as contraestratégias usadas pelos escravos fugidos para se esquivarem dessas atividades militares.

Finalmente, nos capítulos cinco e seis, denominados, respectivamente, “João Mulungu” e “Outras trajetórias quilombolas”, analiso as trajetórias de diversos escravos fugidos, inclusive daquele que passou a ser acusado como o condutor da resistência negra em Sergipe. Tratar-se-á aqui das diversas alianças que permeavam esses escravos, assim como a motivação e o modo como estas eram ensejadas. E, ainda, o porquê que se mostravam serem importantes não apenas para as comunidades quilombolas como igualmente para as assenzaladas.

CAPÍTULO 1

O VALE DOS FUGIDOS (COTINGUIBA, SÉC. XIX).

Ao longo do século XIX, o Vale do Cotinguiba concentrou parcela considerável das comunidades de escravos fugidos de Sergipe Del Rey. Essa região, à época, era composta pelas vilas de Capela, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, Rosário do Catete, Divina Pastora, Japaratuba, Siriri, Riachuelo e as cidades de Laranjeiras e Maruim, assim como pela capital Aracaju, a qual foi elevada a essa categoria somente no ano de 1855.

Muitos desses municípios surgiram as margens de rios importantes como o Cotinguiba, o Siriri e o Ganhamaroba e entrelaçados a cultura da cana de açúcar, amplamente disseminada na região. Maruim se destacava entre esses municípios, uma vez que era a responsável por escoar boa parte da produção local, conforme notou Robert Avé-Allemant durante sua viagem por aquelas paragens, no ano de 1859, vejamos:

> Maruim desempenha importante papel nesse comércio de açúcar. Atrai para ele todo o produto da vizinhança. Até a maior parte da safra de açúcar das margens do pequeno, porém importante rio Japaratuba, entre o Cotinguiba e o S. Francisco, um rio com uma barra perigosa, chega ao mercado via Maruim, e só ultimamente se tentou utilizar, um braço entre o citado rio e o Cotinguiba, o rio Pomongo, como caminho mais curto e mais cômodo do Japaratuba para Aracaju.[29]

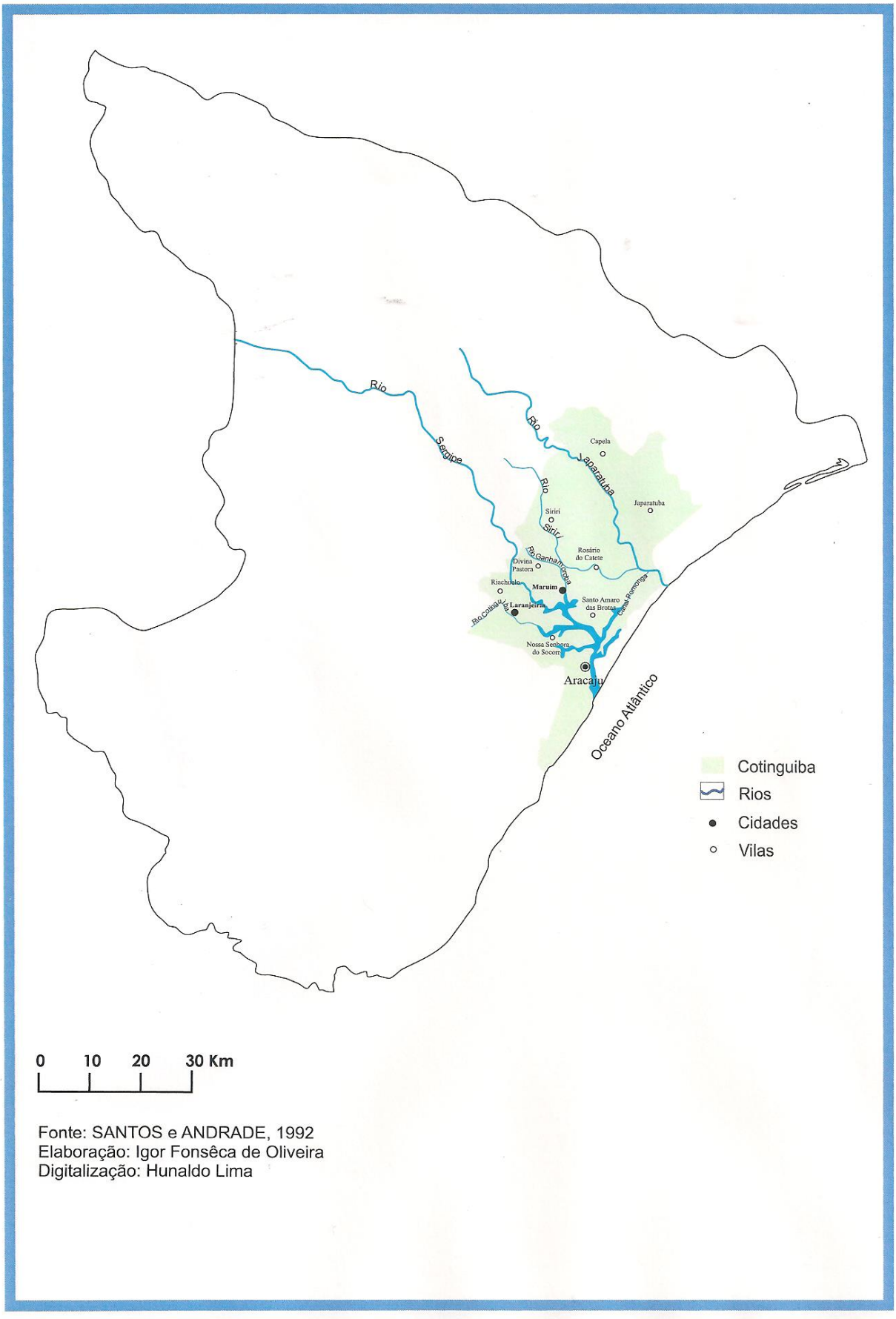
Esse escoamento era realizado, em parte, pela Schramm & Cia, uma companhia com sede em Hamburgo, na Alemanha, e que se ocupava na província de Sergipe sobretudo da comercialização do açúcar, da importação de maquinário agrícola e do fornecimento de créditos aos lavradores.[30] Sua instalação na cidade de Maruim, no ano de 1836, era mais um reflexo da importância econômica desse município.

Foi em meados do século XVIII que a cultura da cana-de-açúcar começou a se disseminar pelo Vale do Cotinguiba, ocupando áreas que, até então, eram mais ocupadas com o cultivo de cerais. Isso devido à valoração desse produto no mercado internacional, o que permitiu que diversas regiões mais marginais se integrassem ao mercado produtivo do Brasil. Possuindo clima ensolarado boa parte do ano, solo avermelhado rico em húmus (massapê), próprio para o cultivo da cana-de-açúcar, e ainda recortado por rios navegáveis, logo o Vale do Cotinguiba assumiria o posto de principal cinturão agrícola de Sergipe Del Rey.

---

[29] AVÉ-ALLEMANT, Robert. Excursão à província de Sergipe. Viajando para Aracaju no rio Cotinguiba. Maruim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (doravante IHGS), n° 26, vol. XXI, 1961, p. 96.
[30] SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro; Sergipe, 1859/1930. Aracaju: Funcaju, 2000, p. 46.

Mapa 1 – Cidades e vilas do Vale do Cotinguiba, Século XIX.



Fonte: SANTOS e ANDRADE, 1992
Elaboração: Igor Fonsêca de Oliveira
Digitalização: Hunaldo Lima

No ano de 1798, parcela considerável dos 140 engenhos em plena atividade em Sergipe Del Rey já estava organizada próxima a foz do rio Cotinguiba.[31] Infelizmente, os dados me permite acompanhar, de modo mais minucioso, somente essa reunião de engenhos no Vale do Cotinguiba a partir do ano de 1838, quando se constatou que ali estava organizada cerca de 70% das unidades açucareiras da província.

Tabela 1 – Número de engenhos do Vale do Cotinguiba, por município e em absoluto, e de Sergipe Del Rey, em absoluto – 1807, 1824, 1838, 1856 e 1875.

Municípios	1807	1824	1838	1856	1875
Divina Pastora	n.d.	n.d.	40	57	n.d.
Capela			70	130	61
Japaratuba			*	*	35
Laranjeiras			49	73	52
Maruim			20	22	17
Riachuelo			*	*	35
Rosário do Catete			43	60	42
Santo Amaro			09	10	10
N. Sra. do Socorro			14	21	24
Vale do Cotinguiba	n.d.	n.d.	245	373	276
Sergipe	150	236	344	753	637

Fontes: 1824/1836 – Câmaras Municipais; 1856-1875 – APES. Relatórios de Presidentes de Câmara ao Presidente da Província de Sergipe. Pac. 45. Apud: ALMEIDA, Maria da Glória S. **Nordeste açucareiro**: desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria do Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993, p. 144.
Notas: n.d. = não declarado.
* = o município inexistia.

Nota-se que, apesar do aumento e, depois, do decréscimo do número de engenhos entre os anos de 1838, 1856 e 1875, o Vale do Cotinguiba não deixou de concentrar, aproximadamente, 50% dos engenhos de Sergipe.

Segundo Maria da Glória Almeida, o crescimento substancial do número de engenhos ocorrido logo após a década de 1840 se deveu mais especialmente a incorporação de novas áreas agrícolas e ao desmembramento de antigos potentados açucareiros, os quais possuíam

[31] SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 91.

dimensões para a instalação de outras unidades.[32] Já a redução atestada nas duas décadas seguintes, decorreu do deslocamento de senhores que se dedicavam ao cultivo da cana de açúcar para a cultura algodoeira.[33]

Há um consenso entre os estudiosos ao caracterizar os engenhos de Sergipe Del Rey como unidades que dispunham de pouca mão-de-obra, tanto escrava como livre, e de reduzidas extensões territoriais. Um relatório confeccionado pelo engenheiro Pimenta Bueno, no ano de 1881, permite conjecturarmos acerca das dimensões geográficas dessas propriedades. Seu estudo consistia, sumariamente, em analisar o melhor traçado para a construção de uma linha férrea na província. Mas, antes de emitir qualquer parecer, ele achou prudente cientificar-se sobre o impacto que a mesma promoveria nas regiões que possivelmente seriam agraciadas pela sua presença.

Neste sentido, para obter um "conhecimento mais exato do estado da lavoura", Bueno despachou, "por intermédio da secretaria do governo" de Sergipe, para cada lavrador um amplo questionário.[34] Em seu relatório foram contabilizados 819 engenhos. Destes, 88,4 % estavam envolvidos com a cultura da cana-de-açúcar. Do montante, 49,1% estavam estacionados no Vale do Cotinguiba: 22, em Socorro; 23, em Maruim; 43, em Japaratuba; 66, em Divina Pastora; 97, em Laranjeiras; 10, em Santo Amaro; 82, em Capela; e 43, em Rosário. Saliento que infelizmente não se pode contar com as respostas de todos os lavradores, já que Bueno anexou em seu trabalho apenas as respostas de 22 proprietários de engenhos.

Na verdade são informações sobre 23 propriedades, pois um dos interrogados declarou ser detentor de dois engenhos. Dessas unidades açucareiras, 12 estavam localizadas no Cotinguiba: sendo quatro em Socorro, uma em Laranjeiras, três em Riachuelo, três na vila de Divina Pastora e uma em Maruim.

No que concerne a área de cada propriedade, percebe-se que esta girava na média de 746,2 tarefas.[35] Já nos engenhos dispostos no Vale do Cotinguiba, a mediana era um pouco

---

[32] ALMEIDA, 1993, p. 142.
[33] Ibidem, p. 144.
[34] O questionário era composto de 12 perguntas, a saber: "1. Nome do sítio ou engenho? 2. É movido à água, vapor ou animal? 3. Freguesia a que pertence? 4. Números dos trabalhadores livres e escravos, divididos por sexo? 5. O que cultiva? 6. Qual foi sua última safra? 7. Que tarefas ocupam suas plantações? 8. Que tarefas têm de campos? 9. Que tarefas de matos possuem? 10. Em que porto embarca seus produtos? 11. Que distância anda por terra? 12. Que distância andam embarcados?". Ver: BUENO, Francisco Antonio Pimenta. **Reconhecimento e estudos na província de Sergipe sobre a preferência de traçados para a construção de uma estrada de ferro**. 1881, p. 2.
[35] Descartei as informações cedidas sobre os engenhos Jiqui e Várzea, propriedades do senhor Luiz Freire da Trindade Luduvice, e o do Merem, propriedade de Eleziario Vieira Munis Telles, pois as mesmas não foram

maior, alcançando o número de 882,6 tarefas. No tocante à utilização das terras nessas últimas propriedades, 33,37% estavam destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar e de outros gêneros alimentícios como raízes, cereais e legumes, 47,83% compunham campos e 16,87% correspondiam a matas.

Essas porcentagens são apenas representativas e poderiam ser tenazmente alteradas, para mais ou para menos, se o número de engenhos anexados no relatório fosse superior ao existente. Josué Modesto Subrinho, com base na análise de outras fontes, encontrou fortes indicativos de que, em Sergipe do século XIX, os engenhos localizados na região agreste-sertão e nas zonas secundárias, ou seja, fora da principal área agroeconômica, eram os que mais se aproximavam da "imagem clássica de latifúndios que preservavam as dimensões das antigas sesmarias, enquanto que os engenhos da Zona da Mata se assentariam sobre propriedades fundiárias que passaram", como dito anteriormente, "por um processo relativamente intenso de fracionamento", estando então longe de "monopolizar as terras cultiváveis" daquela região.[36]

Esta última realidade devia-se também à presença de muitos sítios na região. Estes entrecruzavam os engenhos ou eram meros prolongamentos de suas terras. Neles, cultivavam-se, além da cana-de-açúcar, cereais como o milho e feijão, algumas leguminosas e raízes como a mandioca e inhame.[37] Os produtos alimentícios produzidos nessas propriedades estavam voltados principalmente ao abastecimento do mercado interno, através das feiras semanais.[38] Quando a cultura restringia-se à cana-de-açúcar, era muito provável que a safra fosse vendida ou simplesmente moída por meio de acordo pré-estabelecido nos engenhos, onde a estrutura física, apesar de arcaica, ainda se mostrava ser mais adequada.[39]

Na verdade, durante o século XIX, a cana de açúcar de Sergipe era cultivada de modo rústico, o que acabou impedindo que parcela considerável dos engenhos dispostos no Vale do Cotinguiba produzisse safras mais significativas, o que nos leva ainda a desconfiar substancialmente dos relatos proferidos pelo vigário Dom Marcos de Souza, ainda no ano de 1808. Segundo ele, eram

---

completas; Josué Subrinho revela que as cifras numéricas poderiam se alterar substancialmente se a amostra exposta pelo engenheiro Pimenta Bueno fosse maior, ver: SUBRINHO, 2000, p. 67.

[36] SUBRINHO, 2000, p. 67.

[37] A forte presença de sítios na região foi detectada a partir da análise dos inventários.

[38] Bueno revelou em seu relatório que "a par das grandes roças, numerosas famílias cultivam pequenas plantações, das quais tira o preciso para o sustento e vendem as sobras nos povoados mais próximos, em dias marcados para as respectivas feiras". Ver: BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *Op. cit*., p. 9.

[39] Com base na análise dos inventários deste grupo de latifundiários, percebemos que sua maior riqueza constituía o bem escravo. É provável que estes compartilhassem o ambiente doméstico com os seus senhores e familiares, já que raramente as expressões "senzala" ou "moradia dos escravos" aparecem na avaliação do imóvel.

> muito ativos os moradores de Sergipe, que empreendem este ramo da lavoura [cana-de-açúcar], porque com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos ricos lavradores do recôncavo na Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos. [...] Ali são mais bem tratados estes homens desgraçados, sujeitos à lei do cativeiro; são nutridos com os saudáveis alimentos de vegetais com feijões e com milho que por toda parte colhem com abundância. Os escravos do Recôncavo se nutrem com o escasso e nocivo alimento de carne salgada do Rio Grande.[40]

Ou seja, ao menos para o vigário, o Recôncavo Baiano produzia menos quantidade de açúcar que a então Capitania de Sergipe, mesmo ali se valendo de um número cinco vezes maior de escravos. Isso se devia, continuou ele, a boa alimentação e ao bom tratamento dado aos escravos de Sergipe, os quais residiam em senzalas mais estruturadas e não eram impedidos de contrair matrimônio, diferentemente dos "mudos orangotangos" da Bahia.[41]

No que concerne ao número de mão de obra escrava alocada nas unidades açucareiras de Sergipe, estudiosos vem indicando que a média era de 20 escravos para cada engenho; algarismo este, aparentemente, suficiente para atender as demandas dessas diminutas propriedades. Mesmo no Vale do Cotinguiba, onde a cultura da cana de açúcar era mais desenvolvida, aquela média era respeitada. Já nos sítios, indícios apontam que a média era ¼ dessa, conforme podemos notar a seguir:

Tabela 2. Número médio de escravos no Vale do Cotinguiba, por tipo de propriedades, entre as décadas de 1870-1880.

Propriedades	Média de Escravos	
	1870	1880
Sítios	05	04
Engenhos	25	16

Fontes: Inventários AGJES e AMDP (Ver Lista de Fontes Consultadas).
Nota: Dados numéricos arredondados.

Como muitos proprietários de engenhos eram também detentores de pequenos sítios, para elucidar a média de escravos alocados nestas últimas propriedades optei por contabilizar apenas os números de cativos arrolados nos inventários em que os indivíduos inventariados detinham como principais bens de raízes os sítios.[42]

---

[40] SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a capitania de Sergipe**. Sergipe: Secretaria de Estado da Cultura, 2005, p. 26.
[41] Ibidem, p. 26.
[42] Para confeccionar esta tabela foi analisada uma amostragem de 146 inventários: 53 do município de Capela, 22 de Divina Pastora, 34 de Laranjeiras, 4 de Maruim e 33 de Rosário do Catete. Desses, 80 eram referentes a proprietários de engenhos e 66 a donos de sítios.

É pouco provável que o decréscimo numérico da mão-de-obra cativa alocada nos engenhos do Cotinguiba entre as décadas de 1870 e 1880 fosse um reflexo direto do comércio interprovincial de escravos. Isto porque, segundo estudo desenvolvido por Josué Modesto Subrinho, as duas regiões que abarcavam a Zona da Mata de Sergipe Del Rey (Cotinguiba e Mata Sul) foram importadoras líquidas de escravos entre os anos de 1873 e 1886.[43]

Sendo assim, essa redução estaria associada, mais especialmente, às altas taxas de mortalidade dos escravos, assim como às "concessões" de alforria. Já nos sítios, onde as condições de trabalhos deveriam ser menos extenuantes, esses índices podem ter se apresentado em menores proporções, justificando assim a equivalência numérica entre as duas décadas. Há também a possibilidade de parcela dos escravos residentes nos sítios ter sido absorvida pelos engenhos, onde a demanda por mão-de-obra em um suposto momento de crise da mesma tornava-se mais eminente.

Analisando a proporção da área agrícola plantada e o número de indivíduos – mão-de-obra escrava e livre – envolvidos na produção de nove engenhos localizados no Cotinguiba em 1881, Sharyse Amaral indicou que a média de tarefa trabalhada individualmente nessas propriedades era de 5,7. Uma cifra, segundo a autora, bastante alta e que provavelmente se elevaria entre 4,7 e 6,9 tarefas por braço escravo, realidade suficiente para que o trabalhador livre relutasse em dividir essas atividades do eito com a mão-de-obra escrava, esta última sujeita a um elevado "grau de exploração".[44] Sobre o perfil da escravaria e suas vivências em torno da cultura açucareira do Vale do Cotinguiba buscarei refletir, mais enfaticamente, no tópico a seguir.

1.1. O negro Cotinguiba

Ao longo da primeira metade do século XIX, Sergipe Del Rey apresentou um aumento significativo no número de escravos, acompanhando, desse modo, a necessidade senhorial de ampliar a mão de obra alocada em suas propriedades. Tal crescimento acompanhou ainda a demanda de regiões que se encontravam em plena ascensão econômica como a do Vale do Cotinguiba.

---

[43] SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Tráfico inter e intra-provincial de escravos no nordeste açucareiro: Sergipe (1850-1887). *Revista do IHGS*, n. 31, 1992, p. 58-59.

[44] AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p. 82.

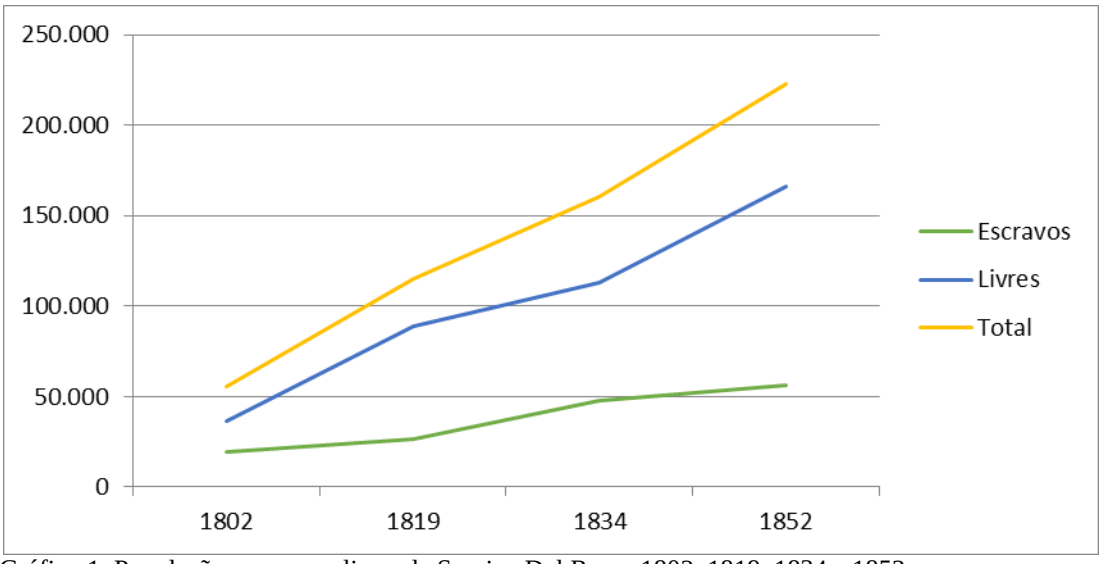


Gráfico 1. População, escrava e livre, de Sergipe Del Rey – 1802, 1819, 1834 e 1852.
Fonte: ALMEIDA, 1993, p. 206.

No ano de 1802, a escravaria residente em Sergipe Del Rey correspondia a 35% do montante da sua população; a maior proporção da sua história. Em 1819, apesar do leve aumento do número de escravos, a escravaria de Sergipe correspondia a apenas 22% da sua população local. Já entre os anos de 1819 e 1834, conforme se nota na curva ascendente apresentada acima, o número de escravos em Sergipe praticamente dobrou, alcançando o seu maior número no ano de 1852, quando se contava na província cerca de 60 mil escravos; muito embora essa cifra correspondesse a apenas 25% do montante da sua população.

Neste sentido, nota-se que a população livre de Sergipe sempre foi muito mais numerosa do que a população que se encontrava sob a condição escrava, apesar do aumento considerável desta última entre os anos de 1819 e 1852. Vale salientar, que esse aumento da escravaria em nada esteve relacionado com o comércio transatlântico de escravos, o qual era considerado a principal via de reposição da mão-de-obra escrava no Brasil até o ano de 1850.

Em Sergipe, a inserção de escravos por meio desse comércio se mostrou pequena, ao menos no século XIX. Muitos dos escravos naturais da África chegaram até a província de modo indireto, ou seja, eles eram desembarcados comumente na Bahia e, só depois, alcançavam os portos locais. Segundo Luiz Mott, esse modo de abastecimento indireto pode ser considerado como um dos maiores enclaves que encontramos no momento de saber mais sobre os negros que migraram compulsoriamente da África para Sergipe, vejamos:

> [Em Sergipe], as fontes que nos informam sobre o grupo dos escravos e dos descendentes de africanos são extremamente raras e incompletas. [Isto por que] como a introdução de africanos se fazia através dos portos das grandes capitanias, inexistem registros específicos relativos a tal contingente demográficos. As tentativas dos senhores de engenho de Sergipe, no início do século XIX, de irem

> resgatar escravos diretamente na Costa d'África não contou com o beneplácito da Coroa.[45]

Entretanto, apesar de concordar plenamente com a assertiva do autor, durante a pesquisa pude deparar-me com dois documentos que mencionam o desembarque de escravos naturais da África em Sergipe. No dia 24 de março de 1835, o juiz de paz da vila de Estância levantou a seguinte acusação:

> Chega ao meu conhecimento por diversas vias dignas de fé que em pontos desta Província se importam constantemente Africanos, comerciados por uma sociedade negociantes da Vila de Estância, e praça da Bahia, os quais a mais atrevida impudência e menoscabo das leis são publicamente mercados em algumas vila da beira-mar, e com imoralidade ainda conduzidos as estâncias dos compradores, por entre os olhos daquelas mesma autoridades constituídas para prevenir os crimes, e para os responsabilizar quando cometidos.[46]

Estância, disposta mais ao sul de Sergipe, se destacava, dentre outras coisas, por recepcionar parcela dos escravos que vinham embarcados da Bahia. Ali, conforme se nota acima, alguns negociantes estavam ocupados com o comércio de negros da África, contrariando assim o que rezava a Lei de 07 de novembro de 1831. Já a outra menção de desembarque clandestino foi dada pelo abolicionista Francisco José Alves, o qual indicou que, no ano de 1842, o Corsário Antônio Maria "desovou" mais de mil escravos africanos na barra de São Cristóvão, a então capital da província.[47]

Não obstantes essas menções, os escravos oriundos da África não chegaram, ao longo do século XIX, a representar mais de 1/3 da população escrava de Sergipe; realidade está muito diferente da encontrada em outras províncias do Nordeste como, por exemplo, a Bahia e Pernambuco.

Na verdade, mais impossibilitados, sob o ponto de vista econômico, de repor a mão-de-obra escrava por meio da importação de negros da costa da África, o senhoreado de Sergipe passou a adotar um método que destoava substancialmente do padrão em voga. Tal procedimento, aqui denominado como método de reprodução endógena ou natural, era possível sobretudo por que existia uma equivalência entre os sexos da escravaria local.

Essa característica propiciava de sobremaneira a união matrimonial entre os escravos, elemento este que, como vimos, fora sinalizado pelo vigário Dom Marcos de Souza, ainda no ano de 1808. Ou seja, a ausência de uma razão de masculinidade acentuada, devido a sua

---

[45] MOTT, Luiz. População e economia: aspectos do problema da mão-de-obra escrava em Sergipe (Séculos 18 e 19). *Revista do IHGS*, n° 28, 1879-1982, p. 20.
[46] Relatório de todos os atos do governo da Província de Sergipe, na Presidência do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa e por ele publicados, 1835, p. 11.
[47] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 463. Ofício de Francisco José Alves ao chefe de polícia de Sergipe, de setembro de 1881.

pequena participação no "infame comércio", favorecia a constituição de enlaces matrimoniais entre os escravos sergipanos.

No entanto, em momentos difíceis como os ocorridos nos anos de 1855 e 1856, quando a epidemia da cólera-morbo dizimou milhares de escravos, os senhores de Sergipe sentiram o quanto o método de reprodução natural podia não ser o mais indicado, visto que a crise da mão-de-obra poderia se estender por alguns anos. Por exemplo, no engenho Mumbaça, localizado na vila de Divina Pastora, essa epidemia levou a morte não apenas seu proprietário e mais dois filhos do mesmo, mas também 15 escravos que lá residiam.[48]

É de supor que essa epidemia demonstrou os males que a dependência ao método de reprodução natural poderia ocasionar, sobretudo quando a outra via de reposição de mão de obra escrava não se encontrava mais em operação. Para Maria da Glória Almeida, das, aproximadamente, 30 mil mortes registradas na província de Sergipe em decorrência da cólera morbos, ao menos 1/3 dela foi de escravos. Segundo ela,

> Grande parte dos engenhos parou suas máquinas. [...] Reduzida a capacidade de produção dos engenhos, seus proprietários se viram sobrecarregados com juros altos, sobre capitais tomados ao comércio. O não cumprimento dos compromissos aumentou seus credores. Muitos engenhos, a partir de então, foram postos em arrematação. Uma forma de obter dinheiro vivo e acudir às mais freqüentes necessidade era a venda de escravos.[49]

Neste sentido, percebe-se que os males contraídos com a epidemia da cólera morbo foram muito mais além do que a súbita mortandade registrada. Muitos donos de engenhos, constrangidos diante da carência de escravos e de recurso financeiro que pudesse atrair braços livres, foram obrigados a declarar "fogo morto" e vender parcela da sua escravaria para saldar suas dívidas.

No entanto, a medida adotada pela Assembleia Provincial de elevar os impostos que eram cobrados por cada escravo que, por ventura, pudesse ser vendido para fora de Sergipe, contribuiu, em parte, para que muitos escravos não saíssem dali. Segundo Josué dos Passos Subrinho, o que ocorreu foi um mero deslocamento a nível intraregional, ou seja, o agreste e o sertão de Sergipe, regiões mais sensíveis a crise epidêmica, "cederam" mão-de-obra escrava para a Zona da Mata, mais especialmente para o Vale do Cotinguiba. Tal processo de migração impediu que a economia dessa região fosse substancialmente atingida.[50]

---

[48] APES. Fundo: G1. Pacotilha: 1158. Ofício do subdelegado, Antônio Carneiro de Menezes, ao presidente da província, Barão de Maruim. Santa Rosa, 03 de dezembro de 1855. Apud: CARDOSO, Amâncio. Uma geografia da morte: roteiro da cólera em Sergipe, 1855-1856. *Revista do IHGS*, n° 33, 2000-2002, p. 209-233.
[49] ALMEIDA, Maria da Glória. Estrutura de produção a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860). *Revista do IHGS*, n° 27, 1965-1978, p. 31.
[50] SUBRINHO, 1992, p. 45-68.

No ano de 1872, o Vale do Cotinguiba alocava 45% dos escravos então residentes na província de Sergipe, a qual, por sua vez, possuía 15% da sua população sob essa condição. Todavia, vale salientar que esses dados não são absolutos, visto que alguns municípios de Sergipe deixaram de enviar seus dados para a junta responsável pelo censo.

Tabela 3. Número de escravos residentes no Vale do Cotinguiba, por municípios, e em Sergipe Del Rey, em absoluto – 1872.

Municípios	Escravos	M	F	Livres	Total
Aracaju	489	n.d.	n.d.	5.354	5.843
Divina Pastora	1.398	718	680	3.123	4.521
Japaratuba	1.347	659	688	4.608	5.955
Jesus, Maria e José do Pé do Banco	762	328	434	3.012	3.774
Laranjeiras	2.793	1.086	1.707	13.303	16.096
Maruim	1.363	660	703	5.118	6.481
N. S. do Socorro	686	367	319	8.080	8.766*
Rosário do Catete	769	363	406	5.302	6.071
Santo Amaro	627	322*	305	4.029	4.656
Sergipe	22.623	10.840	11.783	153.620	176.243

Fonte: Censo do Império do Brasil de 1872.
Notas: n.d. = dados não declarados.
* = o dado apresentado no Censo corresponde a 422.
** = a soma apresentada no Censo corresponde a 8.716.

Laranjeiras e Maruim, assim como as vilas de Divina Pastora e Japaratuba, se destacavam como centros escravocratas; abarcando, somente elas, cerca de 70% dos escravos do Vale do Cotinguiba. Divina Pastora se destacava ainda por obter a maior proporção de escravos entre a sua população, cerca de 30%. Percebe-se que, naquele ano, registrou-se novamente uma paridade entre os sexos dos escravos. Inclusive, nos municípios de Rosário do Catete, Maruim, Japaratuba e Jesus, Maria José do Pé do Banco o que se notava era que existia uma pequena margem a mais de escravos do sexo feminino. Já em Laranjeiras, essa margem era um pouco mais acentuada, uma vez que ali existia uma predominância mais

absoluta de mulheres na escravaria. Segundo Sharyse Amaral, na província de Sergipe do ano de 1872, a razão de masculinidade era de 99,5 escravos para cada 100 escravas.[51]

Tal realidade permitia não apenas uma maior possibilidade de união matrimonial entre os escravos, mas ainda um percentual significativo de escravos com idade inferior a 14 anos, uma vez que estes, no ano de 1873, representavam cerca de 30% da escravaria alocada no Vale do Cotinguiba.[52] Esse dado evidencia o alto poder de reprodução dos escravos do Vale, o que nos leva a crer que, caso a Lei do Ventre Livre não tivesse sido promulgada no ano de 1871, o método de reprodução endógena permitiria a perpetuação da mão-de-obra escrava em Sergipe ainda por muitos anos.

Torna-se possível indicar, a partir da análise dos inventários *post mortem*, o quanto ainda a paridade do sexo entre os escravos permitia que as senzalas do Vale do Cotinguiba se encontrassem plenamente ocupadas por pequenos grupos familiares, consanguíneos. Por exemplo, no ano de 1875, no engenho Formigueiro, localizado na vila de Capela, residiam 25 escravos. Entre esses, percebe-se duas famílias escravas: uma formada pelos escravos Isidoro, sua esposa Januária e seus três filhos escravos (Elizeu, Júlia e Isabel) e mais dois filhos ingênuos (Gabriel e Estefânia) e outra família formada pelo crioulo Severo, sua esposa Custódia, seus quatro filhos escravos (Josué, Josefa, Fortunato e Simeão) e mais três filhas ingênuas (Marta, Ana e Eufrozina). Só essas duas famílias representavam quase 50% da escravaria alocada nesse engenho.[53]

Quando o número de escravos era superior à média, como, por exemplo, no engenho Flor da Índia, também localizado na vila de Capela, onde residiam 102 escravos, o nível de parentescos consanguíneo podia chegar à marca de 26 famílias.[54] Tais cifras podiam ser ainda mais significativas, visto que se torna quase que impossível atestar a consanguinidade entre os escravos adultos que eram arrolados nos inventários apenas como "solteiros".

No que concerne a nacionalidade dos escravos presentes no censo de 1872, notava-se, como era de se esperar, uma supremacia de crioulos. Esses negros, nascidos no Brasil, correspondiam a 93% da população escrava da província, como podemos aferir a seguir:

---

[51] AMARAL, 2012, p. 52.
[52] Ibidem, p. 53.
[53] AGJES. Fundo: Capela, série: cível, sub-série: inventários, cx. 3082. Inventário de D. Helena Vieira de Melo datado do ano de 1875.
[54] AGJES. Fundo: Capela, série: cível, sub-série: inventários, cx. 3083. Inventário do comendador Manoel José de Menezes datado de 11 de maio de 1878.

Tabela 4. Número de escravos crioulos e africanos residentes no Vale do Cotinguiba, por município, e em Sergipe, em absoluto – 1872.

Municípios	Crioulos	%	Africanos	Total
Divina Pastora	1.230	87,98	168	1.398
Japaratuba	1.347	100	0	1.347
Jesus, Maria e José do Pé do Banco	544	71,39	218	762
Laranjeiras	2.425	86,82	368	2.793
Maruim	1.363	100	0	1.363
N. S. do Socorro	686	100	0	686
Rosário do Catete	758	98,56	11	769
Santo Amaro	627	100	0	627
Sergipe	21.228	93,83	1.395	22.623

Fonte: Censo do Império do Brasil de 1872.

No Vale do Cotinguiba estavam 56% dos escravos advindos da África então residentes em Sergipe. A freguesia de Jesus, Maria e José do Pé do Banco, mesmo com uma mera população de 762 escravos, se destacava por obter, entre estes, a maior porcentagem de africanos: cerca de 30%. Em Japaratuba, Maruim, Socorro e Santo Amaro, o processo de "crioulização" demográfica se mostrava mais acentuado, ou seja, o montante de escravos nesses municípios era crioulo.

Nesse sentido, o que se notava era que, mesmo no Vale do Cotinguiba, onde o número de negros oriundos da África era mais significativo, existia uma predominância substancial de escravos crioulos. Nos inventários, pude notar um pouco do comportamento matrimonial desses remanescentes de escravos africanos, vejamos:

Tabela 5. Número de escravos africanos casados residentes no Vale do Cotinguiba, por municípios, e de casamentos endogâmicos ali realizados entre as décadas de 1870-1888.

Municípios	1870			1880		
	Africanos	Casados	Endogâmicos	Africanos	Casados	Endogâmicos
Capela	50	26	03	01	01	00
Divina Pastora	28	10	01	00	00	00
Laranjeiras	44	12	04	05	01	00
Maruim	02	00	00	02	00	00
Riachuelo	03	01	00	00	00	00
Rosário	29	11	03	07	06	00
Total	156	60	11	15	08	00

Fonte: Inventários AGJES e AMDP (Ver Lista de Fontes Consultadas).

Todos os casais apresentados na tabela acima residiam nas mesmas propriedades e conviviam com uma população média, considerável, de 30 escravos. Certamente as possibilidades de engrenar uma relação entre africanos eram muito maiores nas propriedades que agregavam um maior número de escravos.[55]

Dos 156 escravos oriundos da costa africana arrolados nos inventários da década de 1870, cerca de 40 % eram casados. Destes, 18% estavam envolvidos em relações matrimoniais endogâmicas, ou seja, haviam se casado com indivíduos do mesmo continente. A inexistência deste tipo de relação nos inventários analisados da década de 1880, mesmo quando o número de africanos casados ultrapassava a cifra de 50% do total contabilizado para este período, pode ser apenas um reflexo de que boa parte dos escravos oriundos da África já haviam falecidos.

Isto por que, esses africanos se constituíam os últimos sobreviventes do tráfico internacional de escravos. Alguns deles viveram o suficiente para ver o nascimento de seus netos, uma segunda geração de crioulos, ou para verem parte da sua prole nascer como cidadãos do Império do Brasil. Este foi o caso de Antônio e Eufrásia, ambos africanos,

[55] As dificuldades de os africanos arrumarem parceiros vêm sendo salientadas, principalmente, pelos estudiosos da "família escrava". Neste sentido, dentre outros, ver: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; OLIVEIRA, Maria Cortês Inês de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo, nº 28, dezembro/fevereiro 95/96, p. 174-193.

casados e residentes com seus cinco filhos, dentre eles a ingênua Martinha, no citado engenho Flor da Índia, na vila de Capela.[56]

Trazer e discutir esses dados sobre a paridade sexual dos escravos e o aspecto familiar que podia ser comumente encontrado nas senzalas do Vale do Cotinguiba se fez necessário sobretudo por duas razões: a primeira para indicar que muitos dos conflitos entre senhores e escravos podiam se desenvolver a partir de elementos que pairavam a instituição familiar escrava; e a segunda para indicar que, talvez, o que abonou os escravos fugidos a se acoitarem próximos dos engenhos era por que eles podiam contar com o apoio dos seus familiares remanescentes das senzalas.

Já quanto a supremacia crioula, esse aspecto precisa ser ainda melhor discutido. Na verdade, durante boa parte do período escravista, os donos de escravos e as autoridades policiais se preocupavam, de modo mais especial, com a significativa presença de escravos africanos em determinados regiões do Brasil. Isso se devia sobretudo a episódios como o protagonizado pelos negros malês nas ruas de Salvador, no ano de 1835, o qual alcançou proporções que iam além da Bahia. Por exemplo, esse levante abonou na Corte a adoção de medidas mais vigilantes sobre os negros advindos da África Ocidental, especialmente os "oriundos" [leia-se embarcados] da Costa da Mina, como bem demonstrou Flávio Gomes e Carlos Líbano Soares.[57]

Todavia, a partir do ano de 1850, ou seja, diante o estancamento do comércio transatlântico de escravos, houve uma mudança paulatina no perfil da escravaria do Brasil, uma vez que essa passou a ser, cada vez mais, composta apenas por negros crioulos. Tal mudança, conforme veremos a seguir, alterou o modo como os senhores passaram a ver o escravo crioulo e, concomitantemente, a manutenção do escravismo.

1.2. A crioulização e a "revolta dos ladinos"

No Vale do Cotinguiba do século XIX, residia uma população escrava não apenas majoritariamente crioula, mas crioula de segunda e terceira gerações. Esses negros falavam e compreendiam bem a língua dos seus senhores. Cresciam com exemplos. Sabiam negociar. Tinham plena consciência da hora certa de avançar nas suas negociações, assim como do momento de olhar nos olhos e fincar o pé no chão. Protestar. Também sabiam o de recuar,

[56] AGJSE. Fundo: Capela, série: cível, subsérie: inventários, cx. 3083. Inventário do comendador Manoel José de Menezes, datado de 11 de maio de 1878.
[57] GOMES, Flávio Gomes e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "Com o pé sobre um vulcão": africanos minas, identidades e a repressão anti-africana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 2, 2001, p. 1-44.

aguardando assim um novo momento, mais oportuno, para dar continuidade às suas negociações com o mundo senhorial. Além do mais, sabiam "quem era quem" na vizinhança onde residiam, e faziam valer micropoliticamente desta consciência. Amadureciam dentro de um regime político que definhava paulatinamente. Conheciam suas falhas e brechas, caminhavam ladinamente por estas, e muitas vezes, sem deixar qualquer vestígio. Relacionavam-se bem com a geografia onde nasciam, mas também com os seus parceiros de senzalas, com quilombolas, com pequenos negociantes e com tantos outros sujeitos envolvidos na trama escravista.

Enfim, os crioulos impunham aos seus senhores, se não uma nova lógica de dominação, novas formas de exercê-la eficazmente; afinal, se o mundo parecia um tanto torto para os milhares de homens e mulheres africanos que acabavam de desembarcar como escravos nos portos da América, endireitá-lo, ou seja, decifrá-lo, emanava tempo, como bem salientou Carlos Engemann. Tempo esse que era substancialmente diminuído quando se tratava dos crioulos.[58]

Talvez, esse maior "poderio" dos escravos crioulos se devia ainda ao domínio da língua portuguesa. Em recente estudo, Ivana Lima indicou que, sob a perspectiva senhorial, os crioulos eram, quase sempre, apontados como escravos que não apresentavam dificuldade em se comunicar. Tal realidade, conforme ela bem indicou, pode ser notada nas muitas notas de fugas escravas, as quais descrevem, comumente, o crioulo fugido como um indivíduo que: "fala bem", ou que era "bem-falante" e "falador", ou ainda detentor de uma "fala desembaraçada", dentre muitas outras expressões que eram comumente usadas para sinalizar esta propriedade crioula.[59]

Simeão, nome dado ao escravo que protagonizou uma das novelas de "As Vítimas Algozes", de Joaquim Manoel de Macedo, talvez seja a mais perfeita personificação, embora fictícia, do que esses escravos crioulos e ladinos, de acordo com a visão senhorial, podiam ser capazes de realizar. Macedo descreveu Simeão como sendo:

> Um crioulo de raça pura africana, mas cujos caracteres físicos aliás favoravelmente modificados pelo clima e pela influência natural do país onde nascera, não tinham sido afeiados pelos serviços rigorosos da escravidão, embora ele fosse escravo.
> Havia em seus modos a expansão que só parece própria do homem livre: ele não tinha nem as mãos calejadas, nem os pés esparramados do negro trabalhador de enxada era um escravo de cabelos penteados, vestido com asseio e certa faceirice,

[58] Neste sentido, ver: ENGEMANN, Carlos. Mundos torcidos: diferenças entre crioulos e africanos na dinâmica da construção de comunidades de grandes propriedades no sudeste brasileiro do século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 1, n° 2, dez/2009.

[59] Neste sentido, ver: LIMA, Ivana Stolze. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil – uma perspectiva histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 25, n. 50, julho-dezembro/2012, p. 353-369.

> calçado, falando com vícios de linguagem triviais do campo, mas sem a bruteza comum na gente da sua condição [...].[60]

Como "crioulo de raça pura africana", entende-se que Simeão era um crioulo de primeira geração, ou seja, escravo nascido no Brasil e do relacionamento de negros escravizados advindos da África. Simeão foi idealizado como sendo um negro detentor de fenótipos e gestos bem afeiçoados, assim como detentor de uma fala que não parecia ser comum entre os escravos; elementos que podiam facilmente confundi-lo como sendo um negro livre, embora fosse ele escravo.

Esse romance, publicado no ano de 1869, estava plenamente comprometido com o debate inaugurado, dois anos antes, pelo Imperador Dom Pedro II, o qual versava sobre o projeto de emancipação servil elaborado por Pimenta Bueno, então em plena discussão nas casas legislativas da Corte. Neste sentido, buscando alardear os donos de escravos sobre o perigo da demora de se iniciar, enfim, o processo de emancipação cativa no Brasil, Joaquim Manoel de Macedo buscou retratar o crioulo Simeão como o escravo mau, aquilo de pior que poderia existir na escravatura, muito embora suas características, *a priori*, não permitissem notar isso.

Tal idealização, embora destoasse, em parte, da realidade, apresentou plena consonância com as discussões que, anos depois, seriam levantadas durante algumas sessões da Assembleia Legislativa de São Paulo. Isto por que, segundo Célia Azevedo, um dos elementos comumente citados contra o tráfico inter-regional de escravos era de que este estava convergindo para a província de São Paulo uma leva substancial de negros ladinos e criminosos, os comumente conhecidos como "mau do norte".[61]

Ou seja, se levarmos em consideração que boa parcela dos escravos que migraram compulsoriamente para as lavouras de São Paulo era crioula, pode-se dizer que Joaquim Manoel de Macedo, ao criar Simeão, caracterizou aquilo que, pouco mais de uma década depois, seria apontado como aquilo de pior que poderia existir entre os escravos: o crioulo ladino.

Essas denúncias surgiram a partir do momento que senhores do Vale do Paraíba se viram substancialmente constrangidos diante os atos de rebeldia empreendidos por escravos recém-advindos do norte do Império. Por essa razão, e diante os altos custos despendidos com a vigilância e o controle sobre essa escravaria dita ladina, esses senhores passaram a

---

[60] MACEDO, Joaquim Manuel de. **As vítimas algozes.** Quadros da escravidão. Porto Alegre: Editora Zouk, 2006, p. 16.
[61] AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 3° edição. São Paulo: Annablume, 2004, p. 101.

incentivar, cada vez mais, a inserção de uma mão-de-obra imigrada, de custo relativamente menor, abonando, desse modo, o discurso de criminalização do escravo crioulo, o mau do norte.

Com efeito, poucos não foram os negros que abandonaram os comboios antes mesmo destes aportarem nos mercados de escravos do sul. Isto por que, esses comboios eram formados, em grande parte, por negros que se encontravam plenamente cientes dos caminhos que deveriam ser percorridos e dos desafios que deveriam ser ultrapassados até que pudessem alcançar ambientes onde era possível contar com a solidariedade, por exemplo, de antigos companheiros de senzala ou de familiares.

Não devemos descartar ainda a possibilidade de que muitos desses escravos estavam vivenciando pela primeira vez a experiência da venda, ou seja, uma ameaça que sempre os rondou, mas que só se fizera latente diante a crise da lavoura, ao norte, e a demanda e os altos preços dispensados para se obter mão-de-obra, ao sul.

Essa realidade, dentre outras, talvez tenha contribuído para as inúmeras fugas e para a eclosão da "revolta dos ladinos": movimento de resistência impetrado pelos escravos, muitos deles crioulos nortistas, e que seria responsável, em parte, não só pela desarticulação da estrutura arcaica que foi erigida no Oeste paulista para controlar a escravatura, mas também por acelerar a derrocada do escravismo em todo o Brasil. Afinal, como bem salientou Luiz Felipe de Alencastro, naquele contexto, a ordem pública "não podia mais ser garantida por causa da desordem privada escravista". Ou seja, ruíam-se os "pactos senhoriais que haviam assegurado, durante três séculos, a submissão dos escravos". [62]

Enfim, o que busquei demonstrar nas linhas acima é que os crioulos não detinham apenas maiores possibilidades de barganharem, junto aos seus senhores, as concessões das cartas de alforrias, ou de se enveredarem em uniões matrimoniais, elementos esses que vem sendo destacado pela Historiografia. Em Sergipe, mais especificamente no Vale do Cotinguiba, o fato de cerca de 80% dos crioulos que ali residiam, em 1872, serem naturais daquela região, permitiu que alguns deles conseguissem sobreviver durante anos sob a condição de fugidos, sem que para isso tivesse que abandonar as redondezas dos engenhos e dos municípios onde haviam nascido. Isto por que, como veremos ainda neste estudo, estes escravos conseguiram operacionalizar uma ampla rede de solidariedade, sobretudo com seus entes que permaneciam nas senzalas. No entanto, antes de adentrarmos mais substancialmente

[62] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 91.

nessas questões, se torna oportuno abordar o perfil dos escravos fugidos do Cotinguiba, objeto de estudo do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

"POR NÃO QUERER SERVIR AO SEU SENHOR...". PADRÕES DE FUGA E PERFIL DOS FUGIDOS.

"A história do Brasil do século XIX está nos anúncios dos jornais".

Gilberto Freyre, autor da frase acima, foi, certamente, o primeiro estudioso a chamar atenção para a riqueza dos anúncios presentes em diversos periódicos do Brasil do século XIX.[63] Segundo ele, a multiplicidade de informes contidos nesses documentos nos permite alcançar informações elementares sobre, por exemplo, as novidades de cunho material que acabavam de alcançar os diversos portos do Brasil, muitas delas advindas da Europa, assim como o aperfeiçoamento de determinados setores e a substituição e a assimilação de novos hábitos culturais no Brasil, inclusive no que concerne à vestimenta.

Enfim, Freyre nos mostrou que, diante da compilação e da análise sequenciada desses anúncios, era possível, entre outras coisas, apreender e acompanhar algumas transformações sociais importantes ocorridas no Brasil, ao longo do século XIX. Entretanto, ele salientou que isso apenas seria possível mediante o emprego de uma interpretação "antropossociológica", a qual passou depois a ser comumente conhecida como "Anunciologia".

Esse meio de interpretação, até então inovador, seria empregado por Gilberto Freyre sobretudo na análise dos anúncios que versavam a respeito das mais diversas experiências vivenciadas pela classe escrava. Em 1934, durante uma conferência realizada na Sociedade Felipe d'Oliveira, no Rio de Janeiro, Freyre leu seu estudo intitulado "Os escravos nos anúncios de jornal do tempo do Império", onde ele compartilhou, pela primeira vez, as considerações que alcançou por meio do uso da Anunciologia.

No ano seguinte, novas considerações foram compartilhadas na ocasião do "1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife", desta vez com o estudo da "Deformação de corpo dos negros fugidos". Este, na verdade, se constituía em uma análise sobre uma questão sobressalente em muitos anúncios de escravos em fuga do século XIX; as deformações físicas oriundas do excesso de trabalho, de doenças, assim como dos maus tratos recebidos durante o cativeiro.

---

[63] Neste sentido, ver: FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos no Brasil do século passado. São Paulo: Global, 4° edição, 2010.

Salientar as datas desses estudos se faz necessário sobretudo para indicar o pioneirismo dos mesmos. Afinal, até então, nenhum estudioso do Brasil, assim como dos Estados Unidos, onde os estudos sobre a escravidão já se mostravam mais numerosos, havia se debruçado sobre os anúncios de jornais como fontes históricas, e tão pouco de forma sistemática como Freyre assim fez.

Esses anúncios, recolhidos substancialmente nas folhas do *Diário de Pernambuco* (Recife) e no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), forneceram informações valiosas a Gilberto Freyre, material que se mostrou de grande valia não só na confecção de suas obras, mas que também contribuíram para a valoração que as mesmas receberam; destacando-se, entre essas, *Sobrados e Mucambos*, de 1936. No entanto, foi somente no ano de 1961 que houve a publicação de *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, livro onde Freyre teve a oportunidade de retomar e ampliar de maneira substancial os seus ensaios divulgados vinte e sete anos antes.

Nessa obra, Freyre pôde demonstrar de maneira mais sistematizada as valiosas elucidações que poderiam ser alcançadas por meio da "Anunciologia", ou seja, de uma análise de cunho sociológica e sobretudo antropológica sobre os anúncios de jornais; uma fonte histórica preciosa, contudo pouco utilizada pela Historiografia. Foi ainda nessa obra que Gilberto Freyre registrou o ideal de que a história do Brasil do século XIX está nos anúncios dos jornais; uma história que, em grande parte, continuou ele, era a história do escravo explorado.

Freyre destacou que essa exploração se deu com certa "suavidade", pois "o Brasil nunca foi um país de extremismos", razão pela qual as contemporizações e as intransigências, segundo ele, não só se adocicavam como também amoleciam nas mãos dos senhores de escravos.[64] Tratava-se da defesa de uma questão que viria a ser, e muito, alvo de contestação na Historiografia do Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970, sobretudo a de cunho marxista.

Todavia, apesar das acirradas críticas contra a suposta brandura do escravismo no Brasil delineada por Gilberto Freyre, podemos dizer que elas não foram capazes de ofuscarem as contribuições metodológicas e analíticas apresentadas no seu livro sobre os escravos nos anúncios de jornais do século XIX.

Isto por que, desde a publicação desse livro, muitos são os pesquisadores que voltaram suas atenções às notas de jornais sobre escravos, sobretudo aquelas publicadas pelos seus

[64] Ibidem, p. 88.

senhores, então ávidos de recuperar suas propriedades. Por exemplo, com base nas notas de fugas, Flávio Gomes conseguiu identificar, dentre outras coisas, os perfis – sexo, naturalidade, faixa-etária, etc. – dos escravos fugidos do Rio de Janeiro. [65]

Já Márcia Amantino, com as notas de fugas publicadas no *Jornal do Commercio*, analisou "as condições físicas e de saúde dos escravos fugidos" do Rio de Janeiro.[66] Em outro estudo, valendo-se das notas publicadas no *Jornal Universal*, a referida autora analisou o perfil dos escravos fugidos de Ouro Preto, Minas Gerais.[67] Martha Rebelatto, por sua vez, indicou o perfil dos escravos fugidos de Santa Catarina, analisando sobretudo diversas notas de fugas publicadas nos jornais de Desterro.[68]

No que concerne a Sergipe, podemos citar o estudo desenvolvido por Luiz Mott, onde ele analisa cerca de 150 anúncios de fugas de escravos publicados no *Correio Sergipense*, entre os anos de 1833 e 1864,[69] assim como o de Sharyse Piroupo do Amaral, a qual analisou uma amostra de 109 anúncios, publicados entre os anos de 1860 e 1888 em diversos jornais locais.[70]

Tais estudos, sem dúvida, assim como muitos outros, ampliaram consideravelmente as elucidações desenvolvidas por Freyre, permitindo, assim, que conheçamos outros aspectos importantes sobre a vida daqueles negros que se encontravam sob a condição de fugido. Quem eram os escravos mais propensos a se enveredar em fuga? Seriam os africanos, indivíduos ainda menos enraizados a terra? Ou seriam os crioulos, escravos que, *a priori*, conheciam mais a região onde residiam, o que podia propiciar maiores condições de sobreviver às asperezas de uma vida em fuga? Quanto à faixa etária, quem fugia mais: os escravos mais jovens ou os adultos? E no tocante ao gênero dos fugidos, quem se destacava: os homens ou as mulheres? Enfim, esses são apenas alguns dos questionamentos que vêm

---

[65] GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 67-93.

[66] AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, n.4, out.-dez/2007, p. 1377-1399; Idem. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal", 1825 a 1832. *Locus*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006, p. 59-74.

[67] Idem. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal"- 1825 a 1832. *Locus*. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006, p. 59-74.

[68] REBELATTO, Marta. Fugas e quilombos na ilha de Santa Catarina. *Afro-Ásia*, n. 36, 2007, p. 81-110.

[69] MOTT, Luiz. A fuga de escravos nos anúncios de jornal de Sergipe. In: **Sergipe Colonial & Imperial**: religião, escravidão e sociedade – 1591-1882. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Texeira, 2008, p. 95-117.

[70] AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão:** liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Oficial, 2012, p. 93.

sendo apresentados e respondidos por esses estudiosos ao se debruçarem sob as notas de fugas escravas.[71]

Todavia, mais recentemente, um novo corpus documental passou a ser empregado no estudo sobre a demografia e os perfis dos escravos fugidos, me refiro aos inventários *post mortem*. Manolo Florentino e Márcia Amantino, em estudo conjunto, atentaram para os dados dos escravos arrolados e identificados enquanto fugidos nesses documentos, de modo a demonstrar sobretudo que as fugas não alteraram a estabilidade do escravismo na América.[72]

Muito embora as notas de fugas e os inventários *post mortem* de indivíduos que possuíam escravos apresentarem valiosas informações sobre as características físicas e morais dos escravos fugidos, eles não permitem maiores elucidações, devido o próprio objetivo com os quais eram confeccionados. Por exemplo, mesmo com diversos estudos indicando que a violência sofrida no cativeiro poderia ser a principal causa para a fuga, muitas outras motivações, meramente subjetivas, podiam existir. Motivações essas que são muito difíceis, se não impossíveis, de serem identificadas apenas por meio das notas de fugas, as quais eram produzidas, saliento, sob o ponto de vista dos seus senhores.

Não obstante informações como essas aparecerem, ocasionalmente, nos anúncios dos jornais, elas nada mais são do que meras suposições; algumas plausíveis, reconheço, uma vez que eram alcançadas mediante interrogatórios nos escravos remanescentes das senzalas. Neste sentido, o que pretendo apontar é que se, por um lado, as notas de fugas são documentos valiosos quando nos questionamos sobre a demografia e o perfil dos escravos mais propensos a fugir; por outro, há um silêncio quase que completo, quando nos indagamos sobre quais os destinos que os fugidos tomaram assim que empreenderam fuga ou sobre qualquer outro aspecto que indague acerca das vivências experimentadas pelos negros após o ato da fuga.

Todavia, vale salientar que estudiosos como Márcia Amantino e Flávio Gomes, objetivando ampliar o conhecimento acerca da demografia dos escravos fugidos, assim como elucidar alguns dos questionamentos elencados acima, se preocuparam em ampliar o corpus documental sob o qual iriam se debruçar, valendo-se ainda de registros de apreensões de escravos fugidos, listas nominais de escravos fugidos, dentre muitos outros documentos de cunho mais serial.[73]

---

[71] MOTT, 2008, p. 95-117.
[72] FLORENTINO, Manolo e AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos.* Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez/2012, p. 259-297.
[73] Neste sentido, ver: GOMES, 1996; AMANTINO, Márcia. O perfil demográfico do escravo fugitivo. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 31, out./1997, p. 169-188.

José Curto, ao estudar a resistência escrava em Luanda, Angola, fez uso de uma fonte que se aproxima muito dos registros de apreensões de escravos, os quais foram analisados por Flávio Gomes. Trata-se dos anúncios sobre escravos recapturados publicados no *Boletim Oficial de Angola*, entre os anos de 1846 e 1876.[74] Ou seja, essas "notas de apreensões" seriam publicadas somente depois da recaptura do negro fugido, permitindo assim que o seu senhor pudesse identificá-lo e reclamar o seu domínio nas casas de correções.

Isto era possível, pois as notas de recaptura arrolava uma série de dados sobre o escravo apreendido, que não se resumia apenas ao fenótipo e/ou ao estado moral dos mesmos. Tais informações permitiram que José Curto elucidasse algumas questões que, na maioria dos casos, não podem ser respondidas somente com a análise dos anúncios de fugas: a direção/rumo que o escravo seguia a partir da fuga, o tempo de permanência sob esta condição até ser recapturado e a relação entre a distância/direção da fuga e o local onde se empreendeu a recaptura.

Essas informações, obviamente, são de suma importância, sobretudo para aqueles que se dedicam ao estudo da resistência escrava, uma vez que nos permitem compreender ainda mais sobre, por exemplo, as motivações e os anseios dos escravos que empreendiam escapadas.

No Brasil, como disse, coube a Flávio Gomes se debruçar com mais veemência sobre os registos de escravos capturados, uma documentação que, segundo ele mesmo indicou, nos permite compreender mais sobre o mundo dos fugitivos.[75] Neste sentido, questões como motivações/razões e estratégias empregadas para permanecer fugido acabaram sendo desenvolvidas mais substancialmente em seus estudos.

Tenho por objetivo, neste capítulo, contribuir com essas abordagens que versam acerca dos padrões de fugas e/ou sobre a demografia dos escravos fugidos do Brasil, mais especialmente de Sergipe Del Rey – Vale do Cotinguiba – do século XIX, demonstrando sobretudo a viabilidade do uso de uma fonte que, a meu ver, permitem-nos compreender ainda mais o mundo dos escravos fugidos. Trata-se do "auto de perguntas" ou "auto de interrogatórios", documento este produzido logo depois que se lograva a captura do escravo.

Vale salientar que os dados coletados nesses autos serão confrontados com as análises realizadas a partir dos anúncios de fugas, o que irá nos permitir ampliar ainda mais nosso conhecimento sobre as vivências daqueles escravos que se encontravam sob a condição de

---

[74] CURTO, José C. Resistencia à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. *Afro-Ásia*, n. 33, 2005, p. 67-86.
[75] GOMES, 1996, p. 15.

fugidos. Ou seja, muito embora os autos de perguntas possuam uma natureza mais qualitativa enquanto fonte, eles serão aqui usados como uma documentação auxiliar, uma vez que não podemos descartar, de forma alguma, o que diversos estudiosos indicaram a partir sobretudo das notas de fugas. Além do mais, conforme notaremos em muitas ocasiões, os autos apenas ratificam e ilustram com maior dinamismo o que aquela outra documentação já sinalizava.

2.1. "Qual seu nome, idade... Você é crioulo ou africano... Onde mora... Modo de vida...?"

No que concerne aos autos de perguntas que serão aqui analisados, saliento que eles correspondem a uma documentação da Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey, datada entre 1871 e 1877, e que se encontra depositada no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Tais documentos foram redigidos por escrivães alocados em diversos municípios do Vale do Cotinguiba, região essa que, como vimos anteriormente, agregava o maior percentual de engenhos e, concomitantemente, de escravos da província.

Valendo-se, *a priori*, da metodologia apresentada por José Curto, mas sem deixar de realizar algumas adaptações que a tornasse mais adequada às características dos autos e, sobretudo, ao objetivo deste estudo, optei por registrar em um banco de dados os questionamentos feitos pelas autoridades responsáveis pela realização dos 23 autos de perguntas que, até o momento, pude arrolar.

Deste modo, consegui, em média, obter dez informações para cada negro fugido. Isto por que, devido o objetivo com o qual eles eram elaborados, muitos deles apresentam dados que vão desde a identificação do escravo, passando pelo momento da fuga e indo até o dia, a maneira e o local onde o fugitivo acabou sendo capturado.

Era de competência do escrivão registar os questionamentos realizados pela parte inquiridora e as resposta dadas pelo escravo arguido, assim como os sinistros que, por ventura, ocorreram durante o auto. Logo após registrar a data, a localidade e o nome da autoridade que iria conduzir o auto de perguntas, assim como os nomes das testemunhas que se faziam presentes, o escrivão passava a registrar, de forma paulatina, não só os as perguntas arguidas, mas também as respostas cedidas pelo escravo capturado, o qual, segundo salientou alguns escrivães, se encontrava "livres de ferros", visto que se pretendia evitar maiores constrangimentos.

A partir de então, iniciava-se a qualificação do escravo, a qual ocorria, comumente, por meio do nome, da idade, do estado civil, da filiação, da nacionalidade, da ocupação e do nome do seu senhor. No montante de escravos submetidos aos autos de perguntas, cerca de 70% deles era do sexo masculino. Esta maior incidência de fugas entre os escravos desse sexo

vem sendo apontada e confirmada em diversos estudos. Todavia, não obstante se indicar que essa realidade se devia sobretudo a uma maior dependência de determinadas regiões ao comércio transatlântico de escravos, o qual, como sabemos, privilegiava a vinda de escravos do sexo masculino, esse predomínio também acontecia em regiões menos dependentes do "infame comércio".

Por exemplo, em Sergipe Del Rey, onde, desde meados do século XIX, não se notava uma discrepância acentuada entre os sexos dos escravos, Luiz Mott identificou que, na sua amostra, 75% dos escravos fugidos pertenciam ao sexo masculino,[76] enquanto que Sharyse Amaral indicou que dos 115 negros anunciados entre os anos de 1860 e 1888, cerca de 90% deles era homens.[77] Tais cifras são equivalentes às apresentadas para outras regiões da América que, assim como a província de Sergipe, eram pouco dependentes do comércio internacional de escravos como, por exemplo, a Jamaica e Barbados, no Caribe britânico, e a Virgínia e Maryland, dispostas ao sul dos EUA.[78]

Nesse sentido, a relevância numérica de escravos do sexo masculino entre os fugitivos não deve ser explicada somente pelo fato de que eles eram a maioria nos planteis, visto que outros fatores podiam abonar esse predomínio. Na verdade, conforme a Historiografia vem salientando, o que, provavelmente, explica essa menor incidência de escravos do sexo feminino entre os fujões foi a existência de laços familiares nas senzalas, especialmente com os filhos menores, o que impedia ou, ao menos, tornava mais difícil a empreitada da fuga para as mulheres mães.[79]

Entre as cinco escravas que foram submetidas aos autos de perguntas, apenas uma sinalizou que fugiu na companhia da sua prole. Trata-se da crioula Luísa, a qual relatou ter escapado na companhia de José da Roxa, "de quem era amasiada", e de apenas um dos quatro filhos que ela tinha com o mesmo. Segundo ela, deixou a casa do seu senhor ao saber que este queria "castiga-la", motivo que a fez sair em busca do referido José, o qual, "em menos de uma hora", combinou com ela a escapada.[80]

Entretanto, não iriam muito longe. No dia seguinte a fuga, ambos acabaram sendo presos e conduzidos até a residência do delegado da vila de Divina Pastora, onde seriam

---

[76] MOTT, 2008, p. 100.
[77] Segundo ela, da sua amostra composta por 104 anúncios, os quais faziam menção a 115 escravos em fugas, apenas 19 deles pertenciam ao sexo feminino. Neste sentido, ver: AMARAL, 2012, p. 96.
[78] Neste sentido, ver: MULLIN, Michael. **Africa in America.** Slave acculturation and resistance in the American south and the Bristish Caribbean, 1736-1831. Urbana: Chicago: University of Illinois Press, 1994, p. 259-297. Apud: FLORENTINO; AMANTINO. *Op. cit.*, p. 292.
[79] Neste sentido, ver: AMANTINO, Marcia Sueli. O perfil demográfico do escravo fugitivo. *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 31, outubro de 1997, p. 169-188.
[80] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas a presta Luísa, em 09 de janeiro de 1873.

submetidos a um "auto de perguntas". Neste, José da Roxa revelou um pouco mais acerca do motivo da fuga e do plano do casal. Segundo ele, a sua companheira o procurou dizendo não mais "aguentar o cativeiro", razão pela qual "coadjuvou" a fugir, "acompanhando-a para ajudar a conduzir um de seus filhos". Indicou ainda que, "antes de partirem", combinou com Luísa que iriam responder para aquelas pessoas que suspeitassem do que "andavam fazendo" que eles eram "forros e casados pela Santa Missão".[81]

Não obstante o plano, Luísa seria, aparentemente, reconduzida ao cativeiro. E, quanto a José, talvez ele tenha voltado a exercer seu ofício de "mestre de açúcar", mas não sem aguardar, ansioso, outro momento mais oportuno para livrar seu filho e sua companheira do poder daquele senhor "carrasco", conforme ela mesma o classificava.

Nota-se que ambos eram parceiros na vida, muito embora não dividissem o mesmo lar. Entretanto, como Luísa era escrava, a autonomia e a privacidade do casal, dentre outros elementos importantes que compõe uma relação amorosa, podiam estar substancialmente comprometidos. Ou seja, mesmo não sendo explicitados durante o auto, esses fatores podem ter sido considerados no momento de optar pela fuga. Segundo Robert Slenes, a família escrava criou condições, dentre outras coisas, para a eclosão de atos de rebeldias, uma vez que sob ela estava assentada muitas das lutas e dos conflitos ensejados entre os senhores e seus escravos.[82] Neste sentido, apesar da existência de laços familiares representar uma dificuldade a mais a ser suplantada, os mesmos não impediam, em determinadas ocasiões, o ato da fuga, sobretudo por que esta não significava, necessariamente, o rompimento desses laços, haja vista que, enquanto fugidos, poucos não foram os escravos que conservaram o relacionamento com seus parentes que ainda permaneciam nas senzalas.

Luísa seria reconduzida ao cativeiro, e, talvez, um dos motivos que a levou a fugir se materializou: o castigo. Não obstante os seus anseios terem sido, *a priori*, baldados, o caso de Luísa indica que, apesar do papel substancial desempenhado pela mãe escrava, poucas não foram as que viram na fuga uma oportunidade de melhorar suas condições de vida, assim como a dos seus filhos.[83] Essas escravas, ao fugir, estavam realizando não apenas um mero ato de rebeldia, mas ainda de extrema audácia, no qual a inconformidade com a condição servil se mostrava sobretudo latente, como bem lembrou Isabel Reis.[84] Inclusive, o ato

---

[81] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas a José da Roxa, em 09 de janeiro de 1873;
[82] SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 48.
[83] Ver, entre outros, a seguinte coletânea de artigos: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.
[84] REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. "Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos": fuga e família entre escravas na Bahia. *Afro-Ásia*, n° 23, 1999, p. 33.

perpetrado pela negra Luísa pode estar em plena consonância ao que acabou sendo salientado pela pesquisadora Yuko Miki, a qual indicou que: "ao contrário de ser um impedimento, muitas vezes os laços entre mães e filhos constituíram-se em poderosa motivação para a decisão feminina de fugir – independentemente da idade da criança em questão".[85]

No entanto, viver sob a condição de fugido no Cotinguiba, significava conviver com a constante ameaça de ser reconduzido ao cativeiro. Isto por que, sobretudo na década de 1870, como veremos no desenrolar deste estudo, muitas eram as diligências que varriam as matas do dito Vale em busca de coitos de escravos fugidos, fazendo com que os mesmos vivessem em constante movimentação, de quilombo em quilombo.

É de supor que uma vida de muita mobilidade, de corre-corre, de ereção e de abandono de acampamentos, se constituísse mais austera para as escravas mães. Isto porque, muito provavelmente, caberiam a elas não apenas conduzir seus filhos pelos caminhos sinuosos que desembocavam em novos esconderijos, mas também zelar pelas suas vidas, e, em concomitância, impedir que o grupo ao qual eles estivessem inseridos não acabasse sendo penalizado, de alguma forma, pela presença da criança.

Em outro auto de perguntas constam indícios mais substanciais sobre as supostas dificuldades enfrentadas pelas mães escravas fugidas. Trata-se do depoimento de Limôa, uma crioula que, uma vez capturada, revelou não só os nomes dos 19 escravos fugidos que residiam com ela em um dos ranchos localizado nas matas do engenho São José, mas também, dentre outras coisas, algumas das experiências vivenciadas pelos mesmos.

Sobre sua companheira de rancho denominada Luísa, Limôa disse ser ela uma crioula, fugida do engenho Jurema, e que rejeitara um filho, mandando depositá-lo na Igreja de São Benedito, na cidade Laranjeiras. Já acerca da escrava Thomazia, outra companheira de rancho, Limôa revelou ser ela uma crioula que se evadiu do engenho Santa Bárbara e que perdeu uma "cria nas matas". [86]

Novos dados sobre a escrava Thomazia chegaram-me através do ofício de autoria de João Batista da Rocha, então delegado da vila de Rosário do Catete, datado de 5 de setembro de 1873; ou seja, quase dois anos após o auto de perguntas realizado em Limôa. Nesse consta não só que a escrava Thomazia foi, enfim, capturada, mas também que ela havia, ao longo dos três anos que viveu sob a condição de fugida, "concebido três filhos" nos matos: um teria

[85] Neste sentido, ver: MIKI, Yuko. Fugir para a escravidão: as geografias insurgentes dos quilombolas brasileiros, 1880-1881. In: GOMES, Flávio Gomes e DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 35-68.

[86] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 09 de novembro de 1871.

abortado, outro morrido de "mal de sete dias" e o outro desapareceu do rancho em que a mesma vivia, não dizendo seus parceiros "onde tinham[-o] colocado".[87]

Viver em condições insalubres, com uma alimentação rarefeita, carente em nutrientes, e ainda ser obrigada a estar em constante mobilidade, podia tornar a experiência da fuga ainda mais difícil para as mães, sobretudo para as suas crias. E elas se encontravam, aparentemente, plenamente cientes disso. Inclusive, essa pode ter sido a constatação a que chegou Luísa, daí sua opção em depositar seu filho, recém-nascido, na Igreja de São Benedito. Talvez, entre as mais diversas motivações que abonaram Luísa a realizar esse ato, estivesse a crença de que assim poderia evitar que seu filho sofresse do mesmo mau que levou a morte um dos filhos da sua companheira de rancho, Thomazia. Ou seja, o "abandono" da criança, antes de ser uma medida desesperada e cruel, podia ser, na verdade, um modo salutar e consciente de salvaguardar a vida da mesma.

Todavia, deve-se destacar ainda que o "abandono" pode ter sido uma das condições apontadas para que Luísa continuasse a viver naquele quilombo. Afinal, conforme sinalizou o delegado João Batista, um dos filhos de Thomazia foi levado pelos companheiros de rancho da mesma para um endereço que, aparentemente, ela mesma desconhecia. Evidentemente, não devemos descartar ainda a possibilidade de Thomazia, sabiamente, almejar iludir o referido delegado ao omitir o paradeiro do seu filho, evitando assim que o mesmo fosse não só encontrado, mas também reconduzido com ela, como escravo ou ingênuo, de volta as senzalas do engenho Santa Bárbara, de onde ela havia fugido cerca de três anos antes.

Em outras partes da América, o papel desempenhado pelas escravas fugidas foi não menos importante. Por exemplo, nota-se que em Cuba duas escravas eram identificadas enquanto líderes de *palenques*, tendo uma delas inclusive herdado esse posto do marido. Já na Jamaica, a negra Nanny, líder de um grupo de *cimarrones*, assumiu a chefia porque, conforme se dizia na época, possuía "*la capidade de rechazar com el trasero las balas*" lançadas pelos ingleses. Segundo Javier Laviña, as mulheres que assumiam ali esse posto eram comumente identificadas pelos escravos fugidos como detentoras de algum poder sobrenatural, mágico, daí a menção acima.[88]

Mais um dado significativo arrolado nos autos corresponde ao nome dos genitores dos escravos fugidos, malgrado essa informação aparecer em apenas 39% dos depoimentos. Por

---

[87] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 393. Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Espínola Júnior, em 05 de setembro de 1873.

[88] LAVINÃ, Javier (coordinador). **Esclavos rebeldes y cimarrones**. Fundación Hernando de Larramendi Tavera, Madrid, 2005, p. 53. Sobre os *Palenques* de Cuba, ver ainda: RIVA, Francisco Pérez de la. Cuban Palenques. In: PRICE, Richard. **Maroon Societies.** Rebel slave communities in the Americas. Third edition. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996, p. 49-59.

exemplo, a partir desses nomes, pude constatar que aqueles que sinalizaram conhecer a sua filiação não mais residiam com os mesmos no momento da escapada, uma vez que estes últimos já haviam falecidos ou estavam sob o domínio de outro senhor. Domingos, filho do crioulo Thimoteo, então residente nas Minas Gerais, e da crioula Lucinha, a qual era "cativa" em Maruim, revelou que residia no momento da sua fuga no engenho Murta, de propriedade do Barão de Japaratuba.[89]

Já Vicência, filha de Germana, nagô, e do crioulo Felipe, morador no engenho Bomfim, revelou que era natural do engenho Velho, mas que fugiu do engenho Mata, da vila de Itabaiana, propriedade de Dona Victorina.[90] Por sua vez, Antônio disse que era filho do mulato Antônio e da crioula Joana, os quais, "quando vivos", pertenciam a José Pequeno, morador na Estância.[91]

Entre os 14 escravos capturados que não foram arguidos ou que omitiram, por alguma razão, informações acerca das suas filiações, cinco deles eram africanos como, por exemplo, a negra Isabel, oriunda da "Costa da África", a qual indicou que não conhecia seus pais.[92] Obviamente, a possibilidade de esses escravos estrangeiros conhecerem seus pais era mais difícil, uma vez que podiam ser arrancados do poder deles ainda crianças, sendo embarcados nos tumbeiros "sozinhos". Em um caso, a separação dos pais se deu no Brasil. Luísa, nascida "de pais africanos", ou seja, crioula de primeira geração, soube apenas dizer que era "filha do engenho Cachoeira", de Laranjeiras.[93]

Na verdade, como dissemos anteriormente, em meados do século XIX, a escravaria de Sergipe Del Rey era predominantemente crioula. Em 1872, conforme aponta o censo populacional, das 10.234 almas escravas que residiam no Vale do Cotinguiba pouco mais de 1.200 (11%) eram naturais da África; entre esses, os cinco escravos capturados e submetidos aos autos de perguntas.

Segundo Luiz Mott, naquela sua amostra, apenas ¼ se referia a escravos nascidos em África.[94] É de supor que enquanto a Capitania de Sergipe Del Rey esteve mais dependente do comércio internacional de escravos o índice de fugas de africanos fosse mais acentuado,

[89] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Interrogatório feito a Domingos, escravo do Barão do Japaratuba, em 14 de dezembro de 1871.
[90] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Auto de perguntas feitas a escrava Vicência do proprietário do engenho Bette, de 04 de janeiro de 1873.
[91] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 296. Auto de perguntas, de 16 de abril de 1873.
[92] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas a escrava Isabel, em 07 de janeiro de 1873.
[93] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas a preta Luísa, em 09 de janeiro de 1873.
[94] MOTT, 2008, p. 99.

coadunando assim com a concepção de que cada negro recém-chegado da África – o boçal – era, potencialmente ou de fato, um *cimarrón*.[95]

No ano de 1842, data em que ocorreu, talvez, o derradeiro desembarque clandestino de escravos na costa de Sergipe Del Rey, pôde-se notar que dos "mil e duzentos infelizes" que foram, naquela ocasião, "reduzidos à escravidão", ao menos, seis deles seriam encontrados, logo depois, "nos matos do engenho Mosquito", em São Cristõvão; município onde ocorreu a referida "desova", conforme o abolicionista Francisco José Alves classificou aquele ato.[96]

Há, na verdade, como apontam alguns estudiosos, uma correlação direta entre os desembarques de escravos e o acirramento do número de fugas, o que faz presumível que o século XVIII, devido concentrar cerca de 2/3 das viagens realizadas pelos tumbeiros, ser aquele em que mais ocorreram fugas escravas na América, conforme aduz Manollo Florentino e Marcia Amantino.[97]

Não menos importante que os nomes dos pais dos escravos arrolados nos autos são os nomes dos seus senhores. Esses estão indicados em 91% dos autos de perguntas. Em dois casos os nomes dos senhores dos escravos não constam nos autos, mas sim no documento/ofício que foi anexado ao mesmo. Não era incomum o senhor ser ainda identificado pelo nome da sua propriedade. Por exemplo, enquanto o negro Romão indicou ser de "seu Hércules", do engenho Boa Hora, o crioulo Evaristo, mais sucinto, disse apenas que era do "engenho Sítio Novo". Já Leocádio informou que só conhecia seu senhor "pelo nome de Batalha". E Limôa disse que era de um "Domingos de Tal", morador de Laranjeiras.[98]

Não obstante esses nomes não serem citados de forma mais pormenorizada, nada impedia que as autoridades se valessem de outros meios para identificar a quem pertenciam os escravos capturados, de modo que pudessem inclusive cobrar os custos dispensados com os mesmos durante os dias em que eles permaneceram apresados. Todavia, os nomes dos senhores e/ou das propriedades de onde eles se evadiram nos permitem conhecer um pouco mais sobre as suas vivências ainda no cativeiro, sobretudo se, com um pouco de sorte,

---

[95] CASIMIR, Jean. Estudio de caso resposta a los problemas de la esclavitud y la colonización em Haiti. In: Manuel Moreno Fraginals (relator). **África em América Latina**. México/Paris: Siglo XXI/ Unesco, 1997, p. 398-422. Apud: FLORENTINO; AMANTINO, 2012, p. 259-297.

[96] Segundo Francisco José Alves, este desembarque foi dirigido pelo Corsário Antônio Maria com o consentimento do então Presidente da Província de Sergipe. Neste sentido, ver: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 385. Ofício de Francisco José Alves ao chefe de polícia de Sergipe, de setembro de 1881.

[97] FLORENTINO; AMANTINO. *Op. cit.*, p. 266.

[98] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Romão, em 22 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Evaristo, em 22 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha 178. Auto de perguntas feito ao escravo Leocádio, conhecido por José Boi, em 28 de abril de 1872.

conseguirmos localizar algum inventário *post mortem* dos seus senhores. Infelizmente, apesar dos esforços, não me foi possível ainda cruzar essas informações. No mais, fica a sensação de que, a partir do cruzamento dos inventários com alguns dados disponibilizados nos autos de perguntas, poder-se-á adentrar de sobremaneira no cotidiano do escravo ainda antes mesmo dele fugir.

No montante de escravos inquiridos, apenas três não sinalizaram qualquer evidência sobre o que se ocupavam no cativeiro, enquanto que quatro indicaram apenas que viviam de trabalhar para seus senhor(es) ou do que este(s) os ministravam. Envolvidos diretamente com os serviços do eito estavam 52% desses negros, os quais sinalizaram esta ocupação de modo diverso: vivia "de roças" ou da "lavoura", era "lavrador" ou "agricultor", ou, mais tecnicamente, eram "trabalhadores de enxada".

Limôa, aparentemente, indicou que realizava uma espécie de serviço misto, visto que declarou que se ocupava de retirar "leite e capim". Já Antônio revelou que, "intitulando-se forro", andava sempre "carreando pelos engenhos". Por sua vez, João Mulungu indicou que não possuía qualquer "profissão", haja vista que era "escravo e achava-se no mato há oito anos".[99]

Em Sergipe, no ano de 1873, 85,11% dos escravos ali residentes estavam ocupados com os labores da agricultura; serviços estes que por serem mais rudimentares e extenuantes, contribuíram, certamente, para que os negros que deles se ocupavam fugissem mais.[100]

No que concerne ainda ao momento de qualificação dos escravos capturados, outro dado comumente apontado nos autos de perguntas consiste na idade dos mesmos. Em 85% dos autos arrolados existe menção a idade dos escravos capturados. Entre esses, seis (35%) se encontravam na faixa-etária entre 18 e 30 anos, enquanto que onze (64%) deles revelaram possuir mais de 30 anos.

Saliento que devemos encarar esses dados com certa prudência, pois eles podem ser substancialmente escorregadios. Para se alcançar, de maneira mais concisa, a idade que o escravo detinha na ocasião em que resolveu se enveredar em fuga, faz-se necessário, sempre que possível, realizar uma subtração entre a data ou período que o escravo sinalizou que fugiu com a idade que ele revelou possuir quando fora capturado.

---

[99] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas a escrava Limôa, em 09 de novembro de 1871; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 296. Auto de perguntas, de 16 de abril de 1873; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 397. Auto de perguntas feitas ao preto João, em 21 de janeiro de 1876.

[100] Matrícula de Escravos, 1873. Apud: SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reoordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe, 1850/1930. Aracaju: Funcaju, 2000, p. 85.

Em Sergipe Del Rey, a supremacia de escravos adultos entre a massa de fugidos deriva, ao menos, desde a década de 1830. Segundo Luis Mott, 61% do montante de anúncios de fugas que ele coletou correspondia a escravos entre 20 e 39 anos.[101] Número esse equivalente ao alcançado por Sharyse Amaral, uma vez que ela indicou que 58% dos escravos arrolados nos anúncios que faziam menção a idade possuíam entre 20 e 40 anos.[102]

No entanto, isto não quer dizer que os escravos mais idosos, acima de 40 anos, não se aventurassem em fuga; esses correspondiam a 17% da amostra analisada por Luiz Mott, e 14% na de Sharyse Amaral. Nos autos, encontramos escravos como Maurício, o qual presumia possuir 70 anos de idade, mais ou menos, e a negra Joana, que indicou possuir cerca de 50 anos de idade.[103] Tais fugas nos permitem indagar se a idade era ou não um elemento crucial no momento de escapar do cativeiro. Talvez a idade avançada se configurasse em apenas mais uma dificuldade a ser enfrentada no ato de fugir, sobretudo no que concerne a locomoção, mas que não impedia, necessariamente, a fuga.

Findando a fase dos autos que condiz a identificação do escravo capturado – a qual se dava, comumente, conforme abordamos acima, por meio dos nomes do escravo, do senhor e/ou da propriedade onde o mesmo residia, da idade, da filiação, da naturalidade, do estado e da ocupação – iniciava-se, de modo imediato, outra que, ao menos sob o ponto de vista das autoridades incumbidas de realizar as arguições, podia ser considerada como a mais importante, visto que se buscaria conhecer acerca do comportamento daquele negro enquanto esteve sob a condição de fugido. Neste sentido, a partir de então, surgiam informações não menos importantes para a nossa investigação sobre o perfil e os padrões de fuga.

2.2. “Quando fugiu e por que razão...?”

Munido da identificação do escravo capturado, muitas autoridades responsáveis pelos autos passaram a questionar, de modo combinado, qual a data da fuga e qual o motivo/razão que o levou a cometer aquele ato. Por opção metodológica, abordarei aqui estas questões separadamente.

No que concerne a data da escapada do cativeiro, apenas dois escravos omitiram essa informação nos autos. Na verdade, um desses ao ser perguntado “desde quando estava fugido”, respondeu “que não andava fugido” e que estava apenas se dirigindo a casa do seu senhor, embora fosse capturado roubando galinhas e declarasse conhecer muitos escravos

[101] MOTT, 2008, p. 101.
[102] AMARAL, 2012, p. 95.
[103] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Maurício por alcunha Udô, em 03 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas a escrava Joana, em 13 de março de 1872.

fugidos.[104] Entre os 21 autos que indicam, mais ou menos, o momento da escapada, 16 deles fazem menção a este por meio do período em que os escravos permaneceram em fuga.

Neste sentido, quatro escravos revelaram que suas apreensões ocorreram antes deles completarem dois meses sob a condição de fugidos, enquanto que 12 indicaram que estavam a mais de dois meses sob aquela condição. Todavia, entre estes, apenas sete declararam que se encontravam fugidos a mais de três anos. Em outros cinco casos, não contabilizados acima, a data da escapada foi indicada de forma bastante significativa, levando-se em consideração o aspecto cultural do dia ou do mês da fuga. Por exemplo, enquanto Anastácio declarou que estava fugido "desde o mês dezembro", Vicente indicou que fugiu no "mês de Natal". Já Amaro, revelou que escapou do seu senhor ainda "antes do Natal". Limôa, por sua vez, declarou que fugiu "no mês de São João", enquanto que Domingos revelou que estava fugido "desde o dia de São Pedro".[105]

Nota-se que as alusões acima se relacionam diretamente ao circuito cultural cristão que, ainda hoje, rodeia a vida de milhões de pessoas, sobretudo no Nordeste do Brasil. Mais especialmente no que concerne as fugas empreendidas ao longo do mês de São João e de São Pedro, elas podem estar associadas aos asseveramento das atividades desempenhadas no eito ao longo do período de colheita, assim como as comemorações que, comumente, se realizavam após a safra. Por exemplo, no Baixo Amazonas os meses em que se notava uma maior incidência de fugas escravas eram os que correspondiam a coleta da castanha, conforme indicou Eurípides Funes.[106]

Já com relação ao Natal, não era incomum ocorrer nos dias que antecediam a sua comemoração um relaxamento da vigilância senhorial, o que acabava propiciando maior possibilidade de se lograr uma fuga com êxito. Para aqueles que se encontravam sob esta condição, o Natal era o momento oportuno para reencontrar antigos parceiros das senzalas, enveredar encontros amorosos, se envolver nas festas religiosas ou em rodas de sambas, batuques e, até mesmo, cometer pequenos delitos. Isto porque, diferentemente do que se possa pensar, a fuga não significava, necessariamente, abdicar desses momentos sociais e comemorativos, muito embora reconheçamos que eles envolviam mais as comunidades das

---

[104] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Interrogatório feito pelo delegado de polícia ao escravo José Maruim, em 25 de março de 1873.

[105] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Auto de perguntas feito ao escravo de nome Anastácio, em 26 de janeiro de 1875; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha 178. Auto de perguntas feito ao escravo Vicente, em 28 de abril de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Auto de perguntas, de 15 de julho de 1873; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas a escrava Limôa, em 29 de novembro de 1871.

[106] FUNES, Eurípides. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". Histórias e memórias dos mocambos do Baixo Amazonas. Universidade de São Paulo: FFLCH, Tese de Doutorado, 1995, p. 64.

senzalas. Ou seja, como esses momentos lúdicos indicavam, em contrapartida, que estava ocorrendo um relaxamento ou um substancial acirramento das atividades laborais desempenhadas no eito, estes seriam usados como a principal orientação para indicar a ocasião em que se promoveram as escapadas do cativeiro.[107]

Na verdade, como bem salientou Roger Bastide, a partir dessas festas católicas os escravos criaram um novo espaço de resistência e organização social a margem do que estava, *a priori*, estabelecido pelos seus senhores. No Caribe sob o domínio da França, as celebrações ocorridas durante as Festas de São João e de São Luís se mostravam momentos oportunos para os escravos se enveredarem em fuga, mas não menos que a semana entre o Natal e no Ano Novo, uma vez que os escravos desfrutavam ali também de momentos de mais liberdade.[108]

No Vale do Cotinguiba, no dia 11 de dezembro de 1871, cobrou-se o reforço do destacamento de Laranjeiras visto que se estava "prestes a noite de Natal".[109] Nesse mesmo ano, o delegado da vila de Japaratuba receava que, devido "a retirada do destacamento", os escravos fugidos retornassem "aos seus antigos ranchos" nas matas do engenho São José, "especialmente" por que se aproximavam "as festas do Natal".[110]

O Natal do ano de 1872, no engenho Tábua, de Laranjeiras, contou com a participação de, ao menos, quatro escravos fugidos; João Mulungu, Marcolino, Nabuco e Maximiano. Talvez, sem a presença desses, a diversão não durasse a noite toda, como durou.[111]

Ainda no que concerne à data ou período em que se logrou a fuga, outro dado relevante nos autos consiste ao pouco espaço de tempo em que as escravas arroladas permaneceram na condição de fugidas, o que pode significar que se elas fugiam com menos frequência, menor era também o período em que ficavam sob aquela condição. Luísa, aquela mesma que levou seu filho no ato da fuga, como dito anteriormente, foi capturada logo no dia imediato a sua escapada.[112] Já Germana, uma crioula que optou pela fuga devido aos "maus tratos" que sofria no cativeiro, para onde foi reconduzida cerca de dois meses depois.[113]

---

[107] Sobre como as noções de tempo, em outras sociedades, podiam estar plenamente relacionadas às atividades de trabalho, ver: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 271.
[108] Neste sentido, ver: DEBIEN, Gabriel. Marronage in the French Caribean. In: PRICE, Richard, 1996, p. 130.
[109] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício de pessoa não identificada, residente em Laranjeiras, datado de 11 de dezembro de 1871.
[110] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Pereira dos Anjos, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 14 de dezembro de 1871.
[111] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Auto de perguntas feita a Maria, em 04 de janeiro de 1873.
[112] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas a preta Luísa, em 09 de janeiro de 1873.
[113] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas a escrava Germana, em 22 de março de 1872.

Justamente um mês a mais que Isabel, escrava que fugiu do engenho Pedras.[114] Quem contou com um pouco mais de sorte foi a crioula Limôa, a qual permaneceu fugida por cerca de cinco meses.[115]

No entanto, como bem lembrou Eduardo Silva, o maior obstáculo a ser enfrentado pelos escravos fugidos não consistia em escapar dos capitães dos matos, os quais se encontravam ávidos pelas recompensas prometidas pelos seus senhores, ou das diligências encabeçadas pelas autoridades distritais. Segundo ele, o maior obstáculo às fugas era a própria sociedade escravista, sobretudo diante da vigência do que denominou "Paradigma Ideológico Colonial", o qual vigorou, mais ou menos, até a década de 1870.[116]

Ao longo desss anos, o modo de ser, de estar e os valores ainda presentes na sociedade do Brasil Imperial impunham aos escravos uma série de desafios no sentido de se manterem ocultos, sobretudo nos núcleos de povoamento mais urbanizados. Neste sentido, o desafio que se apresentava ao escravo fugido mediante cada passo dado, desde o momento em que ultrapassava as imediações e os arrabaldes do seu engenho, fazia com que ele buscasse, comumente, um ambiente mais inóspito, onde pudesse passar despercebido e oculto das vistas ansiosas por capturá-lo.

Sendo assim, o que alguns estudiosos vêm apontando é que, durante a vigência do dito Paradigma, existia uma relevância de fugas para "fora", ou seja; sertões, matas densas e mangues. Enquanto que na década de 1880, em concomitância a consolidação de uma nova consciência coletiva sobre o escravismo no Brasil, vê-se surgir novos ambientes propícios, onde o escravo podia contar não só com a própria sorte, mas também com o apoio e a cumplicidade de setores médios urbanos.[117]

Esse, por exemplo, foi o caso dos escravos que fugiram na década de 1880 em direção aos municípios de Cubatão e Santos, na província de São Paulo, onde, reunidos em centenas e sob a liderança do sergipano Quintino de Lacerda, estavam a inaugurar um novo modelo de resistência; o quilombo abolicionista.[118]

Visto a data e/ou o período das fugas escravas, chega o momento de discutirmos acerca das razões/motivações que os levavam a cometer este ato. Obviamente, as causas que podiam levar os escravos a fugir eram muitas e sobretudo complexas. Buscaremos descortinar

---

[114] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas a escrava Isabel, em 07 de janeiro de 1873.
[115] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de polícia da cidade de Laranjeiras ao chefe de polícia de Sergipe, em 17 de fevereiro de 1872.
[116] SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 66-67.
[117] Ibidem, p. 72.
[118] Neste sentido, ver: SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 19.

aqui apenas algumas delas. Na nossa pequena amostra, as motivações e/ou razões que abonaram a fuga aparece em 15 (65,21%) autos.

Nota-se que, coadunando assim com o que os estudos sobre as notas de fugas indicaram, 12 escravos condicionaram, de modo direto ou indireto, subjetivamente ou de maneira impessoal, suas fugas a violência e aos maus tratos que sofriam ao longo do cativeiro ou que, por ventura, poderiam vir a sofrer. Essa violência era representada de modo diverso. Por exemplo, enquanto Joana, então residente no engenho Mato Grosso, disse que fugiu por viver ali um "cativeiro muito duro", Evaristo, que residia no engenho Sítio Novo, indicou que fugiu devido a "intrigas do feitor".[119] Por sua vez, Germana, a qual pertencia a "um sujeito da vila de Nossa Senhora das Dores", revelou que fugiu devido aos "maus-tratos" que sofria.[120]

Em seis depoimentos, a promessa ou a suposição de que seriam, em breve, castigados motivou a fuga; uma realidade que, não necessariamente, podia estar sendo alimentada, mas que surgiu como uma alternativa diante a ameaça senhorial. Por exemplo, enquanto o negro Vicente indicou que o "medo do castigo" o levou a abandonar a casa do seu senhor, Romão, escravo residente no engenho Boa Hora, revelou que "saíra" dali "por ameaça de castigo".[121] Já o crioulo Januário contou que fugiu por que "seu senhor prometeu castigá-lo", uma vez que ele, "sendo carreiro", quebrou a ponta do chifre de um boi.[122]

Outras razões/motivações indicadas nos autos são não menos interessantes. José Leocádio informou que deixou as senzalas do engenho Prata, da freguesia de Pacatuba, simplesmente "por não querer servir ao seu senhor".[123] Filirmino, capturado nos matos do engenho Lagoa Grande, de Rosário do Catete, indicou que deixou o engenho Cambão, aparentemente, em busca de um novo senhor, visto que ali não era "atendido nos cômodos que supria".[124] Domingos, escravo do Barão do Japaratuba, revelou que fugiu devido ao fato de no engenho Murta, onde ele residia, os feitores castigarem "os escravos sem razão".[125] Já

[119] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas a escrava Joana, em 13 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Evaristo, em 22 de março de 1872.
[120] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 23 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas a escrava Germana, em 22 de março de 1872.
[121] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha 178. Auto de perguntas feito ao escravo Vicente, em 28 de abril de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Romão, em 22 de março de 1872.
[122] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas feitas a Januário, de 03 de janeiro de 1882.
[123] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha 178. Auto de perguntas feito ao escravo Leocádio, conhecido por José Boi, em 28 de abril de 1872.
[124] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Auto de perguntas feitas ao escravo Filirmino, em 22 de dezembro de 1872.
[125] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Interrogatório feito a Domingos, escravo do Barão do Japaratuba, em 14 de dezembro de 1871.

Maurício, declarou que "abandonara a fazenda do seu senhor pelo fato" do mesmo ter "surrado" a sua "mulher" sem que, ao menos, "ela merecesse".[126]

Essa concepção sobre o que seria um cativeiro "justo" ou um castigo "moderado" estava, de modo peremptório, presente no consciente dos escravos; não sem antes levar em consideração as concepções subjetivas que cada um deles podia possuir, assim como as diferenças de ideais que, por exemplo, um negro boçal e um crioulo detinham.[127]

Não obstante essa noção do "cativeiro justo" ou do "bom senhor" reconhecer, *a priori*, a própria legitimidade do escravismo, a consciência presente na sociedade de que os donos de escravos deviam seguir um comportamento padrão, por sua vez, reconhecia, contraditoriamente, direitos aos escravos, algo plenamente incompatível com a dominação escravista, como salientou Hebe Mattos de Castro.[128]

Na segunda metade do século XIX, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, poucos não foram os senhores que se viram constrangidos por serem acusados de aplicarem austeros castigos na sua escravaria. Outros, ainda não poucos, seriam convidados a prestarem depoimentos acerca da morte de escravos que, segundo supunham, não resistiam e morriam devido aos castigos severos que sofriam.

Sharyse Amaral nos apresentou o caso do escravo fugido Lúcio, que, ao ser preso, foi açoitado e, logo depois, posto ao tronco, de onde seria retirado apenas morto. Tal fato levou a Promotoria Pública de Laranjeiras mover uma ação penal contra o senhor de Lúcio, Manoel Curvello de Mendonça Bastos. No entanto, apesar do aparente ativismo da referida Promotoria, Manoel Curvello, membro então de uma das famílias mais ricas de Sergipe Del Rey, seria absolvido, por unanimidade, do crime de homicídio que lhe estava sendo imputado.[129]

No dia 15 de outubro de 1879, chegou ao chefe de polícia de Sergipe a denúncia de que Herculano Luciano da Costa deu "muitas palmadas" na sua escrava Ana, "somente" pelo fato de a cativa "não suportar o peso" dos serviços que seu referido senhor lhe impunha. Esse castigo, dado "sem [ela] ter cometido [sequer] falta alguma", motivou a ida de Ana em

---

[126] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Maurício por alcunha Udô, em 03 de março de 1872.
[127] Neste sentido, ver: REIS; SILVA, 2005, p. 62-78.
[128] CASTREO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 356.
[129] Neste sentido, ver: AMARAL, 2012, p. 122.

direção à casa de Manoel Soares, "irmão de sua senhora", onde ela se conservava dizendo estar "resolvida a não voltar mais a casa de seu senhor".[130]

Nesse mesmo ano, Dona Victorina, moradora no Mosqueiro, termo de São Cristóvão, seria acusada de mandar açoitar "barbaramente" a sua escrava Bernardina. Tal castigo, segundo a denúncia levada à Secretaria de Polícia da Província de Sergipe, seria dado porque a dita escrava pretendia "queixar-se ao senhor Doutor Chefe de Polícia" acerca dos maus-tratos que recebia. Segundo o denunciante, Francisco Pedro da Cruz, Bernardina se achava "presa e atada a um cepo" no sítio Grageru.[131]

No dia 24 janeiro de 1882, chegou à porta da Secretaria de Polícia de Sergipe o escravo Manoel, fugido do engenho Pedras, do termo de Propriá, o qual declarou que estava ali para "queixar-se dos maus-tratos que sofrera injustamente", visto que lhe atribuíram "falsamente o furto de um pão de açúcar". Segundo Manoel, seu senhor Raymundo Henrique o aplicou chicotadas pelo "espaço de duas horas" e apenas interrompeu "essa surra" quando o mesmo arrancou a "força do chicote a [sua] confissão", embora ele fosse "inocente". Não satisfeito, continuou Manoel, seu senhor o deixou "atado ao esteio" por alguns dias e, ao lhe retirar dali, mandou ainda que prendessem "uma corrente ao [seu] pé direito", a qual pesava "quase meia arroba".[132]

No ano seguinte, mais especificamente no dia 18 de dezembro de 1883, o abolicionista Francisco José Alves respondeu a um "auto de perguntas" acerca da morte de um escravo do engenho Mercês, do tenente coronel Antônio Luís de Siqueira Maciel. Segundo ele, achando-se na cidade de Maruim, alguns negros libertos o procuraram para dizer que no dia de Santa Luzia – ou seja, 13 de dezembro – um escravo foi retirado "morto do tronco", por "haver sido barbaramente castigado no dia antecedente". Francisco José Alves disse ainda que, muito embora os peritos atestassem que o referido escravo sucumbiu "por causa de um estupor", ele estava "convencido do contrário", uma vez que outros "fatos iguais" vinham se perpetrando em Sergipe.[133] Quem respondeu a outro "auto de perguntas" sobre este caso foi o senhor Augusto de Magalhães Carneiro, que, sendo amigo de Leandro Maciel, o qual, por sua vez, era parente do denunciado, apenas confirmou que "ouviu dizer" que um escravo faleceu "em

[130] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 658. Termo de declaração que fez a preta de nome Ana, escrava de Herculano Luciano da Costa Samango, de 15 de outubro de 1879.
[131] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 608. Termo de declaração que fez Francisco Pedro da Cruz, de 21 de novembro de 1879.
[132] APES. Fundo: SP⁹. Pacotilha: 09. Auto de perguntas feitas ao escravo Manoel, de 24 de janeiro de 1882.
[133] APES. Fundo: SP⁹. Pacotilha: 09. Auto de perguntas feitas ao cidadão Francisco José Alves, de 18 de dezembro de 1883.

consequência de um estupor" e que nesse mesmo dia ele "fora castigado", mas que não podia precisar onde havia ocorrido.[134]

Talvez, as acusações acima não tenham resultado em qualquer penalidade aos donos dos escravos. No mais, nos resta a certeza que eles estavam sendo vigiados e sobretudo apontados como violadores do novo padrão de comportamento senhorial, o qual deveria ser seguido, sob pena de serem, ao menos, denunciados.

2.3. "Já possuía algum destino ou o tomou depois...?"

Talvez, como indiquei outrora, a maior característica dos autos de perguntas consiste em permitir conhecer mais sobre algumas vivências dos escravos após eles se enveredarem em fuga. Não obstante muitas fugas serem motivadas, conforme vimos acima, devido aos maus-tratos e as ameaças sofridas no cativeiro, sabe-se que, na maioria das vezes, a sua realização demandava sobretudo cautela e momento oportuno, dentre outros elementos. Isto por que, mais espinhoso que escapar, era permanecer escondido e driblar os seus caçadores.

Em não raras ocasiões, os escravos fugidos se quer iam além dos arrabaldes onde residiam. Ficavam por ali, ocultos, por determinado período, retornando ao cativeiro dias depois, apenas como forma de pressionar seus senhores para que os mesmos solvessem as suas demandas. Esse estilo de fuga, a qual a Historiografia Francesa denominou como *petit marronage*, e que no Brasil convencionou-se chamar de "fuga-reivindicatória", decorriam mais devido a quebra de acordos cotidianos, ensejados na relação consuetudinária entre os senhores e seus escravos, muito embora alguns casos arrolados pelos estudiosos indiquem que os escravos se ausentavam ainda, por pequenos períodos, com o objetivo de refazer laços familiares, amorosos, etc..

Esse estilo de fuga divergia da *grand marronage*, ou "fuga rompimento", a qual, por sua vez, objetivava uma ruptura astuta na relação senhor/escravo, ou seja, rumava-se para a "liberdade". Na maioria das vezes, a "fuga rompimento" ocorria individualmente ou em dupla, dificilmente superando o número de três escravos. Estes escravos acabavam comumente se integrando a grupos quilombolas já estabelecidos nas matas ou rumavam em direção as cidades, onde buscariam se camuflar entre a massa de negros que perambulavam pelas urbes.[135]

---

[134] APES. Fundo: SP[9]. Pacotilha: 09. Auto de perguntas feitas ao cidadão Augusto de Magalhães Carneiro, de 18 de dezembro de 1883 [documento anexo ao auto de perguntas de Francisco José Alves].

[135] Sobre a diferença entre a *petit marronage* e a *grand marronage*, ver: DEBIEN, Gabriel. *Op. cit.*. Para a classificação "fugas reivindicatórias" e "fugas rompimentos", ver: SILVA; REIS, 2005.

Segundo Manollo Florentino e Márcia Amantino, a própria legislação escravista do Brasil, assim como das colônias francesas e espanholas, reconheciam a diferença entre as "fugas-reivindicatórias" e as "fugas-rompimentos" ao prescrever punições distintas para cada uma delas.[136]

Neste sentido, saber qual o local alcançado pelo escravo no momento imediato a sua escapada nos permite, quiçá, identificar qual era o seu objetivo ao empreendê-la; ou seja, se almejam reivindicar o reconhecimento de alguma demanda ou se intentavam um rompimento mais astuto com o senhor.

Tal informação, o aparente destino da fuga, foi elencada em 30% dos autos, muito embora a sua ausência em outras peças se deva ao não questionamento desse dado por parte da autoridade inquiridora. Januário indicou que quando fugiu "não tinha lugar certo" ainda para ir e que "nem contratou" qualquer pessoa para coadjuvá-lo a escapar.[137] Já o crioulo Domingos, muito embora declarasse, *a priori*, que saiu da casa do seu senhor "sem destino algum", acabou se inserindo depois em uma comunidade de escravos fugidos instalada nas matas da vila de Rosário.[138]

Na verdade, dos 16 escravos que não indicaram os destinos que alcançaram logo depois que escaparam, 68% deles seriam capturados enquanto membros de comunidades de escravos fugidos do Vale do Cotinguiba. Não era difícil que mesmo aqueles negros que, ao se evadirem, não sabiam ainda o destino certo para onde iriam, acabassem se deparando, ocasionalmente, com outros escravos fugidos, os quais terminavam por convidá-los a seguir na direção dos seus ranchos. Esse foi o caso do referido Domingos. Segundo ele, deixou a casa do seu senhor "sem destino algum", mas logo seguiu para as matas do engenho São José, visto que recebeu o convite do escravo fugido Januário, o qual residia em um dos ranchos ali alocados.

Esse mesmo destino foi alcançado pelo negro Vicente, o qual indicou que, assim que saiu "da casa do seu senhor", "procurara [os matos do] engenho São José", assim como pelo crioulo José Leocádio.[139] Ou seja, esses escravos indicaram que, ao escaparem, seguiram, prontamente, os caminhos sinuosos das matas, que, supostamente, os levavam a pousos de escravos fugidos. Sendo assim, o que se denota é que, ao menos no Vale do Cotinguiba, não

---

[136] FLORENTINO; AMANTINO. 2012, p. 263.

[137] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas feitas a Januário, de 03 de janeiro de 1882.

[138] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Interrogatório feito a Domingos, escravo do Barão do Japaratuba, em 14 de dezembro de 1871.

[139] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha 178. Auto de perguntas feito ao escravo Leocádio, conhecido por José Boi, em 28 de abril de 1872.

era incomum os escravos residentes das senzalas estarem plenamente cientes de que logo mais adiante, não muito longe de onde se encontravam, existiam ranchos de escravos fugidos.

No entanto, segundo Leocádio, devido a constância das diligências impetradas na vila de Rosário, ele se viu obrigado a se mudar para as matas do engenho Bom Sucesso; de onde ele seguiu, depois, para as matas do engenho Poções. Este seria seu último pouso, pois novamente a regularidade das diligências o obrigou a levantar acampamento, ficando ele, desta vez, sem estadia certa; indo apenas algumas vezes ao engenho Coité, o mesmo que ele escapou cerca de cinco anos antes, e onde ocorreria a sua captura.[140] Vemos então que José Leocádio migrou de acampamento em acampamento até ser, enfim, capturado nas matas do engenho de onde fugira. Talvez as constantes empresas empreendidas contra os quilombos do Vale do Cotinguiba o tenha obrigado não só a vagar "sem estadia certa", mas também a se aproximar, cada vez mais, dos seus antigos companheiros de senzala, no engenho Coité.

Neste sentido, identificar os destinos dos escravos fugidos no ato da escapada, assim como os outros ambientes que alcançavam ao longo dos dias, meses ou anos em que permaneciam sob aquela condição, e até mesmo o local onde seriam logradas as suas capturas, são dados substancialmente valiosos. Em todos os autos de perguntas que pude, até o momento, encontrar existe menção, ao menos, a uma das informações acima elencadas, o que indica que os destinos dos escravos fugidos era uma preocupação saliente entre as autoridades incumbidas de conduzir as arguições.

A partir da identificação dos locais que o escravo fugido passou desde o dia em que se empreendeu em fuga, podemos nos questionar se havia ou não uma relação direta entre os ambientes onde o escravo havia nascido e crescido e a escolha do pouso onde ele buscaria se acoitar. No Vale do Cotinguiba, indícios nos levam a crer que essa relação se fez presente de forma acentuada, pois não era incomum um negro ser apreendido em um pouso de escravos fugidos localizado a poucas braças das senzalas do engenho do seu senhor.

Não obstante os dados aqui levantados revelarem indícios fortes acerca de uma suposta padronização dos fugidos, eles são, ainda, preliminares, sobretudo devido ao reduzido número de auto de perguntas que dispomos. Todavia, creio que, dificilmente, a descoberta e a inserção de novos autos contrariem, de forma absoluta, ao que foi registrado até o momento. Isto por que, muitos das informações aqui salientadas, diante da análise desses autos, estão em

[140] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha 178. Auto de perguntas feito ao escravo Vicente, em 28 de abril de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha 178. Auto de perguntas feito ao escravo Leocádio, conhecido por José Boi, em 28 de abril de 1872.

plena concordância ao que foi registrado por outros estudiosos ao se debruçarem sob as notas de fugas, mais especialmente de Sergipe.

Enfim, vale salientar que muitos desses dados são representações não só do que era mais latente entre os fugidos, mas ainda daquilo que era mais significativo na escravaria do Vale do Cotinguiba. Sendo assim, como vimos, os escravos crioulos, do sexo masculino, adultos e que se dedicavam aos serviços da lavoura estavam entre os mais propensos a engrossar a massa de fugidos de Sergipe Del Rey. Muitos desses, antes mesmo de fugirem, aparentemente, estavam cientes dos seus destinos. Procuravam, entretanto, não se afastar muito das unidades produtivas de onde fugiam, talvez para poder se valer, de alguma forma, da cumplicidade dos seus antigos companheiros de senzalas. Essas relações envolvendo os escravos remanescentes das senzalas e os escravos fugidos, assim como as ensejadas entre esses últimos e outros membros da sociedade, serão alvo da minha investigação ainda neste estudo.

CAPÍTULO 3

"TRADIÇÃO REBELDE": QUILOMBOS DE SERGIPE DEL REY (SÉC. XVII-XIX)

Neste capítulo, buscar-se-á, *a priori*, indicar qual o contexto em que se erigiram as comunidades de escravos fugidos da capitania de Sergipe Del Rey. Esta análise, embora abreviada, nos permite perceber como, a partir do século XVII, começou a se criar ali uma espécie de "tradição rebelde" pautada na constituição de quilombos, a qual se estenderia até o século XIX, quando as matas do Vale do Cotinguiba passaram a ser ocupadas por dezenas de acampamentos quilombolas.[141] Feito isso, analiso aquele que era considerado, pelas autoridades policiais, como um dos mais perigosos redutos de escravos fugidos de Sergipe oitocentista: o quilombo do São José, então erguido nas imediações do município de Rosário.

3.1. Quilombos da capitania de Sergipe Del Rey

Em Sergipe Del Rey, as primeiras notícias sobre quilombos em seu território datam ainda do século XVII, época da sua ocupação. Segundo o Visconde de Porto Seguro, essas primeiras unidades de resistência escrava se constituíam em enormes mocambos instalados nos palmares do rio Itapicurú e articulados a partir da fuga de uma série de negros dos engenhos da Bahia e das fazendas de Sergipe.[142]

No ano de 1603, o chefe potiguar Zorobabé e mais alguns indígenas empreenderam um ataque contra essa região, mais precisamente a localizada a cerca de "quatro léguas do rio Real", onde estava instalado "um mocambo ou magote de negros da Guiné fugidos". Tal ataque resultou não só na destruição do quilombo como ainda na morte de parcela considerável dos escravos fugidos que ali residiam.[143]

---

[141] A expressão "tradição rebelde" foi tomada emprestada de Flávio dos Santos Gomes, em seu estudo sobre os aspectos que levaram a constituição dos mocambos e quilombos do Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XIX. Neste sentido, ver: GOMES, Flávio dos Santos. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). *Afro-Ásia*, n° 17, 1996, p. 7-28.

[142] Visconde de Porto Seguro. **História Geral do Brasil** (antes de sua separação e independência de Portugal). 2° edição, vol 1, p. 408. Disponível no sítio eletrônico: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01819210. Acessado em: 30 de janeiro de 2014.

[143] Frei Vicente do Salvador, **História do Brasil**, 1500-1627, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 288. Apud: Mônica Duarte Dantas. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822). *Penélope*, n° 23, 2000, p. 11. Segundo Maria Inês Côrtes de Oliveira, a expressão "negros da Guiné" foi empregada pelos portugueses, nos primeiros tempos do tráfico, em alusão ao litoral da costa ocidental africana, o qual tinha como "centro comercial a feitoria de Cachéu, subordinadas às ilhas de Cabo Verde. [...] Entretanto, à medida em que a expansão do comercio português avançou para o sul, o termo passou a ser também utilizado para designar as parte então conhecidas como Costa da Pimenta, Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos, Assim, toda a África Ocidental ao norte do Equador, do Rio Senegal ao Cabão, era conhecida então como a Guiné". Neste sentido, ver: OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram "os negros da Guiné": a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, n° 19/20, 1997, p. 38.

Novas notícias sobre quilombos na capitania de Sergipe iriam surgir em decorrência das lutas contra os invasores holandeses, em meados do século XVII. Isto por que, muitos dos conflitos armados entre os soldados oriundos de Salvador e a soldadesca advinda de Recife ocorreram em terras sergipanas, contribuindo assim não só para que a sua nascente economia local fosse consideravelmente abalada, mas também para que os escravos fugissem para as matas mais distantes dos conflitos, especialmente para as matas de Itabaiana.[144] Ali, os escravos fugidos eram corriqueiramente acusados de realizar saques e roubos aos engenhos circunvizinhos ou, mais especificamente, ao que sobraram deles após a passagem das tropas.

Na capitania de Pernambuco, os conflitos entre as tropas luso-brasileiras e as holandesas motivaram também a ação de diversos escravos fugidos, os quais eram chamados por estes últimos de *bosnegers* (negros da mata). Segundo Rômulo Nascimento, as muitas reclamações decorrentes dos ataques dos negros fugidos, mesmo após a expulsão dos portugueses de Recife, era uma indicação substancial de que "nem tudo ia bem" na administração de Maurício de Nassau.[145]

Naquela época, era comum, devido sobretudo a parca população então residente em Sergipe, se fazer uso de ameríndios no combate aos redutos de negros fugidos, como ocorreu, por exemplo, no ano de 1668, quando Fernão Carrilho comandou os ataques que destruíram os mocambos instalados nas matas de Itabaiana.[146]

Segundo Maria Thétis Nunes, a preocupação das autoridades em dar cabo desses redutos era tão significativa que abonou a divisão da capitania de Sergipe em quatro distritos: Itabaiana, Lagarto, Rio de São Francisco e Piauí. Para cada distrito foi enviado um destacamento de soldados, o qual era auxiliado por uma "Companhia de Homens Pardos" e um "Corpo de Voluntários", estes últimos comprometidos substancialmente com o ataque aos mocambos. Sob o comando da força composta pelos voluntariados estava o Capitão-mor Belchior da Fonseca Saraiva Dias, responsável ainda por todos os capitães de mato dispostos entre a Casa da Torre e o Rio São Francisco.[147]

Tais medidas, *a priori*, até surgiram algum efeito. Porém, os conflitos que resultaram na desmobilização do Quilombo de Palmares, em Alagoas, fez com que muitos negros buscassem refúgio em Sergipe, mais especialmente em uma região denominada Serra Negra. Coube ao capitão Francisco Soares realizar a dispersão e a captura desses escravos, os quais

---

[144] NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro: Tempo Brasilense, 1989, p. 202.
[145] NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Caçada aos "bosnegers". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, n° 27, dez/2007, p. 31.
[146] NUNES, 1989, p. 203.
[147] Ibidem, p. 204.

eram comumente acusados de perpetrarem diversos crimes contra os moradores "residentes de Vila Nova, Canindé, a Capital de Sergipe Del Rey".[148]

Nota-se que esses redutos quilombolas surgiram durante os processos de conquista e colonização de Sergipe Del Rey. É de supor que isso explique o porquê de se compor ordenanças e milícias logo após a criação das vilas, estando aquelas responsáveis, dentre outras coisas, pelo combate aos redutos de escravos fugidos que, ora e outra, atormentavam os moradores locais.

Segundo Maria Thétis Nunes, a região do Rio Real, a Serra Negra, as matas de Itabaiana e a região do Baixo São Francisco correspondiam às principais zonas de quilombo durante o período colonial sergipano.[149] Tais ambientes, aparentemente, foram buscados pelos escravos fugidos não só devido as suas características geográficas, mas também por serem regiões distantes dos principais núcleos populacionais então existentes, o que podia propiciar a eles maiores expectativas de manutenção da liberdade.

Todavia, como veremos no decorrer deste estudo, um pouso seguro, nem sempre, esteve associado a ambientes mais longínquos ou de difícil acesso. Isto porque, ao longo do século XIX, o que se nota foi que houve um processo de aproximação substancial entre os locais onde os mocambos seriam erigidos e os principais núcleos agroeconômicos de Sergipe Del Rey.

Essa aproximação, suponho, decorreu, dentre outras coisas, de uma maior inserção de mão de obra escrava, ocorrida no final do século XVIII, na região recortada pelo rio Cotinguiba, assim como do processo natural de crioulização demográfica dos escravos e das estratégias que puderam ser impetradas por parcela desta população, sobretudo daquela que se encontrava sob a condição de fugida. Enfim, esses elementos podem ter contribuído para que, paulatinamente, os redutos quilombolas migrassem das matas mais limítrofes para as matas mais centrais e litorâneas de Sergipe Del Rey.

3.2. Sublevações e quilombos de Sergipe, século XIX.

Nas primeiras décadas do século XIX, Sergipe foi palco de uma série de sublevações escravas. Tais atos, ou parcela considerável deles, ocorreram em consonância ao que estava

[148] Ibidem.
[149] Ibidem, p. 202.

ocorrendo em outras partes do Brasil, sobretudo na Bahia, onde ocorreu um ciclo de revoltas escravas entre 1808 e 1835.[150]

No ano de 1809, por exemplo, as medidas adotadas pelo Conde da Ponte para conter a onda de fugas e ataques impetrados por escravos aquilombados nos confins do Rio de Contas, assim como aos males causados por quatro centenas de escravos haussás, nagôs e jejes nas imediações do Recôncavo Baiano refletiram, aparentemente, em Sergipe Del Rey.[151]

Naquele ano, mais especificamente no dia 25 de fevereiro, durante a sessão da Câmara de São Cristóvão, discutiu-se sobre a denúncia que indicava existir uma "corporação de pretos" vagando "pelas partes da Cotinguiba", onde estariam, supostamente, a realizar furtos, roubos e outros insultos a população. Nesta ocasião, decidiu-se oficiar aos "Capitães Mores de Ordenanças" para que os mesmos dessem, o quanto antes, "as providencias para coibirem os pretos revoltos", de modo "que não aumentassem a dita corporação" e, assim, ficasse "inconquistável como outra república do Palmar".[152] Entre os integrantes dessa "corporação", acreditava-se estar alguns que, outrora, estavam incursos no levante baiano.[153]

Embora não detenha informações sobre que medida, de fato, fora adotada em represália aos ditos revoltosos, nota-se que em Sergipe, meses depois, passou-se a adotar o toque de recolher e a prisão arbitrária contra negros forros e escravos que, supostamente, poderiam estar envolvidos com ações criminosas; os quais, inclusive, deveriam ser açoitados publicamente no pelourinho.[154] Tais medidas, que objetivavam sobretudo inibir a emergência de qualquer ato mais insurreto contra a ordem pública e privada, logo se mostrariam insuficientes.

Segundo Luiz Mott, ocorreu em Sergipe, ao longo da primeira metade do século XIX, 17 ameaças de revoltas "por parte das gentes de cor", malgrado parte delas não passar de meras suposições ou boatos.[155] Entre essas, destacam-se as que ocorreram nos distritos de Rosário do Catete e Laranjeiras, em meados de 1824, envolvendo, respectivamente, as pessoas de Sebastião Soares e de Antônio Pereira Rebouças. Este último, mais

---

[150] Sobre o ciclo de revoltas escravas que ocorreram na Bahia na primeira metade do século XIX, ver: REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, n. 15, 1992, p. 100-126. Em estudo recente, João José Reis estudou mais uma revolta escrava, ocorrida em Salvador e nos seus arrabaldes, comandada por negros haussás. Neste sentido, ver: REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. *Topoi,* Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014, p. 68-115.

[151] Neste sentido, ver: SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 388.

[152] Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, 19-4-13. Apud: MOTT, Luiz R. B. Rebeliões escravas em Sergipe. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n° especial, 1987, p. 115.

[153] SCHWARTZ, 1988, p. 388.

[154] MOTT, 1987, p. 115; SCHWARTZ, 1988, p. 390.

[155] MOTT, 1987, p. 114.

especificamente, devido a sua notória inclinação à causa abolicionista, era acusado de ser incentivador e inflamador de escravos; o que, inclusive, acabou lhe rendendo a alcunha de "miserável neto da rainha Jinga", como alguns senhores rurais de Sergipe o chamavam.[156]

No dia 26 de junho daquele ano, uma denúncia anônima apontou Antônio Rebouças como sendo o suposto autor de algo ainda mais pavoroso para a época, vejamos:

> [...] Uma pequena faísca faz um grande incêndio. O incêndio já vai lavrando. No jantar que deram nas Laranjeiras os Mata-Caiados, se fizeram três saúdes: a primeira à extinção de tudo o quanto é do Reino, a que chamam de marotos; a segunda a tudo quanto é branco do Brasil, a que chamam caiporas; a terceira a igual das de sangue e de direitos. Que tal e bem alerta. Um tal menino R.....[*de Rebouças*] irmão de outro bom menino, fez muitos elogios ao Rei de Haiti, e porque não entendiam, falou mais claro – São Domingos, o grande São Domingos. Não houve manobra, Vossa Exa. tome cuidado. [...] Acudir enquanto é tempo [...].[157]

Trata-se, como vemos, de acusações substancialmente alarmantes e que deveriam, no mínimo, serem apuradas pelas autoridades, sobretudo pelo Governador das Armas, para quem a dita denúncia foi dirigida. Porém, no dia seguinte a essa revelação, ou seja, antes mesmo de se atestar com veemência o que, de fato, foi pronunciado naquele suposto jantar incendiário, diversos pasquins com os dizeres "Viva os negros e mulatos, morão [morrão] os marotos e caados [caiados]" passaram a circular em Laranjeiras, fazendo com que, obviamente, a população local ficasse atemorizada.[158]

Enquanto isso, no distrito de Rosário do Catete, localizada a apenas algumas léguas de distância de Laranjeiras, outra denúncia apontava novamente ser Antônio Pereira Rebouças – desta vez em consórcio com Sebastião Soares – o suposto idealizador de um levante de escravos. Este, agendado para a noite de Natal daquele ano e que contaria ainda com o apoio de muitos pretos forros, seria realizado com o suposto objetivo de matar "tudo quanto fosse branco" e aclamar a República.[159]

Há tempos o Haiti se instalara, sem data de partida ainda definida, no Império do Brasil. Temia-se que aqui se reproduzissem cenas equivalentes às das ocorridas, no ano de 1790, na ilha de São Domingos, onde negros e escravos lograram êxito em uma revolução contra os brancos.[160]

---

[156] Neste sentido, ver: GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros.** Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
[157] NA, IG¹, 105, fl. 119. Apud: MOTT, 1987, p. 117.
[158] NA, IG¹, 105, fl. 117. Apud: MOTT, 1987, p. 116.
[159] Jornal **Soldado de Tarimba**. Bahia, 1828. In: Biblioteca Nacional, I-31, 13, 13, fl. 2. Apud: MOTT, 1987, p. 118.
[160] Neste sentido, dentre outros, ver: SOARES, Carlos Eugênio Soares e GOMES, Flávio. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista. Outras margens do Atlântico negro. *Novos Estudos. CEBRAP*, n° 63, Julho/2002, p. 131-144.

No Rio de Janeiro, por exemplo, em 1805, ou seja, apenas um ano após se proclamar a independência do Haiti, não era incomum se deparar com negros que adornavam seus pescoços com medalhões contendo o retrato de Jean-Jacques Dessalines, comandante das forças dominicanas.[161] Já em Pernambuco, anos depois, o alvo das consignações recairia sob um tal Cristovam, em alusão Henri Cristophe, Imperador do Haiti.[162]

Essas menções ao Haiti – São Domingos –, sobretudo aquelas que datam do início da década de 1820, estão em plena consonância com o que era bafejado, aos quatro cantos, diante da eminência da queda dos entraves coloniais que atavam o Brasil a Portugal. Segundo João José Reis,

> os escravos ouviam aquilo sisudamente e muitos traduziam o falatório dos brancos em causa própria, sobretudo os escravos crioulos, negros nascidos no Brasil que apostaram na possibilidade de se libertarem da escravidão real da mesma forma que os patriotas diziam querer libertar o país da metafórica "escravidão" colonial.[163]

Em que pese em Sergipe também ter sido dado "saúdes" ao "Rei do Haiti" e ao "Grande São Domingos", estas aclamações estavam inseridas em um esquema meticuloso que buscava vincular o referido Antônio Pereira Rebouças, então secretário da província, com um suposto plano de sedição escrava, pautado, como vimos, no espectro do Haitianismo, conforme indicou Edna Matos.[164] Anos depois, contraditoriamente, seria dada a Antônio Pereira Rebouças a incumbência de "acautelar" os escravos do seu sogro diante o sinistro levante de negros nagôs que estava na iminência de ocorrer em Salvador.[165]

Todavia, embora arquitetado, indícios nos levam a acreditar que parte da escravaria residente em Sergipe se valeu, de alguma forma, dessas querelas políticas ocorridas ao longo do ano de 1824 para promover revoltas e motins, uma vez que eles se acentuariam nos anos seguintes.

Em janeiro de 1827, o Conselho do Governo da Província de Sergipe registrou, embora superficialmente, o empenho do coronel Manoel Ignácio da Silveira para dispersar

---

[161] Ver: REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. "Nos achamos em capo a tratar da liberdade". *Revista USP*, São Paulo, vol. 28, dez/fev 95/96, p. 14-39.
[162] Ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2.ª ed.. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 197.
[163] REIS, João José. *Op. cit.*, p. 28.
[164] ANTONIO, Edna Maria Matos. "A independência do solo que habitamos": poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750/1831). Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2011, p. 343.
[165] Neste sentido, ver: REIS, João José. **Rebeldia escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Ed. rev. e ampl.. São Paulo: Companhias das Letras, 2003, p. 128.

"ajuntamentos mormente de escravos" nas imediações da povoação de Estância. Parte desses negros acabaria sendo presa e açoitada.[166]

No dia 30 de setembro desse mesmo ano, outra denúncia sobre levante de escravos em Rosário de Catete chegou as autoridades; porém, desta vez, nada de especulações, mas sim vítimas e sangue. Segundo Hermenegildo José Telles de Menezes,

> Neste momento, escapo por milagre de Maria Santíssima, de ser vítima do furor de um partido de escravos Nagôs meus do engenho Porteira, Caraíbas, Maroim, Taverna, Várzea, Sítio, Santa Bárbara, de cujo ataque fica um filho meu a expirar e três forros meus vizinhos, e dois escravos não nagôs que foram defensores de minha vida, mulher e filhos. Se acham nove bem maltratados, além de dois suponho mortos. Passo a V. Exa. esta participação e logo quero dar providencia pois desconfio que estavam recolhidos nas matas de que vive cerca e suponho voltarão na seguinte noite.[167]

Essa denúncia apontou, mais uma vez, a presença de nagôs na liderança de uma sedição escrava em Sergipe. Tal sublevação, nos dias seguintes, alcançou outros engenhos de Rosário do Catete como o Sítio, o Periperi, o Unha de Gato, o Vargem e o Pati, onde boa parte dos escravos insurgidos fugiu "para os matos". Na caçada que se empreendeu, a partir de então, contra eles, poucos acabaram sendo preso, porém muitos mortos.

Em outubro de 1827, embora a onda de sublevações nos engenhos se mostrasse "mais pacificada",[168] denúncias atestavam que ainda existiam "muitos escravos dispersos pelas matas da Cotinguiba". Segundo o tenente coronel Manoel Rodrigues do Nascimento,

> Os negros de nação Nagô tinham formado de acordo entre si o desígnio de uma guerra servil cujo plano era massacrar todos os brancos, principiando pelos senhores, e ficarem de posse do terreno, [...] projeto que só foi desfeito facilmente pela força oposta, por se terem enganado (como dizem) com o dia aprazado ou o que é provável, por se terem pois acelerado no rompimento [...].[169]

E, apesar de "se ter cortado a cabeça da *Hidra* da conjuração" e se achar que o "mal" estava "sedado", não se podia declinar, de forma alguma, dos cuidados contra aqueles "tigres esfaimados", uma vez que eles, no futuro, poderiam "causar maiores danos e desgraças incalculáveis", continuou o dito tenente coronel Nascimento.

A decapitação da "Hidra", citada acima, era uma alusão a Hidra de Lerna, animal da mitologia grega que residia em um pântano nas imediações do lago de Lerna. Possuindo corpo de dragão, hálito venenoso e nove cabeças de serpente, a Hidra de Lerna era considerada,

---

[166] Ata da sessão do Conselho de Governo da Província de 12 de janeiro de 1827. Apud: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Ano II, fascículos III e IV, vol. II, 1914, p. 353.
[167] APES. Pacotilha: 174. Ofício do Coronel Comandante Manoel Rolemberg d'Azevedo Auciolli ao Vice-Presidente de Sergipe, de 25 de março de 1827. Apud: MOTT, 1987, p. 120.
[168] APES. Pacotilha: 125. Ofício do Tenente-Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice-Presidente de Sergipe, de 6 de outubro de 1827. Apud: MOTT, 1987, p. 122.
[169] AN, IJJ^{9}, fl. 161, n° 55. Ofício do Tenente-Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice-Presidente de Sergipe, de 6 de outubro de 1827. Apud: MOTT, 1987, p. 124.

praticamente, um ser indestrutível. Entre os que se arriscaram pântano adentro na tentativa de matar o dito animal estava Hércules, que se frustrou ao notar que enquanto decepava uma das cabeças da Hidra, a parte cortada não só se se regenerava como ainda se multiplicava; ou seja, para cada decapitação, não só uma, mas duas cabeças surgiam em seu lugar. Para impedir o poder de regeneração da Hidra, Hércules se viu coagido então a buscar o apoio do seu sobrinho, Iolau, o qual passou a cauterizar o corte das cabeças com uma tocha. Sendo assim, enquanto Hércules decapitava, Iolau cauterizava. Tal procedimento foi repetido até que restasse, enfim, a dita cabeça imortal, a qual, após ser cortada, foi não só enterrada, em uma profunda vala, como posta ainda sob uma enorme rocha.

Em 1878, o Ministro da Justiça do Império do Brasil se valeu do mesmo mito da Hidra de Lerna para se referir a necessidade de se adotar medidas mais astutas contra as diversas comunidades de escravos fugidos que insistiam em se reproduzir nas imediações do Iguaçu, na província do Rio do Janeiro. Para Flávio dos Santos dos Gomes, o uso dessa metáfora foi substancialmente oportuna, na medida em que permitiu não só ele indicar como os quilombos do Iguaçu se erigiram e se disseminaram, mas também como se engendrou, em torno dos mesmos, uma ampla rede de solidariedade que alcançava diversos membros da sociedade escravista, sobretudo aqueles inseridos nas comunidades das senzalas.[170]

Em Sergipe Del Rey, a menção a Hidra de Lerna foi empregada com o intuito de alertar o governo da província sobre a necessidade de se adotar ainda mais medidas contra a perpetração de sublevações escravas. Afinal, diante da repressão, muitos insurretos foram mortos – ou seja, muitas cabeças foram decapitadas –, mas outras continuavam incólumes.

E, de fato, estavam. Isto por que, no ano de 1828, Rosário do Catete seria, novamente, convulsionado por uma sedição promovida por escravos. Em uma denúncia dirigida ao presidente da província, Inácio José Vicente da Fonseca, lia-se que "os escravos da nação Nagô dos engenhos Mato Grosso, Maria Telles e Periperi", estavam a seduzir os escravos do engenho das Porteiras para se sublevarem durante as comemorações "da Semana Santa". Tal levante contaria, inclusive, com a possível participação de crioulos.[171]

Esse suposto acerto entre os escravos "de nação nagô" e os escravos do engenho Mato Grosso foi, aparentemente, denunciado por outro escravo nagô, de propriedade do tenente coronel Sebastião Gaspar de Almeida Boto. A "fidelidade" prestada por este escravo, o qual,

---

[170] Neste sentido, ver: GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. ver. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ver também, do mesmo autor: **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidade de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

[171] APES. Pacotilha: 174. Ofício do coronel comandante Manoel Rollemberg d'Azevedo Auciolli ao Presidente de Sergipe, Inácio José Vicente da Fonseca, s/d., Apud: MOTT, 1987, p. 125.

me parece, não era bem quisto pelos outros nagôs, pode ter sido preponderante para que o levante não lograsse êxito. Segundo Manoel Rollermberg d'Azevedo, diante a notícia de uma nova "sublevação de pretos" que ocorrera, há poucos, na Bahia, era de se supor que houvesse alguma "correspondência" entre os escravos "daquela com os desta província".[172] Em 27 de março de 1828, o presidente de Sergipe recomendou que se adotassem medidas de prevenção contra sublevações de negros em decorrência sobretudo das insurreições escravas que estavam, naquele instante, pondo a Bahia em convulsão.[173] Ou seja, não poucas "convulsões" ocorridas na Bahia refletiram no estado social de Sergipe.

Na primeira metade do século XIX, ao menos no que concerne à paz social, a Bahia se mostrou, muitas vezes, ser uma vizinha substancialmente incômoda. Neste sentido, não era de se esperar que a província de Sergipe Del Rey passasse inerte pelo ano de 1835, data em que diversos negros mulçumanos conclamaram seus irmãos a se sublevarem na cidade de Salvador; episódio este conhecido, comumente, como "Revolta dos Malês".[174]

Poucos dias após esse afoito ensaio insurreto nas ruas de Salvador, o presidente de Sergipe, ao se dirigir a Assembleia recomendando mais prudência no momento de se decidir sobre o número de soldados que deveriam compor a força policial da dita província, atentou sobre:

> [...] a situação desta província quanto a sua população. Não ignorais, que so homens livres a não formam, e que para policiar esta segunda parte da população [escrava] é força que o Governo tenha gente armada e assoldadada à sua disposição. [...] Essa insurreição, que acaba de ter lugar na Bahia, é prova assaz convincente da minha asserção.[175]

Neste sentido, o clamor do presidente estava embasado sobretudo na necessidade de se conter aquela "segunda parte da população", a escrava, a qual, na Bahia, estava, há pouco, levantada. É de supor que se tratava de uma simples, mas importante, alusão a "Revolta dos Malês", ocorrida cerca de um mês atrás em Salvador.[176]

Ainda naquele ano, mais especificamente no dia 31 de março de 1835, Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, dito presidente de Sergipe, disponibilizaria ao Tenente Coronel Comandante Geral do Corpo de Permanentes, José Joaquim de Abreu e Seixas, cerca de mil cartuchos para

---

[172] APES. Pacotilha: 174. Ofício do coronel comandante Manoel Rollemberg d'Azevedo Auciolli ao Presidente de Sergipe, Inácio José Vicente da Fonseca, 25 de março de 1828. Apud: MOTT, 1987, p. 125.
[173] APES. GL[134]. Ofício do Presidente Fonseca a várias autoridades municipais, datado de 27 de março de 1828. APES. Pacotilha: 174. Apud: Luiz R. B. Mott. *Op. cit.*, p. 126.
[174] Neste sentido, ver: REIS, João José. **Rebeldia escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Ed. rev. e ampl.. São Paulo: Companhias das Letras, 2003.
[175] Ofício do Presidente de Sergipe, Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, ao Tenente Coronel Comandante Geral do Corpo de Permanentes de Sergipe, José Joaquim de Abreu e Seixas. In: Relatório de todos os atos do Governo da Província de Sergipe, 1835, p. 55.
[176] Ibidem, p. 6.

serem empregados contra "escravos insurgidos" que se encontravam, de acordo com os "rumores vagos", aquilombados "nos subúrbios" da vila de Laranjeiras.[177]

Nenhuma dessas medidas, aparentemente, surtiu efeito, uma vez que, com a aproximação das "festas de Natal" daquele ano, os escravos se mostraram ainda sumariamente inquietos, a ponto de ser crer, mais uma vez, que uma "sublevação de africanos" estava sendo arquitetada.[178]

Por anos, devido sobretudo a repercussão que o episódio dos malês na Bahia alcançou, se receou que levantes escravos pudessem ocorrer, a qualquer momento, em diversos pontos do Brasil. Nesse contexto, substancialmente amedrontador, criou-se um simbolismo, até certo ponto, macabro sob os negros africanos, mais especialmente sobre aqueles oriundos da costa ocidental como, por exemplo, os nagôs citados, repetidamente, acima.[179]

Sabe-se que, a partir dessa insurreição, algumas medidas passaram a ser empreendidas com o intuito de conter outras sublevações e insurreições escravas no Brasil Imperial. Talvez, entre essas, a de maior impacto para a escravaria foi o emprego da pena de morte aos escravos que impetrassem crimes contra a vida dos seus senhores e feitores, conforme indicava o Art. 1° da Lei N° 4 de 10 de junho de 1835.

No entanto, enquanto persistiu o regime escravista, persistiu também a rebeldia escrava. Em 11 de janeiro de 1836, o *Noticiador Sergipense* divulgou, na sessão "Governo da Província", um documento onde se indicava que, na manhã do dia 12 de janeiro daquele ano, "mais de cem escravos" do engenho Limoeiro, de propriedade do Capitão Gonçalves de Faro Leitão e Menezes, se apresentaram – "armados de espingardas, bacamartes, chuços, machados e foices" – diante da cadeia da vila de Santo Amaro das Brotas com o intuito de retirarem os presos Agostinho, Marcelino e outro escravo do senhor Gonçalo, os quais se encontravam ali reclusos.[180]

Nessa ocasião, recomendou-se o emprego de medidas convenientes que impedisse que a dita sublevação não alcançasse sobretudo os distritos de Laranjeiras, Maruim, Rosário do

---

[177] Ofício do Presidente da Província de Sergipe, Doutor Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, ao Tenente Coronel Comandante Geral do Corpo de Permanentes da Província de Sergipe, José Joaquim de Abreu e Seixas, datado de 31 de março de 1835. Ver: Relatório de todos os atos do governo da Província de Sergipe na presidência do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa e por ele publicados. Bahia: Typ. do Correio Mercantil, 1835, p. 55.

[178] APES. Pacotilha: 383. Ofício do Juiz de Paz de Maruim ao Vice-Presidente de Sergipe, de 10 de dezembro de 1835. Apud: MOTT, 1987, p. 127.

[179] Neste sentido, dentre outros, ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano e GOMES, Flávio dos Santos. "Com o pé sobre um vulcão": africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840), *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n° 2, 2001, p. 1-44.

[180] Ofício do Presidente da Província de Sergipe, Manoel Joaquim Fernandes de Barros, ao Juiz de Paz da Vila de Santo Amaro, Manoel Pereira Coelho, datado de 12 de janeiro de 1836. Ver: Governo da Província. **Noticiador Sergipense**, n° 78, de 19 de janeiro de 1836, p. 3-4.

Catete e Socorro, de modo a não permitir mais "qualquer reunião de escravos"; os quais, uma vez juntos, deveriam ser, tão logo, "dispersos".[181]

Tais distritos estavam incursos no Vale do Cotinguiba que, àquela época, já possuía o maior plantel de escravos de Sergipe, razão pela qual se buscaria impedir a disseminação da insurreição por aquelas paragens. Já a dispersão de qualquer reunião de escravos, estivesse eles sob a condição de fugidos ou não, era uma medida que vinha sendo empregada, há tempos, pelas autoridades militares. Embora os batuques, os sambas e as rodas de capoeira fossem os principais alvos, reuniões mais singelas deveriam também ser inspecionadas e dispersadas pelos destacamentos policiais.

Lembremos que, em muitos casos, o emprego da violência contra os negros que integravam essas reuniões acabou sendo motivado pela indicação de que, a partir dali, podiam ser alcançadas consequências ainda mais calamitosas, quiçá uma nova "República de Palmar", como indicou, em 1809, uma autoridade da capitania de Sergipe Del Rey.

Na edição do *Correio Sergipense*, datada de 07 de dezembro de 1842, por exemplo, o redator deixou claro a sua preocupação sobre o que podia ser vivenciado caso não se adotasse as medidas para dispersar um suposto coito de negros fugidos. Segundo ele, o desprezo que, "algumas vezes", se dava aos "boatos" sobre reuniões de pretos fugidos se mostrou "fatal em algumas províncias", sobretudo naquelas onde se introduzia "maiormente" os "africanos nagôs"; os quais, de acordo com a nota, abundavam em Sergipe.[182]

Neste sentido, ele recomendou que a Secretaria de Polícia investigasse, o quanto antes, a denúncia que apontava a presença de pretos fugidos "aquilombados" nas "imediações das matas da Pitanga, Merém e Prata". E que, caso esta fosse verdadeira, se empregassem os meios necessários para "capturar os referidos escravos", enquanto eles não formavam um grupo maior, o qual poderia emanar "maiores incômodos" para destruí-lo.[183] Infelizmente, não dispomos de informações sobre qual foi a medida adotada pela Secretaria de Polícia ao saber sobre aquele suposto pouso de pretos fugidos, se é que alguma medida foi, de fato, empreendida.

Se, ao longo da primeira metade do século XIX, os senhores de engenhos se mostravam muito mais preocupados com os atos insubordinados e as sedições que, supostamente, estavam sendo encabeçadas por escravos nagôs, na segunda metade do dito

---

[181] Ofício do Presidente da Província de Sergipe, Manoel Joaquim Fernandes de Barros, ao Juiz de Paz de Laranjeiras, Francisco Alves Brito, datado de 12 de janeiro de 1836. Ver: Governo da Província. **Noticiador Sergipense**, n° 79, 22 de janeiro de 1836, p. 4-5.
[182] **Correio Sergipense**, n° 405, de 07 de dezembro de 1842, p. 4.
[183] Ibidem.

século, essas preocupações recairiam substancialmente sobre os crioulos que se encontravam arranchados nas matas circunvizinhas as suas propriedades. Percebe-se, assim, que ocorreu uma mudança no perfil do escravo que impunha mais medo aos seus senhores e que, por isso, deveria estar mais sob vigília.

No que concerne aos atos coletivos impetrados pelos negros da África, estes, praticamente, desapareceram da documentação ordinária da polícia sergipana na segunda metade do século XIX. Todavia, encontramos ainda denúncias contra atos individuais cometidos por negros africanos. Atos esses que deveriam, obviamente, não só serem investigados como também repreendidos. Por exemplo, no dia 28 de abril de 1878, Pedro José da Rocha, delegado de Japaratuba, se reportou ao chefe de polícia de Sergipe indicando que um africano de nome Julião, ex-escravo de um senhor chamado Pelino, se encontrava "estabelecido de portas abertas, como um médico, fazendo curativos [ou 'feitiços']" e que, inclusive, já havia "ganho soma considerável para comprar casa, mobília e passar a fidalgo". Mesmo ciente que o dito preto não retirava a força "o dinheiro da algibeira" daqueles indivíduos que o procuravam, o chefe de polícia, em resposta ao delegado de Japaratuba, ordenou que se procedesse "um rigoroso inquérito" contra Julião.[184]

Na medida em que se aproximava da segunda metade do século XIX, nota-se que as denúncias sobre coitos quilombolas iam, paulatinamente, aumentando em Sergipe. Em 28 de agosto de 1846, por exemplo, o subdelegado de Maruim indicou que um pouso de escravos fugidos estava instalado "nos matos entre os engenhos Unha de Gato, Pedras, Maria Teles e Sítio dos Oiteiros". Segundo ele,

> [...] se acham reunidos dez, doze ou mais escravos fugidos, acoitados e armados de bacamartes, facas de ponta e outras armas de defesas somente tratando de roubar e incomodar assim ao sossego público, como por diversas pessoas tem sido este juízo sabedor, desse ajuntamento, constando mais, que saem do rancho todas as noites, [...] e que tem roubado bois, arrombado casas nos Oiteiros e atacando e roubando a quem encontram pelos caminhos, estando esses escravos dispostos a ofenderem a quaisquer que a ele chegarem, entrincheirados nos matos, de forma que se torna necessário fazê-los dispersar e captura-los a fim de que não tenha progresso o ajuntamento deles, que de toda a sorte se torna gravoso aos habitantes deste termo, podendo ser até que nesse número esteja um escravo Victor do Tenente Coronel José Nobre Paes de Azevedo Faro, que sendo preso nesta vila roubando duas casas, evadiu-se da prisão, e se acha pronunciado por este juízo, assim como o guarda de polícia, que negligente o deixou fugir. Também consta pertencerem ao rancho os escravos do Major José Vieira e Almeida, do falecido Antônio José e de Luiz Barbosa Madureira, e por que este juízo não possa dar as providencias necessárias, que urge o bem público pela falta de força, visto que a Guarda Nacional não se acha municiada e em estado de tais diligencias, que podem trazer consigo algum desastre logo que haja rompimento do fogo da parte desses negros armados, sirva-se pois V. Sa. tomar em consideração quanto exponho e instruir-me do que devo praticar,

[184] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 08. Ofício do 1° suplente do delegado de Japaratuba, Pedro José da Rocha, ao chefe de polícia da província de Sergipe, de 2 de abril de 1878.

> dando V. Sa. as providencias que achar justas a vim tal fim com uma força que faça respeito, e seja suficiente para se dar cerco no mencionado rancho.[185]

Ou seja, para José Francisco, aludido subdelegado, aquele coito reunia um número considerável – "dez, doze ou mais" – de escravos fugidos, os quais, munidos de diversas "armas de defesas", saiam dos ranchos na calada da noite e incomodavam, substancialmente, o sossego público, na medida que impetravam roubos e arrombamentos, assim como ataques aos que, supostamente, planejavam alcançar seus coitos. Tais escravos, de acordo com ele, deveriam, imediatamente, serem dispersos e capturados, de modo que aquele coito não se perpetuasse.

Tanto as matas dos engenhos Unha de Gato e Periperi como a de muitos outros engenhos disposto no Vale do Cotinguiba apareceriam ainda como supostos pousos de quilombolas. Seriam nessas matas, alocadas não muito distantes das instalações dos engenhos, onde seriam erigidos os principais acampamentos de escravos fugidos de Sergipe Del do século XIX. Tratava-se de quilombos compostos por poucos ranchos rústicos, montados com materiais encontrados nas próprias matas, de estruturas menos complexas e onde estavam reunidos algumas poucas dezenas de negros, parcela considerável deles evadidos de senhores que residiam naquela mesma região.

Esses quilombos seriam a maior problemática então encarada pelas autoridades policiais do Vale do Cotinguiba, sobretudo diante da necessidade de manter a ordem privada e pública dentro de um contexto social substancialmente conturbado. Segundo os dados arrolados por Sharyse Amaral, aproximadamente 30 engenhos do Cotinguiba acabaram sendo apontados como pontos de instalações de quilombos ou, simplesmente, como local de refúgio de quilombolas.[186]

Estando preocupados com a presença dessas comunidades nos perímetros das suas responsabilidades, algumas autoridades policiais passaram a produzir, de modo rotineiro, documentos onde abordavam, dentre outras coisas, os males causados pelos escravos fugidos, assim como as atividades que estavam sendo empreendidas contra a perpetuação dos seus quilombos.

Foi a partir da análise desses reclames que pude perceber que, se a reminiscência da resistência escrava por meio dos quilombos se mostrava ainda presente em Sergipe Del Rey,

---

[185] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 05. Ofício de José Francisco, subdelegado de Maruim, a Henrique Jorge Rebello, chefe de polícia de Sergipe e juiz de direito de Sergipe da província de Sergipe, de 28 de agosto de 1846.

[186] AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: escravidão e liberdade em Sergipe (Cotinguiba: 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Diário Oficial, 2012, p. 182.

mais especialmente no Vale do Cotinguiba, essa estaria então sendo impetrada por "novos" sujeitos. Explico. Tais documentos não mais apontam os negros oriundos da África como atiçadores, colocando-os no centro da rebeldia escrava, onde os nagôs eram comumente postos até meados do século XIX.

Em Sergipe da segunda metade desse século, não obstante a rebeldia por meio da ereção dos quilombos estar sendo desenvolvida nas mesmas paragens, ou seja, nas matas dos engenhos do Vale do Cotinguiba, eram os escravos crioulos que estariam agora no centro dessa problemática. É de supor que existisse uma relação direta, embora difícil de ser percebida, entre o que os escravos crioulos estavam empreendendo naquele momento com o que, outrora, acabou sendo empreendido por escravos da África, mesmos estes sendo minorias.

Se no ano de 1828 eram os escravos nagôs do engenho Maria Telles que estavam envolvidos em uma suposta sedição a ser realizada durante a Semana Santa, no ano 1846, as matas desse mesmo engenho estava sendo usada como pouso de quilombolas. Enquanto que, em 1876, seria capturada nessa mesma mata a negra Angélica, apontada então como amasia de um dos quilombolas mais procurados da província de Sergipe Del Rey.

Tal realidade pode ser demonstrada ainda para o Peri-Peri, outro engenho supostamente envolvido naquela sedição arquitetada pelos escravos nagôs entre os anos de 1827 e 1828. Isto por que, no ano de 1873, uma operação comandada pelo oficial João Batista da Rocha Banha capturaria nos matos desse mesmo engenho três escravos fugidos, "perdendo-se a captura de mais quatro por ser insignificante o número de praças" de que dispunha no momento da diligência.[187]

Nota-se, desse modo, que pelo espaço de quase meio século o engenho Maria Teles e o Peri-Peri seriam palcos, *a priori*, de sedições escravas para, depois, servirem de esconderijo para escravos fugidos.

Em outros casos, muito embora não se pudesse atestar a perpetuação de atos de indisciplina escrava dentro de um mesmo espaço, percebe-se que aquela tradição rebelde podia estar ainda em voga. Thomazia, crioula, ao ser capturada no ano de 1873, indicou que se evadiu do engenho Santa Bárbara, ou seja, mais uma propriedade onde, naquele ano de 1827, os escravos nagôs seriam acusados de comandar mais uma sublevação.

Tomando, desse modo, como ponto de referência os nomes de alguns engenhos do Vale do Cotinguiba e as matas que estavam nos seus entornos, pode-se indicar que parte das

[187] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 393. Ofício do tenente João Batista da Rocha ao doutor Manoel José Espínola Júnior, de 1° de fevereiro de 1873.

propriedades onde ocorreram insurreições escravas na primeira metade do século XIX, passaram a ser, algumas décadas depois, pousos de comunidades quilombolas. É de supor ainda que existisse uma memória preservada na região sobre esses atos de rebeldia, inclusive por parte dos escravos, uma vez que, conforme vimos anteriormente, uma das principais características da escravaria alocada no Vale do Cotinguiba era a sua elevada estabilidade.

É um pouco das experiências e das trajetórias vivenciadas pelos escravos que escolheram, em determinado momento das suas vidas, residir em comunidades quilombolas que se pretende aqui estudar. Entretanto, antes de abordar as suas experiências, opto por discutir o modo como esses núcleos de resistência escrava serão aqui nomeados, sobretudo porque parece não existir um consenso, entre os pesquisadores de Sergipe, acerca de qual deve ser a expressão mais adequada para conceituar os redutos onde os quilombolas se reuniam.

Muito embora concorde com Maria Nely Santos que as próprias autoridades policiais de Sergipe usaram as palavras "coitos", "ranchos", "arranchamentos", entre outros, como sinônimos no momento de mencionarem os acampamentos de escravos fugidos instalados nas matas, não restam dúvidas de que parte desses senhores as distinguiram quando usaram estas e outras expressões em um mesmo documento. Tais distinções, que aparecem, na maioria das vezes, sutilmente na documentação policial, são notadas mais precisamente quando analisamos contra o que as autoridades estavam indicando que deveriam marchar e, de modo mais especial, quando elas queriam se reportar ao que encontraram durante as suas incursões nas matas.

Em março de 1872, por exemplo, ao demostrar o seu comprometimento no combate aos quilombos instalados nas imediações da Vila de Rosário, João Batista da Rocha acabou indicando que destruiu os dez ranchos que pôde encontrar durante a diligência que comandou contra as matas do engenho Capim-Assú. Três desses ranchos aparentavam ser novos, enquanto que o restante, segundo ele, parecia ser mais antigo.[188]

Em outra ocasião, porém ainda na Vila de Rosário do Catete, o delegado revelou que encontrou "apenas muitos ranchos" abandonados na empresa que comandou contra o quilombo das matas do engenho Floresta.[189] Menos de uma semana depois, essa mesma

[188] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Ofício do alferes João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de província de Sergipe Del Rey, senhor dr. Joaquim Barbosa Lima, em 10 de março de 1872.
[189] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de polícia da Vila de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de província de Sergipe Del Rey, senhor dr. Joaquim Barbosa Lima, em 15 de março de 1872.

autoridade indicou que se deparou com seis ranchos durante um cerco que acabara de empreender contra os "canaviais do engenho Peri-Peri".[190]

Em outra diligência, desta vez contra um quilombo existente nas imediações da Vila de Japaratuba, mais especialmente nas matas do engenho Várzea Grande, os soldados conseguiram apreender apenas as rações e uma porção numerosa de açúcar que estavam depositados em "dois ranchos".[191] Em Capela, no curso de uma marcha contra um quilombo disposto nas matas do engenho Coqueiro, os soldados puderam encontrar "quatro ranchos de palha", contendo em cada um deles algumas poucas camas. Em outro ataque, mas ainda na Vila de Capela, os soldados se depararam com "cincos ranchos novos".[192]

Nota-se que essas autoridades estavam realizando uma distinção entre o mau a ser debandado, ou seja, a questão que motivou a arregimentação dos soldados, neste caso o quilombo, e o que eles estavam encontrando durante as inspeções: os ranchos, como então designaram as estruturas rústicas erigidas pelos quilombolas no interior das matas.

Quanto ao nome quilombo, não restam dúvidas que este aparece de modo muito corriqueiro na documentação produzida pelas autoridades de Sergipe Del Rey. Trata-se, certamente, da expressão mais empregada por esses indivíduos quando queriam mencionar o acampamento de escravos fugidos contra o qual acabaram marchando ou que estavam na iminência de marchar; não obstante, em algumas poucas ocasiões, ela ter sido empregada como meio de designar os próprios quilombolas.

Em agosto de 1871, o número de notícias e denúncias que retratavam os supostos males provocados pelos escravos fugidos do Vale do Cotinguiba pareciam preocupar sobremaneira a autoridade que ocupava, interinamente, o posto de chefe de polícia de Sergipe, a ponto de ele ordenar a criação de "um maço especial com o rótulo de Quilombos", onde deveria ser armazenado "todos os [documentos] relativos".[193] Não por acaso, pude notar que, a partir de então, parte das correspondências endereçadas a maior autoridade policial de Sergipe abordando denúncias, diligências e/ou capturas de quilombolas passaram a apresentar o nome "Quilombos" rubricado na parte superior, assim como se pode observar na imagem abaixo.

---

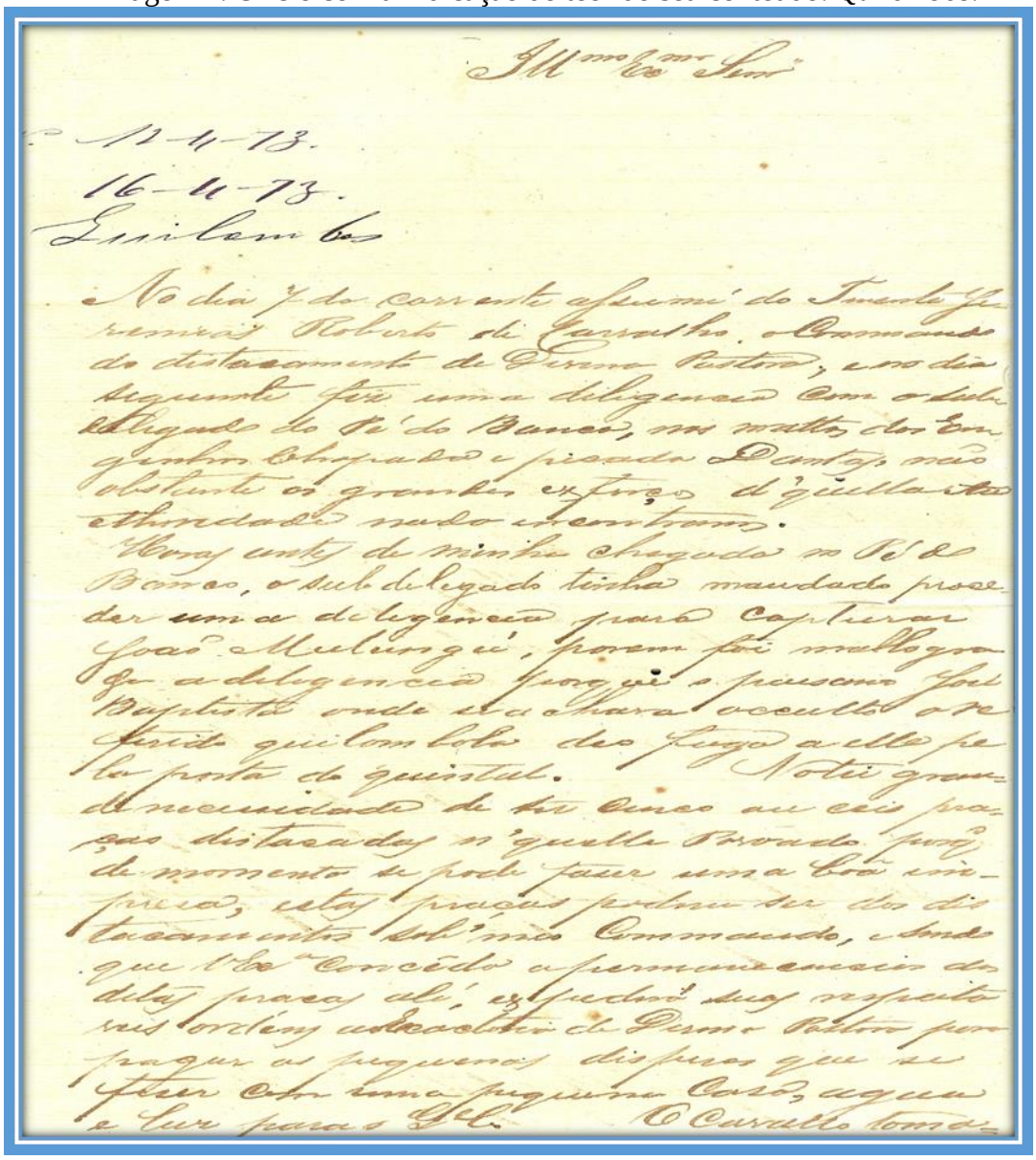
[190] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de polícia da Vila de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia da província de Sergipe Del Rey, senhor dr. Joaquim Barbosa Lima, em 17 de março de 1872.

[191] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 363. Ofício do Juiz Municipal da Vila de Japaratuba ao chefe de polícia de Sergipe de Sergipe, de 28 de julho de 1872.

[192] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 363. Ofício do 1° suplente em exercício do juiz municipal de Capela, Manoel Pereira dos Anjos, ao chefe de polícia da província.

[193] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do 2° suplente em exercício do delegado de Divina Pastora, Antonio de Melo, ao chefe de polícia interino de Sergipe, de 07 de agosto de 1871.

Imagem 1. Ofício com a indicação do teor do seu conteúdo: *Quilombos*.



Fonte: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 393. Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 10 de abril de 1873.

No que concerne ao nome mocambo, o qual Maria Nely Santos indicou ser o mais adequado para designar os núcleos erigidos pelos quilombolas nas matas de Sergipe Del Rey do século XIX, sobretudo, segundo ela, devido "as peculiaridades dos levantes de escravos" e as "características geográficas e demográficas" da própria província, não me parece ser muito comum no vocabulário policial da época; razão pela qual ele quase não consta na documentação que pude então analisar.[194] Na verdade, o nome mocambo aparece no estudo da

[194] No ano de 2008, no curso de uma entrevista concedida ao Jornal Comunitário, de responsabilidade da Universidade Tiradentes, a professora Maria Nely indicou que, durante as suas pesquisas, ela pôde constatar "a inexistência da formação de quilombos, mas sim mocambos pelos escravos fugitivos em Sergipe do século XIX". Neste sentido, ver: "A história de quem faz história". Jornal Comunitário, Aracaju, ano 2, n° 6, maio de 2008, p. 4.

dita autora como sinônimo da palavra rancho, sendo assim empregado para designar o "abrigo, construído com material precário" encontrados nas matas, dos quilombolas.[195]

Todavia, como disse, na documentação que, até o presente momento, pude coletar, o nome mocambo sequer aparece com regularidade. Na verdade, essa expressão aparece apenas no auto de resistência e apreensão de um quilombola, datado de abril de 1872, onde se pode ler o seguinte:

> [...] na diligência não pudemos apesar de maiores esforços conseguir a prisão dos escravos resistentes, a exceção do escravo ferido chamado Victorino, pertencente aos senhores do engenho Palma. Entretanto, procedendo a busca nos *dois mocambos de palha* que encontramos nas ditas matas [dos engenhos Aroeira e Brejo, ambos de Laranjeiras], apreendi sobre [...] a camas que neles existiam os seguintes objetos; duas baionetas – um facão grande [...].[196]

Ora, nota-se que o nome mocambo está sendo aí empregado antes como designação das duas estruturas rústicas que serviam como moradias dos quilombolas nas matas, do que como um sinônimo do próprio núcleo de povoamento. Inclusive, no auto de perguntas impetrado, um dia depois, contra o escravo que acabou sendo apreendido durante essa diligência, a autoridade inquiridora empregou o nome quilombo como meio de designar o reduto contra o qual se deu o assalto.

Em suma, o que se quer aqui dizer era que se as autoridades do Vale do Cotinguiba empregaram, em diversas circunstâncias, as palavras "quilombos", "ranchos", "coitos", "arranchamentos", entre outros, como sinônimas, parte dessas mesmas autoridades realizaram sutis distinções ao mencionarem essas expressões na documentação.

Essa distinção aparece ainda, repito, sutilmente, em uma manchete reproduzida na impressa sergipana. Em agosto de 1872, o editor do *Jornal do Aracaju* publicou, com o nome de "Quilombos", uma nota onde indicava que quilombolas, ao pressentirem o movimento de uma diligência, acabaram "deixando os ranchos" onde residiam. Nessa ocasião, segundo a notícia, os soldados conseguiram apenas apreender alguns animais que se encontravam dispersos entre os "noves ranchos" que acabaram, depois, sendo destruídos.[197]

Neste sentido, pode-se indicar que as autoridades de Sergipe privilegiaram, de certa maneira, o emprego do nome quilombo quando queriam designar, de modo mais genérico, o reduto, o espaço ou o ambiente onde os quilombolas se encontravam reunidos, enquanto que o

---

[195] SANTOS, Maria Nely. **A Sociedade Libertadora "Cabana do Pai Thomaz"**, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997, p. 112.
[196] AGJES. Fundo: LAR/C° 1° OF. Série: Cível. Subsérie: Libelo cível. Caixa: 248. Auto de prisão e apreensão, de 31 de abril de 1872.
[197] Quilombos. **Jornal do Aracaju**, n° 298, 10 de agosto de 1872, p. 2.

nome rancho seria mais usado, de modo particular, na indicação da estrutura que os escravos construíram como aposento e morada nas matas.

Essas autoridades estariam empregando, em parte, e ao que parece, uma conceituação datada ainda do século XVIII, mais especialmente do ano 1740, onde se indicou que quilombo era "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem achem pilões nele". Esse recrudescimento da legislação escravista portuguesa, aliada a institucionalização do capitão-do-mato, indivíduo especializado na caça aos escravos fugidos, são apontados pelos estudiosos como os principais elementos que inibiram a emergência no Brasil de um novo reduto contendo a dimensão populacional que, outrora, Palmares possuiu.[198]

Todavia, como salientou João José Reis, esse mesmo redimensionamento do que podia ser designado enquanto um quilombo contribuiu, por outro lado, para o aumento de notícias sobre redutos quilombolas nas correspondências policiais.[199] No Vale do Cotinguiba, quilombo era a designação dada ao reduto onde os escravos que se encontravam na condição de fugidos estariam reunidos nas matas, independentemente deste ser compostos por um ou mais ranchos. Saliento que esses ranchos, contrariando o que disse Lourival Santos em seu estudo sobre os quilombos de Sergipe do século XIX, estariam sim plenamente articulados.[200] Inclusive, era a alta capacidade de articulação entre os ranchos, como demonstraremos em outro momento desse estudo, que permitia os quilombolas migrarem repentinamente para outros aposentos ou, até mesmo, para outros redutos dispostos em matas mais distantes.

Entretanto, no que concerne mais especialmente aos quilombolas, quais eram as designações que eles próprios comumente empregavam quando queriam indicar os ambientes e/ou os aposentos onde estariam a residir? Tomando como análise os autos de perguntas procedidos nos escravos quilombolas recém-capturados, indícios apontam que estes privilegiaram o emprego do nome rancho quando queriam indicar a estrutura que os serviam, de modo mais especial, como moradia nas matas, enquanto que o ponto onde estariam acoitados eram denominados por eles como coito e/ou quilombo.

---

[198] Neste sentido, ver: LARA, Silvia Hunold. Do singular ao plural: Palmares, capitães-de-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São: Companhia das Letras, 1996, p. 81-109; Rafael de Bivar Marquese, sem descartar a tese defendida, por exemplo, por Silvia Lara, vem buscando ampliar a discussão sobre os elementos que, possivelmente, impediram a emergência de um novo Palmares no Brasil. Neste sentido, ver o seguinte ensaio: MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistencia, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. CEBRAP, n° 74, março/2006, p. 107-123.

[199] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. "Nos achamos em capo a tratar da liberdade". *Revista USP*, São Paulo, vol. 28, dez/fev 95/96, p. 18.

[200] SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. Revista do IHGSE, n° 31, 1992, p. 34.

Limôa, ao indicar as paragens por onde passou enquanto permaneceu na condição de quilombola, revelou que esteve em um "coito" situado nas matas do engenho São José. Entretanto, pouco depois, ao responder onde estariam parte dos seus companheiros, ela indicou que estes se conservavam, alternadamente, nas matas do engenho Limeira e em "um rancho [disposto] nos matos do engenho Bom Sucesso".[201]

Quanto ao "coito" que Limôa indicou residir nas matas do São José, um outro quilombola, apreendido poucos dias depois, indicou que este era composto por "mais de um rancho".[202] Maurício, por sua vez, ao ser questionado sobre o que sabia a "respeito dos quilombos" situados nos matos do engenho Capim-Assú, indicou, aparentemente, conhecer apenas a existência de "um rancho" nas imediações do engenho Jurema, onde moravam mais de 20 escravos, e um "outro coito" nas proximidades do Bom Jardim, engenho igualmente disposto na Vila de Rosário.[203] Sobre os matos do Capim-Assú, o escravo Roberto indicaria, meses depois, que existia em seus arredores "muitos ranchos".[204] Foi, provavelmente, em um desses ranchos que a escrava Joana residiu após abandonar o "coito do Facão", não obstante ela saber ainda da existência de "outro quilombo" nas matas do Bom Jardim.[205]

Nota-se, assim, que apesar das expressões "coito", "rancho" e "quilombo" serem encontradas, naturalmente, nos depoimentos impetrados contra os quilombolas, estas, aparentemente, eram empregadas de modo distinto. Evaristo, por exemplo, indicou que sua apreensão acabou sendo empreendida dentro do "rancho" onde se encontrava em companhia de uma escrava e que, "além do quilombo a que pertencia", sabia ainda da existência de outro situado nas imediações do engenho Salobro.[206]

Todavia, saliento que não se deve adotar essas designações de modo absoluto. Isto porque, parte dos quilombolas, ao entoarem os nomes acima, estavam, aparentemente, apenas reproduzindo as mesmas expressões que os seus inquiridores empregaram no momento de realizar o questionamento. Não obstante essa constatação, indico que opto aqui nesse estudo por empregar as designações mais sobressalentes na documentação então coletada, assim como aquilo que pude alcançar a partir da adoção do método indiciário; ou seja, os nomes quilombos e coitos serão aqui empregados como indicação da reunião de escravos fugidos em um determinado ponto, comumente as matas de um engenho, enquanto que o nome rancho

[201] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas a escrava Limôa, em 09 de novembro de 1871.
[202] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Interrogatório feito a Domingos, escravo do Barão de Japaratuba, em 14 de dezembro de 1871.
[203] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Autos de perguntas ao escravo Maurício por alcunha Udô, de 03 de março 1872.
[204] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Auto de perguntas ao escravo Roberto, de 10 de março de 1872.
[205] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas a escrava Joana, de 13 de março de 1872.
[206] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Evaristo, de 22 de março de 1872.

será aqui empregado como o meio de indicar o aposento, a estruturas rústica que era erigida pelos quilombos no interior das matas.

Vale salientar que, ao menos em uma ocasião, o nome rancho aparece na correspondência policial como indicação de uma caverna onde estariam se acoitando dois quilombolas. Entretanto, mesmo nessa situação, o emprego da palavra rancho não parece contrariar o ideal de aposento rústico usado pelos quilombolas como moradia. Em suma, evidencio ainda que, para uma melhor identificação das comunidades que esses escravos estavam inseridos, opto, doravante, em realizar menção a elas adotando como referência os nomes das propriedades açucareiras onde elas se encontravam dispostas. Neste sentido, por exemplo, denomino quilombo do São José o aglomerado de ranchos que estavam instalados nas matas do engenho São José, de propriedade de Francisco Tavares de Sá e localizado na vila de Rosário do Catete. Este, de modo mais especial, será estudado a seguir.

3.3. Quilombos e quilombolas do São José

No início da década de 1870, o quilombo do São José atraiu parcela substancial das diligências que eram empreendidas pela Secretaria de Polícia de Sergipe contra as matas do Cotinguiba. Esta realidade, como poderemos perceber mais adiante, revelava a preocupação das autoridades com o elevado número de negros que se encontrava acoitado por aquelas paragens, assim como pelas denúncias que apontavam que seriam eles os responsáveis por "aterrar a população e cometer roubos e ameaças aos transeuntes" mais desavisados.[207]

João da Silva Maynard seria uma das autoridades que mais se envolveria no combate ao dito quilombo. Sendo delegado de Rosário do Catete, coube a ele coordenar, articular, delegar e comandar muitas das diligências que para as matas do São José marcharam, inclusive aquela que suponho ser a maior empresa policial empreendida contra os quilombos de Sergipe Del Rey do século XIX.

Tal empresa se realizou em atendimento a uma requisição do chefe de polícia Manoel Dias do Amaral, datada do ano de 1871. Seu objetivo, na verdade, era cercar e atacar não apenas o quilombo do São José, mas todos aqueles que se encontravam instalados nas matas de Rosário de Catete, da Missão da Japaratuba e de Capela. Segundo ainda aquela requisição, as delegacias desses municípios deveriam realizar uma associação, permitindo assim a arregimentação de um maior número de soldados.

---

[207] APES. Fundo SP¹. Pacotilha 301. Ofício do delegado de polícia da vila do Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, em 16 de agosto de 1871.

Neste sentido, em 13 de setembro de 1871, cumprindo com o que acabou sendo previamente acordado, o delegado de Japaratuba se dirigiu, acompanhado de 150 praças da Guarda Nacional e do destacamento sob seu comando, em direção ao engenho Ladeira, de Rosário do Catete. Nessa mesma direção rumou o tenente Jeremias Roberto de Carvalho e mais 90 soldados arregimentados pela delegacia de Capela.[208]

O engenho Ladeira era um ponto estratégico, pois estava disposto a apenas algumas léguas de distância das matas do engenho São José, por onde seriam iniciados os ataques. Já o delegado João da Silva Maynard e o destacamento que estava no seu comando deveriam marchar, concomitantemente, na direção das matas do engenho Jurema, ainda em Rosário do Catete, onde se acreditava existir outro importante coito de escravos fugidos.

Entretanto, assim que o comando da operação iniciou a discussão das estratégias a serem empregadas ao longo dos ataques, "algumas pessoas" apareceram no engenho Ladeira sinalizando que aquele cerco estava "perdido", uma vez que "os negros já estavam avisados" e que, muito provavelmente, não estariam mais nas matas, mas sim no "engenho e senzalas do senhor Tavares", dono do São José.[209]

Embora avisos como esses pudessem ser, em parte, sempre esperados, visto que era impossível marchar imperceptível com um número tão significativo de soldados, eles não poderiam ser ignorados, sobretudo por que indicavam que o novo alvo da diligência deveria ser as senzalas do São José, e não mais as suas matas. Neste sentido, como o dito Francisco Tavares de Sá era proprietário de dois engenhos com o mesmo nome, os comandantes da operação optaram, prudentemente, por dividir os soldados de modo a criar duas linhas de ataque; uma comandada pelo delegado de Japaratuba e a outra comandada por Jeremias Carvalho, de Capela.[210]

Era madrugada de 14 de setembro quando os soldados iniciaram as marchas. Jeremias Carvalho comandaria o ataque no "engenho novo", enquanto que o delegado Manoel Dias ao São José mais antigo. Pouco antes de amanhecer, o cerco contra o São José "novo" estava concluso. Entretanto, como durante o cerco os soldados não encontraram sinais algum de escravos fugidos, o tenente Jeremias achou conveniente aguardar o dia clarear para dar continuidade às inspeções, desta vez, nas matas daquele engenho, onde não demoraram a se deparar com "ranchos já velhos", sob os quais atearam fogo. Seguindo com a caçada, os soldados atravessaram a estrada e, ainda em terrenos do mesmo engenho, localizaram na

[208] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício de Manoel Pereira dos Anjos ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Dias do Amaral, de 05 de outubro de 1871.
[209] Ibidem.
[210] Ibidem.

cabeceira de um roçado de mandioca "dois ranchos novos" e muitos outros sinais que indicavam um pouso recente; couro de boi, gamelas, salgadeiras, cordas de piaçava, enxadas, assim como manjedouras e lugares de amarrar cavalos.[211]

Já no outro São José, os soldados que para lá seguiram acabaram, mais uma vez, sendo divididos. Enquanto Manoel Dias se dirigiu para cercar as suas senzalas, Manoel Pereira dos Anjos optou por conservar, em companhia de um destacamento de soldados montados, na entrada de acesso ao engenho. Todavia, antes que se empreendesse essa medida, o senhor Francisco Tavares de Sá notou a movimentação dos soldados e se dirigiu, impetuosamente, ao comandante do cerco impedindo que se realizasse qualquer inspeção em suas senzalas. Isto porque, segundo ele, os escravos fugidos não estariam naquelas instalações, mas sim nas matas do engenho. Todos munidos de armas e preparados, razão pela qual o senhor Tavares revelou que se nem mesmo o chefe de polícia ou o presidente da província e mais mil soldados seriam capazes de prendê-los, quanto menos aquela escolta que se encontrava a cercar sua propriedade naquele momento, a qual, segundo ele, era composta apenas por bêbados. Já ele, Tavares, disse ainda que "quando quisesse", se valendo apenas do apoio da sua escravaria, os prenderiam sem qualquer maior esforço.[212]

Nota-se, deste modo, que o dono do engenho São José não só se opôs ao que estava na iminência de acontecer, ou seja, ao cerco das suas senzalas, como ainda desafiou a capacidade de autoridades importantes e, até mesmo, do poder público de capturar os escravos fugidos que se encontravam acoitados nas matas da sua propriedade. Não obstante a oposição do senhor Tavares, as senzalas do São José acabaram sendo cercadas e inspecionadas. Nelas, seriam encontrados cerca de dezesseis escravos, os quais não foram identificados, imediatamente, pela força policial como estando na condição de fugidos. Seguiu-se, então, prontamente para as matas daquele engenho, onde se depararam com um rancho abandonado a cerca de "cento e cinquenta braças do oitão das senzalas" do São José e, logo mais adiante, com muitos outros ranchos, os quais, mais uma vez, continham elementos que indicavam um pouso recente como, por exemplo, couro de boi ainda fresco e porção de gordura extraída de uma carne que fora assada há pouco tempo.[213]

Dando continuidade as batidas, a tropa, mais uma vez, foi dividida, indo parte dela para uma área de propriedade de dona Antônia do engenho Pati, enquanto a outra parte dos soldados seguiu em direção ao engenho Palmas, haja vista que notícias indicavam que em

[211] Ibidem.
[212] Ibidem.
[213] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 05 de outubro de 1871.

ambos existiam quilombos. Todavia, como nada foi encontrado, a força se reagrupou no engenho Palmas e retornou ao engenho Ladeira, ponto de partida da marcha. Neste, fizeram uma pausa para almoço e depois seguiram para apurar a denúncia de que em uma gruta entre os engenhos Cabral e Canavieira existia um pouso de escravos fugidos, mas nenhum vestígio foi ali encontrado.[214]

Nenhum vestígio seria igualmente encontrado pelo delegado João da Silva no ataque que ele capitaneou contra as matas do engenho Jurema.[215] Ou seja, a diligência acordada entre as delegacias de Japaratuba, Capela e Rosário chegou ao seu remate sem apresar nenhum escravo fugido. Tal realidade, podia demonstrar, assim como aventou o senhor Tavares, que o combate ao quilombo do São José demandaria mais que um elevado número de soldados.

Todos os comandantes incumbidos dessa diligência apontaram como um dos principais motivos para o seu malogro a suposta ausência de sigilo no momento de arregimentar os soldados. Neste sentido, o delegado Manoel Dias indicou ao chefe de polícia que o mais prudente seria manter um destacamento permanente em Japaratuba, de modo que este pudesse iniciar a marcha logo após o recebimento da denúncia, ou seja, prontamente, minando assim os aparatos e intimações que então eram necessários.[216]

Com efeito, o processo que acarretava na constituição de uma diligência para atacar quilombos alocados em áreas rurais demandava muito tempo. Em muitas ocasiões, entre a data do recebimento da denúncia e a data do ataque ao quilombo se passavam meses, sendo boa parte deste período gasto somente com o atendimento de burocracias que podiam ser evitadas se os destacamentos rurais estivessem munidos de soldados e armamentos suficientes para serem empregados no combate aos fugidos.

Por exemplo, no Vale do Cotinguiba, conforme pudemos notar a partir da análise dos documentos da Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey, as primeiras medidas empreendidas contra os mocambos eram adotadas a partir da denúncia de senhores de engenhos ou de outros moradores rurais constrangidos com os ataques realizados pelos escravos fugidos. A partir daí o recebedor da denúncia, comumente o delegado ou subdelegado responsável pela jurisdição onde o quilombo foi erguido, reunia o destacamento de que dispunha para iniciar a diligência ou oficiava o chefe de polícia da província clamando por um efetivo policial maior, o que muitas vezes soava como a medida mais prudente a ser adotada. Era, justamente, neste

[214] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício de Manoel Pereira dos Anjos ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Dias do Amaral, de 05 de outubro de 1871.
[215] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 22 de setembro de 1871.
[216] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 05 de outubro de 1871.

momento que surgia um dos maiores embaraços no combate aos coitos quilombolas, haja vista que o atendimento dessa requisição poderia demandar muito tempo. Isto porque, os poucos destacamentos de soldados volantes que existiam eram substancialmente disputados e compartilhados pelos delegados. Sendo assim, esses soldados que não estavam cedidos diretamente às delegacias e aos quartéis migravam pelos municípios do Vale do Cotinguiba conforme a requisição das autoridades locais, não sem antes obterem a anuência do chefe de polícia. Em outras ocasiões, praças da Guarda Nacional eram enviados da Capital Aracaju para os municípios do Vale. No mais, em ambos os casos, os soldados deveriam alcançar o município de onde partiu a requisição com a maior discrição, de modo que não se levantassem suspeitas.

Eis, talvez, como apontado pelas autoridades que dela participaram, a razão do malogro daquela diligência que buscou, improficuamente, dar cabo sobretudo do quilombo do São José. Esta, contando com aproximadamente 200 indivíduos, entre praças da Guarda Nacional oriundos da capital e soldados oriundos dos destacamentos circunvizinhos, dificilmente passaria despercebida dos escravos, inclusive dos que se encontravam sob a condição de fugido.

Entretanto, outros elementos não tão perceptíveis aos olhos das autoridades incumbidas por aquela diligência contribuíram decisivamente para o seu malogro; elementos estes, diga-se de passagem, que, aos poucos, foram se tornando menos obscuros. Isto porque, os dias que se seguiram àquela caçada não foram apenas de lamentações, como bem demonstram os ofícios despachados à Secretaria de Polícia pelas autoridades que estiveram no seu comando.

Por mais improfícua que fosse uma caçada contra escravos fugidos, algumas lições, certamente, poderiam ser extraídas da mesma, sobretudo quando se conseguia localizar o rancho abandonado e alguns utensílios que não puderam ser carregados no momento da partida. Naquele caso, não só diversos ranchos foram localizados como também alguns objetos que indicavam inclusive os engenhos de onde foram, provavelmente, extraídos. Estas indicações eram sumariamente importantes, uma vez que permitiam às autoridades se cientificarem acerca das unidades açucareiras alvo das razias quilombolas ou aquelas as quais eles conseguiam, por exemplo, mercadejar.

Em um dos ranchos do São José, foram encontrados instrumentos de “ferrar bois” que sinalizavam serem oriundos de alguns engenhos. Entre esses, o que pertencia ao engenho

Ladeira chamou a atenção do delegado de Japaratuba por estar gravado com as seguintes palavras: "primeira morte".[217]

Todavia, durante aquela diligência, certamente o dado que mais atraiu a atenção das autoridades militares seria aquele declarado pelo senhor Francisco Tavares, dono do engenho São José; ou seja, a de que ele mesmo, "quando quisesse", poderia dar cabo do quilombo localizado nas matas da sua propriedade. Não obstante o contexto de discussão e de muito ânimo exaltado em que esta oração acabou sendo pronunciada, o que poderia caracterizá-la, a primeira vista, como uma declaração meramente sensacionalista, suponho que ela merece ser melhor analisada.

Isto porque, dois elementos naquele pronunciamento ganham destaque: o primeiro, condiz a plena ciência que o senhor Francisco Tavares detinha sobre a existência de um grupo de quilombolas, os quais eram comumente classificados como salteadores, nas matas da sua propriedade; e o segundo, reflete no fato de que, não obstante essa ciência, o mesmo não parecia se encontrar plenamente incomodado, realidade esta que contrapunha a atitude de outros senhores de engenho do Vale do Cotinguiba que se encontravam naquela mesma situação.

Embora esse pronunciamento já sinalizasse uma suposta omissão da sua parte, eram, na verdade, alguns atos praticados por Francisco Tavares de Sá que indicavam, com mais veemência, que ele poderia estar sendo conivente com os escravos fugidos que se encontravam arranchados nas matas do seu engenho.

Segundo o delegado de Japaratuba, Manoel Maria do Amaral, poucos dias após se empreender aquela desastrosa diligência, chegou até ele a denúncia de que entre os escravos que se encontravam nas senzalas do engenho São José no momento em que elas foram inspecionadas, existiam alguns quilombolas "ali guardados" e "sob a proteção" do senhor Francisco Tavares de Sá. Saliento que, durante a inspeção, este dito senhor indicou não só que os escravos eram da sua propriedade como ainda impediu que o delegado os interrogassem ao dizer "que eles nada responderiam". Além do mais, conforme revelou ainda Manoel Maria do Amaral, minutos antes de se realizar essa inspeção, aquele senhor ordenou que o escravo Elias fosse "montado a cavalo" e com "toda pressa" em direção ao "pasto de fora" do engenho,

[217] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 05 de outubro de 1871.

indicando assim que, talvez, partiu do próprio Francisco Sá a recomendação para que os negros fugidos se retirassem das matas. [218]

Tais denúncias sinalizavam que o dono do engenho São José podia ser não só omisso e conivente, mas ainda coiteiro dos escravos que residiam naquele que era considerado, então, o mais perigoso reduto quilombola do Vale do Cotinguiba. Entretanto, apesar das declarações de Manoel Maria do Amaral, suponho que o senhor Francisco Sá não sofreu qualquer retaliação da Secretaria de Polícia ou do Poder Judiciário, uma vez que aquelas acusações se sustentavam em "denúncias" difíceis de serem atestadas.

Em estudo sobre o Quilombo do Oitizeiro, João José Reis indicou que, na maioria dos casos, o asilo dado pelos coiteiros aos escravos que se encontravam sob a condição de fugido era mediante o interesse de contar com os serviços dos mesmos, sobretudo como mão-de-obra. Infelizmente, a documentação produzida sobre o quilombo do São José não me permite elucidar o que levou o senhor Francisco Sá ocultar a informação de que entre aqueles negros estavam sim alguns fugidos. Não descarto a possibilidade de ele ter sido um coiteiro, muito embora alimente a sensação de que aquela ocultação ocorreu muito mais em represália à "afronta" que ele estava sofrendo, conforme ele mesmo classificou o ato de inspeção das suas senzalas, do que a uma aliança pretérita com os negros fugidos.

No mais, restava apenas a certeza de que novas medidas deveriam ser adotadas no combate ao quilombo do São José. Em outubro de 1871, ou seja, pouco menos de um mês após aquele desastroso ataque, nota-se um empenho do Palácio do Governo da Província de Sergipe, então sob a direção do Barão de Propriá, no sentido de arregimentar e disponibilizar uma nova força para marchar em direção as matas do São José.[219]

Embora não seja possível, até o momento, atestar se alguma nova empresa foi realizada contra as matas do engenho São José ainda naquele mês, um "mandado de busca e prisão de escravos fugidos", datado de 06 de novembro de 1871, indica que a caçada estava ainda distante de cessar. Neste mandado, o delegado de Rosário do Catete, João da Silva, recomendava que qualquer oficial de justiça sob sua jurisdição, acompanhado da força aquartelada naquela vila, percorresse:

> As estradas e matas deste termo, desde o Povoado do Rancho até os engenhos de Santa Bárbara e Serra Negra, onde consta que frequentemente são encontrados escravos fugidos nas diligencias de roubares gados e cavalos dos proprietários e mais moradores viajantes que transitam nas ditas estradas, acoitando-se pelos matos durante o dia. Que como de encontrar os referidos escravos fugidos os prenda e

[218] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 05 de outubro de 1871.
[219] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício do Barão de Propriá ao chefe de polícia interino de Sergipe, de 11 de outubro de 1871.

> conduza a minha presença [...]. Devendo seguir aqueles que fugirem do cerco ou reconto, ainda mesmo que ultrapassem os raios deste termo para outros, até que seja, alcançados e presos [...].[220]

Tanto o engenho Santa Bárbara como o Serra Negra eram propriedades localizadas bem próximas ao engenho São José, assim como também era o povoado do Rancho. Segundo o mandado acima, as estradas que circundavam esses pontos eram comumente alvo de ataques quilombolas, os quais passavam boa parte do dia ocultos nas matas. Buscando pôr um fim a esses ataques, João da Silva recomendou não só a apreensão dos escravos fugidos que, por ventura, fossem encontrados como ainda a caçada incessante daqueles que fugissem do cerco, autorizando inclusive, caso necessário, que a escolta ultrapassasse os limites da sua jurisdição.

Tal recomendação era de suma importância, visto que não era incomum os escravos, durante a fuga, romperem os limites de um município e, concomitantemente, as linhas jurisdicionais da força policial que iniciou a caçada. Entretanto, essa recomendação só era possível de ser atendida devido ao esforço conjunto que algumas autoridades alocadas no Vale do Cotinguiba vinham desempenhando no combate aos redutos quilombolas, fazendo com que eles não só agissem em consórcio durante as caçadas, mas também compartilhassem informações que julgavam serem úteis para o êxito de diligências vindouras.

Para que uma empresa contra os coitos de escravos fugidos lograsse êxito, não era suficiente apenas saber o local onde estes se ocultavam. Informações como, por exemplo, o número de escravos que ali residiam ou se estes se encontravam munidos de armas eram dados cruciais que poderiam evitar, inclusive, surpresas e ocorrências desagradáveis no decorrer de uma caçada. Todavia, saliento que os mais importantes e minuciosos dados sobre os quilombos do Vale do Cotinguiba acabaram sendo colhidos não por meio das correspondências-denúncias do senhoreado sergipano, mas sim através de autos de perguntas e interrogatórios realizados em escravos fugidos recém-capturados. É a partir da análise desta documentação que pude obter mais informações sobre o quilombo do São José e, concomitantemente, sobre as experiências daqueles que residiram nos seus ranchos.

Limôa, crioula que aparentava ter 30 anos de idade, residiu durante, aproximadamente, cinco meses em um dos ranchos do São José. Em novembro de 1871, devido a uma séria indisposição, ela optou por abandonar o coito e se entregar nas senzalas do engenho Poções. Foi a partir da sua "rendição" que João da Silva, dito delegado de Rosário do Catete, conseguiu colher informações mais minuciosas sobre o quilombo do São José. Isto

[220] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Mandado de busca e prisão de escravos fugidos, vila do Rosário, 06 de novembro de 1871.

porque, assim que soube da chegada da escrava em suas senzalas, o proprietário do engenho Poções a pôs a sua disposição.

No dia 09 de novembro de 1871, Limôa foi inquirida na Câmara Municipal de Rosário do Catete, ocasião em que revelou ser filha dos escravos Ignácio e Antônia, ambos residentes no engenho Retiro – propriedade do "finado José Agostinho". Apesar de ser "natural" deste engenho, Limôa indicou que era de domínio de um senhor chamado Domingos, morador na cidade de Laranjeiras, onde "se ocupava de tirar leite e capim".[221]

Foi da casa desse senhor que ela partiu, no "mês de São João" daquele ano, em direção ao engenho Poções, onde pedira, sem êxito, que o proprietário "a comprasse". Daí, segundo ela, seguiu em direção ao engenho Cambohi onde, mais uma vez, foi-lhe negada sua compra. Após duas tentativas frustradas de mudar de senhor, seguiu Limôa pela estrada que dava acesso ao engenho São José até ser surpreendida por setes escravos fugidos que "a convidaram" para ir ao "coito onde se achavam refugiados". Como não mais possuía lugar para ir, ela disse que resolveu seguir "eles até o mato do dito engenho São José", onde, "no lugar denominado Tabocal", se reuniu a "outros que ali se achavam" e que ao "todo formavam o número de vinte".[222]

Percebe-se, aparentemente, que adentrar no quilombo não era o intuito de Limôa ao abandonar a casa do seu senhor. Esta possibilidade, segundo ela, só veio a ser vislumbrada após ver o seu plano de trocar de senhor definhar por duas vezes e ser persuadida por um pequeno grupo de escravos fugidos. Tal poder de persuasão e de atração de novos escravos fugidos, os quais se encontravam, ao menos aparentemente, sem qualquer destino prévio planejado, ou de escravos remanescentes das senzalas, principalmente daquelas dispostas próximo aos seus coitos, era de fundamental importância para a sobrevivência dos coitos.

Na verdade, durante a sedução, como era denominado o recrutamento de novos indivíduos para o quilombo, devia ser demonstrado sobretudo quais os benefícios de residir nos ranchos. Enquanto escravos, eles se encontravam em posições mais favoráveis no momento de obter a confiança e convencer o potencial recrutado a migrar para o quilombo, conforme bem indicou João José Reis.[223]

Talvez, como salientou os autores de *Cidades Negras*, esses escravos estivessem plenamente cientes que "um caminho bem-sucedido para a liberdade quase nunca devia ser

---

[221] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871.
[222] Ibidem.
[223] REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro. Bahia, 1806. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 353.

solitário".[224] Os quilombos do Brasil, fossem eles compostos por grandes contingentes populacionais – como Palmares, em Alagoas – ou por contingentes mais modestos – como o do Oitizeiro, na Bahia, o do Catucá, em Pernambuco, o do Turiaçu-Gurupi, no Maranhão, e o do São José, em Sergipe –, estivessem eles dispostos em áreas urbanas – como o do Jabaquara e Pai Felipe, em Santos – ou em ambientes mais longínquos – como o do Trombetas , no Baixo Amazonas – atraíram diversos escravos por vislumbrar a possibilidade deles iniciarem uma nova fase das suas vidas, em liberdade.

Embora a aliança e o companheirismo dos novos parceiros de mocambo fossem cruciais para a manutenção dessa liberdade, os laços de parentescos e de amizades criados ainda no cativeiro se mostrariam, muitas vezes, de suma importância. Neste sentido, adentrar ao quilombo e, concomitantemente, ao cotidiano dos quilombolas não significava abandonar as experiências adquiridas ainda sob o julgo do senhor, uma vez que estas, na verdade, seriam de grande valia para a sobrevivência do próprio coito. Por exemplo, um escravo fugido que no período em que esteve no cativeiro se ocupou diariamente ou, em algum momento, teve a oportunidade de aprender a sangrar, eviscerar, cortar e desossar animais podia continuar a desempenhar esta mesma atividade no quilombo. Enquanto que uma escrava fugida que possuía notório conhecimento sobre o poder de cura de algumas plantas medicinais podia auxiliar seus companheiros de ranchos a tratar das suas enfermidades. É de supor que as tarefas a serem desempenhadas nos quilombos e, até mesmo, fora deles fossem distribuídas conforme a aptidão e a especialidade dos que ali residiam, mas sem deixar de considerar também aspectos culturais e elementos inerentes à própria composição do grupo quilombola.

Entretanto, de certo é que as atividades desempenhadas por esses escravos fugidos deveriam ser desenvolvidas em plena consonância com os "*modus vivendi* e *operandi*" das comunidades as quais eles estavam inseridos, o que indica, inclusive, que elas não eram estanques, haja vista que se moldavam conforme as imposições criadas pelo mundo escravocrata.

No seu "auto de perguntas", Limôa não revelou, e nem lhe foi, na verdade, perguntado, qual a ocupação que desempenhou ao longo dos cinco meses em que residiu no rancho do São José. Indicou apenas que, entre os seus companheiros, conviveu mais com o de nome José Leocádio, com o qual se relacionou amorosamente até declarar-lhe "que não podia mais continuar [a] viver" naquela "vida sem remédios". Foi, inclusive, esse escravo que, segundo

[224] Ver: ... e das seduções. In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano, GOMES, Flávio dos Santos, MOREIRA, Carlos Eduardo e FARIAS, Juliana Barreto. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

ela, “de boa vontade”, a guiou até as proximidades do engenho Poções, onde, como vimos, a mesma se entregou nas senzalas.[225] No quadro a seguir constam os nomes desses seus antigos companheiros de rancho no São José, vejamos:

Quadro 1 – Indicação dos nomes, da nação, dos proprietários e/ou dos engenhos e dos termos onde residiam os quilombolas acoitados em um dos ranchos localizados nas matas do engenho São José, em Rosário do Catete – 1872.

N°	Nome	Nação	Proprietário	Engenho	Termo
1	**José Leocádio**	Crioulo	Batalha	n.d.	n.d.
2	**Venceslau**	Africano	n.d.	Bom Jardim	Rosário
3	**Bacuraó**	Mulato Moço	n.d.	n.d.	n.d.
4	**Inocêncio**	Crioulo	n.d.	Serra Negra	Rosário
5	**Filho**	Crioulo	n.d.	Serra Negra	Rosário
6	**João Mulungu**	Crioulo	n.d.	Mulungu	Laranjeiras
7	**Antônio**	Crioulo	Ten. Cel. Horta	Junco	Laranjeiras
8	**Guilherme**	Mulato	“diz ter sido de Antônio de Araújo”	n.d.	Laranjeiras
9	**Marcolino**	Mulato	Dr. Domingos	n.d.	Laranjeiras
10	**João**	Africano	Cap. Isaac	n.d.	Japaratuba
11	**Luiz**	Crioulo	Thomas d’Aquino	n.d.	Rosário
12	**Jacinto**	Crioulo	n.d.	Poções	Rosário
13	**Barnabé**	Crioulo	n.d.	Oitocentas	n.d.
14	**Sinphorosa**	Crioula	n.d.	Serra Negra	n.d.
15	**Arcanjo**	Mulato	n.d.	Serra Negra	n.d.
16	**Vicência**	Crioula	n.d.	n.d.	n.d.
17	**Francisca**	Crioula Moça	n.d.	n.d.	n.d.
18	**Thomazia**	Crioula	n.d.	Santa Barbara	n.d.
19	**Luiza**	Crioula	n.d.	Jurema	n.d.

Fonte: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa em 9 de novembro de 1871.
Nota: n.d. = não declarado

[225] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871.

Saliento que optei por listar os nomes dos escravos acima, assim como as informações que eram citadas seguidamente aos seus nomes, na mesma ordem que consta no auto de perguntas da crioula Limôa. Curiosamente, pude notar que os primeiros nomes a serem arrolados eram justamente daqueles negros que ela sinalizaria mais tarde conviver em outros mocambos. Inclusive, o primeiro nome indicado fora o do seu amasio. Nada mais natural, se levarmos em consideração que no processo de recuperação da memória tendemos a evocar mais rapidamente aquelas informações que compõe o nosso cotidiano.

No que concerne às informações sobre os companheiros de Limôa, nota-se que elas eram, dentro do possível, sumariamente minuciosas e que só podiam ser disponibilizadas por alguém que, embora tenha convivido pouco tempo com eles, conviveu de forma intensa, se envolvendo com as experiências daquela gente.

Segundo Limôa, esses escravos, os quais se encontravam sob o comando do negro João Mulungu, compunham a população do rancho disposto no Tabocal, muito embora ela e seu companheiro José Leocádio se conservassem mais em um "rancho nos matos do engenho Bom Sucesso", de onde seguiam para o "grande rancho de São José".[226]

Quando João da Silva a perguntou se os escravos continuavam ainda ali arranchados, Limôa respondeu que eles residiam ora naquelas matas ora nas matas do engenho Limeira, em Divina Pastora; onde, inclusive, boa parte deles se encontrava no momento em que o engenho São José foi cercado pelos soldados de Japaratuba e Capela, naquele dia 14 de setembro de 1871.

Segundo Limôa, os poucos negros que se conservavam em seu rancho saíram em retirada assim que souberam que uma diligência estava marchando naquela direção à "procura dos escravos fugidos"; informação esta que foi dada pelo escravo Agostinho, residente no próprio engenho São José. Nessa ocasião, ela optou em se ocultar com seu companheiro em um pequeno rancho localizado "ao pé da cerca do pasto do dito engenho São José", enquanto que os escravos Bacurao, Filho, Inocêncio e Thomazia optaram por irem se ocultar nas "matas do engenho Capim-Assú".[227]

Essa declaração sinalizou o quanto o quilombo do São José estava conectado a outras unidades quilombolas do Vale do Contiguiba, as quais podiam ser alcançadas de acordo com as perseguições então impetradas pela Secretaria de Polícia. Tratava-se, certamente, de um quilombo volante, que, uma vez atacado, não demoraria em reaparecer em outros ambientes. Tal declaração seria ainda a primeira a apontar, ao menos de modo mais contundente, a

[226] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871.
[227] Ibidem.

existência de uma rede de informações entre os escravos assenzalados e os negros arranchados do São José; aliança esta, diga-se de passagem, que era investigada desde, pelo menos, o mês de agosto do ano de 1871, ocasião em que o delegado de Divina Pastora compartilhou com o chefe de polícia a desconfiança de que um escravo, pertencente ao senhor Francisco Tavares, estaria de "coloio com os fugidos", chegando inclusive a mercadejar com eles animais de montaria oriundos de furtos.[228]

Talvez, o que as autoridades da Secretaria de Polícia não suspeitassem era que essas alianças iam muito mais além do comércio de animais e da concessão de informações sobre assaltos e diligências. Isto porque, Limôa sinalizou que seus antigos companheiros de rancho não só se relacionavam "com os escravos do São José" como também recebiam destes últimos porções de mandioca, com as quais produziam farinha para o consumo no quilombo. Já a comunidade assenzalada do São José, por sua vez, recebia porções de carnes de gado que eram furtados dos engenhos circunvizinhos e, posteriormente, abatidos no coito.

Imagem 2 – Negra carregando mandicoca.

Fonte: "Négresse de la roca". In: **Brazil pittoresco.** Álbum de vistas, panoramas, paisagens, monumentos, costumes, etc., Paris: Lemercier, 1861, p. 62.

[228] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antônio de Mello, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 22 de agosto de 1871.

Essa possibilidade de complementar a dieta alimentar com carne verde, fresca, era, certamente, uma oportunidade rara e, por isso, de suma importância, sobretudo se levarmos em consideração o quanto a ração servida nas senzalas podia ser carente em proteínas.[229] Sendo assim, como vemos no depoimento acima, a rede de solidariedade então existente no São José atingia não só os negros refugiados nas matas daquele engenho, mas também aqueles que permaneciam ainda em suas senzalas.

João da Silva seguiu questionando a crioula Limôa de modo a obter o maior número de informações possível sobre o quilombo do São José. Buscou ainda saber se entre os negros ali aquilombados estavam os autores do crime praticado contra uma mulher residente no engenho Bom Sucesso, obtendo o nome do negro Leocádio como sendo o suposto ofensor.[230]

Limôa, após ser inquirida pelo dito delegado, não seria conduzida de imediato ao poder do seu senhor, como, inclusive, era de se esperar, uma vez que não se pôde atestar a participação dela em nenhum crime. Embora sofrendo de uma greve moléstia, ela ficou, muito provavelmente, mais alguns dias à disposição daquela autoridade, visto que, conforme João da Silva revelou, se acreditava obter ainda dela mais "importantes revelações".[231]

Entretanto, não sei se isso chegou a ser possível. Isto porque, no dia 17 de fevereiro de 1872, um ofício de autoria do delegado de Laranjeiras comunicou ao chefe de polícia da província de Sergipe Del Rey a morte da crioula Limôa; segundo ele, devido a "moléstias adquiridas no tempo em que andou fugida".[232]

Suas declarações, as quais, saliento, não devem ser identificadas como meras delações, indicaram quais as novas medidas deveriam ser empreendidas no combate aos redutos do São José, assim como os motivos que, possivelmente, contribuíram para o malogro das diligências anteriores. Indicaram ainda dados substancialmente importantes, que nos demonstram o quanto a característica volante dos quilombos do Vale do Cotinguiba podia embaraçar os ideais militares.

Saliento que elaborei o mapa a seguir a partir do cruzamento das informações disponibilizadas por Limôa, em seu auto de perguntas, com os relatos produzidos sobre

---

[229] Neste sentido, ver: COUTINHO, Ruy. Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil. In *Estudos Afro-Brasileiros*, trabalhos apresentados ao 1° Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife em 1934. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. Ver também: AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal dos Commercio (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n° 4, out-dez/2007, p. 1377-1399.

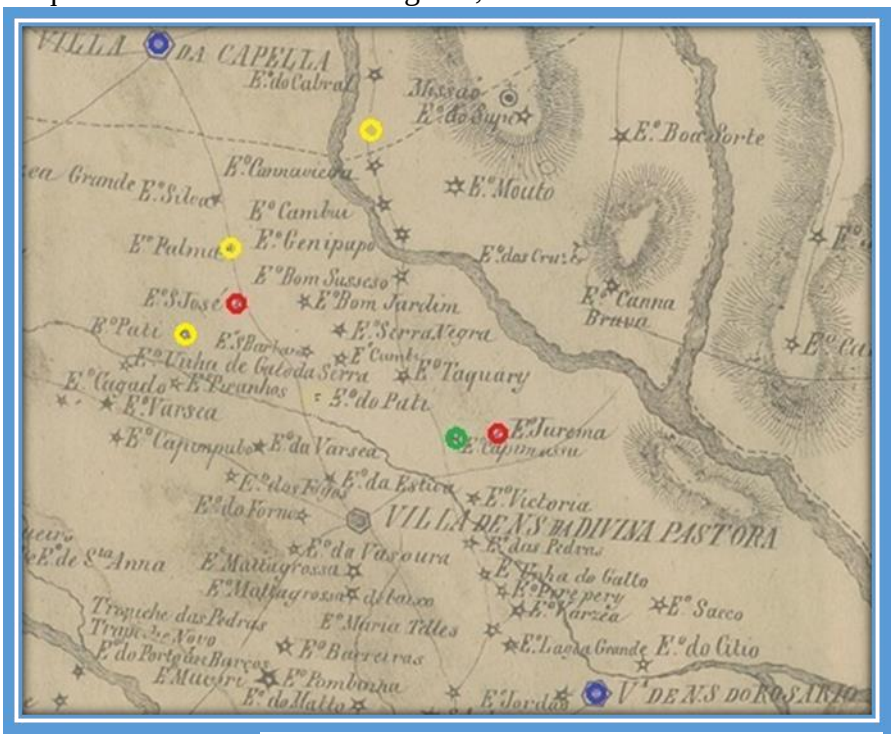
[230] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871.

[231] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 9 de novembro de 1871.

[232] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Laranjeiras ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 17 de fevereiro de 1872.

aquela desastrosa marcha contra os quilombos do Vale do Continguiba, sobretudo o disposto nas matas do engenho São José, em 14 de setembro de 1871.

Mapa 2 – Indicação dos pontos inspecionados pela diligência empreendida contra os quilombos do Vale do Cotinguiba, em 14 de setembro de 1871.



Fonte: BLOEM, João. Carta corographica para a divisão das comarcas, termos e municipios da provincia de Sergipe DelRey: organisada pelas informações exames e de varias cartas as mais exactas que existem até hoje, 1851.
Nota: Rosário do Catete e Capela; Matas dos engenhos São José e Jurema; Matas dos engenhos Pati, Palmas e possível localização da gruta entre os engenhos Cabral e Canavieira; Matas do engenho Capim-Assú.

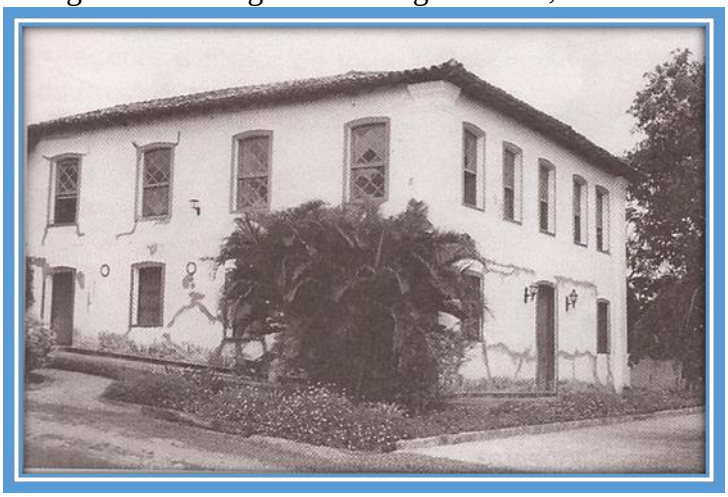
Por meio dessa representação podemos conjecturar não só o espaço percorrido pelos soldados que participaram diretamente daquele cerco, como também observar quais os pontos que, *a priori*, foram inspecionados: matas do São José e Jurema. Nota-se ainda onde se encontravam dispostos os outros ambientes inspecionados durante aquela marcha: matas dos engenhos Pati e Palmas e a caverna incursa entre os engenhos Canavieira e Cabral. Finalmente, podemos ainda notar o quanto as matas do engenho Capim-Assú, onde se supunha ter refugiado parte daqueles escravos fugidos, eram relativamente próximas às matas do engenho Jurema, as quais, repito, foram inspecionadas pelo delegado de Rosário.

Enquanto os soldados que compunham essa enorme diligência marchavam na direção das matas do São José, parte dos escravos que eram alvos dessa caçada se encontravam acoitados em um outro quilombo, inclusive o qual não estava disposto nas matas de Rosário do Catete, mas sim nas de outro município: Divina Pastora. Se pudesse rabiscar nesse mesmo mapa as rotas percorridas pelos caçados e por seus caçadores, estas seriam, em alguns

momentos, concorrentes, paralelas, porém nunca coincidentes. Essa acentuada mobilidade devia causar até mesmo vertigem nos soldados e nos comandantes das operações militares, uma vez que eles, muitas vezes, podiam alimentar a sensação de que estavam seguindo apenas sinais, os quais, para azar deles, não eram muito perceptíveis.

No que concerne ainda às representações apontadas no mapa acima, se atentarmos para a região onde se encontrava disposto o quilombo do São José, notaremos que ele estava inserido no entorno de um aglomerado de engenhos de açúcar, o que poderia aumentar consideravelmente a possibilidade de comunicação entre os quilombolas e as comunidades das senzalas, assim como a inserção de alguns membros remanescentes dessas instalações nos ranchos ali situados.

Imagem 3 – Casa grande do engenho Pati, de Rosário.



Fonte: Maria Lúcia Marques Cruz e Silva. **Rosário do Catete**. Prefeitura Municipal de Rosário do Catete, 2000, p. 59.

Tomando como verídicas as informações cedidas por Limôa, pode-se atestar que todos os escravos, com exceção do negro José Leocádio, que residiam com ela no rancho do São José pertenciam aos senhores do Vale do Cotinguiba, muitos deles donos de engenhos em Rosário do Catete. Por exemplo, do engenho Serra Negra escaparam os escravos Inocêncio, Filho, Arcanjo e a negra Simphorosa, enquanto que dos engenhos Bom Jardim, Santa Bárbara, Oitocentas e Jurema fugiram, respectivamente, os negros Venceslau, Thomazia, Barnabé e Luiza. Saliento que os ditos engenhos, conforme se pode visualizar no mapa acima, estavam localizados a poucas braças de distância do engenho São José, o que indica que a escolha do pouso poderia estar associada à sua proximidade com engenho de onde fugiram.

Imagem 4 – Engenho Santa Bárbara, de onde fugiu a negra Thomazia.

Fonte: SILVA. *Op. cit*., p. 60.

Imagem 5 – Senzalas do engenho Oitocentas, de onde, provavelmente, fugiu o negro Barnabé.

Fonte: SILVA. *Op. cit.*, p. 60.

Todavia, qualquer maior consideração a este respeito seria mera suposição, uma vez que a escolha do pouso se constituía em algo subjetivo, assim como demandava alguns elementos que nem sempre estavam à disposição dos escravos fugidos. No mais, vale apenas registrar que a proximidade entre o local de onde o escravo se evadiu e o ambiente onde ele estava acoitado podia aumentar, e muito, o seu tempo sob a condição de fugido, além de tornar sua vida em fuga, vivenciando as liberdades possíveis, menos desafiadora.

Poder contar com o apoio de indivíduos, escravos ou não, que residiam próximos aos redutos quilombolas era um elemento de suma importância para a sobrevivência do próprio

coito. Afinal, foi a rede de solidariedade que permeava o quilombo do São José que fazia aquele reduto ser considerado pelas autoridades locais um grande mal, haja vista sobretudo a dificuldade que eles encontravam em dizimá-lo.

No dia 12 de novembro de 1871, ou seja, poucos dias após inquirir a crioula Limôa, João da Silva ordenou um novo ataque as matas do São José. Todavia, enquanto marchavam para atender essa requisição, os soldados acabaram entrando em atrito com um pequeno grupo de escravos fugidos que se encontravam armados e montados ao pé da cancela de acesso ao engenho São José. Desse confronto, somente saiu atingido um dos escravos, o qual, mesmo ferido, não pôde ser capturado, pois, assim como os outros, se embrenhou mata adentro.[233] Segundo o oficial de justiça que acompanhou os soldados, os ditos escravos "saíram dos lados das senzalas do engenho S. José".[234]

Mediante o malogro de mais uma marcha, João da Silva passou a cobrar ainda mais o apoio da Secretaria de Polícia de modo que pudessem ser empreendidas "diligências reiteradas". Segundo ele, só a partir do momento em que as diligências fossem realizadas com uma maior regularidade era que, enfim, se poderia ver sucumbir aquele coito, sobretudo se estas empregassem o "sistema de emboscada".[235]

Grosso modo, o "sistema de emboscada" consistia em uma ação planejada e secreta na qual os soldados deveriam aguardar ocultos a passagem dos escravos fugidos por um ponto pré-determinado e atacá-los repentinamente, de modo que impedissem, ao máximo, a dispersão dos mesmos. Entretanto, para que esse sistema pudesse alcançar o seu objetivo, ou seja, a captura daqueles escravos, era necessário sobretudo que se conservasse o elemento surpresa, o que era difícil de ocorrer, devido à rede de alianças que os quilombolas operacionalizavam sobretudo com a comunidade das senzalas.

Neste sentido, antes de se empregar o "sistema de emboscada" suscitado por João da Silva era prudente que, em primeiro lugar, se intentasse minar a comunicação entre os negros arranchados e os escravos remanescentes das senzalas. Tal rede de informação dificultava, substancialmente, a adoção de qualquer medida mais austera contra os quilombos do Cotinguiba, conforme, inclusive, publicou o *Jornal do Aracaju*, órgão de comunicação oficial do Governo de Sergipe Del Rey, em 03 de abril de 1872, vejamos:

---

[233] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 12 de novembro de 1871.
[234] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Ofício do oficial de justiça de Rosário, José Pereira da Cruz, datado de 12 de novembro de 1871.
[235] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 12 de novembro de 1871.

> A experiência tem mostrado o grau de relação que entretém os quilombolas com os escravos dos engenhos: acham aqueles apoio e proteção: trocam estes farinha e agasalho pela partilha nos roubos dos primeiros e em caso de perigo invadem as senzalas.
> Desde que os proprietários situados nos lugares mais percorridos pelos quilombolas exercerem assídua fiscalização na sua escravatura, cortando quando for possível a comunicação protetora que tanto tem embaraçado as diligências, os quilombolas, entregues aos seus próprios recursos, não oporão resistência e estratégia e serão capturados.[236]

É de supor realmente que, sob a ótica da Secretaria de Polícia, as primeiras medidas contra os quilombos deveriam ser adotadas ainda no âmbito doméstico, ou seja, dentro do aspecto da relação senhor e escravo; seja no momento de prevenir a fuga, seja no instante de controlar sua escravaria, impedindo que esta não se relacionasse com aqueles negros que se encontravam sob a condição de fugidos.

Havia, como vemos, a crença de que, a partir do corte dessa comunicação, os quilombolas não mais poderiam opor qualquer resistência aos ataques regulares das diligências e, assim, acabariam sendo capturados ou se dispersariam, retornando, em seguida, às senzalas de onde, outrora, se evadiram.

Embora seja muito difícil, se não impossível, precisar se essas diligências passaram, a partir de então, a serem empreendidas com certa regularidade, indícios apontam que sim. Isto porque, na documentação recolhida para o desenvolvimento deste estudo, o ano de 1872 aparece como aquele em que se produziu o maior número de ofícios sobre operações contra quilombos em Sergipe.

Tais ofícios, por serem produzidos por pessoas distintas, obviamente, não seguem um mesmo roteiro. Todavia, parte considerável deles indica, ao menos, o dia em que a operação ocorreu, quais as matas ou outros ambientes inspecionados e qual o resultado que pôde, ou não, ser alcançado por meio daquela operação.

Entre as autoridades que produziram relatos sobre as marchas, destacou-se, mais uma vez, o nome de João da Silva Maynard, delegado de Rosário de Catete. Nota-se, a partir dos seus escritos, que ele não queria apenas indicar ao chefe de polícia de Sergipe as medidas que estavam sendo adotadas contra a perpetuação dos quilombos erigidos dentro da sua jurisdição, mas também além dela.

Na verdade, João da Silva, durante aquele ano, se comportou como a autoridade que mais se ocupou com a problemática dos quilombos; muito embora ele, comumente, não marchasse com os soldados até as matas. Ele representava, naquele momento, o principal elo de comunicação entre a Secretaria de Polícia e aquilo que estava sendo empreendido contra os

[236] Quilombolas. **Jornal do Aracaju**, n° 257, de 3 de abril de 1872, p. 2.

mocambos do Vale do Cotinguiba. Neste sentido, coube a ele, dentre outras coisas, capitanear, coordenar, articular e noticiar os saldos das diligências, assim como solicitar – clamar – o envio de soldados para compor as mesmas.

No quadro que segue, consta, talvez, o motivo que levou João da Silva Maynard a se envolver, de sobremaneira, no combate aos redutos quilombolas ao longo do ano de 1872. Entre as 26 diligências que adentraram as matas do Vale do Cotinguiba no decorrer daquele ano, conforme pude contabilizar, 10 (38,46%) delas rumaram em direção as matas de Rosário do Catete. Enquanto que Divina Pastora atraiu cinco, Laranjeiras, três, e Japaratuba, Capela, Santo Amaro e a Freguesia do Pé do Banco (atual Santa Rosa de Lima), duas cada.

É de supor que essa maior participação de João da Silva decorresse sobretudo da sua incumbência de capturar os escravos fugidos dispostos nas matas de Rosário de Catete. E, como era comum que parte desses escravos, durante as marchas, se refugiasse nos municípios acostados aquela vila, surgiu, assim, a necessidade da Secretaria de Polícia contar com o apoio de uma autoridade como João da Silva; o qual, como dito, passou a ser, em parte, o maior articulador das medidas anti-quilombos empreendidas no Vale do Cotinguiba.

Quadro 2 – Diligências empreendidas pela Secretaria de Polícia da Província de Sergipe Del Rey no ano de 1872.

Data da Diligência	Resultado da Diligência	Local da Diligência/Apreensão	Município	Nome do Escravo	Proprietário / Propriedade
03/01	1 Captura	Sítio Camarões	Japaratuba	Luiz	Cap. Filipe de Faro Leitão e Menezes
n.d.	1 Captura	n.d.	Capela	José Maruim	Francisco Antônio do Anequim
22/01	Malogrou	n.d.	Rosário	-	-
07/03	Malogrou	Capim-Assú, Várzea Grande e Jurema	Rosário	-	-
12/03	1 Captura	Na feira	Rosário	José	Augusto, morador de Maruim
12/03	2 Capturas	Capim-Assú	Rosário	n.d.	Francisco Tavares e Aureliano de Lemos
14/03	Malogrou	Floresta	Rosário	-	-
16/03	Malogrou	Peri-Peri	Rosário	-	-
19/03	Malogrou	Sítios Baracho e Falcão	Entre Rosário e Pé do Banco	-	-
21/03	3 Capturas	Engenhos Capim-Assú e Gruta entre o Oitocentos e o Patê	Rosário	Evaristo, Romão e Germana	n.d.
n.d.	1 Captura	n.d.	Divina Pastora	n.d.	n.d.

Quadro 2 – Diligências empreendidas pela Secretaria de Polícia da Província de Sergipe Del Rey no ano de 1872

(conclusão)

Data da Diligência	Resultado da Diligência	Local da Diligência/Apreensão	Município	Nome do Escravo	Proprietário / Propriedade
n.d.	Malogrou	Povoado do Rancho	Rosário	-	-
n.d.	Malogrou	Engenho São José Novo	Rosário	-	-
03/04	Malogrou	Engenho Mata	Divina Pastora	-	-
06/04	Malogrou	Engenho Piedade	Divina Pastora	-	-
15/04	Malogrou	Engenho Lagoa Grande	Pé do Banco	-	-
n.d.	Malogrou	Engenhos Miranda, Lagoa Funda e Sunfuruarana. Ilha Grande (Eng. Santa Ana)	Capela	-	-
n.d.	2 Capturas	Engenho Coité	Rosário	Leocádio (José Boi) e Vicente	Eng. Prata (N. Sra. Das Dores) e José Guilherme de Araújo Nabuco
n.d.	1 Captura	n.d.	Rosário	Severiano	José de Menezes (Eng. Santa Cruz, de Capela)
n.d.	2 Capturas	Estrada de Rosário para Maruim.	-	Constantino e Basílio	Engenho Tapujo e Junco, ambos de Capela.
n.d.	2 Capturas	Engenho Limoeiro	Santo Amaro	Honorato e Archangela	José Bernardino Dias Coelho e Melo (Eng. Floresta) e Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel
n.d.	3 Capturas	n.d.	Santo Amaro	n.d.	n.d.
26/07	Malogrou	Engenhos São Paulo e Freme	Laranjeiras	-	-
n.d.	Malogrou	Engenhos Várzea-Grande	Japaratuba	-	-
n.d.	n.d.	Engenhos Campo Grande, Aroeira e São Luiz.	Laranjeiras	-	-
12/12	Malogrou	Engenhos Aroeira, Campo Grande, Poções e Cambão.	Laranjeiras	-	-
21/12	2 Capturas	Engenho Lagoa Grande	Rosário	n.d.	Engenhos Sítio (Rosário) e Cambão (Laranjeiras)
23/12	Malogrou	Engenho Limeira	Divina Pastora	-	-
27/12	2 capturas	Salobro e Bomfim	-	-	-
Total de Diligências: 29					

Fontes: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do tenente comandante do destacamento da vila de Japaratuba, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia interino de Sergipe, de 05 de janeiro de 1872; APES. Fundo:

SP¹. Pacotilha: 174. Ofício de delegado de polícia de Laranjeiras, Manoel Pinto Lobão, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Martins, de 17 de janeiro de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 02 de fevereiro de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Ofício do alferes João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 10 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: Ofício do delegado de polícia de Rosário, João Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 12 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 15 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, de 15 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, João Barbosa Lima, de 17 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 23 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 26 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício da delegacia de Rosário, de 06 de abril de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do capitão comandante da força de Divina Pastora, Joam Esteves de Freitas, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 08 de abril de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 242. Ofício dirigido ao presidente da província de Sergipe, datado de 19 de abril de 1872; APES. Fundo: SP¹. Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 21 de abril de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 27 de abril de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 174. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 09 de junho de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de polícia de Santo Amaro. Vicente Ferreira, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Cypriano de Almeida Sebrão, de 24 de julho de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do alferes João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Cypriano d'Almeida Sebrão, de 28 de julho de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 363. Ofício do juiz municipal de Japaratuba ao chefe de polícia de Sergipe, de 28 de julho de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Ofício do subdelegado de polícia de Laranjeiras, Hermenegildo José, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola, de 10 de dezembro de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Ofício do subdelegado de polícia de Laranjeiras, Hermenegildo José, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola, de 13 de dezembro de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de polícia de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola, de 22 de dezembro de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Ofício do subdelegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, de 26 de dezembro de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 76. Ofício de n° 237 da 3° Seção do Palácio do Governo de Sergipe ao chefe de polícia de Sergipe, Cypriano de Almeida Sebrão, de 31 de dezembro de 1872.
Nota: n.d. = não declarado.

Entre as marchas empreendidas contra os coitos de escravos fugidos naquele ano, nota-se que apenas uma seguiu em direção às matas do engenho São José, conforme indica o quadro acima. Essa realidade, a qual, *a priori*, enseja estranhamento, sobretudo porque a vila de Rosário recebeu a maioria daquelas diligências, pode indicar, na verdade, os louros obtidos com as operações impetradas, ainda no ano anterior, contra o rancho ali disposto.

Isto porque, mesmo aquelas marchas datadas de setembro e novembro de 1871 não conseguindo capturar nenhum escravo fugido, ainda assim, elas podem ter contribuído para a desmobilização do quilombo do São José, na medida em que indicaram que o pouso naquele ambiente não era, dentro do possível, mais seguro. Portanto, muito embora as autoridades indicassem, comumente, os resultados das diligências contabilizando as capturas que puderam ser, por meio delas, empreendidas, outros resultados, os quais não eram ainda perceptíveis aos olhos, e que por isso deixavam de ser computados, podiam ser, mais tarde, alcançados.

Todavia, a suposta desmobilização das matas do engenho São José não significou, necessariamente, a derrocada dos negros fugidos que, outrora, estavam ali arranchados. Isto porque, assim como ocorreu no Maranhão, muitos dos quilombolas atacados acabavam se subdividindo, migrando e se multiplicando em outros quilombos, conforme indicou Flávio dos Santos Gomes.[237]

Inseridos nessas outras comunidades, a luta pela manutenção da liberdade continuaria, não menos repleta de desafios, uma vez que a marcha contra eles não cessaria. Joaquim Bento de Oliveira Júnior, presidente da província de Sergipe entre junho e setembro de 1872, indicou o quanto a regularidade das diligências podia resultar na desmobilização dos coitos, mas não na derrocada da problemática dos quilombos. Segundo ele,

> Perseguidos, como tem sido nos quilombos, adoptaram o plano de espalharem-se, continuando, porém, nos furtos de animais, para o que chegam a invadir os pastos dos engenhos.
> Embora as diligencias sejam hoje mais difíceis, é necessário não afrouxar a perseguição, e continuar-se a bate-los, empregando-se para este fim toda a força disponível [Sic.].[238]

É de supor que o "plano" de se espalhar consistisse na medida mais prudente a ser adotada naquele momento, diante sobretudo da onda de ataques então impetrada contra os coitos quilombolas. Esta impôs uma modificação, por mais que momentânea, no *modus vivendi* dos escravos fugidos, mas não, substancialmente, no *modus operandi* dos mesmos, pois eles insistiam em "afligir os proprietários do Cotinguiba".[239]

Para a presidência, apesar de os assaltos aos pastos dos engenhos continuarem, eles, aparentemente, não ocorriam mais em "grande escala". Talvez, isto decorresse não apenas da rotina de ataques aos matos, mas ainda das apreensões que puderam ser empreendidas ao longo do ano de 1872.

No quadro anterior, pudemos notar que aquelas diligências foram responsáveis pela captura de 23 escravos fugidos; número até considerável, se levarmos em consideração que cerca de 50% delas malogrou, ou seja, acabaram sendo improfícuas. Parte substancial dessas apreensões – 47% – ocorreu nas matas da vila de Rosário do Catete, inclusive naquelas onde, segundo a crioula Limôa, se refugiavam alguns quilombolas do São José como, por exemplo, nas matas do engenho Capim-Assú. Podemos analisar, a partir dos autos de perguntas procedidos em parte desses escravos capturados, mais alguns importantes dados sobre o

---

[237] Neste sentido, ver: GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. Unesp: Ed. Polis, 2005.
[238] Relatório com que o Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Júnior passou a administração da Província de Sergipe para o 1° Vice-Presidente Cypriano D'Almeida Sebrão, no dia 5 de setembro de 1872, p. 10.
[239] Ibidem, p. 10.

quilombo do São José, uma vez que, entre eles, detectamos negros que, outrora, residiram naquele coito.

Em abril de 1872, durante uma marcha contra as matas do engenho Coité, de Rosário do Catete, João da Silva pode efetuar a captura de dois escravos fugidos, entre os quais, o crioulo José Leocádio, o mesmo que, como abordamos anteriormente, era o amásio da negra Limôa. No dia 28 de abril, esse negro, mais "conhecido no mato" como "José Boi" e considerado uma das "cabeças do quilombo", foi conduzido até a residência do dito delegado de Rosário de Catete, onde respondeu a um auto de perguntas.[240]

José Boi, prefiro assim chamá-lo, revelou nessa ocasião que era de propriedade de um senhor de nome Batalha, residente no engenho Prata, na freguesia de Pacatuba, de onde fugiu por não mais querer servir ao seu senhor. Tal saída, segundo ele, ocorrera há quatro ou cinco anos. Seguiu imediatamente para as matas do engenho São José, onde residiu com dez ou onze escravos fugidos. Dali seguiu para as matas do engenho Bom Sucesso, partindo, pouco depois, para as matas do engenho Poções. No entanto, os diversos ataques empreendidos contra os quilombos dispostos em Rosário do Catete fez com que ele passasse a não ter "lugar certo de estada".[241]

Nota-se que as constantes investidas militares contra o quilombo onde José Boi passou a residir no momento imediato ao abandono do cativeiro o motivou não apenas a migrar, segundo ele, para, ao menos, outras duas unidades quilombolas como ainda o obrigou, depois, a andar sem pouso certo, até ser, segundo ele, capturado nas matas do engenho Coité. Enquanto permaneceu fugido, José Boi revelou andar sempre armado de faca, foice e de uma pequena carabina, mais comumente conhecida como clavinote, a qual ele disse portar desde o momento em que deixou a casa do seu senhor.[242]

Talvez recordando que esse negro era indicado como o autor de um crime cometido contra uma mulher residente no engenho Bom Sucesso, João da Silva o inquiriu sobre os supostos crimes que impetrou enquanto permaneceu fugido. Em resposta, José Boi revelou que apenas se lembrava do assalto a uma "mulher de nome Cândida", da qual roubou "vinte e cinco mil réis e um cordão de ouro". Tal roubo, ocorrido no caminho do povoado do Rancho, foi realizado, segundo ele, em parceria com o negro Venceslau; outro morador do quilombo

[240] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 27 de abril de 1872.
[241] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Auto de perguntas feito ao escravo Leocadio, conhecido por José Boi, em 28 de abril de 1872.
[242] Ibidem.

do São José.[243] Saliento que no auto de perguntas da crioula Limôa, o nome de José Leocádio aparece como, realmente, sendo o autor desse crime. Todavia, de acordo com ela, os próprios negros do Bom Sucesso, os quais "não gostavam" da dita Cândida, sinalizaram a ocasião em que ela passaria pelo povoado do Rancho.[244]

Findando o auto, João da Silva achou prudente não conservar José Boi no quartel de Rosário do Catete, uma vez que o mesmo não oferecia a "mínima segurança", e recomendou a sua condução até a capital da província. Talvez, sob o ponto de vista da autoridade incumbida do auto de perguntas, o momento mais significativo era quando se podia obter o conhecimento sobre alguma ocorrência ou quando se podia materializar algum ponto que, até então, era só suspeito.

No que concerne ao escravo fugido que, sendo capturado, seria submetido ao auto de perguntas, o mais importante era adquirir, por meio dele, informações de modo que permitisse comprovar a sua culpabilidade, ou a de outro sujeito. Isto porque, algumas medidas a serem empregadas após a sua apreensão podiam esta, substancialmente, vinculadas às informações ali colhidas. Por exemplo, um negro como José Boi deveria ser indiciado e punido criminalmente por roubo antes mesmo de ser reconduzido ao julgo do seu senhor. Já outro escravo fugido que, ao ser capturado e inquirido, caso não se pudesse comprovar a sua participação na perpetração de crimes, deveria ser conduzido ao domínio do seu senhor ou deveria aguardar preso a sua reclamação. Neste caso, o seu senhor deveria arcar ainda com os custos despendidos com a alimentação do negro durante o período em que ele esteve apresado.

Nota-se, por meio do depoimento do crioulo José Boi, que o destino que ele rumou assim que deixou a casa do seu senhor foi às matas do engenho São José, o que denota que ele, de alguma maneira, já estava ciente para onde iria se dirigir antes mesmo de se empreender em fuga. Esta suposta convicção prévia do ponto a ser alcançado no momento da escapada era de suma importância para a manutenção da liberdade recém-conquistada. Entretanto, no caso daqueles que rumariam em direção a um quilombo, apenas a ciência da sua localização não era garantia de inserção no mesmo.

Em Sergipe Del Rey, entre as medidas adotadas pela Secretaria de Polícia no combate aos quilombos estava o uso de espias, ou seja, indivíduos que deveriam sobretudo indicar as autoridades responsáveis pelo ataque o local exato onde os escravos estavam acoitados. É de

[243] Ibidem.
[244] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871.

supor que essa medida elevasse a desconfiança sob qualquer negro que, por ventura, quisesse adentrar ao quilombo, mesmo daqueles que alcançaram o coito por meio da sedução.

Esta, ao menos, foi a leitura que fiz diante da análise do auto de perguntas do negro Domingos, mais um negro que residiu no quilombo do São José. Na verdade, o crioulo Domingos, de propriedade do Barão de Japaratuba, não consta entre aqueles escravos capturados ao longo do ano de 1872. Quiçá, sua apreensão nem se quer foi resultado de mais uma marcha contra os quilombolas, uma vez que ele só pôde ser ouvido depois de ser atingido nas "cadeiras" por uma arma disparada, muito provavelmente, por um negro de engenho com o qual se desentendeu.[245]

No mais, o que sabemos foi que, no dia 14 de dezembro de 1871, o negro Domingos foi conduzido até a residência do doutor Manoel Maria do Amaral, chefe de polícia interino de Sergipe, na vila de Capela, onde passou por um auto de perguntas. Embora ele tenha declarado se chamar Domingos atestou-se, pouco depois, que este "nome era falso" e que "o seu verdadeiro nome era Antão".[246] Teria ele andado, *a priori*, "sem destino algum" até se deparar com o escravo Januário, o qual se ofereceu para levá-lo até "as matas de São José".[247]

Segundo Antão, ou Domingos, existia "mais de um rancho" naquelas matas, residindo ele e outros setes escravos em um que era "governado por Agostinho";[248] razão, talvez, por que nem o seu nome e nem o de Januário constem naquele arrolamento indicado por Limôa.

No quilombo do São José, sua estada seria breve, aproximadamente, uma semana. Isto porque, os negros que estavam ali acoitados desconfiavam que ele "não era um escravo fugido", mas sim um "espia", o que impediu inclusive que ele não só fosse "aos outros ranchos", como também não entretece "maior relação" com aquela gente.[249]

Ao saber, a partir de um desses escravos, que "os outros não o queriam em sua companhia" e que era para ele se retirar do quilombo do São José, Antão seguiu em direção "às capoeiras do engenho Bette", em Divina Pastora, onde ouviu que existia outro quilombo.[250]

Neste sentido, percebe-se o quanto a inserção de um escravo fugido em um quilombo poderia ser difícil, sobretudo para os negros do sexo masculino. É de supor que essa

---

[245] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Interrogatório feito a Domingos, escravo do Barão do Japaratuba, em 14 de dezembro de 1871.
[246] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de polícia 1° suplente em exercício, Antonio Pereira Resende, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 6 de dezembro de 1871.
[247] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Interrogatório feito a Domingos, escravo do Barão do Japaratuba, em 14 de dezembro de 1871.
[248] Ibidem.
[249] Ibidem.
[250] Ibidem.

desconfiança que pairava sob o crioulo Antão possuía ainda alguma relação com a não indicação dos nomes dos escravos fugidos que residiram com ele em um dos ranchos do São José, pois, segundo ele, os mesmos "ocultavam[-os]" ao substituí-los por expressões como "mano, compadre, etc.".[251] Esse dado coaduna, em parte, com o que Maria Nely Santos indicou sobre a identidade dos quilombolas, uma vez que, segundo ela, "ninguém usava o nome de batismo" nos quilombos. Todavia, não me parece que a adoção de apelidos, muito embora apareça ainda em outros documentos, era uma "norma costumeira". Tão pouco obrigatória, como a dita autora advertiu.[252]

Vale salientar, que o uso de expressões como "mano" e "compadre" entre os escravos residentes em um mesmo rancho pode ser analisado dentro de outra perspectiva, mais lisonjeira. Talvez, o uso dessas expressões, ainda hoje tão recorrentes entre nós, indicasse apenas o elo, o compromisso e a irmandade entre indivíduos que se encontravam sob mesma condição, residindo em um mesmo coito e compartilhando o desafio de se viver em liberdade, embora esta, em não poucas ocasiões, se mostrasse efêmera. Sendo assim, o uso de "mano" ou "compadre" poderia ser uma forma de fortalecer, ainda mais, o companheirismo entre os moradores daquele rancho; algo, sem dúvidas, crucial, diante do desafio da manutenção da liberdade.

Segundo o delegado de Capela, Antônio Pereira Resende, o negro Antão era substancialmente dotado de "maus instintos", a ponto inclusive de concorrer, dias antes, para a morte de dois escravos do engenho Várzea Nova.[253] Fato este que, talvez, impediu que Antão retornasse, de imediato, ao engenho do Barão de Japaratuba.

Se pegarmos os dados disponibilizados por esse negro e cruzarmos com outras informações esparsas que abordamos aqui anteriormente, podemos conjecturar alguns aspectos sobre a estrutura espacial e a administração do quilombo do São José. Este, aparentemente, era composto por diversos ranchos, os quais se encontravam dispersos pelas matas que circundavam o engenho. Nesses ranchos, mais especificamente em seus entornos, estavam instalados cochos que serviam não só para alimentar os animais de montaria, mas também para mantê-los atados. O uso desses animais como meio de locomoção permitia aos escravos fugidos que ali residiam alcançar, em poucas horas, outros ranchos e, até mesmo, outros quilombos espalhados pelo Vale do Cotinguiba como, por exemplo, o localizado nas matas do engenho Limeira, na vila de Divina Pastora.

---

[251] Ibidem.
[252] SANTOS, *Op. cit.*, 1997, p. 114.
[253] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de polícia 1° suplente em exercício, Antonio Pereira Resende, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 6 de dezembro de 1871.

No que concerne à administração, os escravos acoitados no quilombo do São José, aparentemente, obedeciam ao "chefe", "líder" ou "governador" dos ranchos onde eles residiam.[254] E por mais que a inserção em um desses ranchos se realizasse, em parte, mediante a sedução, desconfianças ou desavenças com outros quilombolas poderiam abonar um novo convite, desta vez, para que este escravo se retirasse do coito.

Há indícios que a população residente em cada um dos ranchos que compunham o quilombo do São José era detentora de certa autonomia, a ponto de, por exemplo, impedir a ida de indivíduos que por ela não eram bem quistos. Obviamente, medidas prudentes como essas passariam a ser adotadas somente após a ampliação do coito e, concomitantemente, após a inserção de escravos fugidos que eram, *a priori*, desconhecidos da comunidade ali já residente.

Em suma, seriam essas as características mais importantes que pude obter sobre o quilombo do São José, ou seja, sobre a comunidade de escravos fugidos que residiu nas matas do engenho São José, em Rosário do Catete. No início da década de 1870, o quilombo do São José atraiu a atenção das autoridades do Vale do Cotinguiba devido sobretudo ao elevado número de escravos ali acoitado, assim como pela ampla rede de aliança e solidariedade que esses negros operacionalizavam. Tal rede seria indicada como a principal responsável pelo malogro das muitas marchas empreendidas contra aquele coito. Todavia, a regularidade dos ataques às matas do engenho São José indicou, aos poucos, a impossibilidade de se manter aquele pouso, o que resultou na dispersão dos escravos que ali residiam. Enquanto alguns acabaram capturados, outros permaneciam fugidos. E, assim, o quilombo do São José permaneceria incólume, aceso e a arder em muitos outros quilombos das matas do Cotinguiba.

[254] Tanto a questão da ascensão a um posto de comando entre os quilombolas como da autonomia dos ranchos de Sergipe Del Rey aparecem, de modo pioneiro, no estudo produzido por Maria Nely Santos, muito embora ela opte por empregar o nome mocambo. Neste sentido, ver: SANTOS, Maria Nely. *Op. cit.*, 1997, p. 114.

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS... QUEM FOGE *VS* QUEM CAPTURA

No curso deste estudo, pudemos notar que um dos meios empregados pelas autoridades militares para debandar as comunidades de escravos fugidos do Vale do Cotinguiba era o ataque direto ao coito, sobretudo através de diligências. Todavia, por outro lado, notamos ainda que parcela considerável dessas marchas acabou sendo improfícua, ou seja, se deparou com os ranchos abandonados, porém com muitos sinais de que os mesmos estavam sendo ocupados há poucos instantes. Neste capítulo, abordaremos e analisaremos, mais minuciosamente, quais as medidas antiquilombos que eram empregadas pela Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey de modo a evitar a perpetuação daquelas comunidades, assim como quais eram as contra-estratégias que os escravos residentes nelas usavam para driblar os constantes ataques que eram dirigidos contra eles.

Para tanto, optei, para uma melhor compreensão da dinâmica e das características presentes em cada uma dessas estratégias, analisá-las de modo separado, muito embora saliente que estas eram empregadas, na maioria das vezes, de modo concomitante. Na verdade, pode-se dizer que não apenas mais de uma estratégia era empregada simultaneamente, mas igualmente que muitas destas podiam ser complementares. Ou seja, para uma estratégia ser decisiva ela podia depender substancialmente de outra. Iniciarei minha análise pelo instituto capitão de campo, mais comumente conhecido como capitão do mato,

4.1. Capitão do Mato/Capitão do Campo

É de supor que a ilustração que apresenta um escravo fugido a andar com uma pequena muda de roupa fincada em uma vara seja conhecida na mesma proporção da que ilustra um capitão do mato montado em um belo cavalo branco e carregando consigo um negro atado a caminhar. Talvez, isso se deva a associação que, comumente, fazemos do capitão do mato como sendo a mais importante instituição criada no Brasil para combater os escravos fugidos.

Por anos, realmente, coube aos capitães do mato a responsabilidade maior de atacar os coitos de escravos fugidos. Segundo Silvia Hunold Lara, não obstante as Ordenações Filipinas prever uma recompensa, em dinheiro, ao indivíduo que achasse um escravo fugido e o

entregasse à autoridade competente, seria apenas no século XVIII que se daria a real constituição do instituto repressivo denominado capitão do mato.[255]

Sua ascensão no mundo escravista ocorreria, paulatinamente, e em concomitância, a uma série de elementos que buscavam sobretudo impedir o surgimento de um novo Palmares no Brasil.[256] Em Sergipe Del Rey, nota-se a presença de capitães do mato atuando na caça de escravos fugidos desde, ao menos, o século XVIII. Houve inclusive, em Sergipe, a atuação daquele que se considerava ser o mais divino capitão do mato, ou seja, Antônio de Pádua, mais conhecido como Santo Antônio. Quem apelou aos "serviços" sublimes do referido Santo foi o senhor Domingos Dias Coelho, o Barão de Estância, não sem antes recorrer, desastrosamente, a algumas diligências. Feito o pedido, Santo Antônio logo alcançou o seu negro fugido nos sertões da Jacoca. Pondo-se diante do escravo, o santo não o deixaria até que o mesmo retornasse ao poder do seu devoto senhor.[257]

Segundo Luiz Mott, essa divina competência de Santo Antônio passou a ser cultuada no Brasil em meados do século XVII, justamente quando o mundo senhorial mais sentia os abalos provocados por Palmares.[258] Afinal, como rezava o Padre Antônio Vieira: "se vos foge um escravo, Santo Antônio". Na Amazônia, ocorria, curiosamente, o inverso, uma vez que era Santo Antônio quem avisava aos escravos fugidos que as diligências estavam para chegar. Para Eurípides Funes, estudioso dos mocambeiros do Baixo Amazonas, a devoção a Santo Antônio foi a forma que aqueles negros encontraram para, dentre outras coisas, anular, ou apenas neutralizar, o poder de ajuda solicitado pelos seus senhores.[259]

No Vale do Cotinguiba, raros são os documentos que sinalizam a atuação de capitães do mato caçando escravos fugidos. Na verdade, durante esta pesquisa, pude encontrar apenas dois documentos que atestam, peremptoriamente, a existência desse cargo. Entre esses, o datado de janeiro de 1872 indica que o capitão de campo Lourenço Bezerra Cavalcanti Bravo, "homem que sua [cuja] vida" era "prender escravos fugidos mediante uma gratificação dos

---

[255] LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 299-300.

[256] Neste sentido, ver: LARA, Silvia Hunold. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 85.

[257] Neste sentido, ver: JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico (1761)**. Apud: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco**. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977, p. 74.

[258] MOTT, Luiz. Santo Antônio, o divino capitão-do-mato. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 116.

[259] Neste sentido, ver: FUNES, Eurípides. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. São Paulo: FFLCH; USP, Tese de doutorado, 1995, p. 83.

senhores destes", cobrou pela captura do escravo Januário o valor correspondente "de 30 mil réis a 40 mil réis".[260]

Infelizmente, como não pude localizar ainda nenhuma norma sobre o referido cargo em Sergipe Del Rey, apenas suponho que para cobrar esse valor Lourenço Bravo levou em consideração o sexo do escravo, a resistência oferecida por este no momento da sua prisão, o lugar da sua evasão e o local onde se deu a apreensão do mesmo. Tais elementos, saliento, estão presentes em um regimento confeccionado por capitães de mato de Campo dos Goitacases, no Rio de Janeiro.[261]

No que concerne ao uso da nomenclatura capitão do campo, em vez de capitão do mato, essa confusão parecia apenas reforçar o caráter fluído daquele cargo, conforme aduz Silvia Lara.[262] Isto porque, apesar de o capitão do campo ser indicado acima como aquele indivíduo que dedicava sua vida a capturar escravos fugidos mediante recompensa dos seus senhores, inexistia, aparentemente, um vínculo maior entre eles e o Poder Público.

Na verdade, o instituto capitão do mato sempre se mostrou um pouco contraditório. Tal cargo, comumente, era ocupado por negros e mulatos que viam naquele posto a possibilidade de obter mais autoridade e respeito social nas paragens por onde residiam. Todavia, segundo Stuart Schwartz, era comum capitães do mato serem acusados de promoverem desordens por onde passavam, sobretudo quando intimidavam moradores do campo ou quando apresavam escravos sem maiores motivações. Por exemplo, no ano de 1806, o pardo Daniel Dias, o qual era visto sempre andando bêbado, foi acusado de extorquir dinheiro para comprar o cargo de capitão do mato em Sergipe Del Rey.[263]

Em meados de 1880, as acusações que recaíam sob dois capitães do mato eram ainda maiores. Isto por que, naquele ano, chegou até as autoridades de Aracaju a informação de que Manoel Fernandes de Araújo, capturado por capitães do mato "na suposição" de ser "fugido", podia ser, na verdade, de condição livre. Tal captura, o modo como ela ocorreu e as supostas penúrias que passou ao longo do seu cativeiro injusto foram narradas pelo próprio Manoel de Araújo no dia 26 de maio de 1880, ocasião em que ele prestou depoimento ao chefe de polícia de Sergipe. Segundo ele, ao sair da casa de Antônio Manoel de Jesus, seu padrinho de crisma e com quem residia desde "quando era rapaz", se dirigiu em direção a Capital Aracaju, uma vez que pretendia "assentar praça". No entanto, como não conseguiu realizar esse feito, optou

[260] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do 1° suplente do delegado de Capela, Antônio Pereira Resende, ao chefe de polícia de Sergipe, de 04 de janeiro de 1872.
[261] LARA, 1988, p. 301.
[262] Idem, 1996, p. 89.
[263] SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 379.

por se retirar "para o Rio do Sal", onde ficou prestando serviço nas "roças do finado capitão José Vieira". Após um ano ali, "pouco mais ou menos", se deparou com dois indivíduos oriundos "do sertão" que se diziam serem "capitães de mato", os quais o prenderam e o conduziram amarrado até o engenho Sombinho, visto que acreditavam que ele era de propriedade do senhor Fernandes.[264]

No Sombinho, devido os maus tratos que os capitães de matos o infligiram, Manoel acabou confessando que era escravo do referido senhor, uma vez que queria, segundo ele, "se ver livres das dores que estava sofrendo". No entanto, ao vê-lo, apesar do dito Fernandes dizer que ele não "parecia com o seu escravo Patrício", que "se achava fugido", optou por conservá-lo ali por alguns meses e, em seguida, o vendeu a um senhor chamado Pedro Vieira, "negociante na cidade de Maruim". Este, por sua vez, "o vendeu ao tenente coronel Luiz Correia", de quem Manoel se evadiu em busca de Antônio de Jesus, seu citado padrinho, o qual, prontamente, denunciou às autoridades acerca do que se passou com o seu afilhado.[265]

Em seu favor, ou seja, atestando que Manoel era, na verdade, de condição livre, podiam depor não só o referido Antônio de Jesus, mas ainda muitos outros moradores de Aquidabã, onde ele nascera como, por exemplo, o seu genitor, identificado como Martiniano José de Souza. Este, quando intimado, asseverou às autoridades que seu filho "nasceu de ventre livre".[266] Muito embora eu não possua ainda informações sobre o que ocorreu, enfim, com o negro Manoel, alimento a sensação de que ele conseguiu a sua liberdade de volta, visto que no final dos autos o escrivão registrou, no rodapé, que os depoimentos de "todas as testemunhas" ouvidas estavam em plena consonância, ou seja, "de acordo com o depoimento de Manoel".[267]

Muitos casos equivalentes podiam ocorrer no Brasil, contribuindo assim para que o cargo de capitão do mato não estivesse entre as ocupações consideradas mais honrosas, uma vez que era ocupado sobretudo por pessoas não muito íntegras, conforme sinalizou também João José Reis.[268] Quanto ao processo de investidura e nomeação dos indivíduos que almejavam ser capitão do campo, este, durante o Império, passou a ser, aparentemente, de competência das secretarias de polícia das províncias. No dia 9 de outubro de 1877, o delegado da vila de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, se dirigiu ao chefe de polícia de

[264] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 658. Auto de perguntas feitas a Manoel Fernandes de Araújo, em 26 de maio de 1880.
[265] Ibidem.
[266] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 658. Auto de perguntas feitas a Martiniano José de Souza, em 26 de maio de 1880.
[267] Ibidem.
[268] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade". *Revista USP*. São Paulo: dez/fev 1995/96, p. 17.

Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, recomendando a nomeação do senhor Francisco José de Santana, vejamos:

> O portador do presente ofício é o senhor Francisco José de Santana, morador deste termo, que a muito pede-me [...] obter um título de Capitão de Campo, ou que esta Delegacia o fizesse, porém não tenho essas atribuições passo a informar a V. S. que dito Francisco José de Santana é morador no meu termo e tem se dedicado a este ofício de capturar escravos fugidos, e outros negócios, de quem tem sido encarregado, a tudo isso tem se prestado bem com prontidão [...].[269]

Nos deparamos com dois dados importantes no requerimento acima; um consiste no fato de que não cabia ao delegado nomear os indivíduos que ansiavam alcançar o título de capitão do campo, mas sim ao chefe de polícia; e o outro que, mesmo sem ainda estar investido como capitão do campo, Francisco José de Santana já se ocupava com a caçada aos escravos fugidos. Talvez, ele apenas quisesse oficializar aquilo com o qual ele vinha se dedicando.

Neste sentido, assim como o referido Francisco Santana, muitos outros indivíduos podiam se dedicar, ocasionalmente, à caça de escravos fugidos pelos matos do Cotinguiba, ao longo do século XIX. Todavia, apesar da requisição acima, o cargo de capitão do campo não parecia ser mais almejado como em outrora. Talvez porque algumas ordenanças, custeadas pelos cofres públicos, passaram a se ocupar mais assiduamente dos serviços de caça aos escravos fugidos, assim como no combate aos seus coitos, conforme veremos a seguir.

4.2. As diligências

Embora já se tenha refletido neste estudo acerca de como era conduzida a formação de uma diligência contra os quilombos, torna-se oportuno nos atermos ainda sobre mais alguns aspectos. As diligências policiais – ou marcha policial, como nomeei muitos dos ataques diretos aos quilombos – consistiam, sem sombra de dúvida, no meio mais empregado pela Secretaria de Polícia de Sergipe no combate às comunidades de escravos fugidos do Cotinguiba.

Embora a documentação sobre a repressão não indique, de modo mais conciso, quais os ritos que deveriam ser seguidos para se empreender uma diligência, sabe-se que arregimentar soldados e preparar um ataque aos quilombos não era algo simplório. E, conforme sinalizou Flávio Gomes, em não raras ocasiões, os motivos que levaram ao insucesso das mesmas estavam diretamente relacionados a essa dificuldade.[270]

---

[269] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 08. Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 09 de outubro de 1877.

[270] GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidade de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005, p. 334.

No que concerne ao Vale do Cotinguiba, como muitas das denúncias que apontavam a existência de comunidades quilombolas alcançavam, *a priori*, os delegados municipais ali alocados, cabiam a estes darem os primeiros passos para se impetrar uma diligência. Quais passos eram esses? Normalmente, a primeira medida, e a mais prudente, a ser adotada era participar a sua autoridade superior imediata, neste caso, o chefe de polícia da província, sobre a denúncia que acabara de receber, assim como os males que o suposto coito estava causando a aqueles que residiam no seu entorno. Em seguida, porém na mesma participação, o delegado comumente clamava o envio de uma força, já municiada, suficiente o bastante para se empreender o cerco aos ranchos, uma vez que os destacamentos que ora estavam subordinados a eles não possibilitavam realizar este feito. Neste sentido, seguia-se, praticamente, o seguinte roteiro: a notícia recebida de uma "pessoa fidedigna" era compartilhada com o chefe de polícia, sob o qual recaía a responsabilidade de disponibilizar as conclamadas medidas "providenciais".

Existiram, obviamente, marchas que foram empreendidas apenas com os diminutos destacamentos municipais. Todavia, mesmo essas diligências compostas apenas por soldados já destacados não eram fáceis de serem empreendidas. Isto porque, muitos desses soldados desempenhavam atividades em seus distritos como, por exemplo, rondas noturnas, dispersão de desordens, condução e vigília de presos, etc. Ou seja, o cumprimento de um mandato para seguir às matas podia significar a não execução de outra atividade não menos importante como a defesa de cadeias e quarteis, dentre outras.

No dia 22 de agosto de 1871, Pedro Telles de Oliveira, terceiro suplente do delegado de Laranjeiras, compartilhou essa dificuldade com Alexandre Pinto Lobão, o então chefe de polícia de Sergipe, vejamos:

> Tendo por diversas vezes me dirigido a V. S. para que obtenha o aumento da força destacada nesta cidade para que possa providenciar o que for mister a bem da Polícia, pois que com cinco praças não posso dar providências, por que quatro é a guarda do quartel, ao que fica se ocupa como ordenança ficaria sem praça alguma disponível e não obstante as reclamações feitas ainda não foi atendida. Agora porém que anda mais precisa os cuidados da Polícia, porque andam vagando uma porção de negros fugidos armados e a cavalo.[271]

Nota-se que não era a primeira e nem a segunda vez que Pedro Oliveira clamava pelo aumento do número de soldados destacados em Laranjeiras. Naquele momento, dos cinco soldados que ele dispunha, quatro se ocupavam somente com a "guarda do quartel", enquanto o que restava servia de ordenança. Tal efetivo, o qual já era ínfimo, se mostrou ainda mais

[271] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício do delegado de polícia em exercício, Pedro Telles de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 22 de agosto de 1871.

reduzido diante da necessidade de conter a "porção de negros fugidos" que circundavam as matas de Laranjeiras, que, naquela época, detinha uma população de, aproximadamente, 2.700 escravos.[272]

Não obstante Laranjeiras concentrar a maior população escrava do Vale do Cotinguiba, o delegado revelou que se contentava com o envio de apenas "mais dez praças", pois, segundo ele, embora insuficientes, podia-se "ao menos" dar "as providências" que eram "de urgentes necessidades".[273] Tratava-se, certamente, de um posto muito difícil de ser ocupado, razão, talvez, por que os dois outros suplentes abandonaram o cargo.

Para se empreender o ataque aos quilombos, podia-se contar ainda com a Guarda Nacional, uma força de primeira-linha no Império. No entanto, muitos delegados, no momento de solicitarem a marcha, dispensavam categoricamente o envio de soldados da Guarda Nacional, uma que vez que, aparentemente, era impossível se alcançar bons resultados por meio deles.

Muitas eram as críticas que recaíam sob as praças da Guarda Nacional. No ano de 1835, por exemplo, o presidente da província de Sergipe já destacava a impossibilidade de se fazer uso desta força como meio de contenção de uma possível insurreição escrava, pois, segundo ele: "sem armas e sem disciplina, nenhum auxílio" podiam "prestar".[274] Nos anos seguintes, outros elementos, ainda mais gravosos, seriam arrolados de modo a desqualificar o uso daqueles soldados nas diligências antiquilombos.

Em 16 de agosto de 1871, João da Silva, aquele nosso conhecido delegado de Rosário do Catete que se envolveu substancialmente no combate aos quilombos do Vale do Cotinguiba, indicou ao chefe de polícia que "qualquer diligência com a Guarda Nacional" era "improficua", "sem utilidade" e que, na verdade, ela não prestava para aqueles "serviços", pois os soldados fugiam "a pretexto de perigo".[275] Ou seja, durante os ataques nas matas quem acabava fugindo era, contraditoriamente, os próprios caçadores, e não os caçados como era de se esperar. Entendo que os "serviços" aludidos por João da Silva não correspondiam apenas ao momento do cerco aos quilombos, mas também a algumas atividades que eram desempenhadas enquanto se dirigiram aos mesmos.

---

[272] Em 1872, segundo dados do Censo Populacional, Laranjeiras possuía uma população composta por 16.096 almas, estando 13.303 destes livres e 2.793 sob a condição escrava.
[273] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício do delegado de polícia em exercício, Pedro Telles de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 22 de agosto de 1871.
[274] Ofício do Presidente Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, de 25 de fevereiro de 1835. In: Relatório de todos os atos do Governo da Província de Sergipe, 1835, p. 6.
[275] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 301. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 16 de agosto de 1871.

Meses depois, mais especificamente no dia 2 de fevereiro de 1872, João da Silva voltou a opinar sobre o uso da Guarda Nacional. Nessa ocasião, ele disse estar "convencido" de que com ela não se devia efetuar as diligências, mesmo quando o número de soldados arregimentados se mostrasse significativo.[276] Essa sua opinião foi compartilhada com o chefe de polícia interino de Sergipe, o senhor Francisco Gonçalves, assim como também com quem o sucedeu, o dr. Joaquim Barbosa de Lima, ao qual João da Silva revelou que não se podia "continuar com diligências eficazes" fazendo o uso da Guarda Nacional, "cujo movimento" era "moroso e vulgarizado".[277]

Em junho de 1872, ao solicitar uma força para atacar "um grande quilombo" instalado nas matas do engenho Limoeiro, em Santo Amaro, João da Silva recomendou que não enviassem "guardas nacionais", pois iriam "contra vontade", não garantindo assim o "bom resultado" da diligência.[278] No cerco empreendido dias depois contra aquelas matas, puderam ser capturados somente dois escravos fugidos, escapando outros devido não haver "maior energia da parte da escolta".[279]

Parece-me óbvio que o intuito de João da Silva era demonstrar para as autoridades que estavam ocupando o cargo de chefe de polícia de Sergipe acerca da impossibilidade de se lograr qualquer maior êxito contra as comunidades de escravos fugidos por meio de diligências compostas por soldados da Guarda Nacional. Sabe-se que, em outros pontos do Império do Brasil, a Guarda Nacional passou por equivalentes desqualificações. Por exemplo, no ano de 1843, autoridades do Maranhão, as quais estavam incumbidas de combater os quilombos instalados nas florestas do Turiaçu-Gurupi, lamentavam a desorganização da Guarda Nacional.[280]

Mas, quais a razões desses supostos despreparos? Para Flávio Gomes, as marchas constituídas por tropas de linha eram, quase sempre, inúteis. Isto porque, estacionadas normalmente nos centros urbanos, elas se envolviam mais habitualmente com a contenção de pequenos motins e distúrbios de ruas, de modo que, quando transportadas para o interior das florestas, se mostravam insuficientes, devido sobretudo às algazarras e às indisciplinas dos seus componentes. Além do mais, a falta de conhecimento acerca do ambiente que estavam

[276] APES. SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves, 2 de fevereiro de 1872.
[277] APES. SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 18 de fevereiro de 1872.
[278] APES. SP¹. Pacotilha: 174. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 3 de junho de 1872.
[279] APES. SP¹. Pacotilha: 174. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 9 de junho de 1872.
[280] Neste sentido, ver: GOMES, 2005, p. 164.

penetrando fazia com que a marcha fosse substancialmente lenta, o que contribuía para que os soldados alcançassem os ranchos já abandonados, ou seja, muitos nem sequer avistavam os negros fugidos.[281]

Na documentação que pude arrolar, notam-se alguns dos elementos pontuados acima. Lembremos que parte dos soldados que compunham aquela diligência vultosa empreendida contra as matas do engenho São José, no ano de 1871, foi chamada de "cambada de bêbados". Entre eles se encontravam, aproximadamente, 150 soldados da Guarda Nacional.

Em outra ocasião, ainda naquele ano, a acusação sobre a falta de disciplina da Guarda Nacional foi ainda mais grave, vejamos:

> Com a Guarda Nacional aqui não se conta, por que sendo o fato [quilombo] tão perto da vila, e alguns destes guardas, talvez com razão lhe diga, capazes de terem coloio com eles [escravos fugidos], e os avisar, acresce mais que, no entanto em que, se chamar essa gente ao serviço, vão por ai além futurizando e acrescentando tanta coisa que, afinal chega ao conhecimentos dos pretos, por que como já disse, talvez não seja uma légua a distância daqui ao lugar, e eles incontinente vinham a saber.[282]

O "fato" aludido acima era, na verdade, um "rancho de escravos fugidos" instalado no entorno das matas dos engenhos Limeira e Quindogá, ambos de Divina Pastora, onde se acreditava estar residindo um "número superior a dezesseis" negros. Buscou-se ali, para o "bem da moralidade", se arregimentar "não menos de 30 praças" de modo que se pudesse efetuar o cerco ao dito coito, descartando-se, porém, o uso de soldados da Guarda Nacional. Isto porque, se acreditava que alguns deles poderiam avisar aos fugidos, uma vez que possuíam "coloio" com os mesmos. Ou seja, a incompetência, muitas vezes, era um modo de camuflar a "conivência".[283]

Neste sentido, percebe-se que não era apenas a comunidade das senzalas que davam avisos aos escravos fugidos. Entre aqueles que forneciam informações sobre as diligências podia se encontrar mercadores, pequenos sitiantes e fazendeiros, negros forros, membros da Guarda Nacional e, até mesmo, autoridades mais importantes.

Em setembro de 1871, a justificativa apontada para o malogro de uma diligência que marchou com muitos soldados da Guarda Nacional foi a "falta de sigilo que houve na reunião da força".[284] Daí, talvez, o porquê de alguns ofícios dirigidos aos chefes de polícia de Sergipe constar, no "cabeçalho", o nome *reservado*, sinalizando, talvez, que o seu conteúdo não podia ser compartilhado em demasia com outras autoridades. Na verdade, a partir do malogro

---

[281] Idem. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidade de senzala no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 95.
[282] APES. SP¹. Pacotilha: 178. Ofício despachado da vila de Divina Pastora, em 29 de julho de 1871.
[283] GOMES, 2005, p. 165.
[284] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 22 de setembro de 1871.

paulatino das diligências, muitas autoridades perceberam que o segredo poderia ser "a alma do sucesso" das marchas.[285] Ou seja, conservar em segredo a informação sobre a organização de uma operação contra determinado quilombo poderia ser algo de suma importância, na medida em que podia implicar no resultado que esta alcançaria nas matas.

No Turiaçu, província do Maranhão, por exemplo, discutiu-se que o "bom êxito" de uma diligência poderia estar relacionado ao não compartilhamento de informações com autoridades circunvizinhas, visto que estas alcançariam facilmente os quilombolas.[286] Entretanto, apesar da proclamada "inabilidade" dos soldados da Guarda Nacional no combate às comunidades de escravos fugidos, a verdade é que muitas diligências continuaram a serem empreendidas por eles.

Infelizmente, os documentos arrolados não informam com minúcia qual a estratégia que estava ou que deveria ser empregada pelos soldados no momento dos ataques aos coitos quilombolas. Na verdade, a maioria das autoridades era omissa quanto a isso e aquelas que revelaram apenas salientaram que foi impetrado o cerco e/ou a emboscada. Por exemplo, no dia 10 de março de 1872, o alferes João Batista da Rocha Banha indicou que, dias antes, ele marchou, cercou e depois percorreu "as matas dos engenhos Capim-Assú, Várzea Grande e Jurema" com o intuito de apresar escravos fugidos, uma vez que se creia que eles se "albergavam" por aquelas "paragens". Nessa ocasião, foram detectados alguns "vestígios de ranchos", razão pela qual o dito alferes optou por "deitar tocais nas cinco cancelas do engenho Capim-Assú".[287] Na verdade, o cerco que João Batista da Rocha impetrou sob as matas dos ditos engenhos não foi realizado em apenas um dia, mas em "três dias consecutivos de diligência".[288] Ou seja, aqueles ambientes foram, paulatinamente, sendo alcançados, cercados e percorridos, realidade esta que pode ter contribuído para o malogro da diligência.

Era quase impossível se empreender um cerco completo e simultâneo contra aquelas matas, visto que a referida marcha era composta por um número reduzido de soldados. Daí João Rocha optar, de modo secundário, pelo uso de tocaias, as quais poderiam surpreender os escravos fugidos no momento em que eles estivessem retornando aos ranchos. Meses depois, mais especificamente em outubro de 1872, o dito alferes João Rocha voltou a comentar sobre o emprego do ataque surpresa contra os quilombolas. Em ofício dirigido ao chefe de polícia de Sergipe, ele revelou que somente se poderia "capturar alguns escravos fugidos" por meio

[285] GOMES, 2006, p. 95.
[286] Idem, 2005, p. 163.
[287] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Ofício do Alferes João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 10 de março de 1872.
[288] Ibidem.

de emboscadas, as quais, no momento, não podiam ser empreendidas devido ao reduzido número de praças que se encontravam destacados em Rosário de Catete.[289]

Lembremos que o delegado de Rosário, João Silva, já havia revelado, em outra oportunidade, que somente por meio do "sistema de emboscada" se conseguiria debelar os ranchos do São José. Neste sentido, é de supor que a emboscada – ou a tocaia – fosse realmente a medida mais prudente a ser empregada contra muitas unidades quilombolas do Cotinguiba, uma vez que era quase impossível realizar o cerco completo das matas com um número ínfimo de soldados. A emboscada, repito, consistia em capturar os escravos fugidos a partir de assaltos diretos e repentinos contra os coitos ou contra outros ambientes que eles, comumente, pairavam.

Todavia, como indicamos anteriormente, a amplitude da rede de solidariedade e de alianças ensejadas pelos escravos fugidos dificultava substancialmente a preservação do elemento surpresa das diligências e, concomitantemente, a impetração das embocadas. Isto porque, era muito difícil empreender uma marcha, por mais reduzida que ela fosse, sem ser notada. Em 21 de fevereiro de 1873, o delegado de Laranjeiras, ao requisitar do chefe de polícia o envio de 50 soldados para combater um coito de escravos fugidos instalado "nas circunvizinhanças dos engenhos Brejo e Aroeira", asseverou que para:

> [...] não fazer-se alarme do qual possa originar-se ocorrência aos ditos escravos, tomo a liberdade de lembrar a V. S. que sendo a maré do dia designado [24 de fevereiro] a meia noite mais ou menos pode a força vir embarcada e chegar sem ser pressentida pela população. Acho-me também conveniente que venha o Tenente Rocha porque esse oficial [...] é sabedor dos lugares nos quais se tem de proceder a rigorosa busca.[290]

Segundo Vitor Diniz, dito delegado de Laranjeiras, era mais conveniente que a força que ele estava solicitando chegasse embarcada e sob a calada da noite, evitando assim que a população local pressentisse a sua chegada e, consequentemente, os escravos aquilombados.

Todavia, outras estratégias de defesa dos quilombolas podiam ainda estar vicejando, de modo a evitar que fossem surpreendidos por um ataque repentino. Poucos meses depois, na madrugada do dia 7 de maio de 1873, enquanto definiam "os planos" que seriam empregados no ataque contra um coito de escravos fugidos disposto nas matas do dito engenho Brejo, de Laranjeiras, os soldados foram "pressentidos por um dos quilombolas", o qual estava "postado como sentinela a algumas braças do quilombo" e na "estreita vereda" que conduzia ao mesmo. Segundo o tenente Jeremias Roberto de Carvalho, responsável pela operação,

---

[289] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do Alferes João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Cypriano de Almeida Sebrão, de 04 de outubro de 1872.
[290] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Ofício do delegado de Laranjeiras, Vítor Diniz, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 21 de fevereiro de 1873.

nesse momento ele compreendeu "que já não era possível a disciplina" da força e ordenou que a mesma "arrancasse como pudesse" em direção aos escravos fugidos, os quais "fugiam aos gritos" devido ao aviso dado pelo sentinela. Após "uma hora de arriscada e vertiginosa corrida de quilombolas e soldados", somente se conseguiu lograr a captura da negra fugida Francisca, de propriedade de Manoel Curvelo de Mendonça.[291]

Não resta dúvida que a estratégia de colocar um dos membros do quilombo como sentinela avançado evitou que capturas em massa fossem realizadas. Tal estratégia, por parte daqueles fugidos, frustrou substancialmente os intentos dos delegados de Laranjeiras e Divina Pastora, os quais empreenderam aquela marcha em consórcio.

No dia 31 de março de 1872, ou seja, mais de um ano antes dessa peleja, dois sentinelas avançados já haviam livrado seus companheiros de serem atacados de surpresa por uma diligência que rumou contra "os matos dos engenhos Aroeira e Brejo". Naquela ocasião, o alferes João Batista da Rocha, que era quem comandava a diligência, ao avistar dois escravos fugidos "como sentinelas avançados", intimou-os a se entregarem. Neste momento, um dos escravos que estava de sentinela, munido de chuço, partiu em direção do dito alferes, o qual, ao ouvir o disparo de "tiros das matas", ordenou de imediato que a força "também fizesse fogo e avançasse", pondo em "desordem e fuga os escravos resistentes". No conflito que se deu, somente saiu ferido, na coxa direita, um dos escravos sentinelas, o de nome Victorino e de propriedade do dono do engenho Palmas, que acabou sendo preso.[292]

No auto de perguntas a que foi submetido, o negro Victorino confessou que estava, em companhia do escravo José, realmente como "sentinela para avisar aos outros dos quilombos quando chegasse a tropa, a qual já tinham visto passar pela manhã". Mais adiante Victorino salientou, de modo impetuoso ao seu inquiridor, que se o seu companheiro José não tivesse saído correndo e abandonado a pistola no chão "as coisas não" seriam daquela forma, visto que "arma de fogo não serve em mão de quem não presta".[293] Nota-se assim que Victorino não estava nada contente com a atitude adotada pelo outro sentinela diante da chegada da operação militar. Sua pistola, a qual acabou sendo abandonada no momento em que se evadia, poderia realmente impedir um avanço rápido dos soldados, uma vez que o negro capturado dispunha como arma de defesa apenas um chuço, uma espécie de lança mais diminuta, composta por uma haste de madeira e uma ponta de ferro.

---

[291] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 296. Ofício do Tenente do Delegado de Laranjeiras, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 10 de maio de 1873.
[292] AGJES. Fundo: LAR/C° 1° OF. Série: Cível. Subsérie: Libelo Cível. Caixa: 248. Auto de resistência e apreensão, de 31 de abril de 1872.
[293] AGJES. Fundo: LAR/C° 1° OF. Série: Cível. Subsérie: Libelo Cível. Caixa: 248. Auto de perguntas feitas ao preto de nome Victorino, de 01 de maio de 1872.

Posicionar sentinelas adiantados nas matas, sobretudo em pontos onde esses pudessem notar, com uma certa antecipação, qualquer ameaça contra os quilombos, era uma estratégia muito eficaz, na medida em que podia evitar que os quilombolas acabassem sendo surpreendidos por um ataque ainda dentro dos seus ranchos, o que diminuiria substancialmente a probabilidade de escaparem. Entretanto, ao que parece, não só os escravos que compunham os coitos se prestaram ao serviço de sentinelas avançados. No curso de uma diligência, por exemplo, empreendida contra um quilombo situado nos matos do engenho Coqueiro, em Capela, deixou-se de capturar "os negros [que ali estavam] porque um cão deles", o qual "estava [disposto] distante dos ranchos", assim que notou a presença dos soldados, começou a ladrar. Esse ladrido serviu, segundo a autoridade que ordenou a arregimentação dos soldados, "de aviso para" que os quilombolas se enveredassem em fuga.[294]

Trata-se, certamente, de uma estratégia muito simples, mas que, como pudemos notar, se mostrou decisiva ao impedir, pelo menos naquela ocasião, a apreensão dos quilombolas instalados nos matos do engenho Coqueiro. Todavia, apesar da associação, indicada por Clóvis Moura, entre o posto de sentinela avançado e o que se convencionou nomear como guerrilha escrava, suponho que seria precipitado apontar que os quilombolas do Vale do Cotinguiba a praticou de modo rotineiro.

Foi o próprio Moura quem primeiro apresentou uma relação entre a guerrilha, a qual aparece em seu estudo como uma espécie de estratégia e/ou modalidade de resistência escrava, e os atos praticados pelos quilombolas de Sergipe. Segundo ele, os quilombolas sergipanos atraíam, com certa destreza, as diligências para o interior das matas e, em seguida, empreendiam ampla movimentação, desgastando sobremaneira o aparato repressor.[295]

Não obstante Moura omitir o porquê do "sistema de guerrilhas" se mostrar o mais "indicado para as condições da época", assim como para "a região" onde os quilombolas atuavam, aquela sua indicação passou a ser apresentada por outros estudiosos de Sergipe, porém ainda sem quaisquer maiores desenvolvimentos. Severo D'acelino, por exemplo, ao discutir sobre os métodos e os modos como a resistência negra se desenvolveu em Sergipe, revelou que os atos aí impetrados ansiavam sobretudo criar um elo "com os demais escravos,

[294] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 363. Ofício de Manoel Pereira dos Anjos, juiz municipal 1° suplente em exercício, ao chefe de polícia de Sergipe, s/ data.
[295] MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos insurreições guerrilhas. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 3° edição, 1981, p. 88.

numa intensa comunicação para ações relâmpagos de guerrilhas e insurreições".[296] Essas atuações eram completadas com assaltos e saques aos proprietários dos engenhos.

Lourival Santos, por sua vez, mesmo indicando que os quilombolas de Sergipe não procuravam um duelo direto com os soldados, salientou, em seguida, assim como Moura, o quanto a atração da diligência para o recesso das matas e os movimentos rápidos empreendidos pelos primeiros podiam acarretar em um desgaste de energia constante e desesperador nos segundos.[297]

Trata-se de algo intrigante, sobretudo porque são muito raras as correspondências policiais que mencionam duelos entre os soldados e os quilombolas no interior das matas. E, mesmo quando isso ocorre, esses documentos se reportam, na maioria dos casos, ao modo como a marcha operou mediante uma suposta investida anterior dos quilombolas, não sendo possível indicar se os escravos estariam realmente na surdina e a espera dos soldados.

Entretanto, com isso não quero dizer que os quilombolas do Vale do Cotinguiba não empreenderam, em determinados momentos, emboscadas, assaltos ou qualquer outro ato que possa ser associado ao que Moura e outros estudiosos denominaram enquanto "guerrilha" escrava. Tão somente estou querendo mencionar que pode ser precipitado indicar que essa era uma prática recorrente entre os quilombolas de Sergipe do século XIX, uma vez que a documentação não aborda muitos episódios de combate entre esses e as empresas repressoras.

Mesmo sendo plenos conhecedores das picadas, dos atalhos, dos esconderijos e de qualquer outro elemento que, certamente, os colocariam em melhor posição dentro das matas, e mesmo possuindo armas que apresentavam um poder de morte equivalente das que eram portadas pelos soldados, seria demasiadamente arriscado para os quilombolas qualquer atrito direto, sobretudo por se encontrarem menos municiados e com uma relativa desvantagem numérica. Tal realidade podia indicar que, ao notar a presença ou diante o recebimento de uma notícia sobre incursões de soldados nos interiores das matas, o mais prudente era adotar uma outra medida não menos audaciosa como se embrenhar nos matos e alcançar pontos que, naquele momento, aparentavam ser mais seguros.

Todavia, no que concerne especialmente as emboscadas praticadas pelos escravos, um depoimento, em particular, registrou não só que elas sim ocorriam, como ainda que podiam está sendo mais direcionadas contra os indivíduos que demonstravam certo empenho na promoção das suas capturas. Isto porque, não seria apenas durante aquela incursão contra o

---

[296] D'acelino, SEVERO. **Resistência e religiosidade do negro sergipano**. Casa de Cultura Afro Sergipana, 1994, p, 04.

[297] SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 31, 1992, p. 34.

quilombo situado entre os matos dos engenhos Brejo e Aroeira que João Batista da Rocha escaparia, por pouco, da mira de um escravo. Em meados do ano de 1873, enquanto seguia, montado em seu cavalo, um dos caminhos que dava na direção da vila de Rosário de Catete, o comandante João Rocha acabou sendo alvo de uma emboscada. Esta, segundo ele, só malogrou porque "a providência divina impediu que a arma" do seu algoz disparasse, detonando apenas "a espoleta". Tomado ainda pelo susto, compreendeu "que eram quilombolas" que o esperavam, escondidos, para assassiná-lo "à traição".[298]

Mas quais os motivos que, supostamente, abonaram esses escravos a arquitetar essa emboscada? Entre outros possíveis, irei me ater aqui a indicar um. Sem dúvida, a pessoa de João Batista da Rocha era a mais requisitada pelos delegados para o comando das operações antiquilombos. Em muitas ocasiões, as autoridades acabaram se reportando à Secretaria de Polícia solicitando o auxílio não apenas daquele oficial, mas ainda do destacamento que se encontrava sob sua direção. Era, com isso, um militar muito conhecido pelas autoridades e pelo senhoreado do Cotinguiba, assim como, por que não, pelos próprios escravos. Neste sentido, aquela arapuca que quase resultou em sua morte podia ser não apenas mais um dos muitos ataques promovidos por quilombolas nas estradas do Vale do Cotinguiba, mas sim um verdadeiro acerto de contas da parte deles.

No curso desta pesquisa, surpreendi-me com a, aparente, disposição de João Batista da Rocha para comandar marchas contra quilombos. Deparei-me, pela primeira vez, com seu nome no comando de uma diligência empreendida, na madrugada de 12 de março de 1871, contra as matas do engenho Capim-Assú, onde se pôde conseguir a captura de dois escravos fugidos. No dia seguinte, outra diligência sob o seu comando cercou "as matas do engenho Floresta e Bulandeira", onde foram encontrados "quatro barracos de palha", escapando-se os escravos que neles residiam devido aos avisos que, supostamente, foram dados pelos escravos do engenho Floresta, razão pela qual o seu dono, José Bernardino Coelho e Melo, reuniu a escravaria e a "castigou severamente", porém sem conseguir "nenhuma confissão".[299]

Embora não conseguindo lograr mais capturas, o capitão-comandante da força de Rosário, Joam Freitas, não pouparia elogios acerca dos bons "serviços" prestados pelo então "alferes Rocha".[300] Na vila de Rosário do Catete, ele capitanearia ainda um dos combates ocorridos com os negros aquilombados nas matas do engenho São José, ocasião em que um

[298] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 119. Ofício de João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 20 de maio de 1873.
[299] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do Capitão-Comandante da Força de Rosário, Joam Esteves de Freitas, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 15 de março de 1871.
[300] Ibidem.

negro fugido saiu baleado. No dia 5 de janeiro de 1872, quando da sua retirada de Rosário, o delegado João da Silva oficiou o chefe de polícia de Sergipe revelando que, durante o período em que o alferes João Batista da Rocha esteve ali "compromissado" com a impetração de "diligências relativas a destruição de quilombos", ele sempre se portara bem, "mostrando zelo e atividade no cumprimento de seus deveres".[301]

Aproximadamente um mês depois, João da Silva oficiou, outra vez, o dito chefe de polícia revelando que enquanto o dito alferes permaneceu destacado em Rosário, acompanhado de 15 praças sob o seu comando, parecia que "os quilombos minoravam" e que, devido à saída do mesmo, eles principiavam "a assaltar viajantes". Neste ofício, o delegado recomendou que se reforçasse o destacamento local com o envio de "mais 12 praças e um oficial", o qual, obviamente, convinha "ser o alferes João Batista da Rocha", uma vez que ele conhecia "mais as coisas e pessoas" de Rosário do Catete, o que o permitiria, supostamente, alcançar "melhores resultados".[302]

Mas, como o seu clamor não foi atendido pela autoridade que ocupava, naquele momento, o comando da Secretaria de Polícia de Sergipe, João da Silva voltou a solicitar, desta vez ao novo chefe de polícia, o envio do "distinto" alferes Rocha, haja vista que com sua retirada o que era, antes, "tranquilidade", passara a ser "terror".[303] Todavia, mais uma vez, a sua solicitação não seria atendida, o que o levou se dirigir a Joaquim Barbosa Lima, dito novo chefe de polícia, de maneira, até certo ponto, impetuosa, vejamos:

> [...] em resposta aos meus dois [ofícios] do mesmo mês, em o qual mostra V. S. a inconveniência de minha requisição, considerando que posso fazer toda e qualquer diligência independente de auxílio das autoridades superiores e de força do governo, por que para substituir esta devo empregar a influencia de que gozo no termo; o pequeno destacamento aqui existente, e a força de Guarda Nacional.
> Não pretendo contestar nem levemente a argumentação de V. S. cuja sabedoria acato, mas permita-me V. S. dizer que em diligências de semelhante ordem, e arriscada como são, ninguém a elas se presta [...], e nem se fará nunca uma que produza bons efeitos com o emprego somente da força moral, tanto mais quando tem de ser empregado contra escravos que uma vez fora do cativeiro e homiziados em coitos, a tudo avançam, lançando mão até do próprio assassinato se só por ele for possível escapar.[304]

Em que pese João da Silva revelar que não contestaria, nem de "levemente", a decisão do seu superior, ele deixou claro que a sua requisição não era "inconveniente", na medida em

---

[301] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 05 de janeiro de 1872.
[302] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves, de 02 de fevereiro de 1872.
[303] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 18 de fevereiro de 1872.
[304] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 24 de fevereiro de 1872.

que a sua influência não seria capaz de arregimentar indivíduos que se propunham a marchar contra escravos que, uma vez fora do cativeiro, eram capazes de qualquer coisa, inclusive de suicidar-se, para não retornar ao mesmo. Ou seja, diligencias com "força moral" não eram suficientes.

Insistente, João da Silva sabia que somente com o emprego da força física se poderia dispersar e capturar as dezenas de escravos fugidos que se encontravam instalados nos arredores das matas de Rosário de Catete. Neste sentido, cobrava a presença daquele que, aparentemente, possuía incontestável aptidão e disposição para dirigir as diligências contra os quilombos: o "distinto", "zeloso" e "compromissado" alferes João Batista da Rocha Banha.

É de supor que os louros obtidos pelo alferes João Rocha Banha, durante as campanhas empreendidas contra os quilombos do Vale do Cotinguiba, abonaram a sua súbita ascensão na carreira militar, haja vista que, em 1875, ele já aparece na documentação arrolada como a patente de capitão.

Esses louros, como militar vaidoso que parecia ser, acabaram sendo indicados por ele mesmo, em meados daquele ano. Segundo ele, durante os quatro anos em que ficou à disposição das vilas de Rosário do Catete, Siriri, Divina Pastora e da cidade de Laranjeiras conseguiu realizar a captura de 54 escravos fugidos. Essas, continuou ele, não renderam "gratificação" monetária alguma da parte dos senhores dos ditos escravos, mas sim despesas, uma vez que era ele mesmo quem custeava a compra da "cavalgadura" usada durante as diligências, assim como o pagamento de algumas espias.[305]

Essa sua, aparente, prepotência não era decorrente do alcance do posto de capitão. Enquanto alferes, ainda em meados de 1872, ele já dizia que se lhe fossem fornecidos "mais seis ou oito praças iguais" aos oito que então comandava "em diligência", ele se responsabilizaria "pela tranquilidade" nos recôncavos da cidade de Laranjeiras e das vilas de Missão de Japaratuba, Rosário do Catete e Divina Pastora, os quais eram os "mais acometidos pelos" escravos fugidos.[306] Tornaremos, em outras oportunidades ainda neste estudo, a nos deparar com João Batista da Rocha Banha comandando diligências antiquilombos.

No mais, embora ele dissesse que não recebia gratificações dos senhores dos escravos, essa medida era muito comum. Muitos donos de escravos ofereciam recompensas em dinheiro aos indivíduos que pudessem capturar os seus escravos fugidos, conforme se pode atestar

[305] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 346. Ofício do Capitão Comandante da Companhia Municipal de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 26 de outubro de 1875.
[306] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do Alferes João Batista da Rocha, destacado no Quartel de Laranjeiras, ao chefe de polícia de Sergipe, Cypriano d'Almeida Sebrão, de 28 de julho de 1872.

diante as muitas notas publicadas nos jornais do Brasil ao longo do século XIX. Em alguns casos, os senhores dos escravos capturados chegaram inclusive a custear as despesas realizadas ao longo das diligências, muito embora esses custos saíssem, comumente, dos cofres públicos.

Sabe-se que, em 1868, a Secretaria de Polícia da Província do Rio de Janeiro empregou a quantia de 60$400 com uma diligência que marchou contra o quilombo Bomba, em Iguaçú, enquanto que, anos depois, seria empregada a vultosa soma de 341$111 para dizimar o quilombo da Vargem Grande. No Maranhão, no ano de 1861, a quantia que saiu dos cofres públicos para a "destruição de quilombos" foi ainda maior: 522$830.[307]

Em Sergipe Del Rey, as despesas com as diligências realizadas contra quilombos do Vale do Cotinguiba foram, aparentemente, um pouco mais modestas. Na verdade, não há informações que me permitam sequer indicar um numerário mais real. Possuo, tão somente, informações espaçadas como a cedida, por exemplo, pelo nosso impetuoso e sempre citado delegado João da Silva. Em 05 de janeiro de 1872, ele revelou ao chefe de polícia que não dispunha de "fundo" suficiente para arcar com o "pagamento do soldo das praças" que ficaram destacadas em Rosário do Catete durante 16 dias, mas que já havia adiantado a eles a quantia de 147$000.[308] Cerca de um mês depois, ele corrigiu essa soma para 146$600, retificando ainda que o valor outrora citado foi adiantado devido "à falta de numerário no cofre da Exatoria".[309]

Essa medida de adiantar o soldo dos soldados parecia corriqueira, porém não muito segura. Isto porque, em abril de 1872, aquele comandante do destacamento de Rosário, Joam Esteves de Freitas, indicou contrariado que estava a sofrer o "prejuízo de 5$900" devido a "algumas despesas" que ele fez com as diligências empreendidas pelos soldados Miguel dos Anjos Pereiras, Francisco Lopes de Oliveira e Manoel Pereira Gonçalves.[310]

No dia 31 de março de 1873, um ofício *reservado* do Palácio do Governo de Sergipe informava ao chefe de polícia que um "crédito extraordinário de duzentos mil réis (200$000)" foi aberto para custear "as despesas secretas" da Secretaria de Polícia, visto que a quantia pretérita de 600$00 se mostrou "insuficiente" para arcar com as diligências que vinham sendo

[307] GOMES, 2006, p. 118; Idem. 2005, p. 162.
[308] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 05 de janeiro de 1872.
[309] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 02 de fevereiro de 1872.
[310] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do Capitão-Comandante da Força de Divina Pastora, Joam Esteves de Freitas, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 08 de abril de 1872.

impetradas para capturar os quilombolas que perturbavam a "tranquilidade dos proprietários da província".[311]

Em Cuba, desde o ano de 1796, o *Reglamento de Cimarrones* indicava, de modo mais peremptório, os valores dos salários dos *rancheadores*, indivíduos que marchavam contra os *palenques*, assim como os custos pagos pelos proprietários por cada escravo apresado. Inclusive, em alguns casos, percebe-se que os conflitos entre *rancheadores* e os donos de escravos que se negavam a custear as operações podia acarretar em uma menor perspectiva de ataque aos *palenques*, uma vez que os *rancheadores* podiam delongar por meses a organização das marchas.[312]

No que concerne aos referidos valores indicados para Sergipe Del Rey, suponho que eles correspondiam apenas aos soldos das praças, não estando ali quantificados outros gastos dispensados durante o curso das diligências como, por exemplo: refeições, munições e armamentos. Sobre a alimentação dos soldados durante a caçada, alguns delegados do Vale do Cotinguiba louvaram a iniciativa de senhores de engenho que convidavam a força para comer e repousar enquanto não iniciavam novamente as inspeções nas matas. Por exemplo, o capitão José Bernardino Dias Coelho e Mello, dono do engenho Floresta, acabou sendo classificado como "um belo auxiliar" de uma diligência empreendida contra os matos circunvizinhos a sua propriedade, pois ele não só acompanhou a força enquanto a mesma "corria o mato", como também "forneceu cavalos, comida, etc.".[313] Outro "digno de louvar" foi o dono do engenho Matta, de Divina Pastora, o qual acompanhou pessoalmente, por longas horas, as inspeções realizadas nas matas e, mesmo com a improficuidade da diligência, ofereceu "um jantar" aos soldados.[314]

Bons resultados, quase sempre, não eram alcançados pelas diligências que se enveredavam pelas matas do Vale do Cotinguiba, fossem estas compostas por soldados de linha ou não. Muitos dos vultosos gastos empreendidos com essas diligências eram em vão, assim como o lapso de tempo dispendido com a redação de ofícios, articulações, solicitações, marchas, etc. Por vezes, as diligências encerravam suas atividades sem atestar sequer a existência de ranchos levantados ou de quaisquer outros vestígios que sinalizassem que no

---

[311] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 77. Ofício de Manoel do Nascimento Galvão, na 3° Seção do Palácio do Governo da Província de Sergipe Del Rey, de 31 de março de 1873.
[312] Neste sentido, ver: LAVIÑA, Javier (coordinador). **Esclavos rebeldes y cimarrones**. Fundación Hernando de Larramendi Tavera, Madrid, 2005, p. 54.
[313] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 15 de março de 1872.
[314] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do Capitão-Comandante da Força de Divina Pastora, Joam Esteves de Freitas, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 8 de abril de 1872.

ponto alvo da denúncia havia, realmente, um pouso de escravos fugidos. Em outras não raras ocasiões, os soldados saiam das matas carregando apenas a frustração e os objetos que puderam ser recolhidos nos ranchos abandonados. Entretanto, o que os soldados faziam quando se deparavam com os ranchos vazios? Há indícios que apontam que, provavelmente, a medida mais adotada pelos dirigentes das operações antiquilombos era ordenar que se ateassem chamas e/ou que destruíssem os ranchos, de modo a impedir que os negros fugidos retornassem a se acoitar naquele pouso.

Por exemplo, o delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antônio de Mello, mandou "incendiar" os "ranchos" encontrados nas matas do engenho Limeira logo após os mesmos serem examinados e percorridos, em meados de 1871.[315] Mesmo destino – fogo – foi dado aos dez ranchos localizados durante uma marcha comandada pelo então alferes João Rocha contra as matas do Lavrado, de Rosário do Catete.[316] Em 27 de julho de 1872, seriam "lançados por terra" os dois ranchos localizados nas matas do engenho Várzea Grande, de Japaratuba, onde se pôde apreender "algumas rações e grande porção de açúcar".[317]

No que concerne aos produtos e/ou animais que, aparentemente, não puderam ser conduzidos durante a escapada do coito, muitos acabavam ficando sob o domínio das autoridades policiais. No dia 7 de março de 1872, devido "à pressa" com "que abandonaram" os "ranchos", os escravos fugidos aquilombados nas ditas matas do Lavrado acabaram deixando "uma porção de sebo de gado, uma corda de laçar, um maço contendo cebolas, pimentas e 4 salames de sal". Todos esses produtos foram conduzidos para o Quartel de Rosário do Catete, de onde cada um recebeu o destino "conveniente".[318] Em outubro de 1874, o delegado de Capela colocou à disposição dos donos um burro e os cinco cavalos apreendidos no quilombo instalado nas matas do engenho Alagoa Funda, de Capela.[319] Enquanto que em março de 1875, o delegado de Divina Pastora comunicou que conseguiu recuperar em um rancho apenas quatro das muitas outras sacas de açúcar furtadas por negros quilombolas da "casa de caixaria" do engenho Bette.[320]

---

[315] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício do 2° Suplente do Delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antônio de Mello, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 10 de agosto de 1871.
[316] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Ofício do Alferes João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 10 de março de 1872.
[317] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 363. Ofício do Juiz Municipal de Japaratuba, Bene Lobão, ao chefe de polícia de Sergipe, de 28 de julho de 1872.
[318] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Ofício do Alferes João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 10 de março de 1872.
[319] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 241. Ofício do delegado e comandante de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Casimiro de Sena Madureira, de 1 de outubro de 1874.
[320] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 345. Ofício do delegado em exercício de Divina Pastora, Veríssimo Antônio, ao chefe de polícia de Sergipe, Victor Dinis Gonçalves, de 14 de março de 1875.

Já foi dito aqui o quanto era importante para as autoridades policiais conseguir informações acerca da origem dos produtos encontrados nos ranchos, daí a necessidade de inspecioná-los minuciosamente antes de atear fogo neles. Esses produtos podiam indicar, dentre outras coisas, quais os indivíduos e as comunidades de senzalas que mais se relacionavam como os negros fugidos. É de supor que as sacas furtadas do engenho Bette fossem usadas pelos quilombolas como moedas de escambo com pequenos comerciantes locais, os quais, por sua vez, forneciam a eles alimentos, armas, abrigo e sobretudo avisos sobre as diligências.

No Cotinguiba, um caso bastante significativo e que demonstra a relação de pequenos comerciantes locais com escravos foi um ocorrido no povoado do Cangaleixo. Trata-se do armazém de Francisco Fraga, apontado por muitos donos de engenhos de Laranjeiras como um verdadeiro depósito de gêneros alimentícios oriundos de furtos.[321] Enquanto alguns comerciantes eram comumente alvo das razias impetradas pelos escravos fugidos, outros acabaram se aliando, de algum modo, com eles. Afinal, não foi à toa que, no ano de 1859, autoridades da província do Rio de Janeiro elaboraram um ardiloso plano de capturar parte dos quilombolas do Iguaçu por meio da persuasão de taberneiros, os quais eram comumente acusados de ceder avisos e comercializar com os mesmos.[322]

Por conta da assiduidade com que os ranchos eram atacados, era de suma importância manter determinados produtos, sobretudo os perecíveis, sob o domínio de indivíduos que podiam confiar e que, de preferência, residiam próximos aos seus coitos. Parcela considerável dessas relações, como dito, foi ensejada com negros que integravam as comunidades de senzalas circunvizinhas. Todavia, antes de analisarmos sobre como se engendraram essas relações, torna-se oportuno ainda discutir sobre mais algumas estratégias antiquilombos que foram impetradas pelas autoridades do Cotinguiba.

4.3. Espias

Espia era como se nomeava o indivíduo contratado pelo Poder Público para servir o mesmo com uma série de informações. Em suma, esperava-se que ele indicasse o ponto, mais ou menos, exato onde os quilombolas estavam acoitados, assim como o número de escravos que residiam no pouso, se estes se encontravam armados e, quiçá, quais os indivíduos que mais se relacionavam com os mesmos. Tais informações, obviamente, deviam ser de grande

[321] Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGJES). Fundo: LAR/C. 1° OF. Série: Diversificada. Subsérie: Diversos. Caixa: 299.
[322] Neste sentido, ver: GOMES, 2006, p. 96.

valia durante o processo de elaboração de uma diligência, haja vista que elas podiam evitar, por exemplo, surpresas desagradáveis aos soldados que se arriscariam mata adentro.

Em dezembro de 1871, salientou-se a "inconveniência" de se enviar uma diligência para a vila de Rosário sem se obter o "conhecimento do lugar" onde os negros estavam aquilombados, uma vez que não se podia contar ainda com indivíduos que se prestassem ao serviço de "vigia".[323] Neste sentido, percebe-se que as informações cedidas pelo espia podiam ser, em alguns casos, imprescindíveis para a arregimentação dos soldados e o envio da marcha.

No Cotinguiba, muitos delegados contavam com os serviços de espias enquanto arregimentavam soldados para compor as diligências ou no momento em que, de fato, empreendiam as marchas contra os quilombos instalados em suas jurisdições. Por exemplo, no dia 3 de janeiro de 1872, uma diligência sob o comando do delegado de Japaratuba, Manoel Pereira dos Anjos, seguiu diretamente ao ponto "indicado por espias" e conseguiu capturar o escravo fugido Luiz, de propriedade do capitão Filipe de Faro Leitão e Menezes, escapando, porém, o outro escravo que se encontrava na sua companhia.[324] Ainda naquele mês e ano, o tenente Jeremias Roberto de Carvalho, destacado na vila de Capela, informou que empreendeu uma diligência com as informações repassadas por espias e conseguiu capturar um negro fugido, o qual foi entregue depois ao seu respectivo senhor.[325]

Sem sombra de dúvida, os serviços prestados pelo espia podiam ser significativos, contribuindo consideravelmente para o resultado positivo de uma diligência. Todavia, não obstante o uso de espia vislumbrar a possibilidade de se alcançar melhor resultado com a marcha, nem sempre isso era possível.

Isto porque, em muitas ocasiões, os próprios espias seriam acusados de avisar aos quilombolas que eles estavam na eminência de serem atacados nos ranchos. Em março de 1872, suspeitou-se que a quase improficuidade de uma diligência empreendida contra as matas do engenho Capim-Assú se deveu ao "anúncio" dado pelo próprio espia ao "grosso do coito". Nessa ocasião, foi o comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, dono do dito engenho, quem forneceu o espia, o qual inclusive havia prometido que seriam capturados, ao menos, "cinco escravos". Segundo João da Silva, delegado responsável por essa marcha, as duas apreensões ali logradas foi o modo que o espia encontrou de não levantar maiores

[323] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício de João da Silva Maynard ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 15 de dezembro de 1871.
[324] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Pereira dos Anjos, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Martins, de 17 de janeiro de 1872.
[325] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 373. Ofício do Tenente Comandante Jeremias Roberto de Carvalho, Francisco Gonçalves Martins, ao chefe de polícia de Sergipe, de 17 de janeiro de 1872.

suspeitas contra si mesmo.[326] Nota-se assim que o espia indicado pelo comendador Boto em vez de se comportar como um aliado no combate ao reduto quilombola instalado nas matas da sua propriedade, foi, na verdade, o responsável por não se ter conseguido efetuar um maior número de apreensões.

Em abril daquele mesmo ano, João da Silva voltou a suspeitar que espias seriam os responsáveis pelo malogro das diligências que ele vinha impetrando contra algumas matas da Vila de Capela. Segundo ele, "a improficuidade" daquelas diligências se devia sobretudo a "falta de cuidados dos espias" e do "pouco interesse" dos mesmos, razão pela qual as forças alcançavam os "ranchos desocupados e frescos", denotando que os escravos fugidos haviam se retirado "recentemente".[327]

Neste sentido, como o uso de espias podia ser um elemento importante para os resultados das diligências, era necessária muita cautela no momento de escolher os indivíduos que prestariam aquelas informações. Esses residiam, comumente, em pequenas residências, sítios, fazendas e engenhos alocados nos arredores das matas onde os quilombolas estavam acoitados. Em alguns casos, nota-se que as autoridades conseguiram persuadir membros das comunidades de senzalas que se relacionavam com os escravos fugidos. Por exemplo, o crioulo Roberto, residente nas senzalas do Capim-Assú, foi incumbido pelo delegado de Rosário do Catete de realizar "pesquisas" que pudessem servir "ao bom êxito das diligências".[328]

Tratava-se, obviamente, de uma missão substancialmente arriscada, uma vez que o próprio negro Roberto já havia declarado que os quilombolas ameaçavam "matar os espias".[329] Em julho de 1872, João da Silva indicou que os escravos fugidos:

> [...] já causam susto e terror [...] por que aparecem armados e ameaçando a todas as pessoas e a parceiros que suspeitam terem servido de espia. O cidadão José Bernardino Dias Coelho e Mello, que tem muito concorrido e animado a prisão desses escravos, é um dos que se acha ameaçado em sua fazenda [...].[330]

Percebe-se que aqueles que serviam como espias ou que auxiliavam as autoridades policiais durante as diligências estavam sendo ameaçados pelos escravos fugidos. Entre os ameaçados estava José Bernardino Dias Coelho e Mello, o mesmo que, conforme indicamos

---

[326] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário, João Batista da Rocha Banha, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Joaquim Barbosa de Lima, de 15 de março de 1872.
[327] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 242. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 21 de abril de 1872.
[328] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 31 de março de 1872.
[329] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 75. Auto de perguntas ao escravo Roberto, de 10 de março de 1872.
[330] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 01 de julho de 1872.

anteriormente, ordenou que a escravaria do seu engenho fosse castigada devido aos avisos que ela prestava aos negros fugidos.

Outro a ser ameaçado de morte pelos quilombolas foi o capitão Ramiro Gonçalves Valença, o qual se portara como "um grande auxiliar da polícia" enquanto esteve "na administração do engenho Capim-Assú", razão pela qual "caiu no ódio dos" quilombolas que se encontravam acoitados nas matas daquele engenho. Segundo o delegado de Japaratuba, Antônio Luiz Rolemberg da Cruz, era preciso agir com "muita providência" na repressão aos quilombolas, haja vista que eles diziam "abertamente" que iam se "vingar de todas as pessoas" que os perseguiam e os espiavam.[331]

Com efeito, os serviços prestados pelos espias eram repletos de periculosidade. Não é à toa que, em meados de 1872, um deles exigiu pelo seu "arriscado trabalho" a "gratificação" de 60$000 para cada escravo que, por ventura, pudesse ser apreendido no "grande quilombo" instalado nas matas do engenho Limoeiro, de Santo Amaro das Brotas.[332]

No que concerne aos soldos pagos aos espias, estes eram, comumente, custeados pelos cofres públicos provinciais, mediante as receitas repassadas às delegacias municipais. Em janeiro de 1874, o delegado suplente de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, participou o chefe de polícia informando que prometera "a gratificação de 100$000" para dois espias que supostamente iriam indicar "o lugar certo" onde os quilombolas "Mulungu, Bacurau e outros" estavam homiziados.[333]

Já na vila de Capela, o pedido realizado por um espia foi ainda mais interessante e valoroso. Permitam-me contar como e em decorrência do que surgiu esse curioso pedido. No dia 09 de maio de 1877, um crime "bárbaro" chocou a comunidade da vila de Capela. Tratava-se do degolamento sofrido pelo feitor do engenho Campinhos, de propriedade do tenente José Frederico de Oliveira. Tal crime foi cometido pelos escravos Marcelino, José e Manoel, por volta das onze horas da manhã daquele dia, no "caminho para a roça".[334]

Assim que soube do ocorrido, o delegado Ângelo Andrade seguiu com um pequeno destacamento até o dito engenho Campinhos, mas não pôde fazer muito além do que acompanhar o corpo de delito, visto que os escravos já haviam se evadido para as matas.[335]

---

[331] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 119. Ofício do delegado de Japaratuba, Antônio Luis Rolemberg da Cruz, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 04 de março de 1873.
[332] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 174. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 03 de junho de 1872.
[333] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do 1° suplente de delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 10 de janeiro de 1874.
[334] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 08. Ofício do 1° suplente do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 13 de maio de 1877.
[335] Ibidem.

Em 18 de julho de 1877, ou seja, mais de dois meses após o crime, os escravos autores do crime permaneciam soltos. Segundo denúncias, eles estavam "acoitados, com rancho feito nas matas e cometendo roubo", razão pela qual Ângelo Pereira oficiou ao chefe de polícia solicitando o envio de dez praças para se impetrar uma diligência para capturá-los.[336]

Mais de um mês depois, o juiz da comarca de Capela indicava que Marcelino, Manoel e José permaneciam ainda soltos nas matas, embora residindo em ranchos novos e prevenidos contra qualquer ameaça de cerco. Segundo ele, devido a "cautela" desses escravos, era necessário continuar "no emprego de espias gratificadas" e de outros meios que podiam "melhor assegurar" o resultado positivo "de um assalto".[337]

Todavia, aparentemente, encontrar espias não era algo fácil naquele momento. Isto por que, no dia 1 de setembro de 1877, o dito delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, oficiou ao chefe de polícia comunicando que se encontrava constrangido diante a dificuldade de aliciar "pessoas para espias", mesmo ele "oferendo a gratificação de 100$000". Segundo ele, essa resistência se devia ao fato de alguns "morarem retirados", ou seja, distantes dos coitos, e outros por recearem não serem "embolsados", uma vez que, neste caso, seria o senhor dos escravos que pagariam aquela quantia.[338]

No dia 12 de setembro daquele ano, outra diligência sairia à caça daqueles escravos nas matas. E não obstante "o grande empenho e os bons planos" empregados durante a marcha, nenhuma captura novamente seria lograda. Para Ângelo Pereira, essa demora em apresar os escravos criminosos decorria, novamente, da ausência de pessoas que quisessem se "prestar a espias", realidade essa que estava com os dias contados, uma vez que, segundo ele, um proprietário local, "vendo as dificuldades com que" ele lutava, o procurou e se comprometeu em procurar um espia.[339]

Poucos dias após esse compromisso, Ângelo Pereira comunicou ao chefe de polícia sobre a captura dos escravos José, Manoel e Marcelino. Neste mesmo ofício, ele salientou que o negro que serviu de espia durante a diligência não queria receber "gratificação" alguma,

---

[336] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 08. Ofício do 1° suplente do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 18 de julho de 1877.
[337] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 580. Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Capela, Gonçalo Vieira Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, de 29 de agosto de 1877.
[338] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 08. Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, de 01 de setembro de 1877.
[339] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 08. Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, de 17 de setembro de 1877.

visto que requisitava a concessão da "sua alforria", a qual, conforme o delegado, era realmente muito merecida.[340] Eis o valioso e digno pedido do espia: sua liberdade.

Gonçalo Vieira de Carvalho Mello, dito juiz de direito de Capela, apresentou mais detalhes sobre o modo como esse espia se comportou durante a apreensão daqueles negros. Em ofício também dirigido ao chefe de polícia de Sergipe, ele revelou o seguinte:

> Tenho a satisfação de comunicar a V. S. que foram presos esta noite e se acham recolhidos a cadeia desta vila os três escravos do tenente José Frederico, que há poucos meses assassinaram neste termo o feitor do engenho do mesmo senhor, e que andavam salteando as estradas e pontos das fazendas com o de fim roubarem, como o fizeram por muitas vezes.
> Esta prisão devia ser praticada nesta mesma noite pela força aqui em diligencia, segundo as medidas tomadas pelo delegado de polícia e comandante do destacamento; para o que estavam em prontidão; mas aconteceu que os criminosos, por não pernoitarem duas vezes no mesmo lugar, foram dormir em sitio mais distante e inconveniente para que o espia, que andava com eles já desconfiados, pudesse se entender em tempo com os agentes da polícia, e assim viu-se ele na contingência de recorrer a seus trabalhadores que pernoitavam a pequena distância, e um nome das mesmas autoridades convidou-os, oferecendo-lhes gratificação, para fazerem dita prisão, que efetuaram completa e sem ofensas de se aparecer se não um pequeno ferimento em um dos criminosos, que tentou evadir-se. [...] Não devo concluir sem significar a V. S. que o delegado e o comandante do destacamento, se comprometeram pessoalmente a uma gratificação, que garantisse a liberdade do espia, que, sendo cativo, andava congregado com os criminosos para melhor assegurar a empresa, como aconteceu. Consta-me que o proprietário dos criminosos prometeu também pequena gratificação; entretanto que dispondo de escassos meios e principais garantidores do espia, isto mesmo comunico a V. S. a fim de ver se pelos meios de sua disposição será possível auxiliar também este emprego em par da justiça publica, tornando assim menos gravoso o sacrifício dos agentes públicos.[341]

Percebe-se, por meio dos relatos acima, que o espia se valeu da sua condição de escravo para andar em companhia daqueles negros e, assim, saber onde eram os seus pousos, uma vez que eles não se arriscavam mais pernoitar dois dias no mesmo ambiente. Tudo parecia andar bem, conforme os planos, estando os soldados inclusive de prontidão, apenas aguardando o comando do espia. No entanto, como Marcelino, José e Manoel optaram, imprevisivelmente, em dormir em um local mais distante, o espia não viu outra saída a não ser convidar alguns indivíduos para empreender a captura deles. Tratava-se, sob o ponto de vista das autoridades incumbidas pela diligência, de um ato digno não apenas de ser reconhecido, mas também de ser gratificado à altura. Talvez isso explique o motivo por que de algumas autoridades locais se comprometerem em auxiliar o escravo espia para que este conseguisse a sua alforria, a sua liberdade. Afinal, após muitas diligências improfícuas, coube a ele,

[340] APES. Fundo: SP1. Pacotilha: 08. Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 22 de setembro de 1877.
[341] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 580. Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Capela, Gonçalo Vieira Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 22 setembro de 1877.

acompanhado de alguns indivíduos que ele conseguiu, de última hora, arregimentar, capturar os escravos fugidos criminosos.

Infelizmente, não me foi possível ainda detectar se esse espia conseguiu, enfim, a sua alforria. Era, sem dúvida, algo muito difícil de ser alcançado, mas não impossível. Em meados de 1859, na província do Rio de Janeiro, os subdelegados estavam autorizados a assegurar a liberdade daquele quilombola que, uma vez capturado, servisse de guia para as diligências repressoras, desde que se prestasse com a boa-fé necessária.[342]

Em Recife, no ano de 1829, autoridades chegaram a coagir, após prendê-los, alguns integrantes do Quilombo do Catucá para que eles servissem de batedores, sob a promessa de alforriá-los depois. Na diligência que se empreendeu em seguida, muitas apreensões e mortes ocorreram, fazendo com que a população do Catucá fosse reduzida consideravelmente.[343]

Aliciar escravos das comunidades de senzalas e, até mesmos, das comunidades de escravos fugidos era uma estratégia que podia ser muito mais comum do que as fontes indicam. Por motivos que parecem óbvios, a possibilidade de uma diligência que contava com os serviços desses espias alcançar resultado positivo era bem mais substancial. Entretanto, muitos negros assenzalados agiram de modo avesso, ou seja, como verdadeiros aliados dos quilombolas. A seguir, iremos, enfim, analisar como essas relações foram ensejadas. Convido-os a adentrar no "campo negro" do Cotinguiba.

4.4. Comunidades de senzalas e comunidades quilombolas

Já disse, em outro estudo, que as senzalas e os quilombos não se constituíam redutos sumariamente antagônicos que se divergiam sobretudo quanto à disciplina, quase militar, dos primeiros e à indisciplina rebelde do segundo. Por vezes, senzalas eram usadas como pousos de quilombolas, indicando assim que elas estavam muito mais imbricadas uma na outra do que as autoridades contemporâneas podiam imaginar.

Na América, o isolamento das comunidades de escravos fugidos parece ter sido algo incomum. Talvez, porque isso, na maioria das vezes, não era sequer almejado. Segundo Javier Laviña, estudioso espanhol, seria muito custoso imaginar a vida dos *Palenques* cubanos sem o suporte de indivíduos que residiam fora daquelas comunidades, uma vez que eles necessitavam desse contato para obter alguns elementos que eram fundamentais para as suas sobrevivências.[344]

---

[342] Neste sentido, ver: GOMES, 2006, p. 98.
[343] Neste sentido, ver: CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. O Quilombo do Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco" In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Op. cit.*, p. 421.
[344] LAVIÑA, Javier. *Op. cit.*, p. 57.

No Brasil, Flávio Gomes foi quem, a meu ver, melhor se debruçou sobre as fontes que retratam os diversos modos de comunicações impetrados pelos escravos fugidos, cabendo a ele inclusive a criação do conceito de "campo negro", conforme indicamos na introdução deste estudo. Muitos são os documentos que sinalizam a conexão entre as comunidades de senzalas e os negros fugidos arranchados nas matas do Vale do Cotinguiba. Não por acaso, as comunidades assenzaladas mais acusadas de se relacionarem com os escravos fugidos eram, justamente, aquelas dispostas mais acostadas aos seus pousos. Lembremos que a crioula Limoa, mocambeira do São José, revelou que seus companheiros de rancho se relacionavam estritamente com os negros remanescentes das senzalas do São José, com os quais mercadejavam alimentos.

Em muitas outras unidades açucareiras alocados no Cotinguiba ocorriam fatos equivalentes ao citado acima. Por exemplo, segundo Florinda, o "negro velho" fugido conhecido por Udô entretinha "muitas relações" com os escravos das senzalas do engenho Capim-Assú, onde ela residia. Na verdade, a escrava Florinda foi "convidada" a ser submetida a um auto de perguntas porque se desconfiava que ela mesma se relacionava ocultamente com uma comunidade de escravos fugidos instalada nas matas do Capim-Assú, contribuindo inclusive para o malogro de uma marcha que rumou contra aquele coito no dia 07 de março de 1872.

Em seu auto, não obstante, *a priori,* Florinda revelar que apenas conhecia o negro fugido Udô, logo depois ela revelou que conhecia ainda os seguintes escravos fugidos: o crioulo Antônio, fugido do engenho Junco, de Laranjeiras, o qual ia "muitas vezes ao" Capim-Assú; o negro Inocêncio, de propriedade do Doutor Leandro; o "cabra moço" de nome Furica; o escravo apelidado de Bacurau, "pertencente a Manoel Vítor do Prado", dono do engenho Barreiro, de Divina Pastora; e o preto, alto e moço "conhecido por Perigoso". Todos esses escravos fugidos, segundo ela, estavam nas "capoeiras do Lavrado" no momento em que a força aportou no Capim-Assú e "ausentaram-se" assim que souberam que os soldados atacariam aquele rancho.[345]

Situação, mais ou menos, equivalente ocorreu durante o "auto de perguntas" do escravo Felipe, o qual, assim como Florinda, residia nas senzalas do Capim-Assú. Ao ser questionado pelo chefe de polícia de Sergipe se conhecia alguns quilombolas e se sabia onde eram "os seus ranchos" e com quem eles se relacionavam, Felipe respondeu, talvez desconfiado que poderia ser categoricamente punido, "que nada" sabia e que "não" conhecia

[345] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Auto de inquérito a escrava Florinda, de 10 de março de 1872.

"nenhum" negro fugido. Todavia, logo abaixo, o escrivão registrou que Felipe "resolveu declarar" que conhecia "os quilombolas": Bacurau; Marcolino, de propriedade do doutor Domingos Ribeiro, residente em Laranjeiras; Guilherme, escravo fugido do engenho Junco, de Laranjeiras; e a negra Carlota. Em seguida, Felipe revelou ainda que "os escravos que correram" do "último cerco feito pelos soldados no engenho Capim-Assú" foram Evaristo e Henrique, ambos fugidos do engenho Sítio, e o crioulo Romão, fugido do engenho Boa Hora, de Maruim. Enfim, finalizando o seu auto de perguntas, não sem antes citar os nomes de mais alguns escravos fugidos que estavam por aquelas paragens, Felipe revelou ao chefe de polícia que "os quilombolas" frequentavam o Capim-Assú "dando objetos diversos" e que "quando apareciam eram de chuços e foices", ou seja, sempre armados, e os que possuíam mais armamentos eram os negros instalados nas matas do engenho Limeira, de Divina Pastora.[346]

Percebe-se que, *a priori*, esses negros pretenderam iludir as autoridades, revelando que nada sabiam a respeito dos escravos fugidos que supostamente visitavam a comunidade das senzalas do engenho Capim-Assú. Entretanto, ao que parece, a coerção exercida pelas autoridades acabou prevalecendo naquele momento, motivo pelo qual eles passaram, em seguida, a revelar a rede de alianças que os circundavam. Saliento, novamente, que essas revelações não podem ser encaradas como meras delações, uma vez que a manutenção do silêncio poderia acarretar em graves punições corporais contra os escravos inquiridos.

Não satisfeito com as informações colhidas, o chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa de Lima, seguiu, no dia posterior, ou seja, 11 de março de 1872, em direção ao referido engenho Limeira, onde pôde ouvir de um lavrador que ali residia que os quilombolas entretinham "relações ocultas com muitos escravos de diferentes engenhos", assim como que, "desde Laranjeiras até Rosário e Capela", por "todas as roças" que eles "se conservam alternadamente", eles estariam cientes sobre as diligências que, por ventura, pudessem vir a serem impetradas. Isto porque, "os escravos de engenhos", "os espias" e "as raparigas" que eles se relacionavam em "diferentes povoados" os avisariam.[347]

Neste sentido, nota-se que se as autoridades do Vale do Cotinguiba faziam uso de espias para saber onde eram os pousos dos escravos fugidos, estes, por sua vez, podiam se valer da mesma estratégia para obter conhecimento sobre as diligências. Era como se um mesmo antídoto fosse empregado no combate de males alheios e diversos, os quais poderiam ainda, em determinado momento, se neutralizarem.

---

[346] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Auto de perguntas ao escravo Felipe, de 10 de março de 1872.
[347] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 75. Auto de perguntas feita a João Batista de Melo, de 11 de março de 1872.

Saliento que, dias depois, outra diligência, desta vez auxiliada por um espia, rumou contra as matas do engenho Capim-Assú, onde se pôde lograr a captura de dois negros fugidos, entre eles, o negro velho Udô, citado acima. Em seu auto, Udô disse, na verdade, que se chamava Maurício. Era um africano (talvez daí a sua alcunha), de setenta anos de idade, pouco mais ou menos, e que estava fugido a cerca de quatro anos do engenho São José, do Capitão Francisco Tavares. Assim como outros escravos presos e inquiridos, Udô revelou o nome de muitos dos seus companheiros de matos, sobretudo daqueles que residiam em um lugar chamado Facão, acostado ao engenho Jurema. Sabia ainda da existência "de outro coito" nos matos do engenho Bom Jardim, não podendo ao certo, porém, identificar quais eram os negros que ali residiam, pois, segundo ele, não ia muito "para ali", uma vez que não fazia "comércio algum" por aquelas paragens.[348]

Qual comércio o velho africano Udô realizava? Infelizmente, no seu auto de perguntas essa informação foi omitida. É de supor que o seu "comércio" se configurasse em escambiar alimentos com os negros das senzalas, algo que, como veremos mais adiante, parecia ser muito comum no engenho Campi-Assú.

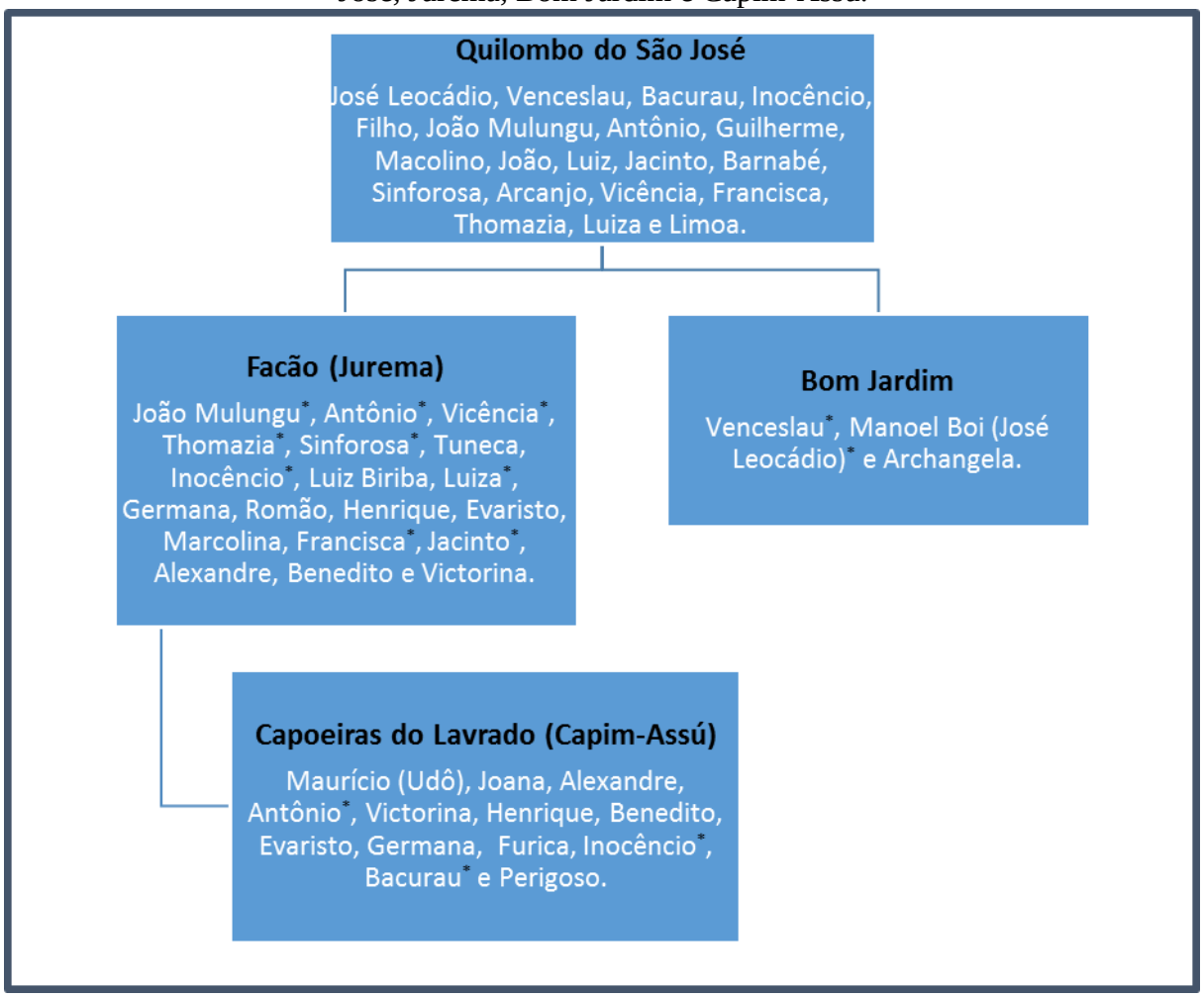
Por meio desses autos de perguntas e, por que não, da coação que os negros a eles submetidos sofriam, as autoridades alocadas no Vale do Cotinguiba podiam saber um pouco mais sobre a complexa rede de alianças que circundavam as comunidades de escravos fugidos, embora eles ainda estivessem distantes de compreendê-la por completa. Tal rede, na verdade, como estamos vendo, funcionava como um bloqueio, na medida em que impedia que as diligências alcançassem a maioria dos fugidos. Assim que o aviso era soado, eles, na maioria das vezes, se esvaiam pelas matas em busca de novos ou antigos pousos, onde poderiam aguardar seguros e ocultos o findar das perseguições. Neste momento, eles detinham uma vantagem substancial, visto que conheciam, muito mais do que os soldados citadinos, os caminhos e os segredos das matas espessas do Cotinguiba, fazendo delas suas cúmplices.

Neste sentido, dificilmente o logro de uma, duas ou mais capturas ou a dispersão inteira dos negros que residiam em um quilombo significaria a derrocada do mesmo, uma vez que a dispersão apenas podia acarretar no aparecimento de novos coitos mais distantes. Essa realidade fica patente quando comparamos os nomes dos escravos arrolados no auto de perguntas imposto à crioula Limoa com os nomes citados nos depoimentos dos negros que

[348] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Maurício por alcunha Udô, março de 1872.

residiam nas senzalas do engenho Capim-Assú. Talvez, a ilustração abaixo nos permita melhor visualizar o que se esta querendo dizer aqui.

Imagem 6. Escravos residentes nos quilombos dispostos nas matas dos engenhos São José, Jurema, Bom Jardim e Capim-Assú.



Fontes: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Autos de perguntas feitas a escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871; APES. SP¹. Pacotilha: 75. Auto de perguntas aos escravos Roberto, Florinda e Felipe, em 10 de março de 1872.
Nota: `* = escravos que outrora residiam no quilombo do São José.

Já foi dito aqui que a regularidade das investidas promovidas pelo delegado João Silva contra as matas do engenho São José, de Rosário do Catete, causou, possivelmente, o desaparecimento dos ranchos que estavam ali instalados, mas não a destruição completa do quilombo do São José. Isto porque, conforme, agora, se pode atestar acima, muitos dos negros que residiam neste arranchamento acabaram erigindo um novo acampamento ou migraram para outras comunidades de escravos fugidos já existentes.

Nota-se que a desmobilização do quilombo do São José originou, ao menos, mais duas "novas" comunidades: a disposta nas matas do engenho Bom Jardim e a localizada nas matas de um lugar denominado Facão, acostado ao engenho Jurema, a qual, por sua vez, deu origem

a instalada nas Capoeiras do Lavrado, mais especificamente nas matas do engenho Capim-Assú. Todas dentro dos limites da vila de Rosário de Catete.

Enquanto José Leocádio e Venceslau deixaram as matas do São José e foram se acoitar nas matas do engenho Bom Jardim, de onde inclusive este último fugira, João Mulungu, Antônio, Vicência, Thomazia, Sinforosa, Inocêncio, Luiza, Francisca e Jacinto optaram por permanecer unidos nas matas do Facão (engenho Jurema), onde receberam ainda a companhia de outros dez escravos fugidos. Já o negro Bacurau seguiu em direção as matas do engenho Capim-Assú, onde passou, aparentemente, a conviver com dois antigos companheiros de rancho e outros escravos fugidos; entre eles, o africano Udô, que foi citado anteriormente.

Em setembro de 1873, durante a oitiva do quilombola José Maruim, pôde-se constatar que dois dos escravos arrolados acima estavam mortos: Jacinto e Antonio. Enquanto que outros dois, Inocêncio e Vicência, estavam a residir nos matos do engenho Brejo.[349] Essa realidade coaduna, plenamente, com a referida analogia da *Hidra* citada por algumas autoridades contemporâneas ao século XIX e que foi, sabiamente, desenvolvida por Flávio Gomes; ou seja, uma vez atacados, os quilombolas subdividiam-se, migravam e se multiplicavam em outros quilombos.[350] Em estudo mais recentemente, Flávio Gomes e Maria Helena P. T. Machado abordaram o quanto esse acentuado deslocamento por parte dos quilombos podia colocá-los a salvo das repetidas expedições repressivas organizadas pela polícia.[351]

No que concerne aos quilombolas do Vale do Cotinguiba, as suas constantes migrações podiam ser, dentro do possível, patrocinadas ainda pela constatação que parcela considerável deles eram oriundos daquela região. Tal realidade, os colocaram em situação muito mais cômoda, repito, dentro do possível, que as milícias que os seguiam, as quais eram procedentes, muitas vezes, da Capital. Tomando, assim, caminhos, picadas e sendas poucas conhecidas, os quilombolas conseguiam se dispersar e alcançar outras comunidades, onde estariam residindo inclusive antigos companheiros de rancho. Essa possibilidade de conexão entre os membros de comunidades distintas podia ainda ampliar substancialmente a rede de alianças que permeava os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba.

---

[349] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 393. Ofício do tenente João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Espínola Júnior, de 05 de setembro de 1873.

[350] Neste sentido, ver: GOMES, 2005, p. 163.

[351] Neste sentido, ver: GOMES, Flávio e MACHADO, Maria Helena P. T. Atravessando a liberdade: deslocamento, migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro e São Paulo). In: GOMES, Flávio dos Santos e DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 69-96.

Entretanto, não descarto a possibilidade dos pousos da capoeira do Lavrado, do Facão e do Bom Jardim comporem apenas parte de um emaranhado de ranchos que circundavam as matas do Cotinguiba e que eram ocupados por uma mesma comunidade quilombola, a qual, em não raras ocasiões, precisou estar estrategicamente dispersa. Tais instalações quilombolas seriam então alcançadas por essa população de acordo com a conveniência do momento.

Nos dias que se seguiram aquelas inquirições, muitas diligências seriam deitadas contra as matas de Rosário de Catete. Na madrugada de 12 de março de 1872, 24 soldados comandados pelo alferes João Batista da Rocha Banha marcharam em direção ao Capim-Assú e, auxiliados por um espia, conseguiram capturar a escrava fugida Joana; a qual, conforme podemos ver na diagramação acima, residia em um dos ranchos da capoeira do Lavrado.

Após ser presa, Joana passou pelo ritual que, comumente, era imposto aos escravos fugidos antes de serem devolvidos ao domínio dos seus senhores: ou seja, foi inquirida pelas autoridades locais. No seu auto, ela indicou ser natural da África, amasia do referido Udô e que estava fugida do engenho Mato Grosso a cerca de dois meses. Indicou ainda que, ao fugir, seguiu, *a priori*, para o "coito do Facão", onde permaneceu durante apenas uma semana, descendo, em seguida, para "as matas do Capim-Assú", onde residiu até ser capturada pela referida força. No que concerne às relações entretidas pelos escravos fugidos, ela revelou que um indivíduo que morava no "Taboleiros", junto "ao sítio do Facão", entretinha "comunicação e amizade" com uma "parceira" sua chamada Marcolina "e mais outros escravos". Tanto que, "em dias chuvosos", esse senhor os convidavam para irem lá "dormir abrigados".[352]

Talvez, a cada inquirição, a cada escravo ouvido, as autoridades alimentaram a sensação de que o desafio maior não era, necessariamente, combater os escravos fugidos nas matas, mas sim minar a rede de solidariedade que os abraçavam e, como vimos acima, os mantinham inclusive aquecidos. No dia 10 de agosto de 1872, o *Jornal do Aracaju* emitiu uma nota sobre os males que esses contatos podiam causar às operações militares, vejamos:

> Vão de novo aparecendo em alguns pontos os escravos fugidos. O rigor do inverno [os faz] procurar as proximidades dos povoados e a proteção dos parceiros dos engenhos, proteção que por muitas vezes tem burlado as diligências da polícia. [...] A Administração não se tem descuidado de garantir, quando lhe permite a pouca força de que dispões, a ordem púbica e segurança individual. É de crer que os proprietários, os mais ameaçados com a nova atitude que vão tomando os quilombolas, se esforcem para manter severa vigilância em ordem a prevenir o perigoso conluio que ora se dá para frutas os planos da autoridade.[353]

[352] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas a escrava Joana, 13 de março de 1872.
[353] Quilombos. **Jornal do Aracaju**, n° 298, 10 de agosto de 1872, p. 2.

Intitulada “Quilombo”, a nota acima buscava denunciar o que eles denominavam ser o “perigoso conluio”. Para tanto, cobrava sobretudo dos donos de propriedades rurais, os quais eram “os mais ameaçados”, uma postura mais vigilante sob as suas escravarias, visto que o “rigor do inverno” estava aproximando ainda mais os fugidos dos “parceiros” dos engenhos. Já foi dito aqui que era de se esperar que as primeiras medidas antiquilombos fossem adotadas ainda dentro da relação senhor/escravo.

Todavia, no frio rigoroso do inverno ou no calor escaldante do verão, os escravos fugidos continuariam a se relacionar com as comunidades de senzalas. É de supor que alguns escravos remanescentes das senzalas não vissem com bons olhos esse contato entre os quilombolas e seus companheiros de eito. Podiam inclusive se sentir incomodados com as privações decorrentes daquele vai e vem de soldados, uma vez que existia a possibilidade de eles serem confundidos como sendo do grupo dos fugidos.

No engenho Floresta, vimos que diversos negros foram castigados devido ao aviso que, suspostamente, algum deles deu aos escravos fugidos aquilombados em suas matas. Notamos ainda, em outro momento, o uso de escravos como espias e guias de marchas policiais, o que levou inclusive negros fugidos a ameaçá-los de morte. Lembremos que o fugido Antâo (ou Domingos) foi atocaiado por um escravo de engenho, com o qual se desentendera dias antes. Neste sentido, o que se quer demonstrar era que os conflitos entre escravos fugidos e assenzalados podiam ter motivações diversas.

No dia 21 de março de 1872, Romão, então residente no quilombo das “matas do Lavrado”, se dirigiu em direção às senzalas do engenho Capim-Assú, mais especificamente a senzala “pertencente ao escravo Roberto”. Ia ali pegar “ração de farinha”, pois era do seu costume “pedir e receber farinha” das mãos do negro Roberto “em troca de carne de ovelha”, a qual Romão, “muitas vezes”, levava. Entretanto, assim que adentrou a dita senzala, Romão foi preso “pelos escravos do Capim-Assú” e, em seguida, entregue a uma força militar.[354] Saliento que, dias antes, o referido escravo foi apontado por uma autoridade local como sendo um suposto aliado no combate aos quilombos, prestando inclusive serviço de espia.

Romão, alvo daquela emboscada, consta na ilustração acima como sendo um dos negros residentes nas matas do Facão, embora ele mesmo revelasse no seu auto que residia nas “matas do Lavrado” com outros noves escravos fugidos. Talvez ele fizesse parte daquela população mais flutuante dos quilombos, a qual ficava migrando de coito em coito. Saliento que a captura desse escravo propiciou ainda a apreensão de outros dois companheiros,

[354] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Romão, de 22 de março de 1872.

Germana e Evaristo, visto que, aparentemente, Romão acabou sendo coagido a indicar e guiar, de imediato, até o ponto onde eles se escondiam.[355]

Todos, ritualmente, foram inquiridos na residência do delegado João Silva, na vila de Rosário de Catete. Tanto Romão como Evaristo, ao responder sobre as relações e as comunicações impetradas pelos seus companheiros fugidos, revelaram que um lavrador do Capim-Assú, de nome Vítor, os abasteciam de farinha por intermédio do negro fugido Alexandre; o qual, conforme se observa na ilustração acima, residia com eles nas Capoeiras do Lavrado.[356] Já a negra Germana disse que, "por diversas vezes", o rancho que residia fora visitado por "escravos montados e armados", não podendo, porém, identificá-los, pois era "noviça nos matos".[357]

Tais informações foram alcançadas, como vimos, a partir da emboscada impetrada pelos negros das senzalas do engenho Capim-Assú. Elencar as motivações que, provavelmente, podiam abonar eles a cometer esse ato seria algo, no mínimo, custoso, uma vez que essas intrigas podiam originar, como dito, das mais diversas motivações. No que concerne ao suspeito Vítor, no dia 31 de março daquele ano, João da Silva participou o chefe de polícia de Sergipe dizendo que "as acusações" que pesavam contra o dito lavrador eram "infundadas e sem procedência".[358]

Tivemos, em outro momento deste estudo, a oportunidade de discutir acerca do quanto a possibilidade de complementar a dieta por meio do escambo podia ser algo importante para os escravos fugidos, assim como para os assenzalados. Talvez, devido à possibilidade de maior acesso aos roçados e aos instrumentos produtivos, incumbia aos escravos dos engenhos fornecer a farinha de mandioca, enquanto que aos fugidos cabia, quando possível, a entrega da carne, oriunda comumente de furto aos pastos. Preso em abril de 1872, o escravo Vicente revelou que, enquanto fugido, recebia, "em troca de carne", farinha dos negros das senzalas do engenho Coite, enquanto que um escravo do engenho Bom Sucesso o "fornecia farinha e sal".[359] Já Francisco, capturado meses depois, indicou que eram dois escravos residentes no engenho Lagoa Grande que os "sustentava de carne e farinha no mato".[360]

---

[355] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do Capitão-Comandante da Força de Rosário, Joam Esteves, ao chefe de polícia de Sergipe, de 23 de março de 1872.
[356] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Romão, de 22 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas ao escravo Evaristo, de 22 de março de 1872.
[357] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas a escrava Germana, de 22 de março de 1872.
[358] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 31 de março de 1872.
[359] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Auto de perguntas feito ao escravo Vicente, de 28 de abril de 1872.
[360] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Auto de perguntas feito ao escravo Francisco, de 22 de dezembro de 1872.

Tais permutas eram de suma importância, uma vez que a constância dos ataques os impediam de cultivar pequenos roçados nos arredores dos ranchos. Em Cuba, devido à debilidade produtiva das áreas onde estavam alocadas, as sociedades *cimarronas* se viam obrigadas a mercadejar os produtos que mais necessitavam, entre elas, a carne.[361]

No Vale do Cotinguiba, essa economia mercante e clandestina de alimentos mantinha-os nutridos e os impediam, quiçá, de contrair doenças que atacavam mais comumente a classe escrava.[362] Para complementar suas dietas alimentares, os escravos fugidos laçavam as rezes que perambulavam pelos domínios senhoriais e as repartiam com seus companheiros das senzalas ou vendiam os pedaços a pequenos comerciantes da região.

Segundo Stuart Schwartz, essa espécie de economia quilombola, pautada em "assaltos nas estradas, roubo de gado, invasões e extorsão", mesmo quando combinadas com a prática da agricultura, caracterizava-se como sendo "parasitária".[363] Em parte, pode-se indicar que uma conceituação equivalente passou a ser, desde então, empregada por alguns estudiosos de Sergipe, sobretudo quando queriam se reportar aos meios de sobrevivência empregados pelos quilombolas do século XIX.

Lourival Santos, por exemplo, após indicar que os quilombos de Sergipe eram "predatórios", revelou que, para a sua subsistência, os escravos que neles residiam eram compelidos a realizar ataques nas estradas e roubos de produtos.[364] Já Severo D'acelino, ao analisar como podiam ser divididos os quilombos de Sergipe, revelou que "os predatórios" eram aqueles onde os seus moradores realizavam ataques e saques para obterem comidas, armas e munições.[365]

Sharyse Amaral, por sua vez, enquadrou a economia desenvolvida a partir dos quilombos de Sergipe como sendo "parasitária", uma vez que era "dependente do roubo de gado, assaltos nas estradas e invasões". Logo mais, nesse mesmo estudo, a autora empregou o nome "predatória" ao analisar a suposta economia que estava sendo desenvolvida dentro de uma comunidade quilombola instalada nos matos do Cotinguiba.[366]

Tanto o emprego da palavra parasitária como da palavra predatória pode propiciar um entendimento precipitado sobre o sentido da rede de relações econômicas que eram realizadas

---

[361] LAVIÑA, Javier. *Op. cit.*, p. 52

[362] Neste sentido, ver: AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, out-dez./2007, p. 1377-1399.

[363] SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001, 228.

[364] SANTOS, Lourival Santana. *Op. cit.*, p. 34.

[365] D'ACELINO, Severo. *Op. cit.*, p. 04.

[366] AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p. 162 e 187.

entre os quilombolas e a população que residia no entorno das matas do Vale do Cotinguiba, sobretudo devido ao peso semântico que ambas possuem.

Enquadrar ou denominar como "parasitária" a espécie de economia desenvolvida a partir dessas comunidades quilombolas podem indicar que somente os quilombolas se aproveitaram dos assaltos e dos saques que, certamente, acabaram impetrando de modo rotineiro. E, apesar de aparentar ser um pouco mais adequada, o mesmo pode ocorrer quando se opta pelo emprego da palavra "predatória", a qual está plenamente restrita a prática da rapinagem e roubo.

Tal como se analisou anteriormente, não era isso que, necessariamente, ocorria no Vale do Cotinguiba. Tanto os quilombolas como parte dos escravos que compunham as comunidades das senzalas se aproveitaram daquelas relações comerciais. Eles ansiavam e, aparentemente, conseguiram, por meio de constantes permutas, mais autonomia sobre suas vidas. No que concerne mais especialmente aos quilombolas, a partir dessa estrutura econômica relativamente simples, mas importante, eles podiam permanecer, durante anos, residindo nos matos. No decorrer desse estudo poderemos notar que a interrupção de algumas experiências nos quilombos estava plenamente associada a rotina ou a suspensão de contatos com pessoas com as quais estavam acostumados a comercializar.

Todavia, como sabemos, a economia desenvolvida a partir dos quilombos podia ser muito mais ampla e diversa do que a documentação policial permite perceber. Em meados de 1872, por exemplo, durante o auto de inquirição realizado na escrava Victorina, descobriu-se que dois indivíduos, Jô e José Grande, não apenas preveniam os escravos fugidos acerca das "diligências policiais", como ainda eram os responsáveis por ceder "pólvora" e vender "armas" a eles.[367] Essa escrava Victorina acabou sendo arrolada entre os quilombolas que residiam nas capoeiras do Lavrado, como se pode notar na ilustração retro. Sobre os suspeitos que ela denunciou, ambos puderam negar, dias depois, a existência daquela relação. Inclusive, o Jô alegou, em sua defesa, que era um inimigo "rancoroso dos quilombolas". Todavia, essa sua declaração não parece ter convencido muito o delegado de Divina Pastora, uma vez que ele indicou que continuaria a observar se o dito Jô se relacionava, realmente, com os quilombolas.[368]

Em muitas ocasiões, os escravos que se encontravam na condição de evadidos puderam ser observados portando armas e outros instrumentos mortais. Esses, em parte, eram

[367] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 242. Ofício do delegado de Divina Pastora, José Vieira Dantas de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 28 de junho de 1872.
[368] Ibidem.

alcançados através do mercado clandestino que os circundavam. Em abril de 1873, o subdelegado da Freguesia do Pé do Banco lamentou "a corrupção" que existia "em muitos homens forros com os escravos fugidos", motivo por que, segundo ele, tornava-se "difícil" empreender "as prisões" destes últimos.[369] Em suma, o que se procurou aqui apontar não se resume a constatação de que os quilombolas do Cotinguiba viviam em pleno contato com os assenzalados e com outros agentes da sociedade escravista. Isto, a nosso ver, está mais que claro. Meu objetivo maior, na verdade, consistiu em indicar que, a partir dessas interações – sociais, protetivas e comerciais – os escravos fugidos puderam alcançar uma certa autonomia, a qual acabou, concomitantemente, os aproximando, ainda mais, daqueles que permaneciam ainda no cativeiro ou que residiam nos seus entornos. Teremos, ainda no decorrer deste estudo, a oportunidade de analisar muitas outras alianças ensejadas a partir das comunidades quilombolas. Isto porque, estudar o mundo dos quilombolas significa, necessariamente, analisar as experiências de outros indivíduos que compunham a sociedade escravista, sobretudo dos mais marginalizados, razão pela qual, em não raros episódios, suas vidas aparecem embaraçadas.

[369] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Ofício do subdelegado do Pé do Banco, Manoel Nunes Barroso, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Joaquim Espínola Júnior, de 15 de abril de 1873.

CAPÍTULO 5

JOÃO MULUNGU

Típico da Mata Atlântica, o Mulungu era um vegetal, provavelmente, encontrado sem muita dificuldade no Vale do Cotinguiba. Nessa região, como vimos, era comum os engenhos receberem os nomes de alguns vegetais que compunham a flora local; uma homenagem inconsciente a uma série de espécies que acabaram sendo ceifadas e substituídas pela cultura da cana-de-açúcar.

No município de Laranjeiras, Mulungu, uma planta com propriedades medicinais capaz de curar, dentre outras coisas, sintomas de ansiedade, era o nome da propriedade do senhor João Pinheiro de Mendonça. Seria desse engenho que derivaria o "sobrenome" do mais procurado escravo fugido da província de Sergipe Del Rey, o crioulo João Mulungu; muito embora, como ele mesmo sinalizou, nascera no engenho Piedade, da vila de Itabaiana. Sua identificação enquanto Mulungu reside no fato de ele ter sido vendido para a dita propriedade ainda criança, onde seria introduzido na rotina do eito.

Embora não seja possível precisar a idade que ele possuía no momento da sua evasão, dúvidas não restam de que João Mulungu era um escravo moço, alçando entre 17 e 22 anos de idade. Ou seja, era um negro de alto valor no mercado, e por isso uma mão-de-obra indispensável para o seu senhor.

Todavia, não obstante esses elementos serem suficientes para que João Pinheiro de Mendonça empreendesse as medidas que, mais comumente, eram desempenhadas pelos senhores que intentavam reaver seus escravos fugidos, não foram ainda esses, ao menos mais especificamente, que abonou a série de diligências que foram lançadas contra o dito negro.

Nos primeiros anos da década de 1870, muitas das diligências que acabaram sendo empreendidas pela Secretaria de Polícia da Província de Sergipe Del Rey contra os coitos quilombolas, marcharam, na verdade, contra negros que estavam sendo comandados por João Mulungu; motivo pelo qual aquela Instituição passou a considerá-lo, paulatinamente, como o principal alvo dos ataques.

Na documentação ora arrolada, são muitas as adjetivações que recaem sobre o crioulo João Mulungu: "malfeitor", "ladino", "incitador", dentre outras. Tais adjetivações contrastava, severamente, com as propriedades daquele outro Mulungu, e aqui me refiro ao vegetal de onde derivou o sobrenome do negro João, o qual era igualmente muito conhecido, porém devido sua capacidade medicinal de dirimir sintomas de ansiedade.

Neste capítulo, poderemos acompanhar, por meio da análise de documentos esparsos e de origens diversas, muitos momentos da vida do crioulo Joao Mulungu enquanto permaneceu sob a condição de fugido. Neste sentido, nos depararemos com elementos que denotam ser parte das suas estratégias de sobrevivência pelas matas, assim como o modo com que ele intentava driblar as diligências que seguiam, incansavelmente, em seu encalço. Hora e outra, adentraremos em quilombos aqui anteriormente abordados e por caminhos que, algumas laudas atrás, passeamos. Em parte, embora apontado como uma liderança, perceberemos que a vida de João Mulungu pouco se distinguia daquelas outras que, até o momento, aqui abordamos; ou seja, era mais um escravo que, para manter-se livre e, assim, distante do cativeiro, não se esquivou de usar o arsenal de elementos que então dispunha.

Porém, foi, sem sombra de dúvidas, o modo como vivenciou a sua experiência de liberdade que abonou a identificação de João Mulungu como sendo o principal líder dos escravos fugidos de Sergipe Del Rey, ao longo da década de 1870, e, muitos anos depois, a sua elevação como o suposto representante das demandas sociais, sobretudo dos negros, em Sergipe nos anos de 1980 e 1990; elemento este que, devido os objetivos estabelecidos para este estudo, não me permite discutir.

Ou seja, entre as duas faces delineadas a respeito do negro João Mulungu, essas surgidas em momentos distintos da História do Brasil, mais especialmente de Sergipe – uma, *a priori*, no Império, e a outra na República – irei privilegiar aqui neste estudo a primeira.

5.1. O João Mulungu na História

Torna-se prudente, desde logo, salientar que não existe a possibilidade de se realizar uma biografia do negro João Mulungu, devido sobretudo à carência de documentos sobre o mesmo. Boa parte do que se escreveu sobre ele foi com base na documentação produzida pela Secretaria de Polícia de Sergipe no momento da sua apreensão, ou poucos dias antes de se lograr a mesma.

Não obstante os relatos sobre João Mulungu constar nos estudos desenvolvidos por Maris Thétis Nunes, Ariosvaldo Figueiredo e Luiz Mott, coube a Lourival Santos dedicar uma primeira maior atenção sobre as diligências que antecederam e culminaram com o logro da sua captura, o qual, segundo ele, pode ser considerado como o quilombola que mais deu trabalho às milícias policiais.[370]

Esse ideal seria, anos depois, compartilhado por Maria Nely Santos, para a qual:

---

[370] SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. *Revista do IHGS*, 1992, p. 36.

> Falar em mocambo é lembrar obrigatoriamente João Mulungu, transformado e reproduzido para várias gerações na "superestrela" da resistência escrava em Sergipe. Sem dúvida, na década de setenta do século XIX, foi uma das figuras mais populares entre os escravos, um dos personagens temidos dos senhores proprietários rurais e um dos mais experientes desafiadores dos cercos policiais. Mas, daí torna-lo único, singular e sobretudo tributar-lhe o título de líder dos quilombolas e herói negro é um procedimento precipitado e reducionista.[371]

É de supor que essa crítica a singularização do crioulo João Mulungu como sendo a maior personalidade da resistência negra em Sergipe era dirigida, mais especialmente, aos estudos desenvolvidos por Severo D'acelino, o qual, a partir da década de 1990, passou a encabeçar campanhas que, dentre outras coisas, resultariam na popularização do nome Mulungu e na sua identificação como ícone da resistência escrava local.[372]

Na verdade, Severo D'acelino estava em consonância com aquilo que o Movimento Negro, desde meados da década de 1970, estava realizando com o nome de Zumbi, o líder dos mocambos de Palmares, no âmbito nacional. Tal como ocorreu com alguns estudos desenvolvidos, neste contexto, por militantes de esquerda, existiram muitos abusos no momento de delinear e sobretudo quantificar os atos perpetrados pelo crioulo João Mulungu, conforme veremos mais adiante.

5.2. No encalço de Mulungu

Não obstante se encontrar sob a condição de fugido desde, muito provavelmente, o ano de 1868, o primeiro documento que encontrei e que faz menção ao nome de João Mulungu data de 29 de julho de 1871. Trata-se de uma carta-queixa, onde se estava denunciando a existência de "um rancho de escravos fugidos" nas imediações dos engenhos Limeira e Quindongá, ambos localizados na vila de Divina Pastora.

Entre os negros que ali residiam, os quais se acreditavam estar reunidos em número "superior a dezesseis", estava o "escravo do engenho Mulungu", de Laranjeiras. Suponho que, muito embora estivesse fugido por pouco mais de dois anos, João Mulungu exercesse neste momento alguma espécie de liderança perante os negros ali acoitados, uma vez que ele foi o único a ter o seu nome citado pelo autor da carta. Segundo ele, esses escravos estavam a viver não apenas de pequenas rapinagens e de roubos de animais como ainda se suspeitava que eles,

---

[371] SANTOS, Maria Nely. **A Sociedade Libertadora "Cabana do Pai Thomaz"**, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997, p. 121. Na verdade, em "Outros Mulungus, outros mitos", artigo publicado dois anos antes, Nely Santos apresentou, pela primeira vez, a sua discordância a respeito da suposta elevação de João Mulungu como o ícone da resistência negra local. Neste estudo, ela abordou sobretudo retratos da vida de outros escravos que, assim como Mulungu, desafiaram o Poder Público Provincial ao fugir das senzalas dos seus senhores. Neste sentido, ver: Idem. Outros Mulungus, outros mitos. *Gbàlà*. Revista da Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania – SACI, Aracaju, n° 1, 1995, p. 5-9.

acompanhados dos "parceiros dos engenhos vizinhos", estavam aproveitando a calada da noite para se dirigirem, "disfarçadamente", até a vila para "comprarem mantimentos".[373]

Neste sentido, vislumbrando acabar com esse coito, o denunciante requisitou da Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey o envio de "não menos de 30 praças", uma vez que com os soldados da Guarda Nacional não se podia contar, visto ainda que se acreditava que os mesmos podiam estar de "coloio" com os escravos e, assim, os avisarem sobre a diligência que se pretendia empreender.[374]

Esse suposto "coloio" entre soldados da Guarda Nacional e escravos fugidos não era algo incomum, assim como abordamos em outro momento deste estudo. Todavia, esse aventado coloio indica a possibilidade da existência de uma rede de alianças em torno de João Mulungu e que, concomitantemente, alcançava os escravos que estavam sobre a sua suposta liderança. Inclusive, o dono do engenho Limeira, onde estava acoitado naquele momento João Mulungu, seria acusado, anos depois, de não criar impedimentos no que concerne à reprodução de ranchos de escravos fugidos em suas matas, elemento este que optamos por discutir mais adiante.

Outro senhor envolvido em acusações a respeito de uma suposta omissão no combate aos redutos quilombolas em sua propriedade seria Francisco Tavares, dono do engenho São José, da vila de Rosário do Catete, onde João Mulungu iria se acoitar ainda naquele ano de 1871. Tal suspeita se elevou ainda mais mediante o malogro de uma diligência conjunta realizada entre as delegacias de Capela, Japaratuba e Rosário do Catete entre os dias 12 e 13 de setembro de 1871 (sobre esta, ver pág. 92).

Muito embora a aludida conivência não ser atestada pelas autoridades locais, não restou qualquer desconfiança de que os escravos fugidos residentes nas matas do São José entretinham relações com os negros remanescentes das suas senzalas. Isto porque, segundo Limoa, escrava fugida que residiu durante alguns meses em um dos ranchos dispostos nas matas do São José, os negros ali acoitados mantinham estreita relação, inclusive comercial, com os assenzalados do São José.[375]

Sendo assim, nota-se mais um indício da existência de uma rede de alianças que podia estar alcançando João Mulungu, uma vez que, conforme a dita Limoa ainda sinalizou, era este

[373] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Oficio, de pessoa não identificada, datado 29 de julho de 1871, redigido na vila de Divina Pastora.
[374] Ibidem.
[375] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas a escrava Limoa, de 09 de novembro de 1871.

negro quem liderava os outros 19 escravos que residiam com ela em um dos coitos do São José.[376]

Vale salientar que, muito provavelmente, os ranchos dispostos nas matas do São José, em Rosário do Catete, e do Limeira, em Divina Pastora, eram compostos por uma mesma população, a qual se deslocava para cada um desses coitos conforme as investidas militares. Não por acaso, essas duas matas seriam comumente alvo de ataques de soldados no início da década de 1870, demonstrando assim a preocupação da Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey em capturar os escravos fugidos e sobretudo aquele que os comandavam.

Todavia, diante da constância das investidas militares, muitas outras matas nas imediações do Vale do Cotinguiba acabaram sendo usadas pelos escravos fugidos como pousos, entre elas, as matas do engenho Capim-Assú, em Rosário do Catete. Tais escolhas, de acordo como demonstramos anteriormente, deveriam atender não apenas o desejo da manutenção da liberdade, como ainda propiciar que eles se mantivessem alimentados e, dentro do possível, cientes das atividades militares que estavam na eminência de serem empreendidas.

Neste sentido, olhando por esse prisma, as matas do Capim-Assú podiam se mostrar como um ambiente significativamente propício, visto que aliava esses quesitos. Em março de 1872, diante da ciência que João Mulungu e outros negros fugidos estavam ali arranchados, o delegado de Rosário do Catete, João da Silva Mainard, iniciou uma série de investidas contra os quilombos ali erigidos. Por meio de algumas capturas que puderam ser por aquelas paragens realizadas, pôde-se constatar que os negros ali residentes estavam sob comando do negro João Mulungu, assim como que era comum os mesmos visitarem os companheiros das senzalas do Capim-Assú, com os quais mercadejavam sobretudo alimentos.[377]

No dia 31 de março de 1872, João da Silva se dirigiu ao chefe de polícia de Sergipe indicando que eram "infundadas e sem procedência" a suposta aliança entre um senhor chamado Víctor, lavrador no Capim-Assú, e alguns escravos fugidos, o que denota que, apesar da negativa, a rede de alianças que permeava aqueles mocambos podia ser muita mais ampla do que se conjecturava.[378]

Suponho que não se pode dissociar a dificuldade de se empreender a captura de João Mulungu da rede de alianças que parecia o circundar. Não resta dúvida que a própria

[376] Ibidem.
[377] Neste sentido, ver: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Autuação de auto de perguntas procedido nos escravos quilombolas Maurício e Joana, de 03 de março de 1872.
[378] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe Del Rey, Francisco Goncalves Martins, de 31 de março de 1872.

característica volante desses quilombos permitiu, dentre outras coisas, que essa rede de alianças fosse comumente ampliada e acionada. Talvez, fosse justamente a amplitude dessa aliança, a qual tantos males acarretava a um sistema pautado, durante séculos, na disciplina, que abonou um maior empenho da Secretaria de Polícia de Sergipe em realizar a captura de Mulungu.

Foi somente a partir do ano de 1873 que João Mulungu passou a ser, de modo mais singular, o principal alvo das diligências que adentravam as matas espessas do Vale do Cotinguiba. Ou seja, a partir desse ano, os soldados passaram a realizar as marchas não apenas instruídos de que deveriam lograr a captura de um ou mais escravos fugidos, mas sim, e sobretudo, daquele que os dirigiam: o crioulo Mulungu.

No entanto, por mais que os soldados estivessem plenamente cientes dos ambientes onde deveriam concentrar as suas caçadas e os seus ataques, eles, na maioria das vezes, acabavam se deparando com os ranchos abandonados, não sem quaisquer vestígios de que os mesmos estavam sendo usados a pouco como esconderijos.

Talvez, almejando conhecer ainda mais sobre as ações desempenhadas por João Mulungu e seus companheiros e, assim, poder enfim capturá-los, o alferes João Batista da Rocha Banha, delegado de Rosário do Catete, ordenou que conduzissem a escrava Ana Rita até a sua residência, na vila de Divina Pastora, onde a mesma seria submetida a um auto de perguntas, muito embora não estivesse ela antes sob a condição de fugida.

Essa medida, a qual podia soar, *a priori*, como estranha, foi motivada devido à notícia de que Ana Rita entretinha relações, de modo rotineiro, com o negro João Mulungu. Neste sentido, o seu deslocamento para a casa de morada do delegado de Rosário era, sem sombra de dúvida, uma medida importante e que podia contribuir substancialmente no momento de decidir as novas estratégias a serem empregadas no intuito de capturá-lo.

Seu auto de perguntas não apresenta as mesmas características de outros aqui analisados. Na verdade, as intenções da autoridade inquiridora eram mais singulares, o que o obrigou a seguir um roteiro, em parte, incomum. Logo após ser identificada, Ana Rita, escrava de Francisco Lucindo do Prado, dono do engenho Tábua, passou a responder questionamentos que almejavam sobretudo conhecer mais sobre o modo como a sua relação com Mulungu era ensejada, assim como o local onde este se encontrava acoitado.[379]

No que concerne à sua suposta relação com João Mulungu, a negra Ana Rita não apenas indicou ser "verdade" que entretinha "relações ilícitas", conforme classificou o

[379] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Auto de perguntas feita a escrava Ana Rita do engenho Tábua, em 03 de janeiro de 1873.

delegado, com o dito escravo como ainda disse que o encontrou uma vez, por volta de "sete horas da noite", em um "lugar denominado Monte Santo" e muitas outras vezes "no pasto do engenho Limeira", propriedade do comandante superior João Maria de Araújo Nabuco.[380]

Sobre o coito instalado nas matas do Limeira, Ana Rita revelou que estavam ali residindo "muitos rapazes", em número suficiente para "moer um engenho". Segundo ela, "estes passavam [o] dia de domingo" em um lugar chamado Mangueira, no mesmo engenho, e, com chegada da noite, "iam para as senzalas" e para "o corpo do engenho".[381]

Sendo questionada se o dono do engenho Limeira "consentia" a reunião desses quilombolas em sua propriedade, Ana Rita revelou, de modo curioso, que ela mesma, em outra oportunidade, realizou essa "pergunta aos escravos fugidos", os quais responderam que o aludido João Maria, aparentemente, "não se importava". Enfim, antes de dar por encerrado seu auto de perguntas, a dita escrava indicou ainda que recebeu, dentre outros presentes, "a quantia de cinco mil réis" das mãos de João Mulungu e que este nunca a visitou no engenho onde ela residia.[382]

Não obstante os dados revelados por Ana Rita serem, sumariamente, valiosos, eu suponho que muitos deles já eram de conhecimento do delegado João Batista da Rocha Banha. Todavia, vale salientar que isso não diminuiria a importância de se ouvir Ana Rita, a qual, conforme se atestou, era realmente amasia de João Mulungu. Talvez, sua oitiva servisse apenas para atestar a veracidade de elementos que soavam ainda como suspeitos, de cunhos duvidosos.

Isto porque, muito embora se soubesse que as matas do Limeira era um pouso de escravos fugidos desde, ao menos, o ano de 1871, o que, talvez, o delegado João Batista da Rocha Banha não soubesse era que os negros estavam ali acoitados com o suposto consentimento do senhor João Maria de Araújo Nabuco, dono do dito engenho. Era, sem sombra de dúvida, uma denúncia que não podia ser desprezada, sobretudo por que envolvia uma pessoa importante na localidade.

Entretanto, de modo prudente, antes de adotar qualquer medida mais incisiva, o delegado João Batista da Rocha Banha deu continuidade às investigações ao ordenar que conduzissem a escrava Vicência, mais uma suposta amasia de Mulungu, até a sua residência, em Divina Pastora, onde a mesma seria submetida a um auto de perguntas.

---

[380] Ibidem.
[381] Ibidem.
[382] Ibidem.

Infelizmente, a documentação ora coletada não me permite indicar de que modo o aludido delegado obteve o nome dessas escravas, assim como soube da relação entretida entre elas e o crioulo João Mulungu. No mais, o que se denota era que ele estava procurando coletar o maior número de dados possíveis sobre, dentre outras coisas, o *modus operandi* de João Mulungu e dos escravos fugidos que ele estava a liderar. Talvez, daí a preocupação de João Batista em ouvir pessoas que poderiam conhecer elementos singulares acerca da rotina sobretudo de Mulungu. Tais dados poderiam ser de enorme valia no momento de planejar outra marcha contra as matas do Limeira.

Indico que ambas as escravas, Ana Rita e Vicência, aparentemente, não concordavam em dividir a atenção e os mimos dados por João Mulungu. Isto porque, ao longo do seu depoimento, Vicência indicou não apenas ser igualmente amasia do dito João Mulungu, assim como que, em uma oportunidade, se dirigiu para se queixar com a negra Ana Rita, visto que a mesma estava a receber presentes dele; entre os quais, aquele suposto "cinco mil réis".

Saliento ainda que Vicência aparece, pela primeira vez, neste estudo como sendo uma entre os muitos escravos fugidos que se encontravam residindo em um dos ranchos instalados nas matas do engenho São José, em meados do ano de 1871 (Ver pág. 102). No ano seguinte, ela estaria acoitada, na companhia de Mulungu e outros antigos moradores do rancho do São José, nas imediações do engenho Jurema (Ver pág. 150).

Na verdade, quando do seu auto de perguntas, Vicência indicou não mais viver sob a condição de fugida, muito embora não negasse que residiu em quilombos ao longo de quatro anos da sua vida. Segundo ela, naquele momento, estava residindo nas senzalas do engenho Bette, onde estaria se ocupando dos serviços da lavoura.[383]

No que concerne ainda à sua relação com João Mulungu, Vicência indicou que boa parte da porção de roupa que se achava "na senzala de sua residência" e dentro de algumas "caixas de madeira" eram presentes dados pelo dito escravo "quando ela se achava [ainda] fugida", enquanto que um cetim que se encontrava oculto "debaixo da sua cama" era de propriedade do "escravo fugido Maximiano", o qual lhe "dera para guardar dias antes do Natal".[384]

Tais vestimentas correspondiam a uma cultura material de suma importância no mundo escravo, visto que as mesmas podiam satisfazer não apenas a vaidade pessoal como podiam ser objeto de disfarce, diante a necessidade de passar-se como liberta, ou, até mesmo,

[383] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Auto de perguntas feiras a escrava Vicência do proprietário do engenho Bete, em 04 de janeiro de 1873.
[384] Ibidem.

de escambo ou venda, contribuindo assim para a formação do pecúlio. Friso, que, aparentemente, enquanto Mulungu deu a roupa para Vicência fazer uso, o negro Maxiamiano a entregou apenas para conservar, intentando, talvez, reaver em outro momento mais oportuno.

Em seu depoimento, pôde-se obter mais informações sobre como ela se relacionava com esses escravos fugidos e acerca do modo como estes e outros se reuniam nas matas do Limeira. Segundo ela, ali "não existiam ranchos" e a "comunicação" com eles se dava em um "lugar denominado Mangueira", localizado "dentro do pasto" daquele engenho. Tal local era uma espécie de "fonte", usada como "casa de banho", onde Vicência recordava-se encontrar sempre com os seguintes negros: "Antônio, João Mulungu, Marcolino, Jacinto, Joaquim, Venceslau, Feliz, Mathias, Inocêncio", assim como as negras "Conceição, Ignez, Belmira, Francisca e Carlota", sendo que somente essas três últimas eram escravas.[385]

Vale salientar que alguns desses escravos apareceram neste estudo como supostos moradores de outros acampamentos quilombolas espalhados pelas matas do Vale do Cotinguiba, o que apenas vem corroborar com o ideal dos quilombos volantes, os quais eram compostos por uma população instável, ou seja, que migrava de acordo com as investidas militares. Obviamente, outros motivos não menos importantes podiam abonar essa movimentação como, por exemplo, o surgimento de aspectos naturais que impedissem, momentaneamente, o pouso naqueles ambientes ou a necessidade de estarem mais acostados dos seus entes, supostos aliados na manutenção da liberdade.

Lembremos que era uma aliança como essa que parecia esta possibilitando a ida de escravos fugidos, durante a noite, até as instalações do engenho Limeira; realidade essa que não chegou a ser atestada ou que simplesmente acabou sendo ocultada pela crioula Vicência, uma vez que ela indicou que os negros ali reunidos "dormiam em um mato junto a cerca do pasto" do dito engenho.[386]

Malgrado, Vicência acabou revelando outras alianças ensejadas pelos escravos fugidos ao sinalizar que era verdade que uma "mulher forra de nome Maria" entretinha "relações ilícitas", conforme classificou, mais uma vez, o delegado de Rosário de Catete, com eles, sobretudo com o negro Mathias, de quem era amasia. Enfim, antes de dar por concluso seu auto de perguntas, Vicência indicou ainda que um senhor chamado Batalha, morador no distrito da vila de Rosário do Catete, andava comumente acompanhado do "escravo fugido Venceslau". Este senhor, segundo ela, recebia "diariamente" muitos quilombolas em seus

[385] Ibidem.
[386] Ibidem.

aposentos, oportunidade em que, provavelmente, fornecia a eles alimentos e "munições para as armas", como ainda observava o "movimento" das diligências para os manterem sempre avisados.[387]

Esse depoimento nos permite notar mais alguns nuances da ampla rede de alianças ensejadas pelos escravos fugidos no vale do Cotinguiba, os quais, em especial, acabavam permeando, por alguma razão, os companheiros de João Mulungu. Inclusive, o aludido Venceslau era um antigo companheiro seu. Tal como indiquei anteriormente, denúncias apontavam que ambos estavam dirigindo os quilombolas residentes nas matas do engenho Limeira, no ano de 1872.[388]

É de supor que a amplitude da rede de solidariedade que, de algum modo, acabava alcançando e evitando a captura de João Mulungu, e a qual era capaz de arregimentar indivíduos não apenas da condição escrava, se constituísse no principal motivo a contrair uma série de marchas contra os seus coitos. Ou seja, o elemento que mais motivou o processo de marginalização e criminalização a que esteve submetido sobretudo João Mulungu e seus companheiros podia ser motivado, na verdade, devido à capacidade que os mesmos detinham de ampliar as suas alianças, as quais, por diversas vezes, vinham se mostrando eficazes e de difícil dissolução.

Talvez, ciente de que era prudente angariar ainda mais informações a respeito dessa rede de alianças, João Batista da Rocha Banha iniciou a oitiva da negra Maria, aquela mesma citada no auto de Vicência como sendo amasia do escravo fugido denominado Mathias.

Tal relação, mais uma vez classificada como "ilícita" pelo delegado, seria atestada em seu depoimento. Inclusive, ela chegou a indicar que, no dia de Natal, se dirigiu em companhia da escrava Ana Rita em direção do engenho Dingui, onde se encontrou com o seu amasio Mathias e com os "escravos fugidos de nome Marcolino, Nabuco, João Mulungu e Maximiano", com os quais "divertiu-se toda [a] noite".[389]

Infelizmente, notícias como essas dificilmente são arroladas na documentação policial. Sendo assim, esse consiste em um dos poucos relatos que pude coletar sobre o modo como os escravos, estivessem eles sob a condição de fugidos ou não, do Vale do Cotinguiba celebravam os dias considerados santos, segundo o calendário cristão.

---

[387] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Auto de perguntas feiras a escrava Vicência do proprietário do engenho Bete, em 04 de janeiro de 1873.
[388] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Auto de perguntas feita ao escravo Francisco, em 22 de dezembro de 1872.
[388] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas a escrava Isabel, em 07 de janeiro de 1873.
[389] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Auto de perguntas feita a Maria, em 04 de janeiro de 1873.

É de supor que os dias que antecediam a essas comemorações asseverassem os ânimos das escravarias, propiciando assim a eclosão de atos considerados insubordinados. Em Sergipe Del Rey, conforme apontamos anteriormente, a aproximação do dia de Natal era sempre acompanhado de muita preocupação por parte das autoridades responsáveis sobretudo pela manutenção da ordem nos distritos dispostos no Cotinguiba. Era comum autoridades se reportarem ao chefe de polícia clamando o envio de soldados, de modo que os destacamentos que comandavam pudessem estar capacitados para conter os distúrbios que comumente ocorriam nas noites de Natal.

No mais, após ouvir as negras Ana Rita, Vicência e Maria, o delegado João Batista da Rocha Banha passou a estudar, muito provavelmente, a possibilidade de enviar uma diligência contra as matas do Limeira, sobretudo ao lugar denominado Mangueira, onde os escravos fugidos supostamente estariam a se reunir. Todavia, no momento em que suas pesquisas avançavam, estava cada vez mais claro que o Limeira era apenas mais um dos pousos usados por João Mulungu e seus companheiros. Ou seja, muitos outros quilombos, contemporâneos ao Limeira, podiam servir como esconderijos para esses escravos, o que acabava dificultando a localização e a captura dos mesmos.

Por exemplo, assim que foi capturada por Antônio Luiz Lourenço Maior, dono do engenho Bete e o qual mostrava muito interesse em "concluir com os quilombolas", a escrava Isabel acabou sendo levada até a casa de residência do delegado João Batista da Rocha Banha, que conduziu seu auto de perguntas. Isabel indicou nele que, assim que deixou a casa do seu senhor, se dirigiu em direção a Várzea da Penha, seguindo depois "em direção ao Conto", disposto "nas imediações do engenho Limeira".[390]

No Conto, segundo ela, se achavam os escravos fugidos Antônio, João Mulungu, Maximiano, Guilherme, Marcolino, Joaquim, Feliz, Venceslau, Mathias, Inocêncio, José, Balmira, Francisca e Carlota, assim como uma mulher forra chamada Conceição. Todavia, continuou ela, sendo "perseguidos pela tropa", esses escravos acabaram indo se refugiar nas "matas do engenho Bette", onde, mais uma vez, acabaram alvo de perseguições, razão pela qual optaram em "levantar acampamento" e "andarem volantes pelo mundo".[391]

Neste sentido, nota-se que a constância das investidas contra João Mulungu e seus companheiros impediu, aparentemente, que esses escravos se arranchassem por longos períodos em um mesmo local. No entanto, não devemos descartar que a indicação de que esses escravos não mais possuíam, naquele momento, ranchos certos, podia ser o modo

[390] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas a escrava Isabel, em 07 de janeiro de 1873.
[391] Ibidem.

encontrado por Isabel para impedir que seus antigos companheiros de coito fossem, mais facilmente, localizados e reconduzidos aos cativeiros de onde se evadiram.

Informação curiosa presente em seu auto de perguntas consiste na informação de que uma porção considerável de "roupa de senhora" – incluindo camisas, saias, anáguas e cintas – era uma "dádiva" que ela recebera de João Mulungu. É de supor que Isabel, natural da costa da África e que detinha naquele instante cerca de 30 anos de idade, era mais uma amasia do negro Mulungu, visto que ele costumava mimar suas amasias com roupas e, até, com somas consideráveis em dinheiro.

Talvez, plenamente ciente da impossibilidade de romper sozinho com essas alianças, João Batista da Rocha Banha se viu impelido, cada vez mais, a compartilhar com seus superiores as dificuldades que vinha encontrando no combate as comunidades de escravos fugidos, assim como algumas informações que ele pode colher durante o processo de investigação.

No dia 10 de janeiro de 1873, ele despachou um longo ofício para o chefe de polícia de Sergipe, o senhor Manoel José Espíndola Júnior, vejamos:

> Incumbido por V. Exa. da delegacia deste Termo com o fim especial de dar caça aos quilombolas que infestam, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. circunstanciadamente os grandes tropeços que tenho encontrado nesta tão difícil quão espinhosa tarefa. Os quilombolas em grande número trazem constantemente os proprietários em sobressalto, e raros sãos aqueles que não se queixam de furtos cometidos em suas propriedades. Estes quilombolas acham-se acoitados nos matos do Engenho Limeira com pleno conhecimento e pelo menos consentimento do respectivo proprietário Coronel João Maria de Araújo Nabuco, o qual frustra grande parte das diligencias que faço.[392]

Nota-se, por meio das declarações acima, que a escolha de João Batista da Rocha como delegado estava substancialmente relacionada a necessidade de se empreender caçadas contra os quilombolas que empestavam sobretudo as matas de Rosário do Catete e Divina Pastora. Talvez, o que esse comprometido militar não contasse era que, no desempenho da sua "espinhosa tarefa", ele seria obrigado a driblar a conivência entre alguns escravos fugidos e o coronel João Maria de Araújo Nabuco, dono do engenho Limeira.

Todavia, segundo ele, esse não era ainda o "maior obstáculo" que vinha enfrentando. Isto porque, o juiz municipal de Divina Pastora era outro que vinha, aparentemente, obstaculizando "a realização dos planos policiais contra os quilombolas", visto que, continuou ele:

> Quando tive de fazer uma importante diligência no Engenho Limeira e que as praças ainda não estavam aqui para não haver suspeitas, o único homem que soube do

[392] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Ofício do delegado de Divina Pastora, alferes João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, de 10 de janeiro de 1873.

> segredo foi o senhor doutor Juiz Municipal e quando lá cheguei os quilombolas tinham a pouco tempo mudado de coito, e como o doutor Juiz Municipal tem demonstrado por atos irrecusáveis que qualquer ato que diga respeito a família do Coronel João Maria de Araújo Nabuco são como se fossem feitas a sua própria pessoa, sou obrigado a crer que o mesmo Doutor foi a causa da frustração da diligência. Quando a poucos dias tive de fazer uma nova diligência e que por finalidade encontrei alguns quilombolas tenho um deles resistido armado a voz de prisão, o soldado cumpriu o dever e atirou sobre ele, tiro que matou-o.[393]

Entretanto, como essa diligência foi lograda "nos matos anexos ao engenho Limeira", ela acabou desagradando substancialmente o juiz municipal, razão pela qual ele vinha declarando "publicamente" que ia processar não apenas o soldado que disparou a arma como ainda o dito delegado, responsável pela operação.

João Batista da Rocha elencou ainda mais um acontecimento de modo a demonstrar a veracidade das suas denúncias e a "má vontade" do juiz municipal de Divina Pastora em combater os coitos de escravos fugidos. Segundo ele, assim que um senhor identificado como major Felix Cardoso soube que:

> [..] um dos [seus] escravos recebia em sua casa alguns quilombolas, foi pessoalmente corrê-la no dia 1 de janeiro do corrente ano, e lá encontrou um preto suspeito, ao qual deu ordem que se retirasse de sua fazenda, mas ele resistindo o mesmo senhor Major deu-lhe ordem de prisão em meu nome e imediatamente oficiou-me participando o fato e pedindo para conduzir o preso. O senhor doutor Juiz Municipal tomou o ofício que vinha para mim abriu-o mandou buscar o preso, e logo que este chegou o pôs imediatamente em liberdade.[394]

Torna-se sumariamente impossível analisar se cada elemento indicado nesse ofício/denúncia era ou não verdade. Entretanto, sabemos que era comum autoridades ligadas à Secretaria de Polícia e ao Poder Judiciário, dispostos em uma mesma jurisdição, entrarem em conflitos, sobretudo após a promulgação da Lei N° 2033 de 20 de setembro de 1871; mais comumente conhecida como Lei da Reforma Judiciária.

Levando-se em considerações que as denúncias eram sim verdadeiras, nota-se que, de algum modo, essa querela envolvendo o delegado João Batista e o juiz municipal de Divina Pastora estava obstaculizando a captura dos escravos instalados nas matas do Limeira, onde João Mulungu se encontrava.

Infelizmente, a documentação até o momento arrolada não me permite indicar, contundentemente, de que modo o então chefe de polícia de Sergipe, José Espíndola Júnior, reagiu às denúncias levadas pelo delegado João Batista da Rocha. Tão somente, posso salientar que um ofício, datado do dia 18 de janeiro de 1873, ou seja, um dia após a participação das denúncias, indica que a administração da delegacia de Divina Pastora estava

[393] Ibidem.
[394] Ibidem.

passando a ser de responsabilidade do suplente Veríssimo Antônio de Mello, visto que João Batista acabava de ser "resignado" para a Capital.[395]

Poucos dias depois, mais especificamente em 25 de janeiro de 1873, o tenente Jeremias Roberto de Carvalho seria nomeado como delegado do termo de Divina Pastora.[396] Ou seja, essas nomeações, aparentemente repentinas, podem indicar que o juiz municipal estava saindo, ao menos momentaneamente, como vencedor naquela querela.

Todavia, a saída de João Batista da Rocha Banha não significou um real abandono das marchas contra os quilombos, visto que, em março de 1873, o tenente Jeremias Carvalho se mostrava empenhado em coligir soldados para atacar "os negros fugidos acoitados nas imediações" das vilas de Divina Pastora e Rosário de Catete.[397] Isto indica que se parte das denúncias elencadas por João da Silva era apenas suposição, a eminência de combater os mocambos era uma realidade.

No que concerne ainda a João Batista da Rocha Banha, ele continuou desenvolvendo ataques contra os coitos quilombolas do Vale do Cotinguiba, contudo não mais ligado à delegacia de Divina Pastora, e tampouco neste município. Inclusive, foi ele, aparentemente, quem comandou a diligência que logrou a "captura do célebre quilombola" Venceslau, aquele mesmo apontado como líder e companheiro de João Mulungu.[398] Quanto a este último, uma nova denúncia, datada de 08 de abril de 1873, dava conta de que ele acabava de ser visto dentro do sítio Jaqueira, na freguesia do Pé do Banco. Nesta ocasião, ele estava vestindo uma camisa branca, a qual se encontrava um pouco suja, "uma calça brim" amarela "com listras dos lados", um "chapéu do Chile na cabeça" e portava, sob o ombro, um "chaço de corda enfiada em um cacete".[399]

Tal vestimenta, aparentemente usada como disfarce, não impediu que o senhor Porfírio Zacharias dos Santos o reconhecesse e denunciasse o seu paradeiro ao subdelegado Manoel Nunes Barroso. Este, por sua vez, ordenou que soldados marchassem, imediatamente, em direção ao local indicando, objetivando assim capturar o escravo de surpresa.

---

[395] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Ofício do 2° suplente de delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antônio de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, de 18 de janeiro de 1873.
[396] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 77. Ofício do secretário do Governo de Sergipe, Manoel Barbosa Álvares Ferreira, durante a 3° sessão do dia 25 de janeiro de 1873.
[397] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Ofício do delegado de Divina Pastora, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Espínola Júnior, de 10 de março de 1873.
[398] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 22 de março de 1873.
[399] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Ofício do subdelegado do Pé do Banco, Manoel Nunes Barroso, ao chefe de polícia de Ser, de 09 de abril de 1873.

No mesmo dia, o destacamento estacionado na freguesia do Pé do Banco seguiu, acompanhado de dez praças da Guarda Nacional, em direção a "Várzea da Piranha". Todavia, quando ali aportaram, João Mulungu e seus companheiros não mais se encontravam no ponto indicado na denúncia, razão pela qual o comandante da operação, o oficial Manoel de Jesus Biriba, optou por deixar nove soldados dentro de uma casa, vislumbrando uma possível volta dos escravos fugidos.[400]

Enquanto isso, o comandante seguiu acompanhado do soldado Clementino José das Costas em direção ao sítio Fava, de propriedade de José de Batista de Carvalho. Esses, assim que alcançaram o dito local, puderam notar que um cavalo de cor russo, igual ao descrito na denúncia e que apontava estar sendo montado por João Mulungu, se encontrava atado no oitão da casa. Foi, então, que Manoel Biriba intimou o senhor José, pedindo que ele entregasse o animal e que o acompanhasse até a presença do subdelegado.[401]

No primeiro momento, José ainda relutou, mas, após ser apresentado ao mandado, avisou que iria "mudar a roupa". Logo em seguida, o dito oficial adentrou o interior da residência, ocasião em que pôde observar que saía "pela porta do quintal" um "negro de altura regular", "gordo", vestido de calça brim amarela "com listras dos lados" e com um "chapéu do Chile na cabeça". Manoel Biriba ainda correu até o quintal. Porém, quando lá chegou, "o negro já corria longe". Para ele, não restava dúvida de "que era João Mulungu".[402]

Tendo malogrado, em parte, no cumprimento do mandado, não restou outra saída a Manoel Biriba a não ser prender o mencionado João Batista e o conduzir até o quartel da freguesia do Pé do Banco, no termo de Divina Pastora. Tanto o apresado, como o denunciante e o soldado que acompanhou Manoel Biriba responderam a um auto de perguntas no dia 09 de abril de abril de 1873.

Porfírio Zacharias dos Santos, denunciante e primeiro a ser ouvido, asseverou que avistou o negro João Mulungu durante sua ida ao sítio Jaqueira. Indicou ainda que, "desde o verão do ano passado", conhecia "o quilombola João Mulungu", por tê-lo "visto nas senzalas do engenho Capim-Assú" na época em que ele denunciante ainda ali trabalhava. Segundo ele, "uma escrava do mesmo engenho" quem confirmou que o negro em questão era João Mulungu, assim como indicou ainda que o mesmo não se encontrava, naquele momento,

[400] Ibidem.
[401] Ibidem.
[402] Ibidem.

sozinho, visto que um companheiro seu, de nome Bacurao, se achava montado "em uma das cancelas do pasto".[403]

Na verdade, conforme demostramos anteriormente, as matas do engenho Capim-Assú, localizado na vila de Rosário do Catete, serviu de pouso para João Mulungu e seus companheiros em meados do ano de 1872. Inclusive, denúncias indicavam que alguns negros das suas senzalas comumente eram vistos mercadejando com os escravos fugidos, razão por que, talvez, Mulungu foi ali avistado na ocasião aludida acima.

Foi o depoimento de Clementino José da Costa, soldado e segundo a depor, que acabou indicando mais sobre o ocorrido no momento do cumprimento do mandado e as causas que, provavelmente, impediram o apresamento do escravo fugido. Segundo ele, o cerco à residência de João Batista não foi realizado porque o mesmo não desconfiava que ali dentro se encontrava João Mulungu, o qual, continuou ele, recebeu do primeiro um sinal para fugir.[404]

João Batista, por sua vez, se defendeu dizendo que, assim que entrou em sua residência para se vestir, ouviu vozes de "pressa", "pega"... Porém, ele não sabia atribuir por que razão "aqueles gritos" foram soados. Quanto ao negro avistado pelo soldado e pelo oficial de justiça, ele apenas indicou que, momentos antes, "estivera em sua casa um preto de estatura regular" e "bastante gordo" à procura de um cavalo; animal este que ele indicou depois que encontrou supostamente abandonado nos campos da Várzea da Piranha.[405]

Em suma, o que João Batista queria dizer era que, embora estivesse na posse de um cavalo que aparentemente era de João Mulungu, ele não entretinha qualquer relação com o mesmo. E que se o dito escravo estava nas imediações da sua residência era porque este, provavelmente, ansiava reaver o animal que, dias antes, ele encontrou abandonado. Infelizmente, a documentação que pude coletar não indicou o modo como o subdelegado procedeu após a oitiva daqueles indivíduos. Tão somente pude constatar que, naquele mesmo dia, ele comunicou ao chefe de polícia de Sergipe sobre o ocorrido.[406]

Nota-se que, ao menos em algumas localidades do Vale do Cotinguiba, sobretudo naquelas onde os escravos fugidos eram comumente avistados em companhia dos seus comparsas, o nome do negro Mulungu podia estar cada vez mais associado a condutas

[403] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Auto de perguntas feitas a Porfírio Zacharias dos Santos, de 09 de abril de 1873.
[404] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Auto de perguntas feitas a Clementino José da Costa, de 09 de abril de 1873.
[405] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Auto de perguntas feitas a João Batista de Carvalho, de 09 de abril de 1873.
[406] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Ofício do subdelegado do Pé do Banco, Manoel Nunes Barroso, ao chefe de polícia de Sergipe, de 09 de abril de 1873.

escravas substancialmente repelidas pelas autoridades senhoriais como, por exemplo, assaltos, saques, assassinatos, dentre outras; razão pela qual a sua andança pela Várzea da Piranha seria logo denunciada.

Tal presteza, por pouco, não resultou em sua apreensão. Isto porque, desde que pude notar que determinadas diligências estavam sendo empreendidas mais especialmente contra o negro João Mulungu e seus companheiros, nenhuma delas chegou mais perto de alcançar sua captura como aquela realizada no dia 09 de abril de 1873.

No seu encalço seguia o incansável, e agora tenente, João Batista da Rocha Banha, então sob o comando do destacamento da vila de Rosário do Catete. No dia 17 de julho de 1873, o presidente Manoel do Nascimento Galvão, ao longo da 3ª Sessão realizada no Palácio do Governo da Província de Sergipe, indicou se encontrar plenamente ciente acerca das prisões que o aludido tenente vinha realizando, bem como sobre a suposta crença de que "restavam insignificantes vestígios de quilombolas" no termo de Divina Pastora.[407]

Isto se devia, segundo ele, à mudança do "grupo dirigido por João Mulungu" para as margens do rio Vaza-Barris, onde estaria residindo; motivo pelo qual, naquela mesma sessão, o presidente deu as ordens necessárias para que o tenente João Rocha deixasse o comando do destacamento de Rosário do Catete e se encarregasse, especialmente, da "captura dos [ditos] quilombolas no termo de Itaporanga".[408]

Neste sentido, nota-se que a remoção do tenente João Batista da Rocha Banha, que foi motivada, como vimos, muito provavelmente, por aquela contenda com o juiz municipal de Divina Pastora, não impediu que o mesmo continuasse a se dedicar à caçada dos escravos fugidos e, de modo mais especial, à do negro Mulungu.

Todavia, a mudança de João Mulungu para a vila de Itaporanga não era uma constatação, mas sim uma mera suposição. Inclusive, no dia 10 de julho de 1873, o chefe de polícia incumbiu o delegado de Itaporanga, José de Melo, de se cientificar acerca dessa mudança, a qual acabou não sendo atestada. Na verdade, em resposta, o delegado de Itaporanga indicou que, apesar das pesquisas que realizou, não conseguiu colher nenhuma informação a respeito da presença de "quilombolas dirigidos pelo escravo de nome João Mulungu" naquelas imediações.[409]

---

[407] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 77. Ofício de Manoel do Nascimento Galvão ao chefe de polícia de Sergipe, de 17 de julho de 1873.
[408] Ibidem.
[409] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Ofício do delegado de Itaporanga, José de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 03 de setembro de 1873.

Ou seja, apesar dos esforços da Secretaria de Polícia, o novo pouso de João Mulungu não era ainda sabido. Em agosto daquele ano, João Batista da Rocha Banha apontaria mais alguns supostos paradeiros alcançados por Mulungu e seus companheiros durante suas andanças, vejamos:

> Quanto a viagem que fizeram aqueles escravos para Itabaiana é verdade [...], porém chegando lá os ditos escravos não acharam cômodo e regressaram logo para os matos do engenho Areia Branca, termo de Divina Pastora, e dali resolveram-se a fazerem residência na margem do rio Vasa-Barris, no lugar denominado Aldeias, conforme tudo declarou-me o último quilombola por mim preso em Divina Pastora [...].[410]

Nota-se o quanto os autos de perguntas realizados em escravos recém-capturados podiam ser instrumentos importantes para as autoridades militares, sobretudo no momento de saber o paradeiro dos quilombolas mais procurados. Suponho que, muito embora a constante mobilidade se configurasse um elemento importante no momento de driblar as marchas militares, não seria interessante para João Mulungu e seus companheiros se ausentarem, mesmo que momentaneamente, das imediações do Vale do Cotinguiba; daí o retorno deles, quase que de imediato, para as matas de Divina Pastora.

Era nesse ambiente onde o "campo negro" – usando, mais uma vez, o conceito cunhado por Flávio Gomes – operava de modo mais contundente, permitindo assim que eles se mantivessem, quase sempre, cientes das marchas que ansiavam capturá-los ou, simplesmente, abastecidos de alimentos e munições.

No quadro a seguir encontra-se arrolado, a partir das indicações presentes na documentação policial de Sergipe, alguns dos pontos por onde, muito provavelmente, João Mulungu passou enquanto fugido:

Quadro 3. Locais indicados como esconderijos do quilombola João Mulungu entre os anos de 1871-1875.

Data	Local	Município
Julho/1871	Imediações dos engenhos Limeira e Quindogá	Divina Pastora
Novembro/1871	São José	Rosário do Catete
Novembro/1871	Limeira	Divina Pastora
Março/1872	Capim-Assú	Rosário do Catete
Março/1872	Facão, junto ao engenho Jurema.	Rosário do Catete

[410] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 393. Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, de 07 de agosto de 1873.

Quadro 3. Locais indicados como esconderijos do quilombola João Mulungu entre os anos de 1871-1875.

(conclusão)

Data	Local	Município
Março/1872	Matas do engenho Salobro	Rosário do Catete
Dezembro/1872	Matas do engenho Lagoa-Grande	Rosário do Catete
Dezembro/1872	Limeira	Divina Pastora
Janeiro/1873	Limeira	Divina Pastora
Janeiro/1873	Engenho Bette	Rosário do Catete
Abril/1873	(Sítio Fava) Várzea da Piranha	Freguesia do Pé do Banco
Julho/1873	(Engenho Itaperoá) Margem do Vaza Barris	Itaporanga
Janeiro/1874	Engenho vizinho a vila de Rosário de Catete	n.d.
Janeiro/1875	n.d.	Japaratuba

Fonte: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Ofício oriundo da vila de Divina Pastora, de 29 de julho de 1871; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 176. Auto de perguntas feitas a escrava Limôa, em 09 de novembro de 1871; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Autuação do auto de perguntas procedido nos escravos quilombolas Maurício e Joana, em 03 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 705. Auto de perguntas aos escravos quilombolas Romão e Evaristo, em 22 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 178. Auto de perguntas feitas ao escravo Francisco, em 22 de dezembro de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Auto de perguntas feita a escrava Ana Rita, em 03 de janeiro de 1873; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 298. Auto de perguntas feitas pelo delegado de polícia a escrava Isabel, em 07 de janeiro de 1873; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Ofício do subdelegado de polícia do Pé do Banco ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Joaquim Espínola, de 09 de abril de 1873; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 77. Ofício do Palácio do Governo da Província de Sergipe, de 17 de julho de 1873; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do 1° suplente do delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 10 de janeiro de 1874; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 346. Ofício do delegado de polícia de Japaratuba ao chefe de polícia de Sergipe, de 16 de janeiro de 1875.
Nota: nd = não declarado.

Tais ambientes, conforme está salientado na documentação, serviam sobretudo como pouso de João Mulungu, com exceção do sítio Fava, na Várzea da Piranha, onde o mesmo estaria, supostamente, à procura daquele seu animal de montaria.

No que concerne às datas, saliento que elas sinalizam muito mais o momento em que se colheu a informação sobre a estadia ou a passagem de João Mulungu por esses locais do que, mais especialmente, a data em que o dito negro estaria ali residindo; motivo pelo qual datas equivalentes sinalizaram coitos de escravos fugidos distintos.

Não resta dúvida que o Vale do Cotinguiba, mais especialmente as vilas de Rosário do Catete e de Divina Pastora, era o local de maior estadia de Mulungu. Somente as matas do engenho Limeira aparecem indicadas no quadro acima cinco vezes, o que denota que estas

eram sim, conforme aventou o então delegado João Batista da Rocha Banha, o principal esconderijo de João Mulungu e seus companheiros.

Lembremos que o coronel João Maria de Araújo Nabuco, dono do engenho Limeira, era suspeito de ser complacente com os negros acoitados nas matas da sua propriedade, a ponto inclusive de não impedir que os escravos das suas senzalas se relacionassem com os mesmos. Lembremos ainda que o juiz municipal de Divina Pastora estaria supostamente criando não apenas empecilhos para que diligências fossem ali realizadas como ainda contribuiu, conforme sinalizou o aludido delegado, para o malogro de uma delas.

Talvez a reunião e a combinação desses elementos indicassem o quanto as matas do Limeira era, dentro do possível, o ambiente mais propício para se erigirem os ranchos, razão pela qual João Mulungu e seus companheiros, aparentemente, sempre retornavam para aquele ponto assim que minoravam as inspeções militares.

Mas, não era apenas o Limeira que se mostrava ser um pouso ideal. Isto porque, quando do auto de inquirição do escravo fugido Maximiano, realizado em meados de 1875, ele indicou que João Mulungu, durante as suas andanças, costumava sempre dormir "na roça da casa" de um senhor chamado Lacerda, morador na Missão de Japaratuba, onde ele ainda depositava seu "armamento", assim como "na senzala da sua mãe" no engenho Quindogá e "na de uma irmã", no engenho Piedade.[411]

Ou seja, se era importante, diante da necessidade de manter-se livre, criar uma ampla rede de alianças, não menos importante era incluir nela os seus pais, irmãos ou qualquer outro ente familiar que pudesse o auxiliar a minar os desafios que vivenciava diuturnamente. Nota-se que as matas imediatas ao Quindongá, engenho onde a sua mãe residia, aparece, no quadro acima, como um dos primeiros pousos de João Mulungu, ainda em meados de 1871. Isto denota que a escolha do quilombo podia estar estritamente associada à questão sócio-familiar, o que corrobora com aquilo que discutimos em outra oportunidade deste estudo.

Obviamente, devido ao escopo com que era elaborada a documentação policial, assim como outras que retratam, em parte, o cotidiano dos escravos fugidos, se torna quase impossível adentrar e relacionar de modo mais substancial esse aspecto valorativo da instituição familiar com a manutenção das suas liberdades. No mais, vale salientar que diversos indícios apontam que este era sim um elemento importante para os escravos fugidos, a ponto de optarem por se acoitar em regiões ou quilombos situados mais próximos das suas

[411] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 346. Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, de 29 de junho de 1875.

senzalas ou residências, sinalizando assim que o ato da fuga não significava, necessariamente, o rompimento dos laços e da solidariedade parental.

Tamanhas e diversas eram as alianças ensejadas por Mulungu que o seu paradeiro era sempre um elemento muito complicado de ser atestado, ao menos para as autoridades incumbidas de capturá-lo. No dia 10 de janeiro de 1874, o senhor Ignácio Pascoal Santos, então suplente do delegado de Rosário de Catete, indicou ao chefe de polícia interino de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, o seguinte:

> Vou comunicar a V. S. que tenho encarregado a dois espias, mediante a gratificação de 100$000 para ambos, a darem em lugar os quilombolas = Murungú [Mulungu], Bacurau e outros. Estava marcado a noite do dia 3 do corrente para o comparecimento deles, mas a pedido dos mesmos foi repassada a função para a noite do dia 5, visto como tinham de assistir a outro convite. Para efetuar esta diligencia preciso que V. S. mande 40 praças e ordem para ser junto o destacamento de Maruim.[412]

Fazer uso de espias para obter a localização dos coitos quilombolas não era uma medida nova no Vale do Cotinguiba, conforme abordados em outro momento deste estudo. Talvez, a novidade se restringisse apenas ao aspecto da especificidade do serviço que deveria ser executado, ou seja, apontar não qualquer quilombo, mas sim aquele onde João Mulungu e seu companheiro Bacurau estavam acoitados.

Segundo Ignácio Pascoal Santos, o ponto onde os soldados deviam dar "comparecimento" era um "engenho vizinho" a vila de Rosário do Catete, motivo pelo qual ele recomendou a coparticipação do destacamento de Maruim, o qual seria guiado pelo caminho que deveria seguir, de modo que não se perdesse a diligência.[413]

Infelizmente, não pude me cientificar se esta marcha, realmente, aconteceu. No mais, apenas pude constatar que, cerca de um mês depois, uma denúncia anônima indicava que João Mulungu e seus companheiros estariam novamente arranchando nas matas do Limeira, em Divina Pastora. Tal denúncia, redigida como carta e endereçada ao então presidente da província e ao chefe de polícia de Sergipe, foi publicada no jornal "A Liberdade" no dia 16 de fevereiro de 1874, vejamos:

> O município de Divina Pastora se acha na posse do salteador João Murungú. E nem se presuma há exageração neste dizer, e senão que sejam ouvidos os habitantes deste Município e em especial os desta vila.
> O quilombola João Murungú acaba de estabelecer sua residência com a terrível quadrilha no seu antigo aposento do Eng. Limeira, após a diligência que em pessoa dirigiu o Snr. Dr. Chefe de Polícia para os lados do Rosário do Catete.
> Não tardou em manifestar-se pelos roubos de roupas nas fontes de lavar, pelos furtos de cavalos e bois nos pastos dos engenhos, carneiros, perus e mais criações nos

[412] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 373. Ofício do 1° suplente do delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 10 de janeiro de 1874.
[413] Ibidem.

> quintais de casas desta vila, e pelas frequentes fugidas dos escravos que são seus seduzidos e escandalosamente engrossam a quadrilha.
> O terror, o desanimo, a falta de garantia e de segurança estão na consciência de todos.
> Buscam todos um apoio e ninguém o encontra senão nos próprios recursos, os quais, como é de fácil compreender, não podem satisfazer e dar tranquilidade a população culto e muito laboriosa deste Município, assas rico e pela uberdade dos seus terrenos e digno de melhor sorte.
> É tal a condição anômala do Município nestes últimos tempos, que parece trazer a reprodução doutras era em que a <<Justiça se fazia pelo bacamarte>> [Sic.].[414]

"O Paciente", pseudônimo usado para assinar a carta/denúncia, elencou ainda muitos acontecimentos que podiam ilustrar a "condição anômala" que estava então sendo vivenciada em Divina Pastora; entre esses, a "insubordinação" dos escravos do senhor Antônio Luiz de Loreiro Maciel, dono do engenho Bette, os quais estavam abandonando "os carros e outros serviços da moagem" para se inserirem "na quadrilha que lhes fica[va] contigua".[415]

Segundo "O Paciente", essa "condição anômala" era decorrência sobretudo do modo "relaxado" com que o juiz municipal de Divina Pastora, Dr. José Jesuino José Gomes, ocupava o seu cargo, visto que o mesmo agia sempre a "favor dos criminosos" e "pela impunidade dos crimes". Na verdade, "O Paciente" seguiu ilustrando diversos atos que não pareciam condizer com a postura de um magistrado, o qual, aparentemente, se mostrava inclusive sumariamente identificado com "as festas de rua", a "ponto de mascarar-se", assim como com os jogos de azar, dentre outros.[416]

No que concerne, mais especialmente, à sua conduta com relação à questão dos escravos fugidos, "O Paciente" citou os reclames do, agora, capitão João Batista da Rocha Banha a respeito dos "avisos" que supostamente "partiam para o quilombo da Limeira" antes mesmo da saída da "diligência". Segundo ele, só a partir do momento em que o dito oficial optou em realizar diligências "por si", ou seja, sem comunicar previamente ao juiz municipal, que elas passaram a ser "bem sucedidas", razão pela qual ele atraiu uma "rancorosa inimizade" do Dr. Jesuíno.[417]

Enfim, pouco antes de dar por concluso a sua carta/denúncia, "O Paciente" salientou que voltaria com outras revelações caso não se adotasse nenhuma medida salutar contra a reprodução de crimes em Divina Pastora, não sem antes indicar ainda que:

> Tudo isto desejaríamos não crer, nem sentir, porem a segurança que não temos, a garantia que nos falta, ameados como se acham todos deste recôncavo pela ostentosa presença do salteador João Murungú e sua quadrilha, somos compelidos a bradar

[414] Biblioteca Pública Epifânio Doria (doravante BPED). Setor: Hemeroteca. **A Liberdade**, ano 1, n° 42, Aracaju, 16 de fevereiro de 1874.
[415] Ibidem.
[416] Ibidem.
[417] Ibidem.

> bem alto e pela imprensa, rogando mesmo a S. Exc. os Snrs. Presidente e Chefe de Polícia que se compadeçam deste Município em tempo e antes que algum crime atroz leve pranto e o luto as famílias inteiras.
> Queira de coração o Sr. Juiz Municipal, Dr. Jesuíno José Gomes, compenetrar-se dos seus sagrados deveres e todas as dificuldades desapareceram, João Murungú será preso e sua quadrilha desaparecerá, [...].[418]

Mulungu, e não "Murungú" como reproduzido ao longo da denúncia, era apontado como o "chefe bandido", o autor de muitos crimes que vinham sendo ali perpetrados, os quais não eram sequer julgados pelo juiz municipal. Vale salientar que no momento em que o então alferes João Batista da Rocha Banha denunciou, ainda no início do ano de 1873, a suposta associação entre Jesuino José Gomes e os negros aquilombados nas matas do Limeira, o cargo de chefe de polícia estava sendo ocupado pelo senhor José Espinola Júnior, enquanto que o cargo de presidente de Sergipe se encontrava vago, sendo então a província administrada pelo vice-presidente Cypriano D'Almeida Sebrão.

Já quando "O Paciente" redigiu a carta/denúncia acima, os cargos de chefe de polícia e de presidente da província de Sergipe estavam sendo ocupados, respectivamente, pelos senhores Alexandre Pinto Lobão e Antônio dos Passos Miranda. Ou seja, apesar de um ou outro aspecto retratado ao longo da denúncia ser do conhecimento de algumas autoridades, a prudência indicava que era necessário ainda expô-los aos novos dirigentes da província, dos quais se esperaria a adoção de outra conduta.

Tais denúncias acabaram sendo replicadas, poucos dias depois, no jornal "Crença". Infelizmente, não pude ainda constatar, *ipis litteris*, qual o conteúdo da defesa do juiz municipal, no mais sabemos apenas que esta não foi redigida por ele, mas por um "pseudo-defensor".

No dia 28 de fevereiro de 1874, "O Paciente" recorreu novamente ao Jornal "A Liberdade" para, dentre outras coisas, esclarecer os motivos que o levaram a redigir e publicar aquela carta/denúncia. Segundo ele, o seu escrito possuía dois fins: um era "provocar a explicação dos boatos" que corriam contra aquele magistrado, "obrigando-o defender-se perante o público"; e o outro era chamar a "atenção para os quilombolas" que estavam a infestar aquela região, "onde os infelizes agricultores" viviam "sobressaltados por suas pessoas e propriedades".[419]

Iniciava-se, na verdade, uma celeuma entre "O Paciente" e o Dr. Jesuíno José Gomes e os seus aliados, embate este que seria veiculado por parte da imprensa local pelos próximos dois meses. Nota-se, na medida em que as acusações iam sendo aventadas, que o nome do

[418] Ibidem, p. 3.
[419] BPED. Setor: Hemeroteca. **A Liberdade**, ano 1, n° 44, Aracaju, 28 de fevereiro de 1874.

referido juiz municipal estava aparecendo, cada vez mais, associado ao do escravo fugido João Mulungu. Inclusive, em uma das edições do jornal "A Liberdade", o "O Paciente" chegou a levantar o seguinte questionamento: "É ou não o Sr. Dr. Jesuino o protetor da quadrilha de quilombolas comandada por João Murungú?".[420]

Em resposta a esse questionamento e atinando demonstrar a "cumplicidade" do juiz municipal com "as depredações" impetradas pela "quadrilha de salteadores dirigida por João Murungú", "O Paciente" reproduziu o conteúdo daquele documento de autoria de João Batista da Rocha Banha, onde o mesmo faz alusão à dificuldade que estava encontrando no combate aos ranchos instalados nas matas do Limeira, conforme abordamos anteriormente. Não convencido, e rebatendo o ideal defendido pelo juiz municipal de que era inverdade que João Mulungu chegou a residir no Limeira, "O Paciente" realizou mais outros dois questionamentos, vejamos:

> E o que prova a vinda de vários chefes de polícia a esse engenho, as buscas feitas pelo Capitão Esteves e pelo Capitão Rocha, os cercos dirigidos pelo Sr. Barão do Aracaju, como delegado, e pelas autoridades de Laranjeiras combinadas com as do Rosário, todos contestes em depor que no engenho Limeira tem os quilombolas a sede suas operações?
> Mas o Sr. Jesuino reflete que se assim fora já os particulares ai teriam ido extinguir a quadrilha. Triste cortada!
> Quais os particulares que dispõe de meios para prender homens armados e dispostos sempre a expor a vida quando as autoridades com toda a sua força não o tem conseguido?[421]

Neste sentido, o ideal de que existia uma criminosa associação entre o Dr. Jesuíno José e os negros instalados nos matos do Limeira era compartilhada não apenas pelo capitão João Batista da Rocha Banha e "O Paciente", mas por muitas outras autoridades ligadas a Secretaria de Polícia.

Tais clamores não podiam passar, mais uma vez, despercebidos, sobretudo porque somente o Poder Público estava capacitado para alterar aquele estado classificado enquanto "anômalo". Todavia, ao menos aparentemente, o suspeito Jesuino José Gomes permaneceu no cargo de juiz municipal de Divina Pastora até o dia 04 de fevereiro de 1875, ocasião em que ele entrou de licença, por um mês, para cuidar da sua saúde.[422] No mais, sabemos apenas que, no ano seguinte, o dito cargo estava sob a posse do bacharel Manoel Cardoso Vieira de Mello.[423]

---

[420] BPED. Setor: Hemeroteca. **A Liberdade**, ano 1, n° 46, Aracaju, 24 de março de 1874.
[421] Ibidem, p. 3.
[422] Relatório com que o exm. snr. dr. Antônio dos Passos Miranda abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1° de março de 1875. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú, 1875, p. 24.
[423] Relatório com que o exm. snr. dr. Cypriano D'Almeida Sebrão passou a administração da província de Sergipe ao exm. snr. presidente dr. João Pereira de Araújo Pinho, em 24 de fevereiro de 1876, p. 09.

No que concerne a João Mulungu, como essas desavenças do mundo senhorial comumente eram percebidas pelos escravos, estivessem eles fugidos ou não, dificilmente ele não soube sobre o que estava sendo veiculado ao seu respeito, assim como sobre o Limeira, local que ele escolhera, muitas vezes, como o seu pouso. Talvez, a plena consciência de que o momento não era o mais indicado para estar em Divina Pastora, motivou a sua mudança para a vila de Japaratuba, onde ele seria, meses depois, avistado em companhia do negro Bacurau.[424]

Suponho que a sua mudança para Japaratuba, localizada a cerca de 50 km de distância da vila de Divina Pastora, e não para qualquer outro ambiente nas imediações do Vale do Cotinguiba, se deu de modo pensado. Isto porque, não devemos esquecer que ali era a residência do senhor Lacerda, indivíduo suspeito de ceder o seu roçado como cômodo, durante a noite, para João Mulungu. Ou seja, diante de um momento de dificuldade, o mais prudente podia ser recorrer ao apoio de velhos conhecidos.

Todavia, conforme vimos em muitas ocasiões, essas alianças não impediam que os escravos fugidos fossem comumente alvo de caçadas. No dia 16 de janeiro de 1875, assim que soube da presença dos ditos escravos no termo sob sua jurisdição, o delegado de Japaratuba, Manoel Ferreira Passos de Faro, participou ao chefe de polícia de Sergipe dizendo o seguinte:

> Constando-me achar-se homiziado neste termo, os criminosos, escravos, de nome João Mulungu e Bacurau, que eles alguma noite tomam chegada nesta vila, depois que se recolhem as patrulhas tendo o tenente comandante da companhia de municipais deste termo, bastante vontade de capturar os referidos criminosos por meio de emboscadas, pois de outra forma nada podemos fazer, porque eles andam muito prevenidos; porém sendo a força aqui existente para o fim desejado insuficiente; Cumpre-me solicitar de V. S. a presença das duas praças da Guarda Municipal deste termo, que se acham em diligência na vila de N. S. das Dores, desde 28 de novembro do ano por findo [Sic].[425]

Nota-se, desde logo, o quanto o delegado, mesmo ansioso pelo logro da captura dos escravos, salientou que era necessária muita cautela no momento de empreender a marcha, sobretudo porque os mesmos se encontravam sempre prevenidos. Por esta mesma razão, ele concluiu sua participação ao chefe de polícia indicando a inconveniência de "requisitar a força do município vizinho", uma vez que era importante manter em "segredo" a diligência em questão e devido aos escravos deterem, ao seu favor, "protetores de aviso".[426]

Não obstante a amplitude da rede de alianças alcançar diversos pontos do Vale do Cotinguiba, o que se depreende era que o cerco contra João Mulungu e seus companheiros

---

[424] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 346. Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Ferreira Passos de Faro, ao chefe de polícia de Sergipe, de 16 de janeiro de 1875.
[425] Ibidem.
[426] Ibidem.

estava, cada vez mais, sendo formado. Já não era mais possível, como antes, passar longos períodos ocultos em uma mesmo localidade sem serem atacados pelas diligências. Se a constante mobilidade era um elemento importante na manutenção da liberdade, ela não deixava de ser, concomitantemente, muito desgastante para os escravos fugidos.

Mesmo alguns escravos fugidos fazendo uso de animais de montaria durante as suas andanças, a necessidade de percorrer longas distâncias por dentro de uma vegetação, na maioria das vezes, repleta de desafios naturais, não deixava de ser muito desgastante para eles. Tomar os caminhos das estradas ou qualquer outro que permitia melhor locomoção era algo muito arriscado, na medida em que eles podiam se deparar com mais facilidade com as vistas ansiosas de capturá-los.

Talvez, em meados da década de 1870, as proezas cometidas por João Mulungu e seus companheiros ecoavam como nunca pelos lugares mais longínquos do Vale do Cotinguiba, o que elevava não apenas o medo contra eles, mas também o desejo de os capturar. Fernando Manoel Barbosa, dono do engenho Sumbinho, localizado no município de Siriri, deixou antever bem como esse medo era latente naquele momento. Segundo ele, na noite de 01 de agosto de 1874, enquanto procurava repousar "das fadigas agrícolas do dia", acabou sendo despertado por algumas pessoas que estavam a invadir a sua propriedade.[427]

Naquele reboliço, a "ideia que veio a [sua] mente" era a de que ele e seus familiares se encontravam cercados "pelo chefe bandido João Murungú" e pela "sua quadrilha de ladrões", razão pela qual creia ser "muito grave" a situação. No entanto, após alguns minutos, ele pôde notar, "com certo grau de menor receio", de que o reboliço em questão estava sendo provocado não pelo "bandido Murungú", mas pelo alferes Francisco Correia Dantas Cardoso, o qual estava indo cumprir um mandado de prisão contra dois escravos do senhor Manoel José Alves.[428]

Ou seja, por mais complicado que seja mensurar o medo explicitado nessa documentação, não resta dúvida de que João Mulungu era sim uma pessoa conhecida pelos crimes que diziam ser da sua autoria ou dos seus companheiros. Tal receio, como dissemos, elevou a ansiedade das autoridades em conduzi-los de volta ao cativeiro. Neste sentido, no dia 26 de janeiro de 1875, quando do auto de perguntas do escravo fugido Anastácio, o subdelegado de Laranjeiras não perdeu a oportunidade de questionar se ele conhecia o escravo que andava "fugido há anos" de nome João Mulungu, assim como o de nome Laureano, de

---

[427] **A Liberdade**, ano 1, n° 53, Aracaju, 27 de agosto de 1874, p.4.
[428] Ibidem.

propriedade do tenente coronel João Pinheiro de Mendonça, do engenho Junco. Em resposta, Anastácio indicou que não os conhecia e que "nunca ouviu falar em seus nomes".[429]

Laureano, assim como Maximiano – este conhecido nos matos como Bacurau –, eram companheiros de longa data de João Mulungu e, por isso, mais dois alvos certos das diligências encabeçadas pela Secretaria de Polícia de Sergipe. Quanto a Maximiano, a sua captura seria lograda na cidade de Laranjeiras cerca de seis meses depois de ser visto em companhia de Mulungu na vila de Japaratuba. Tratava-se, certamente, de uma das mais importantes apreensões de escravos fugidos realizadas até aquele momento.

Isto porque, Bacurau, prefiro assim chamá-lo, ao acompanhar João Mulungu por diversos quilombos espalhados pelo Vale do Cotinguiba, conhecia muito bem a rotina e os atos praticados por aquele escravo; realidade esta que ficou bem notória durante o seu auto de perguntas. Neste, Bacurau indicou ser propriedade de uma senhora residente na vila de Japaratuba, de onde se encontrava fugido há cerca de seis anos. Indicou ainda que, enquanto permaneceu nos matos, viveu de "furtar bois, cabras, ovelhas e galinhas de diversos pastos". Inclusive, revelou que, acompanhado do negro Mulungu, chegou a roubar alguns animais de montaria e quatro bois, e que estes últimos acabaram sendo vendidos pelo preço de "vinte mil réis cada um" ao senhor Nano, "genro do finado João Teixeira".[430]

Logo depois de ser submetido ao auto de perguntas, Bacurau foi conduzido até o quartel da vila de Capela. No dia 11 de julho de 1875, ele deixou o dito quartel e seguiu escoltado em direção a capital Aracaju, sendo em seguida "vendido para o sul do Império".[431] Tal procedimento era incomum e, por que não dizer, ilegal. Isto porque, Bacurau não poderia ser vendido para fora da província de Sergipe Del Rey sem antes ser pronunciado, processado e punido pelos crimes que, ele mesmo, confessou ter perpetrado.

Talvez, muito mais importante do que comprovar a participação de João Mulungu em alguns crimes que vinham sendo realizados no Vale do Cotinguiba, o depoimento de Bacurau permitiu notar a existência de um mercado clandestino e lucrativo em torno dos escravos fugidos. Afinal, conforme o próprio Bacurau sinalizou, parte da quantia em dinheiro que eles angariaram com a venda dos animais devia-se ao atendimento de uma solicitação de "bois para carro". Ou seja, os animais foram roubados devido a uma encomenda anterior.

---

[429] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 375. Auto de perguntas feito ao escravo de nome Anastácio, de 26 de janeiro de 1875.

[430] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 346. Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, de 29 de junho de 1875.

[431] Neste sentido, ver: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 346. Ofício do delegado em exercício de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 1° de julho de 1875; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 346. Ofício do comandante do quartel de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 11 de julho de 1875.

Muitas comunidades de escravos fugidos do Brasil, sobretudo aquelas de pousos mais duradouros, acabaram associando a produção ou a coleta desenvolvida nos arredores dos seus quilombos à economia local. Tal associação, dentre outras coisas, permitiu que eles vivessem com mais autonomia, na medida em que não era incomum aliarem suas práticas econômicas às estratégias que deveriam ser empregadas como proteção ou durante a promoção de um ataque.

Segundo Flávio Gomes, "o interesse em destruir alguns quilombos/mocambos poderia estar relacionado não só ao fato de existirem escravos fugidos, mas também porque havia cooperações socioeconômicas em torno deles".[432] Talvez, isso explique ainda o porquê de João Mulungu e seus companheiros acabarem sendo os principais alvos das diligências que varriam as matas do Vale do Cotinguiba.

Suponho que a captura do negro Bacurau se refletiu em um duro golpe em João Mulungu, mesmo este último continuando sob a condição de fugido. Eles eram companheiros, ao menos, desde o ano de 1871, quando ambos residiam em um dos ranchos instalados nas matas do São José, em Rosário do Catete. Desde então, seguiram unidos por muitas comunidades de escravos fugidos como, por exemplo, a existente nas matas do Limeira, onde estariam residindo em meados de 1873.

Não restam dúvidas de que João Mulungu e Bacurau (Maximiano) eram velhos conhecidos. Enquanto fugidos, certamente dividiram muitas experiências, compartilharam desejos, dores, perdas, expectativas, momentos lúdicos, engraçados e, por que não, sonhavam em manter aquele contato em um Brasil onde não mais precisassem viver pelos matos, ocultos.

Talvez, com a captura de Bacurau, Mulungu alimentasse, cada vez mais, a sensação de que o cerco contra si estava se fechando. Incansável no seu encalço seguia o capitão João Batista da Rocha Banha. No dia 13 de fevereiro de 1876, o dito capitão participou o chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, sobre as novas razias cometidas pelo negro Mulungu e outros escravos fugidos, vejamos:

> Comunico a V. Sa. que no dia 11 do corrente, pelas 10 horas da noite, foram atacado neste Termo, os cidadãos Luiz Maynart e Joviano de tal, pelos quilombolas que se acham circulando neste Termo, e logo que veio ao meu conhecimento segui imediatamente a socorrê-los, não encontrei mais os quilombolas, visto ser de grande distância desta vila, tendo ali encontrado grande roubo feito por eles em objetos e muitas criações daquele senhor, dos

[432] GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 59.

> quais levaram um carneiro pela corda que o dito carneiro foi que serviu de guia tomando-se o rastro pelo caminho.[433]

Manter o chefe de polícia ciente do que estava se passando nas regiões um pouco mais distantes da capital Aracaju era um modo salutar da Secretaria de Polícia continuar arcando com os custos dispendidos durante as marchas contra os coitos quilombolas do Vale do Cotinguiba, sobretudo porque essa missão foi confiada, especialmente, ao capitão João Rocha. Inclusive, segundo ele, constava-lhe que o "regente desses malfeitos" era o célebre João Mulungu e o seu "imediato" Manoel Jurema, vejamos:

> Hoje chegou ao meu conhecimento que aquele malfeitor está preparando-se com muitos quilombolas para invadirem esta vila, prometendo vir até o quartel com os seus companheiros atacarem a força e já tem prevenido 2 quilombolas com 15 escravos para esse fim [...].[434]

Neste sentido, o capitão Rocha estava depositando, de uma só vez, na conta de João Mulungu mais uma leva considerável de roubos, assim como indicando que o mesmo estaria no comando de uma sublevação escrava que estava na eminência de ocorrer. Não obstante a maioria das notícias sobre sedições ou sublevações escravas não passarem de mera boataria, elas não deixavam de levar pânico aos moradores e às autoridades locais, sobretudo em uma região como o Vale do Cotinguiba, repleta de engenhos e escravos.

No dia 14 de janeiro de 1876, ou seja, apenas um dia após a participação acima, o capitão João Batista da Rocha Banha voltou a escrever para o chefe de polícia de Sergipe, desta vez para lamentar as agressões sofridas por um morador da vila de Divina Pastora pelo "audaz chefe dos quilombolas", João Mulungu, e seus companheiros, os quais compunham "parte dos grandes coitos" que infestavam "as matas da Cotinguiba e Japaratuba". Nesta oportunidade, o capitão indicou ainda ser uma lástima que:

> Em minha Província se deem fatos tão desagradáveis quando podem ser eles abatidos com um pequeno esforço da Polícia; para que me ofereço abatê-los e extingui-los em poucos meses.
> Com alguma experiência que adquiri na captura de cinquenta e três desses piratas posso informar a V. Sa. com os pequenos planos que der, que é facílimo a captura daquele chefe e seus companheiros. Tenho muito prazer em prestar este pequeno serviço a minha província e a V. Sa. que tanto tem se esforçado para a moralidade dela.[435]

Saliento que, desde que deixou o cargo de delegado de Divina Pastora, João Batista da Rocha Banha não estava mais comandando, aparentemente, diligências contra coitos de

---

[433] APES. Fundo: AG¹. Pacotilha: 04, 13 de janeiro de 1876, documento 05. Apud: SANTOS, Jucilene Pereira dos. Delitos de escravos em Divina Pastora (1860-1888). Monografia da Universidade Federal de Sergipe, 1998, p. 55.
[434] Ibidem.
[435] APES. Fundo: AG¹. Pacotilha: 04, 14 de janeiro de 1876, documento 06. Apud: SANTOS, Jucilene Pereira dos. *Op. cit.*, p. 61.

escravos fugidos por aquelas paragens; daí, talvez, o motivo da sua solicitação. Tudo parecia, agora, soprar ao seu favor, visto que, além da substancial experiência adquirida ao longo de anos caçando escravos fugidos, não mais existiam os obstáculos criados por aquele juiz municipal.

Logo em seguida, o chefe de polícia designou que o dito capitão marchasse em direção a vila de Divina Pastora, onde estaria, outra vez, João Mulungu acoitado. Manoel Cardoso Vieira, indivíduo que estava ocupando o cargo de juiz municipal deixado por Jesuíno José Gomes, se mostrou muito mais empenhado que o seu antecessor e se dispôs a auxiliá-lo na caçada ao negro Mulungu.[436]

Iniciava-se, mais uma vez, a caçada. Enquanto João Mulungu, o qual era apontado como o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos, corria para se esquivar de mais uma diligência, no seu encalço seguia o capitão João Batista da Rocha, apontado como o oficial sempre disposto a comandar as marchas e os ataques mais arriscados promovidos pela Secretaria de Polícia. Não demoraria e logo um estaria diante do outro.

Naquele mesmo dia, ou seja, 14 de janeiro de 1876, o aludido capitão Rocha marchou, em companhia de dez praças, em direção da vila de Divina Pastora. Quando ali chegaram, incorporaram ao grupo o juiz municipal Manoel Cardoso, o oficial Marcolino de Souza Franco e mais oitos praças. No dia seguinte, dando início, de fato, a caçada, eles seguiram "em direção as matas do engenho Maria Telles", do termo de Maruim. Entretanto, não encontraram ali sinais de ranchos quilombolas.[437]

Optaram, então, em acampar nas "margens do riacho Maniçoba", de onde partiram, na noite do dia subsequente, novamente em direção a Divina Pastora, visto que uma denúncia indicou que João Mulungu se encontrava acoitado nas matas do "sítio Limoeiro". No entanto, mais uma vez, nada pode ser encontrado.[438]

No dia 17 de fevereiro de 1876, eles optaram em rumar "para as matas dos engenhos Capim-Assú e Jurema". Todavia, no momento em que se aproximavam da "cancela do Capim

---

[436] Ofício do chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, ao então 1° vice-presidente da dita província, doutor Cypriano d'Almeida Sebrão, p. 12. Documento anexo ao: Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d'Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1° de março de 1876. Ressalto que até então não pude saber qual o verdadeiro motivo da substituição do ex-juiz municipal Jesuino José Gomes por Manoel Cardoso Vieira. Acredito que se as acusações do *Paciente* tenham resultado sua substituição. Nos relatórios anuais dos ministros da justiça dos anos de 1875 e 1876 não consta nenhuma referência a uma possível troca de juízes municipais destacados na província de Sergipe Del Rey.

[437] APES. Fundo: CM³. Apud: SANTOS, Lourival Santana. "Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 31, 1992, p. 38.

[438] APES. Fundo: CM³. Apud: SANTOS, Lourival Santana. *Op. cit.*, p. 38.

Assú", acabaram sendo "agredidos" por alguns escravos que se encontravam "armados de faca, facões e enxadas".

Não obstante o ataque surpresa promovido por esses negros, os quais se mostravam "indignados pela perseguição" que estava sendo empreendida naquele instante contra os "seus companheiros", eles acabaram sendo "repelidos a ponta de baionetas".

Vale salientar, conforme abordamos em outra oportunidade deste estudo, que alguns escravos, no momento em que eram submetidos ao auto de perguntas, chegaram a elencar que alguns negros das senzalas do Capim Assú se relacionavam estritamente com os quilombolas instalados em suas matas. É de supor que, devido a esse vai e vem de soldados, João Mulungu já se encontrasse plenamente ciente da diligência que estava em seu encalço.

Após varrer as matas do Capim Assú, a diligência seguiu em direção às "matas do povoado N. Sra. do Carmo", de onde, no dia 18 de fevereiro de 1873, resolveu regressar para o ponto de partida: Divina Pastora. Entretanto, antes de ali aportarem, os soldados, "ao chegarem no engenho Periperi", se depararam com a "força da cidade de Maruim batendo" as suas matas. Todavia, como, mais uma vez, nada foi ali encontrado, eles seguiram, enfim, de volta para Divina Pastora.

Saliento que, nesse mesmo dia, seria capturada "nos matos do engenho Maria Telles" a escrava Angélica, apontada como mais uma "amásia do célebre João Mulungu" e de propriedade do senhor João Gonçalves, dono do engenho Flor da Roda. Angélica, ao ser pega, estava seguindo viagem com o dito quilombola que acabou, mais uma vez, escapando da força pública.[439] No inventário de dona Cecília Almeida, esposa do Tenente Cel. Gonçalves Franco, proprietário do Flor da Roda, consta o nome de uma escrava chamada Angélica, a qual acabou sendo arrolada como solteira e possuindo a idade de 28 anos.[440]

Seguindo com a marcha, nas imediações do engenho Vassouras os soldados se depararam com o escravo de nome Severino, o qual portava uma carta onde comunicava que "se encontrava nas senzalas" do engenho Flor da Roda, do termo de Laranjeiras, o negro João Mulungu.[441]

Eram dez horas da noite daquele mesmo dia quando, conforme acordado, os soldados chegaram ao engenho Velho Tanque, de onde seguiram, na companhia do escravo Severino, em direção ao Flor da Roda. No entanto, quando aportaram no engenho indicado, João

[439] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 728. Ofício do delegado de Maruim, Manoel Cardoso, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 20 de janeiro de 1876. .
[440] AGJES. Fundo: LAR/C 1° OF. Série: Cível. Subsérie: Inventário. Caixa: 223. Inventário de Cecília Bibiana de Almeida, de 05 de julho de 1877.
[441] APES. Fundo: CM³. Apud: SANTOS, Lourival Santana. *Op. cit.*, p. 38.

Mulungu não mais se encontrava. Vislumbrando um possível retorno do escravo fugido, os soldados se dirigiram "para dentro de um bananal", onde aguardaram ocultos outro contato de Severino.

Tempos depois, um soldado "disfarçado", vestindo apenas "camisa, ceroula e chapéu", saiu para encontrar com Severino, do qual recebeu a informação de que Mulungu se encontrava, realmente, fora do Flor do Roda, mas "que chegaria ao meio dia". Eram por volta das 12 horas do dia 20 de fevereiro de 1876, quando Severino comunicou que "João Mulungu se achava descansando com um seu companheiro no centro de um canavial".

Era, sem dúvida, o momento mais esperado pelo capitão João Batista da Rocha Banha e por seus comandados. Estes, de imediato, iniciaram uma marcha, sorrateira, até o dito canavial. Feita a aproximação, o capitão João Batista ordenou "que seis soldados franqueassem pela esquerda, nove pela retaguarda e três praças atacassem pela frente". Lograva-se, enfim, o cerco. Notando que os soldados corriam ao seu encontro, João Mulungu tentou ainda uma fuga desesperada, mas foi "arrojado no chão com um golpe na cabeça".[442]

Encerrava-se, desse modo, ou seja, com êxito, os cinco dias consecutivos de diligência. Foram muitos quilômetros percorridos pelo Vale do Cotinguiba. Muitas denúncias acabaram sendo averiguadas e, com isso, diversas matas inspecionadas. No mapa a seguir, podemos notar alguns dos pontos alcançados pelos soldados durante a caçada ao escravo fugido João Mulungu, vejamos:

[442] Ibidem.

Mapa 3. Indicação de parte dos ambientes inspecionados pela diligência que logrou a captura de João Mulungu.

Fonte: Adaptação do Mapa de Bloem.

Legenda: O Vila de Divina Pastora, local de partida da diligência; O Matas do Engenho Maria Telles, primeiro ambiente inspecionado pela diligência; O Engenho Capim Assú, onde se deu o ataque surpresa dos escravos; O Matas do Engenho Periperi, onde a diligência se deparou com a força advinda da cidade de Maruim; O Engenho Vassouras, onde o escravo Severino entregou a carta comunicando que João Mulungu se encontrava nas senzalas do Flor da Roda; O Engenho Flor da Roda, local onde se deu a captura do escravo fugido João Mulungu.

Capturado, João Mulungu foi logo conduzido ao consistório da Igreja Matriz da vila de Divina Pastora, onde respondeu a um auto de perguntas. Tal documento nos permite conhecer o negro João Mulungu sob um novo ângulo, completamente diverso daquele que era aventado pelas autoridades ligadas à Secretaria de Polícia de Sergipe.

Filho da escrava Maria, João tinha na época em que foi preso entre 25 e 30 anos de idade. Natural do engenho Trindade, da freguesia de Itabaiana, era solteiro e declarou não ter profissão à vista de que era escravo e se achava "no mato a mais de oito anos".[443]

Declarou também que, ainda pequeno, foi vendido para o senhor João Pinheiro, proprietário do engenho Mulungu, termo de Laranjeiras, de onde, como sabemos, derivaria seu sobrenome. Ali "seu senhor o subjugava" com "trabalhos superiores às suas forças" chegando até mesmo a castigá-lo "por duas vezes sem razão", sempre, segundo ele, com muito "vigor".[444]

[443] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 397. Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, em 21 de janeiro de 1876.
[444] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 397. Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, em 23 de janeiro de 1876.

Esses castigos fizeram com que João Mulungu fugisse por duas vezes em busca de um novo senhor, mas o dito Pinheiro já havia noticiado pela redondeza que o mesmo não estava à venda. Uma terceira tentativa de fuga foi empreendida, pois, segundo o escravo, já não mais tolerava a maneira com que "seu senhor o tratava": "surrando-o", prendendo ao seu pé "uma corrente" e lhe sujeitando "a pesados serviços" como, por exemplo, o de "botar fogo na fornalha".[445]

Desta vez, João Mulungu não mais voltou. Se entranhou pelas matas da província de Sergipe Del Rey dando início à sua vida quilombola.[446] Logo ergueu o primeiro rancho nas matas do engenho Boa Vista, termo de Capela. Ali conviveu com "os escravos José da Silva, pertencente ao capitão Manoel Antonio Morais," e com "Manoel da Hora, pertencente ao coronel Gaspar, proprietário do engenho Velho".[447] Permaneceram neste rancho por dois meses, passando depois para as matas do engenho Sobrinho, onde se juntou ao grupo o escravo Frutuoso, que fugiu do engenho Campinho, daquele termo.

Do Sobrinho, ele e seus companheiros seguiram para "as matas do engenho Batinga", indo, posteriormente, "para as matas do engenho Limeira", em Divina Pastora. A esta altura o grupo estava bem maior, cerca de 20 escravos fugidos habitavam aquelas matas, juntamente com "uma mulher livre" chamada Conceição.[448]

Nesse arranchamento, João Mulungu declarou que praticaram muitos furtos, não sabendo ele precisar todos porque "eram muitos companheiros e cada um" furtava por conta própria. Indicou apenas uns roubos de cavalos que fizeram a algumas fazendas da região, animais estes que foram vendidos a alguns ciganos pelo "preço de cinco mil a dez mil réis", quantia que nunca chegaram a receber inteiramente.[449]

João Mulungu, como outros escravos inquiridos pelo poder público, delatou alguns crimes cometidos por seus parceiros. Segundo ele, estes delitos se limitavam a furtos de animais e outros produtos necessários a suas subsistências nas matas. Certa feita, apenas ele teria dado "umas pancadas" em um homem chamado Lourenço, o qual andava o espiando "para pegá-lo".[450]

---

[445] Ibidem.
[446] Sobre fugas reivindicatórias e fugas permanentes ver: SILVA, Eduardo Silva e REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
[447] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 397. Auto de perguntas feitas a João Mulungu, em 21 de janeiro de 1876.
[448] Ibidem.
[449] Ibidem.
[450] Ibidem.

Finalizado o auto de perguntas, João Mulungu seguiu conduzido em direção a capital Aracaju, onde aguardaria preso o seu julgamento. Vicente de Paula Cascaes Telles, chefe de polícia de Sergipe, descreveu assim a condução de João Mulungu até Aracaju:

> Por toda parte em que a intrépida escolta passava com o referido escravo, era vitoriada pelo povo em massa que manifestava ainda francamente o seu agradecimento ao dr. juiz municipal de Divina Pastora, ao capitão João Batista da Rocha e ao alferes Marcolino, os quais acompanharam aquele malfeitor até a capital onde tem sido ele objeto de curiosidade.[451]

Suponho que, mesmo a captura de João Mulungu sendo algo desejado por muitos moradores do Vale do Cotinguiba, o senhor Vicente de Paula exagerou ao descrever o modo como a escolta que conduzia o dito escravo era recepcionada por onde passava. Talvez uma forma de ampliar, ainda mais, a dimensão daquele feito.

Entretanto, está claro que João Mulungu seguiu para Aracaju como uma medalha, um verdadeiro símbolo que o capitão João Batista da Rocha Banha fazia questão de expor por onde passava. Tamanho era o entusiasmo com a aquela apreensão que, em correspondência dirigida ao presidente da província, Vicente de Paula indicou que era, com muita "satisfação", que ele o escrevia para dizer que se encontravam "extintos os quilombos", visto que o "mais forte elemento de resistência, o calhambola João Mulungu, de quem geralmente mais se receava e todos diziam ser o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos, foi capturado [...]".[452]

Vale salientar que, nos últimos anos, algumas autoridades vinham se pronunciando acerca de uma possível extinção dos quilombos localizados em Sergipe. No ano de 1869, declarou-se que devido aos "acertos das instruções emanadas da polícia e ao esforço pessoal das autoridades locais deve-se a quase desaparição dos quilombos".[453] Em julho de 1872, justamente o ano em que mais contabilizei ofícios retratando a problemática causada pelos quilombolas, o chefe de polícia declarou à presidência que era "com prazer" que "brevemente" se veria "a província livre dos quilombolas que" infestavam "algumas de suas matas e que traziam a população em constantes sustos e perigos".[454] Logo as autoridades reconheceriam que, mais uma vez, estavam equivocados.

---

[451] Ibidem.

[452] Ofício do chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, ao então 1° vice-presidente da dita província, doutor Cypriano d'Almeida Sebrão, p. 12. Documento anexo ao: Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d'Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1° de março de 1876.

[453] Relatório com que o ilustríssimo senhor doutor Evaristo Ferreira da Veiga passou a administração da província de Sergipe ao ilustríssimo senhor Barão de Propriá no dia 17 de junho de 1869, p. 16.

[454] Relatório com que o ex-presidente desta província, exmo. senhor doutor Rui Álvares de Azevedo Macêdo, passou a administração da mesma ao exmo. senhor doutor Joaquim Bento de Oliveira, no dia 16 de junho de 1872, p. 3.

Três dias após ser capturado, João Mulungu foi submetido a outro auto de perguntas, desta vez, na casa de residência do dito chefe de polícia, em Aracaju. Neste, assim como no anterior, Mulungu citou os nomes de muitos dos seus companheiros de rancho, conforme podemos notar no quadro abaixo:

Quadro 4. Relação nominal dos quilombolas citados pelo escravo João Mulungu nos autos de perguntas realizados em 21 e 23 de janeiro de 1876.

Quilombolas	Proprietário	Engenho
***Cornélio**	Antonio	Brejo
***Maximiano**	José Nobre	Farias
Laureano	Antonio de Tal	Junco
Jacinto	José Bernardino	n.d.
Victorio	n.d.	Palma
Alexandre	“	Lagoa Funda
Cupertino	Neco	Junco
***José Maruim**	Isaac	Canabrava
Leonilo	n.d.	Flor da Roda
Horácio	“	Bette
José	“	Quisanga
Benedito	“	Palma
Luiz	“	Imbiriba de Brejo – Rosário
Barnabé	“	Oitocentos
Belmira	“	Canabrava
Francisca	Guilherme de tal	Santa Bárbara
***Thomazia**	n.d.	Santa Bárbara
Luisa	“	Jurema
***Joaquim**	“	Santa Bárbara
Sinforosa	“	Serra Negra
Carvalho	Antonio de Oliveira Ribeiro	n.d.
***Vicência**	Antonio Dinis	n.d. – Itabaiana

Legenda: n.d. = não declarado. * = escravos já capturados.

Se atentarmos para os nomes dos escravos fugidos elencados acima, notaremos que, ao menos, seis deles, no momento em que se logrou a captura de João Mulungu, não mais se encontravam sob aquela condição. No entanto, esse número poderia ser ainda maior, uma vez que Mulungu indicou que "quase todos" esses seus companheiros já haviam "sido entregues" aos "seus senhores".

Talvez, a sua apreensão se relacione diretamente à ausência dos seus companheiros de rancho. Isto porque, na medida em que eles estavam sendo capturados podia estar, concomitantemente, se esfacelando a mesma rede de alianças e solidariedade que, certamente, auxiliou o negro João Mulungu a permanecer durante oito anos sob a condição de fugido. Este viu muito dos seus parceiros – um por um – sendo capturados pelas operações militares e, mesmo assim, seguiu lutando pela manutenção da sua liberdade. Na verdade, conforme aventou o chefe de polícia de Sergipe, Mulungu chegou a declarar que preferia ser enforcado em praça pública a retornar à "casa do seu senhor".[455]

Essas alianças e os crimes que, comumente, indicavam ser da autoria de João Mulungu acabaram sendo alvo de questionamentos, de modo mais especial, em um novo auto de perguntas ao qual ele foi submetido alguns dias após ser capturado. Quanto às possíveis alianças ensejadas na vila de Riachuelo, Mulungu indicou que conhecia ali "diversas pessoas", mas que a sua "negociação" apenas se dava com um senhor morador no engenho Palmeira. Indicou ainda que este mesmo senhor, "por algumas vezes", chegou a lhe pedir que furtasse animais e que, depois, os levassem até ele, pois os comprariam; como, de fato, comprou um cavalo furtado do engenho Cana Brava pelo valor de 25 mil réis.[456]

Ou seja, nota-se, mais uma vez, um pedaço, talvez ainda muito pequeno, do mercado clandestino e lucrativo controlado por João Mulungu, o qual certamente contribuía sobremaneira para que ele vivesse com mais autonomia pelas matas do Vale do Cotinguiba.

Já no que concerne aos crimes de morte, João Mulungu respondeu que, "durante o tempo em que andou fugido", não perpetuou nenhuma deles, somente furtos. Negou ainda que participara do ataque dado sob a pessoa do major Mainart, malgrado supor que este crime era de autoria de seus companheiros "Manoel Jurema, Manoel de Júlia e Malaquias".[457]

---

[455] Ofício do chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, ao então 1° vice-presidente da dita província, doutor Cypriano d'Almeida Sebrão, p. 13. Documento anexo ao: Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d'Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1° de março de 1876.

[456] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 397. Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, em 21 de janeiro de 1876.

[457] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 397. Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, em 26 de janeiro de 1876.

Mais elementos sobre os *modus operandi* e *vivendis* de Mulungu estão presentes no auto de perguntas realizado no escravo fugido Ilário, o qual foi capturado em sua companhia. Este indicou que, durante as três semanas que passou sob a companhia daquele escravo no engenho Flor da Roda, não presenciou qualquer furto ou alguma outra proeza praticada pelo mesmo. Segundo Ilário, ambos se alimentavam "de alguma carne" que ele "levou de casa" no momento da sua escapada e dos "caranguejos" que apanhavam, os quais eram, "às vezes", trocados por farinha com os escravos do Flor da Roda, com quem se "entendiam à noite".[458]

Segundo Aldophine Schram, uma senhora oriunda da Alemanha e que viveu na cidade de Maruim em meados do século XIX, os caranguejos, ainda hoje abundantes nas margens dos rios que recortavam o Vale do Cotinguiba, compunham a dieta alimentar dos moradores locais.[459] Talvez, a necessidade e a importância de mercadejar esses crustáceos com os assenzalados se devia sobretudo à rotina do eito, visto que esta podia impedir a coleta dos mesmos nas costas dos rios.

Todavia, apesar dessa aliança com alguns negros das senzalas do engenho Flor da Roda, sabemos que saiu de lá o aviso que acabou contribuindo decisivamente para a captura do negro Mulungu.

Talvez, emane desta suposta deslealdade escrava mais um dos elementos que, comumente, são recrutados como modo de associar a vida de João Mulungu a do negro Zumbi, visto que a prisão deste resultou igualmente de uma "traição". No dia 19 de janeiro de 2012, por exemplo, o sítio eletrônico da Fundação Cultural Palmares veiculou uma nota onde se lia, dentre outras coisas, o seguinte:

> Traído por um escravo, João Mulungu foi preso em 19 de janeiro de 1876 e sua captura foi destaque em todo o país. [...] João Mulungu ficou também conhecido como "Zumbi sergipano". Este título se deu por semelhanças com a história do Herói Nacional Zumbi dos Palmares que viveu no Estado de Alagoas dois séculos antes de seu nascimento. Ambos dedicaram suas vidas à mesma causa, lideraram grandes mobilizações, foram perseguidos e assassinados pelos mesmos motivos.[460]

Essa "tamanha repercussão", assim como muitos outros elementos abordados ao longo da nota, constituem dados substancialmente contestáveis. Isto porque, ao menos até o presente momento, nenhum pesquisador se deparou com qualquer documentação que aponte que a prisão de João Mulungu chegou a ser veiculada em outras regiões do Império do Brasil. Também, não existe qualquer referência – ou não foi ainda encontrada – que sinalize que,

---

[458] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 397. Auto de perguntas feitas ao escravo Ilário, de Manoel Raimundo, proprietário do engenho Sítio Novo, do termo de Rosário, em 26 de janeiro de 1876.
[459] Neste sentido, ver: **Cartas de Maruim**. Trad. José Edgar da Mota Freitas. Núcleo da Cultura Alemã em Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, 1991, p. 13.
[460] Neste sentido, ver: http://www.palmares.gov.br/?p=17360. Acessado em: 03 de outubro de 2014.

assim como Zumbi, Joao Mulungu chegou a ser morto devido a uma iniciativa das autoridades.

Na verdade, após o seu apresamento, a documentação que arrola o nome de João Mulungu vai diminuindo consideravelmente; uma realidade, até mesmo, compreensível, visto que o mesmo se encontrava agora sob o domínio da Secretaria de Polícia de Sergipe.

No dia 27 de janeiro de 1876, ou seja, menos de dez dias após sua apreensão, o delegado da vila de Capela, Deocrécio de Carvalho Andrade, solicitou ao chefe de polícia de Sergipe a condução de João Mulungu até a cadeia daquele município, uma vez que se fazia necessário pronunciar o dito escravo em alguns crimes cometidos por aquelas paragens, entre as quais a "tentativa de morte na pessoa do tenente Manoel Oliveira Matos, proprietário do engenho Junco Novo". Segundo ele, João Mulungu não poderia de modo algum permanecer "impune" de um "crime de tamanha gravidade". Uma cópia do seu depoimento foi despachada ao promotor público para que ele pudesse formalizar a denúncia.[461]

No dia 03 de fevereiro de 1876, o senhor Luiz Barbosa Madureira Mainart levantou outra acusação contra João Mulungu e mais seis escravos fugidos, sendo estes: Quirino, crioulo, pertencente a Manoel de Azevedo Faro; Manoel e Malaquias, ambos pertencentes a José Augusto Ferraz; Cassiano, escravo do tenente coronel João de Aguiar; Pedro, escravo de José Ignácio, proprietário do engenho Cambão e, finalmente, Manoel Jurema, escravo do Capitão Paulo, morador em Laranjeiras.[462]

Tais escravos seriam supostamente os responsáveis por atacarem o senhor Luiz Barbosa cerca de um mês antes no caminho entre Maruim e a sua residência. Segundo Luiz Barbosa, por volta das onze horas da noite, enquanto se dirigia a sua residência, localizada "em terras do engenho Mata ou Triunfo", acabou sendo surpreendido pelos ditos escravos fugidos, os quais se encontravam "todos bem armados de bacamartes, facas de pontos e outros instrumentos mortíferos".

Forçado a apear do cavalo em que vinha montado, Luiz Barbosa conduziu, sob coação, os escravos na direção da sua casa. Lá aportando, os ditos negros, segundo ele, "penetraram violentamente sua morada e a puseram em cerco"; roubaram "galinhas, perus, carneiros, selas" e outros objetos de valor, deixando um dano alçado em "dois contos de réis". Logo após impetrarem a razia, os negros se evadiram sem causar nenhuma ofensa física. Isto

[461] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 728. Ofício do delegado de Capela Deocrécio de Carvalho Andrade ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de janeiro de 1876.
[462] AGJES, Maruim, 1° ofício, cx- 884. Sumário de culpa dos escravos João Mulungu, Quirino, Manoel, Malaquias, Cassiano, Pedro e Manoel Jurema.

graças, conforme relatou o próprio denunciante, a um dos quilombolas que acabou se opondo "à sua morte".[463]

Tomando conhecimento da prisão de João Mulungu, Luiz Barbosa não demorou em revelar que o aludido escravo estava envolvido naquele crime, contrariando, assim, o que o dito escravo relatou em um dos seus depoimentos. Talvez, estivesse ciente que a sua denúncia podia piorar ainda mais a situação daquele escravo, visto que o mesmo, caso atestasse a sua culpabilidade, não poderia ser reconduzido de imediato ao cativeiro. Neste sentido, Luiz Barbosa arrolou seis indivíduos como testemunhas, entre eles um de condição escrava. Todos, aparentemente, se encontravam dispostos em relatar o que avistaram ou que "ouviram dizer" de modo que os denunciados acabassem incursos no grau máximo do Art. 269 do Código Criminal do Império; ou seja, uma pena de oito anos de galés e mais 20% do valor roubado.[464]

Nota-se, na verdade, que ocorreu uma demora no momento de seguir com o inquérito dos escravos, sobretudo porque os mesmos eram "diversos" e pertenciam "a vários senhores", os quais, por sua vez, residiam em lugares distintos. Movido, *a priori*, no Juízo Municipal de Divina Pastora, o processo passou, em meados de 1876, a ser de responsabilidade do Juízo de Maruim, visto que, conforme disciplinava o Código de Processo Criminal, o mesmo deveria correr no lugar de residência do réu ou onde se deu o delito. Infelizmente, visto que o documento encontrasse incompleto, não pude saber se Mulungu e os seus companheiros chegaram a ser condenados como autores desse suposto crime.

No mais, sabe-se que, na medida em que se passou a veicular o apresamento do crioulo João Mulungu, outras denúncias contra ele acabaram alcançando o Poder Judiciário. No dia 12 abril de 1876, João Mulungu seria condenado, devido à prática de um crime de roubo em Rosário do Catete, a levar dez açoites, "a tomar ferro ao pescoço por espaço de um mês" e a um ano de galés.[465]

Segundo o caput do Art. 44 do Código Criminal do Império, a "pena de galés" sujeitaria "os réus a andarem com calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregar-se nos trabalhos públicos da província, onde tiver sido cometido o delito, à disposição do Governo".[466] Tal pena, vale salientar, deveria ser contada somente a partir do

---

[463] Ibidem.

[464] Ibidem. Neste sentido, ver: Araújo Figueira Júnior (Bacharel em Direito), "Código Criminal do Império do Brazil anotado com os atos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que tem alterado e interpretado suas disposições desde que foi publicado, e com o cálculo das penas em todas as suas aplicações", 2° edição, Rio de Janeiro, 1876, p. 294.

[465] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 378. Mapa dos crimes perpetrados por escravos na vila de Rosário do Catete depois da lei n° 2040 de 28 de setembro de 1871 até a data de 3 de maio de 1876.

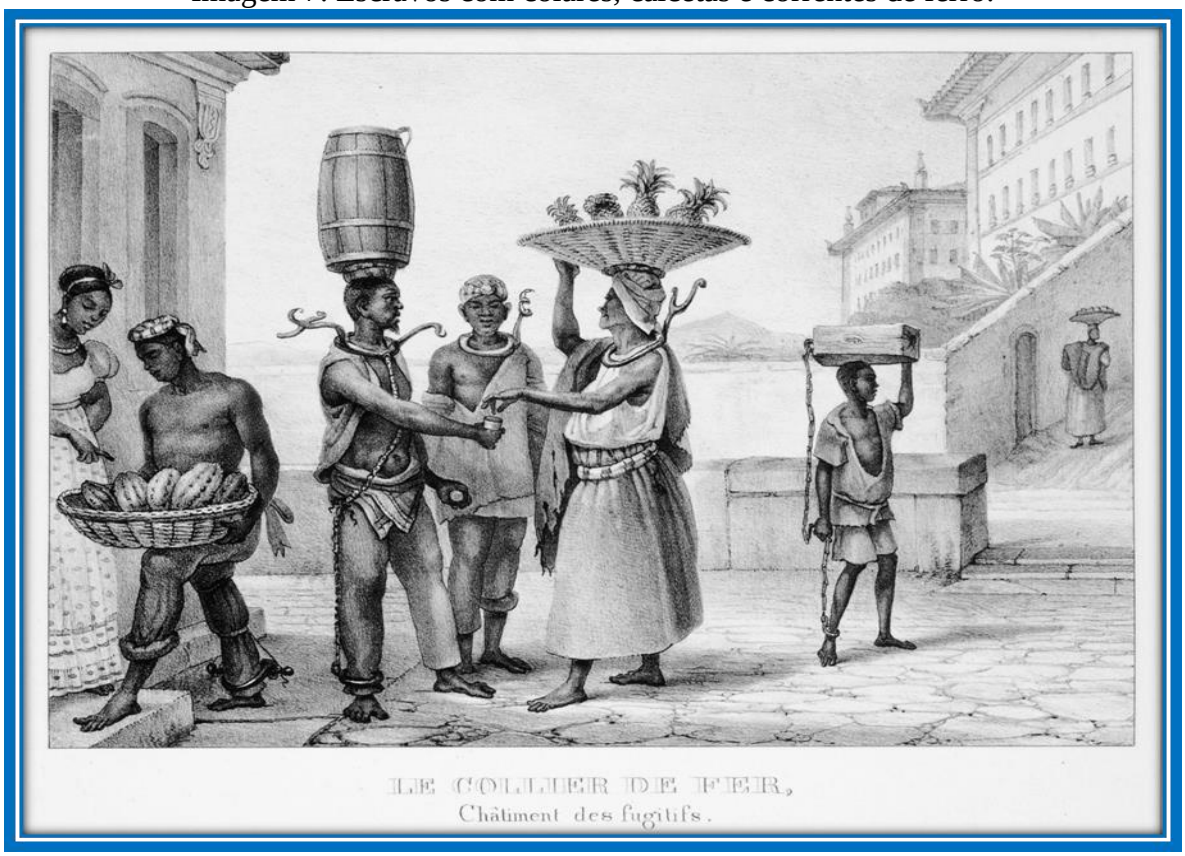
[466] Carlos Antônio Cordeiro (Advogado dos Auditores da Corte, Membro efetivo do Instituto da Ordem dos Advogados, Defensor dos presos pobres, autor do Assessor Forense, Abecedário Jurídico e outras obras de

dia em que a mesma começasse a ser cumprida e ela era aplicada, mais comumente, aos escravos reputados como incorrigíveis, conforme destacou Joaquim Nabuco.[467]

Quatro meses depois, o nome de João Mulungu aparece em uma relação de "presos existentes na cadeia" de Capela, recinto este que passara recentemente por uma reconstrução e que, por isso, permitia um estado de segurança; realidade muito diferente de outros ambientes prisionais de Sergipe Del Rey. Estaria Mulungu ali cumprindo outra sentença, desta vez decorrente de uma "tentativa de morte"; 800 açoites e mais a obrigação de carregar um ferro ao seu pescoço durante um ano.[468]

Tais punições, em suma, indicavam que João Mulungu deveria permanecer enquanto galés, e por isso desempenhando serviços para o Governo, pelo espaço de um ano, período este que deveria carregar consigo um de ferro preso ao seu pescoço.

Imagem 7. Escravos com colares, calcetas e correntes de ferro.



Fonte: "Le collier de fer: châtiment des fugitifs", In: Jean Baptiste Debret. **Voyage pittoresque et historique au Brésil** [...] (Tome 2), Paris : Firmin Didot Frères, 1835, p. 131.

Direito), "Código Criminal do Império do Brasil contendo não só toda a legislação alterante ou modificante de suas disposições, publicada ate o fim do ano de 1860, como todas as penas de seus diferentes artigos calculadas segundo os seus graus e as diversas qualidades dos criminosos", Rio de Janeiro, Typ. de Quirino e Irmão, 1861, p. 21.

[467] NABUCO, Joaquim. **Um estadista no Império**. Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época por seu filho Joaquim Nabuco. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, p. 252.

[468] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 378. Documento anexo ao ofício do 1° suplente do delegado do termo de Capela, Ângelo Pereira dos Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, em 8 de agosto de 1876.

Na ilustração acima, pode-se notar dois negros e uma negra portando os ditos colares, enquanto que um destes e outros dois se encontram com calcetas presas aos tornozelos. Obviamente, embora não causassem danos corporais agudos, portar esses instrumentos de punição incomodava substancialmente os escravos, sobretudo devido ao simbolismo que os mesmos detinham.

Já no que concerne ao castigo mais corporal, somadas as duas condenações, João Mulungu pode ter suportado mais de 800 açoites. Estes eram aplicados na rua, em um ambiente da cidade denominado comumente de pelourinho. Todavia, a execução de uma pena de açoite podia ser adiada devido à ausência de um indivíduo "capacitado" para o serviço. Por exemplo, necessitando lançar sob os escravos Guilherme e Rufino, autores de um assassinato, os açoites cominados pelo Juízo de Rosário do Catete, o juiz municipal José Sotero de Sá Barreto recomendou que o chefe de polícia enviasse até a dita vila um "galé", o qual deveria demorar ali os dias que acreditavam ser necessários para o "cumprimento da referida sentença".[469] João Vicente Ferreira, um calceta enviado da capital Aracaju, retornaria para ali somente no dia 30 de novembro de 1878, após dar-se por "cumprida a dita pena".[470]

Muito embora pareça contraditório que um condenado seja indicado como o aplicador de uma pena de açoite cominada a outro sentenciado, isto soava, aparentemente, como algo plenamente natural. Inclusive, Machado de Assis retratou essas contradições que perpassavam a escravidão no Brasil em diversas passagens dos seus romances.

No mais, pode-se dizer que, em parte, as penas cominadas a João Mulungu condiziam plenamente com as penalidades previstas aos escravos que cometessem os crimes dos quais ele acabou sendo acusado. Infelizmente, a partir de agosto de 1876, o nome de João Mulungu desaparece da documentação ora arrolada. Teria ele, de fato, sido morto pelas autoridades, conforme indicaram alguns estudiosos? Ou, após cumprir a pena, o mesmo acabou sendo reconduzido de volta ao seu cativeiro, no município de Laranjeiras? Seu senhor, assim como muitos outros donos de escravos ladinos de Sergipe, optou por vendê-lo depois para o sul do Império? Sendo ainda Mulungu de pouca idade, alcançou ele a derrocada da escravidão ocorrida cerca de 10 anos depois da sua captura? Enfim, esses são apenas alguns dos questionamentos que me inquietam de sobremaneira e que, infelizmente, ainda não puderam ser respondidos neste estudo.

---

[469] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 379. Ofício do Juiz Municipal Suplente de Rosário do Catete, José Sotero de Sá Barreto, ao chefe de polícia de Sergipe, de 09 de novembro de 1878.

[470] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 379. Ofício do Juiz Municipal de Rosário do Catete, José Cavalcante Albuquerque Uchoa, ao chefe de polícia de Sergipe, José Leandro Martins Soares, de 30 de novembro de 1878.

Todavia, se o nome de Mulungu desaparece da documentação do século XIX, ele reaparece no século seguinte associado a uma outra luta; o João Mulungu do Movimento Negro, o qual não mereceu, infelizmente, ainda a atenção devida da Historiografia.

CAPÍTULO 6

OUTRAS TRAJETÓRIAS QUILOMBOLAS... A DÉCADA DE 1880

Nos capítulos anteriores, observamos que muitas das operações que passaram a ser empreendidas pela Secretaria de Polícia de Sergipe a partir do ano de 1873 intencionavam, na verdade, realizar as apreensões dos negros que eram apontados como comandantes dos escravos fugidos. Tais marchas adentravam as matas espessas do Vale do Cotinguiba apurando diversas denúncias e, não raras vezes, acabavam alcançando os quilombos, porém já abandonados. Observou-se ainda o quanto a apreensão de João Mulungu, ocorrida no ano de 1876, emanou um enorme empenho das autoridades militares, a ponto dos mesmos se verem obrigados a coligir aqueles soldados que, aparentemente, se mostravam serem os mais capacitados para o serviço de caça aos quilombolas. Inclusive, abordamos que a captura de Mulungu seria acompanhada de um entusiasmo incomum, a ponto de uma das autoridades envolvidas na sua apreensão declarar que se supunha estarem plenamente extintos as comunidades de escravos fugidos de Sergipe Del Rey.

Neste momento, minha atenção se volta para a demonstração que a resistência escrava impetrada por meio da reunião em quilombos não cessou no ano de 1876, apesar da mesma perder espaço, ao longo da década seguinte, para outras formas de rebeldia. Ou seja, meu objetivo aqui ainda consiste em identificar como se desenrolou a vivência de alguns escravos que, uma vez não mais suportando as condições a que estavam submetidos em seus cativeiros, acabaram optando pela fuga; um modo consciente e corajoso de vivenciar alguma experiência de liberdade. Tais atos, isolados ou não, contribuíram sobremaneira para moldar o pensamento de diversos senhores acerca do problema da continuidade do uso compulsório da mão-de-obra escrava, acelerando assim o rompimento dos laços que insistiam em os atarem. Enfim, reconstruir as trajetórias desses escravos fugidos, seja pelas matas ou pelos diversos caminhos que os manteriam, possivelmente, em liberdade, assim como os contatos sociais que estes ensejavam, nos permitem compreender de que maneira as suas escolhas representavam, de algum modo, estratégias de sobrevivência.

6.1. Outros ladinos

Naquele ano de 1876, muitas outras marchas contra os quilombos do Vale do Cotinguiba acabaram sendo comandadas pelo capitão João Batista da Rocha Banha, apontado como um dos principais responsáveis pela apreensão do negro Mulungu. Menos de um mês após realizar essa importante captura, nota-se que João Batista, acompanhado de oito

soldados, se encontrava marchando na direção da Camaratuba, ambiente acostado à cidade de Laranjeiras, onde se supunha estarem acoitados mais alguns escravos.

Logo que aportou na Camaratuba, João Batista percebeu que seria impossível operacionalizar, ao menos de imediato, um ataque eficaz. Isto porque, não apenas os seis escravos fugidos que estavam presentes, naquele momento, na Camaratuba se encontravam dispersos nas casas de alguns libertos como igualmente seria imprudente da sua parte ordenar o cerco contra os mesmos com o número de soldados que então dispunha. Foi ai que ele resolveu requisitar do delegado de Laranjeiras o envio de mais quatro praças. Todavia, essa sua solicitação acabou não sendo atendida. Impossibilitado de realizar um ataque substancial, o capitão João Batista da Rocha Banha se viu impelido a abortar aquela missão, uma vez que, segundo ele, qualquer medida incisiva adotada naquele momento iria apenas acarretar, ainda mais, em cansaço por parte dos soldados.[471]

Em outras marchas impetradas contra as matas de Laranjeiras ainda naquele ano, João Banha obteria melhores resultados. Em 21 de abril de 1876, ele comandou a diligência que conseguiu lograr, mais especialmente nos matos do engenho Jacu, a captura do negro Rogério, escravo fugido do engenho Cajueiro, disposto na vila de Divina Pastora.[472] Já no dia 12 de junho desse mesmo ano, esteve ele envolvido em outra importante captura ocorrida na cidade de Laranjeiras; a do negro Laureano, apreendido no pasto do engenho Aroeira.[473]

Laureano, de propriedade do tenente coronel Antônio Siqueira Horta, dono do engenho Junco, de onde estava evadido a cerca de oito anos, era outro antigo companheiro do crioulo João Mulungu. Inclusive, seu nome aparece arrolado em um dos seus depoimentos. Há indícios ainda que ele, assim como Mulungu, era responsável pelo comando de acampamentos quilombolas, uma vez que, quando da captura do escravo de nome Sabino, ocorrida nos subúrbios da cidade de Laranjeiras, este revelou, em depoimento, que no momento da sua prisão estava indo se unir ao "quilombo de escravos fugidos" em que Laureano era um dos chefes.[474]

Logo após capturar Laureano, o capitão João Batista da Rocha Banha partiu, na companhia dos soldados das vilas de Divina Pastora e Siriri (antiga vila de Jesus Maria José do Pé do Banco), em direção ao quartel de Laranjeiras, onde depositou o referido escravo; não

[471] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 652. Ofício do Capitão João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 10 de fevereiro de 1876.
[472] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 652. Ofício do Capitão João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 22 de abril de 1876.
[473] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 378. Ofício do Capitão João Batista da Rocha Banha ao delegado de polícia de Laranjeiras, de 12 de junho de 1876.
[474] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 728. Ofício do delegado em exercício de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 27 de janeiro de 1876.

sem presumir que podia ainda usá-lo como "guia" para alcançar "dois ranchos" aonde constava "existir mais alguns quilombolas".[475]

Muito embora se presumisse, *a priori*, que Laureano não cometeu nenhum crime enquanto esteve sob a condição de fugido, assim que o chefe de polícia soube da sua prisão ordenou que o delegado de Laranjeiras instaurasse, o "quanto antes", um inquérito policial para investigar o crime praticado contra uma senhora "achada morta dentro de uma vala no engenho Junco", cuja autoria se dizia recair supostamente sob o dito escravo.[476]

Todavia, alguns dias depois, o mesmo delegado, aparentemente, suprimiu essa suspeição ao indicar que soube que aquela mulher caiu na vala devido ao "estado de embriagues" em que se encontrava.[477] Menos de dois meses depois, o novo delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, se dirigiu ao chefe de polícia pedindo que não o censurasse por devolver Laureano ao seu dono, vejamos:

> Quando foi preso esse escravo, eu não estava no exercício, e sim o 2º suplente, o Tenente José Pinheiro da Fraga. Logo que assumi o exercício encontrei no Quartel o referido Laureano, e seu senhor reclamando-o a polícia, passei a me informar do Tenente José Pinheiro, este disse-me que não tinha feito corpo de delito, a vista na parte que lhe fornece o capitão Banha, que comandou a escolta que fez a prisão, e que isto mesmo oficiava a V. S. remetendo a dita parte. E que se houve, que o capitão Banha ocultou, conduzido o soldado, no mesmo dia, para Divina Pastora, e que ele delegado, não havia de ir a aquele termo.[478]

Não obstante o capitão João Batista da Rocha Banha indicar que a prisão de Laureano se procedeu sem qualquer maior incidente, o que se percebe por meio do depoimento acima era que se suspeitava que um dos soldados que participou da sua apreensão saíra com alguma lesão, motivo pelo qual estava sendo requisitado o corpo de delito. No entanto, como Hermenegildo José de Oliveira, que ocupava o cargo de delegado de Laranjeiras apenas interinamente, não conseguiu encontrar nenhuma prova material desse sinistro, optou então em entregar o escravo ao seu dono, o qual estava a reclamar o seu poder. Tal devolução seria o motivo pelo qual essa autoridade estaria a receber, aparentemente, as censuras mencionadas acima.

No mais, sabemos que Laureano ao ser posto à disposição do seu senhor não retornou ou não demorou muito no engenho Junco, de onde o mesmo se evadira. Isto porque, segundo aventou o delegado de Laranjeiras, esse escravo acabou sendo vendido para o senhor Pedro

---

[475] Ibidem.
[476] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 378. Ofício do delegado de Laranjeiras, José Pinheiro da Fraga, ao chefe de polícia de Sergipe, Ângelo Pires Ramos, de 19 de junho de 1876.
[477] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 378. Ofício do delegado de Laranjeiras, José Pinheiro da Fraga, ao chefe de polícia de Sergipe, Ângelo Pires Ramos, de 22 de junho de 1876.
[478] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 378. Ofício do delegado em exercício, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Laranjeiras, de 10 de agosto de 1876.

Telles de Menezes, morador da cidade de Aracaju, o qual, por sua vez, conservou Laureano preso na cadeia até vendê-lo para fora da província.

Talvez, essa situação revele uma atitude comum da parte dos donos de escravos classificados como ladinos e/ou suspeitos de serem autores de crimes. Nota-se que o tenente coronel Antônio Siqueira Horta não demorou em reclamar a posse e o direito de propriedade sob o seu escravo. Tal presteza evitou, como vimos, que Laureano acabasse sendo pronunciado imediatamente por um crime que se supunha, pouco depois, ser ele o autor. Saliento que a pressa em reclamar a posse de um escravo capturado podia ser ainda motivada pela consciência de que era de responsabilidade do próprio senhor arcar com os custos dispendidos durante o período em que aquele esteve preso, sobretudo os empregados com a sua alimentação.

Entretanto, nem sempre o pedido de relaxamento da prisão partia dos seus senhores. Isto porque, até mesmo as autoridades militares podiam se mostrar substancialmente incomodadas por serem obrigadas a manter reclusos escravos que não estavam sendo reclamados pelos seus donos, mesmo se passando meses desde as suas apreensões. Além do mais, em meados da década de 1870, não poucas autoridades passariam a adotar medidas que, em parte, apontava uma maior sensibilidade dos mesmos com a causa dos escravos. Por exemplo, no dia 11 de dezembro de 1877, o delegado da vila de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, se reportou ao chefe de polícia de Sergipe com a seguinte dúvida:

> Preciso que V. Sa. me diga se sou obrigado a conservar detida na cadeia uma escrava sem crime nenhum, só porque tem o costume de fugir, e tendo já avisado ao senhor da dita escrava para tirá-la visto como já achando-se a meses na cadeia e que pelo mau tratamento acha-se sofrendo [...].[479]

Ou seja, antes de poder relaxar a prisão da escrava, o delegado Ângelo achou prudente, primeiramente, saber do seu superior se o mesmo era ou não obrigado a manter presa uma escrava que não cometera crime algum e que possuía somente, segundo ele, o costume de se evadir. Era, suponho, um questionamento muito relevante, sobretudo porque o senhor daquela escrava não a reclamava, mesmo estando plenamente ciente da sua apreensão e do ambiente onde a mesma se encontrava.

Todavia, no que concerne aos escravos apontados como criminosos e que permaneciam sob a condição de fugidos, o desejo de poder aprisioná-los continuaria o mesmo. Inclusive, pouco antes de encerrar aquele ano de 1876, as autoridades puderam comemorar mais uma importante captura nas matas do município de Laranjeiras: a do

[479] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 08. Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveiro Góis, de 11 de dezembro de 1877.

quilombola Isídio, o qual, por mais de dois anos, era comumente acusado de amedrontar a população dessa cidade, sempre em companhia de outros negros fugidos.[480]

Neste sentido, pode-se notar que outras importantes capturas acabaram sendo realizadas ainda naquele ano de 1876, demonstrando assim que a resistência escrava a partir dos quilombos não cessou com a apreensão de João Mulungu. Inclusive, outras capturas importantes estariam ainda por ser realizadas. No dia 05 de dezembro de 1877, um documento do Palácio do Governo da Província de Sergipe revelou que um decreto datado do mês anterior comutara "em galés perpétua a pena de morte" imposta ao escravo Manoel Jurema, acusado de um crime de morte pelo júri de Divina Pastora.[481]

Lembremos que Manoel Jurema aparece, pela primeira vez, neste estudo como sendo mais um dos companheiros de matos do negro Mulungu. Seu nome aparece ainda arrolado no sumário de culpa que investigou o crime de roubo praticado por alguns escravos fugidos contra o senhor Luiz Barbosa Madureira Mainart, conforme abordamos anteriormente (Ver pág. 196).

Na verdade, a Secretaria de Polícia de Sergipe estava a sua procura antes mesmo de Manuel Jurema ser apontado como um dos supostos autores desse crime. Em meados do mês de janeiro de 1876, por pouco esse escravo não caiu em uma emboscada agenciada entre Hermenegildo José, então delegado de Laranjeiras, e um mulher moradora da rua da Palha daquela cidade, a qual Manuel Jurema costumava, aparentemente, visitar. Segundo Hermenegildo, assim que recebeu o "aviso da[quela] mulher" que referido escravo estava em sua residência, ele ordenou que um destacamento, composto por seis praças, realizasse imediatamente a captura do negro.

Todavia, assim que avistou os soldados, Manoel Jurema montou em seu cavalo e adentrou nos matos, sendo perseguido de perto apenas pelo comandante do destacamento, uma vez que este era o único a se encontrar igualmente montado. Quando notou a presença do comandante em seu encalço, Manoel Jurema "largou o cavalo" e "meteu-se por umas grutas e desapareceu" em seguida.

Frustrado o cerco, os soldados retornaram à sede de Laranjeiras conduzindo apenas o cavalo em que o escravo estava montado, animal este que se conservou em poder do delegado

[480] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 346. Ofício do delegado em exercício de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, Ângelo Pires Ramos, de 19 de dezembro de 1876.
[481] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 70. Ofício de n° 229 do Palácio do Governo de Sergipe, durante a 3° sessão, ao chefe de polícia José Martins Fontes, de 05 de dezembro de 1877.

até ser, dias depois, reclamado pelo seu dono.[482] Talvez, a caçada contra o quilombola Manoel Jurema se avivou a partir do momento que se suspeitou que seria ele um dos assassinos de uma criança de apenas seis meses de idade, no engenho Mato Grosso, em Divina Pastora. Tal crime, segundo o pai da criança, poderia estar substancialmente relacionado à caçada que ele e outros moradores da região empreenderam, dias antes, contra alguns escravos fugidos, motivo pelo qual estes últimos prometeram vingar-se.[483]

Essas suspeitas puderam ser constatadas mediante a apreensão do negro Manoel Jurema, a qual acabou sendo empreendida nas imediações do engenho São Francisco, aproximadamente, uma semana depois dele escapar daquela emboscada. Nessa ocasião, o delegado Hermenegildo José revelou que:

> Pessoas fidedignas me informam de que o dito quilombola quando foi preso achava-se nu, sem suas vestes, por causa da perseguição que sofrera desta cidade para aquelas bandas. É presumível que assim acontecesse por causa da direção que o referido quilombola tomou andando pelas matas dos engenhos Boa Luz, Ribeira e São Pedro.[484]

Nota-se que a apreensão desse quilombola, assim como a do seu antigo companheiro de rancho João Mulungu, emanou muito empenho dos soldados, os quais estavam, naquele momento, empreendendo diversos ataques contra os matos do Vale do Cotinguiba. Em 30 de agosto de 1876, Manoel Jurema prestou depoimento na casa de audiência do Dr. Juiz Municipal Manoel Cardoso Vieira de Melo, ocasião em que revelou, entre outras coisas, o motivo que o levou a cometer o infanticídio dito acima.

Escravo do capitão Paulo de Menezes, proprietário do engenho Mandioca, da cidade de Laranjeiras, Manoel Jurema indicou ser crioulo, solteiro e possuir 38 anos de idade, pouco mais ou menos. Indicou ainda que, ao escapar do cerco realizado nos matos do engenho Maria Teles, optou por se dispersar dos "seus companheiros Pedro Laureano, Malaquias, Manoel e Cassiano", passando a andar então pelas paragens do engenho Mato Grosso de Cima, ocasião em que, soube que o "capitão Rocha andava em caça deles com a força pública".[485]

---

[482] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 728. Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe Del Rey, em 19 de janeiro de 1876. Em ofício datado de 27 de janeiro de 1876, o delegado de Laranjeiras comunicou que o cavalo foi entregue ao seu dono, o senhor Brás Vieira Dantas. Neste sentido, ver: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 728. Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe Del Rey, Vicente de Paula Cascaes Telles, em 27 de janeiro de 1876.

[483] Arquivo Municipal de Divina Pastora (doravante AMDP). Processo-crime por homicídio/furto, 1876. Pacotilha: 07. Apud: SANTOS, Jucilene Pereira dos. Delitos de escravos em Divina Pastora (1860-1888). Monografia de História, Universidade Federal de Sergipe, 1998, p. 50.

[484] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 728. Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe Del Rey, Vicente de Paula Cascaes Telles, em 27 de janeiro de 1876.

[485] AMDP. Auto de perguntas do réu, 1876. Apud: SANTOS, Jucilene Pereira dos. *Op. cit.*, p. 53.

Quanto à morte da criança, Manoel Jurema indicou ser sim o autor do crime. Segundo ele, a matou durante um roubo que estava a empreender no engenho Mato Grosso, uma vez que receava que o choro desta pudesse atrair os seus pais até aquela propriedade.[486] É de supor que esta confissão possua relação direta com o indiciamento e, posteriormente, com a imputação da pena de morte impetrada contra Manoel Jurema. Isto porque, a pena capital – mesmo está sendo comutada em prisão perpétua – era aplicada, conforme disciplinava o Código Criminal do Império, apenas nos casos em que os escravos atentaram contra a vida dos seus senhores e agregados.

Tal comutação, aparentemente, possibilitou que Manoel Jurema continuasse a alimentar o desejo de viver, mais uma vez, em liberdade; ao menos a que podia ser experimentada por um escravo que precisava estar constantemente se esquivando das atividades policiais. No dia 23 de dezembro de 1878, ou seja, pouco mais de dois anos após ser capturado nas matas do engenho São Francisco, o senhor José Antônio Nunes, soldado então responsável pela ronda no quartel de Aracaju, participou o chefe de polícia dizendo que Manuel Jurema se aproveitou do momento em que realizava o serviço externo de faxina para se evadir da prisão.[487]

Logo que deixou o quartel de Aracaju, Manoel Jurema seguiu, aparentemente, outra vez na direção das matas do Vale do Cotinguiba, mais especialmente para as localizadas na vila de Riachuelo. No dia 1° de janeiro de 1879, o delegado ali alocado comunicou ao chefe de polícia de Sergipe que Manoel Jurema estaria residindo em um "quilombo bastante crescido" instalado nas matas do engenho Mombaça.[488] Na verdade, uma denúncia do Juiz Municipal João Barbosa Dantas indicou, de modo mais preciso, que esse quilombo estava disposto "entre os engenhos Penha, Mumbaça [ou Mombaça], Carretão e Piedade", onde estaria residindo não apenas Manoel Jurema, mas outros "criminosos" como, por exemplo, um escravo do senhor Alexandre José de Faro, o qual era acusado de assassinar uma escrava do engenho São Felix.[489]

Não obstante a presteza da Secretaria de Polícia de Sergipe em encontrar o novo pouso de Manoel Jurema, a sua segunda captura seria alcançada apenas em meados do ano de 1879, não sem demandar, mais uma vez, muito empenho por parte das autoridades policiais.

---

[486] AMDP. Depoimento do escravo Manoel Jurema, Apud: SANTOS, Jucilene Pereira dos. *Op. cit.*, p. 55.
[487] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 299. Ofício do Alferes de ronda de visita do Quartel de Aracaju, José Antonio Nunes, ao chefe de polícia de Sergipe, José Leandro Martins, em 23 de dezembro de 1878.
[488] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 711. Ofício do 1° suplente do delegado em exercício da Vila de Riachuelo, Pedro José da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, em 1° de janeiro de 1879.
[489] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 377. Ofício do Juiz Municipal Joao Barbosa Dantas ao chefe de polícia de Sergipe, José Leandro Martins Soares, em 2 janeiro de 1879.

Segundo Manoel de Melo, delegado da vila de Divina Pastora, assim que chegou ao seu conhecimento que:

> "se evadira da prisão em que se achava o calceta Manoel Jurema, condenado pelo júri deste termo, determinei não só aos soldados do destacamento desta vila, como mesmo a alguns paisanos de confiança a mais perfeita vigilância, para que fosse preso esse facínora, se por ventura aparecesse ele neste ponto, prometendo alguma recompensa a aquele paisano que o aprisionasse".[490]

Tal prudência se mostrou, aparentemente, decisiva, visto que Manoel Jurema seria apreendido por dois paisanos, Manoel Cézar e Antônio Joaquim, os quais o conduziram rapidamente até a presença do delegado de Divina Pastora, suponho por estarem apressados em colocar as mãos na recompensa prometida. Logo Manoel Jurema seguiria, "convenientemente escoltado" por alguns praças, em direção a Aracajú, onde seria novamente encarcerado.

Manoel Jurema permaneceu, desta vez, pouco mais de seis meses sob a condição de fugido. Neste período, acabou sendo perseguido não mais apenas como um negro que deixara a casa do seu senhor e que estaria integrando uma comunidade de escravos fugidos, mas sim como um escravo que, uma vez preso e condenado, um calceta, estaria, outra vez, acoitado nos matos e a viver em um quilombo.

Mas, quais os motivos que podiam levar um escravo fugido a se acoitar em um local onde ele seria, muito provavelmente, mais rapidamente reconhecido, aumentando assim, e de sobremaneira, a possibilidade do mesmo ser capturado? Muito embora a resposta adequada a esse questionamento emane dados meramente subjetivos, os quais, saliento, não dispomos, não devemos destacar que a ida de Manoel Jurema em direção, outra vez, às matas do Vale do Cotinguiba e, mais especialmente, às matas da vila de Divina Pastora, podia estar associada à possibilidade de o mesmo reatar naquele ambiente antigas redes de alianças; probabilidade esta que o motivaria a querer suplantar os devidos riscos.

Tal como abordamos em capítulo anterior, essas alianças podiam ser de suma importância para o escravo que se encontrava sob a condição de fugido, uma vez que as mesmas permitiam alcançar com menos obstáculos os elementos necessários para a sobrevivência nas matas. Neste sentido, as alianças de solidariedades e comerciais ensejadas pelos quilombolas permitiam, ao que parece, que estes negros vivenciassem, por um maior espaço de tempo, o modo de autonomia que as matas e os quilombos podiam proporcionar,

---

[490] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 689. Ofício do delegado de Divina Pastora, Manoel de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, José Leandro Martins Soares, em 03 de junho de 1879.

deixando-os assim mais distantes da austeridade do cativeiro, por mais que este estivesse disposto a poucas léguas de distância do coito.

Em uma região, relativamente, diminuta e densamente povoada como era o Vale do Cotinguiba, essas alianças podiam ser ainda mais importantes, sobretudo diante da não existência de enclaves naturais que impedissem de sobremaneira um ataque repentino das diligências repressoras; o que não significava, necessariamente, que a soldadesca alcançasse os pousos escravos sem dificuldades.

Eram essas alianças que permitiam que os quilombolas soubessem de muitas das marchas em curso, permitindo assim que os mesmos abandonassem, de modo antecipado, os quilombos. Percebe-se porque são poucos os documentos da Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey que descrevem embates diretos entre soldados e escravos fugidos no interior das matas. Isto porque, não era incomum os soldados se depararem, após percorrerem longas distâncias mata adentro, com os ranchos abandonados, porém repletos de sinais de que estavam sendo, a poucos instantes, usados como pousos de negros fugidos.

Todavia, sabemos que nem sempre essas alianças conseguiam, por si só, impedir a realização de capturas. Lembremos que Manoel Jurema seria capturado no mesmo ponto onde, suponho, as suas redes de alianças eram mais elevadas, ou seja, nas imediações da vila de Divina Pastora. No que concerne ainda a Manoel Jurema, após ser recolhido, outra vez, no Quartel de Aracaju, o seu nome praticamente desaparece da documentação ora coletada. Na verdade, o seu nome aparece apenas mais uma vez, em documento datado de outubro de 1880. Trata-se de um ofício de autoria do delegado de Divina Pastora, o supracitado Manoel Melo, o qual reproduzo a seguir, vejamos:

> Ismo Exmo. Senhor,
> Acuso a recepção do ofício de V. Exa. de 13 do corrente pelo qual cientifica-me da existência de um *quilombo* perto desta vila e do engenho Barreiros deste termo, e em resposta vou dizer a V. Exa. que fico dando a maior enérgica providência, para neste sentido já sido informado por um senhor do engenho vizinho do lugar entre as diligências que estou procedendo, tendo adotado a promessa de dizer a espia que fosse em ponto certo, o desertor *Frutuoso*, como já procedi em igual circunstância, o desertor *Manoel Jurema*, e que fui feliz; espero que por V. Exa. aprovara meu procedimento. Já não fui cerca os matos daquele engenho por que aqui só tenho 2 praças como já fiz ver a V. Exa. por ofício, aqui pedi o aumento de força e que não teve resposta de V. Exa. em vista do que aguardo as ordens de V. Exa. para com eles proceder sempre cumprindo as acertadas medidas que V. Exa. a mim ordenar [sic].[491]

Nota-se que, para realizar a captura de um outro desertor, Manoel Melo pretendia empregar os mesmos meios que ele, outrora, empregou para realizar a apreensão do negro

[491] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 712. Ofício do delegado de Divina Pastora, Manoel de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, Antonio Ferreira Garcez, em 20 de outubro de 1880, grifo nosso.

Manoel Jurema; ou seja, espias e recompensa. Isto porque, assim como Manoel Jurema, esse novo desertor, denominado Frutuoso, estaria, aparentemente, acoitado em um quilombo instalado nas matas de Divina Pastora, mais especialmente nas imediações do engenho Barreiros.

Suponho que esse outro desertor em questão era mais um antigo companheiro de rancho do negro João Mulungu, visto que este sinalizou que residiu com um negro de nome Frutuoso – então propriedade do Major Frederico, do engenho Campinho – em um rancho instalado nas matas do engenho Sobrinho, da vila de Capela.[492]

Em seu estudo, Sharyse Amaral nos contou mais a respeito do negro Frutuoso. Segundo ela, Frutuoso [ou Fructuoso] seria um dos autores do assassinato de José Croado, um capitão-do-mato morto enquanto conduzia um escravo, em meados de 1866. Frutuoso acabou sendo preso no dia 20 de agosto daquele mesmo ano, em vila de Divina Pastora, mesmo local onde ele seria acusado não apenas de assassinar o aludido José Croado, mas ainda de causar lesões em João Jerônimo, um outro capitão-do-mato.[493]

Infelizmente, como indicou Sharyse Amaral, do processo-crime instaurado contra Frutuoso apenas restou o auto de perguntas, o qual foi conduzido pelo então chefe de polícia Félix Zeferino Cordeiro. Neste, Frutuoso indicou que, embora nascido nas Piranhas, em Divina Pastora, residia no termo de Capela, onde servia ao capitão Frederico de Oliveira, dono do engenho Boa Vista, de onde se evadiu um ano e meio antes, visto que não queria servir ao seu senhor.[494]

Indicou ainda que, durante esse período, andou sempre pelos matos de Divina Pastora, de Capela e sobretudo nos da vila de Japaratuba, mais especialmente em um lugar denominado Missão. No que concerne aos crimes dos quais ele estava sendo acusado, Frutuoso salientou ao seu inquiridor que aquela morte se deu no momento em que ele e seu companheiro de nome Malaquias intentaram salvar o velho Alexandre – muito provavelmente, outro escravo fugido –, o qual ia sendo levado preso por dois condutores; sendo que, diante do combate, um destes acabou saindo morto.

Ou seja, apesar do documento analisado por Sharyse Amaral não se encontrar completo, a declaração dada por Frutuoso de que ele participou diretamente do assassinato de José Croado ampara, sobremaneira, o meu ideal de que ele era sim o mesmo que, no ano de 1880, estaria sendo procurado pela Secretaria de Polícia de Sergipe. Isto porque, um

---

[492] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 397. Auto de perguntas feitas a João Mulungu, em 21 de janeiro de 1876.
[493] Neste sentido, ver: AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: escravidão e liberdade em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p. 155.
[494] Ibidem.

documento datado de setembro de 1880, salientou que Frutuoso, então "liberto", acabara de escapar do quartel da capital Aracaju, onde se encontrava preso cumprindo uma sentença de galés perpetua; ou seja, a mesma penalidade que, diante da recorrente comutação da pena de morte, era aplicada aos escravos autores de crime de morte, ao menos naquele momento do século XIX.[495]

Entre a primeira e a segunda escapada, passaram-se, muito provavelmente, cerca de 15 anos. Neste período, muitas mudanças ocorreram, a começar pela própria condição de Frutuoso, o qual não era mais um escravo fugido, e sim um liberto. Também não era mais aquele escravo moço de 25 anos, idade esta que declarou possuir no momento do seu auto de perguntas. Perdera, durante os anos que permaneceu preso, muitas das suas alianças. Talvez não mais contasse com a presença dos seus antigos companheiros dos matos. Inclusive, um desses seus antigos companheiros, o escravo fugido Malaquias, acabou sendo assassinado por um outro negro chamado Maximiniano.[496] É de supor que essas mudanças elevassem de sobremaneira os novos desafios que Frutuoso deveria suplantar caso quisesse manter-se livre. E ele queria!

Muito embora eu não possua dados que permitam indicar o destino rumado e alcançado por Frutuoso no momento imediato da sua escapada, uma correspondência de autoria de Mathias Afonso, então suplente do delegado de Divina Pastora, datada de 06 de janeiro de 1882, indicava que Frutuoso estaria, naquele momento, entre os negros residentes nas matas do engenho Quindogá, vejamos:

> Tenho a honra de participar a V. Exa. Que ontem a noite, de conformidade com o que levei ao conhecimento de V. Exa. dei um cerco em um dos lugares onde me constava, com mais visos de probabilidade, acharam-se acoitados escravos fugidos e criminosos.
> Depois de andar toda noite, encontrei pela madrugada um rancho nas matas do engenho Quindongá, em lugar pantanoso e de difícil trânsito. Infelizmente a força pública e os paisanos que a acompanhavam foram pressentidos e visto de distância não pequena, de modo que só pude capturar dois escravos, conseguindo evadirem-se três, entre os quais um soldado reconheceu o criminoso Frutuoso.[497]

Nota-se que a região pantanosa onde o rancho estava disposto não apenas obrigou os soldados e os paisanos a realizarem uma marcha extensa e complicada, assim como não permitiu que os mesmos realizassem um ataque repentino, surpresa. Todavia, mesmo sendo pressentidos muito antes de alcançarem o rancho, os soldados conseguiram ainda capturar

---

[495] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 712. Ofício do delegado de polícia de Lagarto, Manoel Romão, ao chefe de polícia de Sergipe, Antônio Ferreira Garcez, em 17 de setembro de 1880.
[496] Neste sentido, ver: AMARAL, 2012, p. 156.
[497] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 683. Ofício do delegado 1° suplente em exercício da vila de Divina Pastora, Mathias Afonso, ao chefe de polícia da província de Sergipe, João Batista Guimarães, em 6 de janeiro de 1881.

dois escravos fugidos, os quais seriam devolvidos imediatamente aos seus respectivos senhores, apesar das "provas irrefragáveis de roubos" encontradas no coito.[498]

Segundo o delegado Mathias, um novo assalto estava sendo arquitetado para ocorrer naquele mesmo dia, visto que outros quilombolas achavam-se "acoitados em diversos pontos" de Divina Pastora. Muito embora eu não poder atestar se esse novo ataque realmente aconteceu, sabe-se que ele não seria responsável pela ansiada captura do negro Frutuoso. Isto porque, uma semana depois, o delegado Mathias sinalizou que a remoção do comandante e do destacamento alocados em Divina Pastora era uma determinação inadequada, sobretudo por que:

> [...] no estado em que se acha este termo não ser tomada esta medida sem que se efetuassem as diligências necessárias visto como ainda existem diversos quilombos, e os calhambolas continuam a dar assaltos como sucedeu a dois dias em casa de José Dias Cardoso Júnior, proprietário deste termo, cujo assalto foi dirigido pelo galé Frutuoso.[499]

Neste sentido, percebe-se que Frutuoso continuava a operar e comandar pequenos crimes pelo Vale do Cotinguiba, o que contribuía para que ele se constituísse naquele momento, ao menos aparentemente, no escravo fugido mais procurado de Sergipe Del Rey. E apesar de se presumir que o mesmo se conservava acoitado pelas imediações de Divina Pastora, de nada adiantaram os reclames daquele delegado. Inclusive, de acordo com essa autoridade, as remoções do comandante e do destacamento o motivou a abortar mais uma marcha que estava sendo arquitetada contra Frutuoso e seus companheiros, a qual possuía a "probabilidade de obter bom resultado".[500]

É de supor que as reclamações do delegado de Divina Pastora não passaram substancialmente despercebidas pela Secretaria de Polícia de Sergipe. Isto por que, pouco mais de um mês depois da saída daquele destacamento, percebe-se que um outro se encontrava atuando por aquelas paragens. Este, sob o comando do capitão Contidiano Gomes da Rosa, apesar das capturas de quilombolas realizadas, se mostrava estar mais especialmente empenhado ainda na caça ao negro Frutuoso, o qual, naquele momento, se acreditava estar residindo nas matas das Piranhas.

Tal descoberta não seria um acaso. Segundo o comandante responsável pelas operações que estavam sendo realizadas nas imediações de Divina Pastora, o descobrimento do novo paradeiro daquele negro se devia a uma pessoa que se compromissou não apenas em

---

[498] Ibidem.
[499] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 683. Ofício do delegado de Divina Pastora, Mathias Afonso, ao chefe de polícia da província de Sergipe, João Batista, de 13 de janeiro de 1882.
[500] Ibidem.

conduzi-los até o ambiente onde Frutuoso comumente pernoitava, assim como a "outros pontos onde o mesmo" costumava se acoitar seus companheiros. Todavia, esse serviço seria realizado somente mediante o pagamento de uma quantia de 50 mil réis ao condutor.[501]

O ato de remunerar indivíduos por esses serviços não era incomum. Inclusive, como pude abordar em outro momento deste estudo, o recrutamento de espias era uma medida que mostrava ser muito apropriada sobretudo quando se procurava saber o paradeiro de escravos específicos, comumente apontados como líderes de comunidades quilombolas.

No que concerne aquela marcha dirigida contra o suposto pouso do negro Frutuoso, se ela aconteceu não conseguiu realizar a sua captura. Isto por que, poucos dias depois, um documento do Palácio do Governo de Sergipe apontou que regressara para Aracaju o comandante das operações que estavam sendo realizadas nas matas de Maruim e Divina Pastora contra Frutuoso e outros quilombolas que continuavam a se acoitar por aquelas paragens.[502]

Frutuoso alcançaria ainda naquele ano outras matas do Cotinguiba. Em março de 1882, o delegado Pedro Souza indicou que esse negro se acoitou por um período nas matas da vila de Capela;[503] ou seja, no mesmo município onde se encontrava disposto o engenho Boa Vista, propriedade do seu antigo senhor, e onde, segundo Frutuoso mesmo indicou, costumava se acoitar ainda em meados da década de 1860.

O que se pode perceber é que se nos dois primeiros anos após a sua escapada da casa de correção de Aracaju a caçada contra o negro Frutuoso se concentrou sobretudo nas matas de Maruim e Divina Pastora, a partir do ano de 1883 essas se concentrariam mais especialmente nas matas de Capela. É de supor que essa mudança se relacionasse com a maior probabilidade daquele escravo criar rede de alianças no mesmo município em que serviu enquanto escravo.

Entre os que se mostravam empenhados em realizar a sua captura estava o tenente Francisco Pedro de Alcântara, então responsável pelo destacamento de Capela. Quase coube a ele o comando do que seria a derradeira marcha contra aquele negro. Em meados de 1883, assim que recebeu o aviso de que um espia descobriu o suposto "rancho" onde Frutuoso e

---

[501] Neste sentido, ver: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 386. Ofício do comandante da força em diligência em Divina Pastora, Contidiano Gomes da Rosa, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 20 de fevereiro de 1882. Ver ainda: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 386. Ofício do delegado 1° suplente de delegado em exercício de Divina Pastora, Mathias Afonso Wanderley, ao chefe de polícia de Sergipe, João Batista Guimarães, de 20 de fevereiro de 1882.

[502] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 195. Ofício do Palácio do Governo de Sergipe, durante a 3° sessão, de n° 54, datado de 04 de março de 1882.

[503] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 683. Ofício do delegado de Capela, Pedro Vieira Souza, ao chefe de polícia de Sergipe, João Almeida Lopes, de 10 de março de 1882.

seus companheiros estavam reunidos, o tenente Francisco realizou as requisições que comumente eram realizadas pouco antes de operar uma diligência. Todavia, antes mesmo de ser iniciada a marcha, aquela autoridade notou que o espia "de nada sabia" e que queria apenas arrancar do mesmo algum dinheiro.[504]

E muito embora se mostrasse ainda esperançoso em descobrir o aposento daqueles escravos, em outubro daquele ano, Francisco participou ao seu superior que Frutuoso acabara de ser encontrado morto em um ponto denominado Saco, em Siriri, mais precisamente "nas imediações da estrada" que dava para a cidade de Maruim.[505] Logo a origem da sua morte, a qual era, *a priori*, desconhecida, passou a ser alvo de uma investigação comandada pelo senhor Manoel de Melo, aquele mesmo delegado de Divina Pastora que mencionei anteriormente.[506] Contudo, apesar das suas averiguações, ele pode apenas constatar que o Saco pertencia, na verdade, a vila de Capela, assim como que a pessoa que encontrou Frutuoso morto era um senhor de nome José Pedro, o qual, do mesmo modo, não sabia o motivo da sua morte.[507] Frutuoso morreria pouco mais de dois anos após usar, outra vez, as matas do Cotinguiba como, dentre outras coisas, sua cumplice na manutenção da liberdade.

Em Sergipe Del Rey, os conflitos entre senhores e escravos, assim como entre estes e os subordinados dos primeiros se elevariam de modo acentuado ao longo da década de 1880. Todavia, de acordo com a documentação da Secretaria de Polícia arrolada, não mais estariam os escravos a se evadir e a se reunir em quilombos como antes. Estariam, naquele momento, a se rebelar sim, porém não mais nas matas das propriedades, mas sim dentro das suas instalações. Ou seja, a "onda negra" estava invadindo, mais do que nunca, o mundo senhorial.

Neste sentido, situações como, por exemplo, a ocorrida na noite do dia 30 de maio de 1880, onde soldados e escravos entraram em combate nas ruas da vila de Itaporanga,

---

[504] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 681. Ofício do Tenente Comandante do Quartel do Destacamento Policial da Vila de Capela, Francisco Pedro de Alcântara, ao chefe de polícia de Sergipe, Luiz de Albuquerque Martins Pereira, de 03 de agosto de 1883.

[505] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 681. Ofício do Tenente Comandante do Quartel do Destacamento Policial na Capela, Francisco Pedro de Alcântara, ao chefe de polícia de Sergipe, Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes, de 09 de outubro de 1883.

[506] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 681. Ofício do delegado de Divina Pastora. Manoel de Mello de Lima, ao chefe de polícia de Sergipe, Gonçalo Aguiar Telles de Menezes, de 13 de outubro de 1873.

[507] Ibidem. Ver ainda: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 681. Ofício do delegado de Divina Pastora, Manoel de Mello Franco Lima, ao chefe de polícia de Sergipe, Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes, de 14 de outubro de 1883; APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 681. Ofício do subdelegado de Siriri, Fernando Manoel Barroso, ao delegado de Divina Pastora, de 22 de outubro de 1883.

passaram a ser, cada vez mais, corriqueiras.[508] Quatro anos depois, Itaporanga seria, outra vez, sacudida por outro levante escravo, vejamos:

> [...] no município de Itaporanga houve um levantamento dos escravos pertencentes ao engenho Paty, resultando disso o assassinato do feitor do mesmo engenho.
> Os escravos em número de 36, depois daquele fato, dirigiram-se a esta capital [Aracaju], apresentando-se ao dr. chefe de polícia, que imediatamente procedeu as necessárias diligências, a fim de descobrir o autor ou autores daqueles crimes.[509]

Nota-se que aqueles escravos, em número considerável, rumaram de imediato em direção a Aracaju, onde se apresentaram na Secretaria de Polícia. Ou seja, em vez de se evadirem para as matas, como era de se esperar, os escravos seguiram em comboio para Capital, não sem propagar, suponho, medo e espanto por onde passaram. Logo se impetrou um inquérito, a partir do qual, segundo o chefe de polícia, pode-se atestar que "a culpabilidade" recaia apenas sob "os escravos Leandro, David, Inocêncio e Francisco Pequeno", os quais acabaram sendo presos e submetidos a um processo criminal. Quanto aos demais escravos, acabaram sendo, em seguida, "entregues ao [seu] respectivo senhor".[510]

Tal situação, demonstra bem o quanto as relações seculares entre senhores e escravos estavam a vivenciar, naquele momento, novos contornos, novas situações em Sergipe Del Rey. Elevavam-se os crimes perpetrados dentro dos ambientes senhoriais. A insegurança, antes sentida sobretudo nas estradas que circundavam as matas, alcança os engenhos, ao menos mais substancialmente.

No dia 23 de janeiro de 1884, os escravos Izaias e Francisco, ambos de propriedade da Baronesa de Japaratuba, assassinam o feitor dos engenhos Unha de Gato e Vitória, ambos pertencentes ao termo de Divina Pastora. Logo depois de impetrar o crime, os dois escravos se dirigiram para Aracaju onde se apresentaram confessando serem os autores do mesmo.[511] Meses depois, mais especificadamente no dia 20 de junho daquele ano, os escravos Bertholdo, Fortunato e Luiz assassinam a Leonel da Silva Monteiro, feitor do engenho Grutão, do termo do Riachão, onde eles também residiam. Todos acabaram se evadindo após o delito.[512]

Essa nova realidade social não estava restrita a Sergipe Del Rey. Em São Paulo, as relações sempre conflituosas entre os escravos e os senhores estariam, do mesmo modo, a

---

[508] Biblioteca Epifânio Dória (doravante BED). Documentação Sergipana. N° 1448. Relatório com que o Exc. Se. Presidente Dr. Theophilo Fernandes dos Santos abriu a 1° sessão da 23° legislatura da Assembleia da Província de Sergipe no dia 01 de março de 1880, p. 04.
[509] BED. Documentação Sergipana. Relatórios Presidenciais 1883-85. N° D.S. 1449. Relatório com que o Exc. Sr. Francisco de Gouvêa Cunha Barreto passou a administração desta Província de Sergipe ao Sr. Presidente Caetano Barreto em setembro de 1884, p. 04.
[510] Ibidem.
[511] Ibidem, p. 03.
[512] Ibidem, p. 04.

vivenciar um novo momento histórico. Segundo Célia Marinho de Azevedo, ali o "espaço da produção" passaria a ser, cada vez mais, o

> palco privilegiado das revoltas individuais e coletivas dos negros escravizados. Isto quer dizer que a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho (no eito e no interior das moradias dos senhores), muito mais do que fora dele, tal como nas tradicionais fugas e quilombos.[513]

Em Sergipe, as revoltas e os motins coletivos impetrados pelos escravos dentro do espaço produtivo seriam realizados, em concomitância, com as fugas e a ereção dos quilombos, não obstantes esses dois últimos se apresentarem com menos frequência na documentação policial datada da década de 1880. Todavia, essa carência quantitativa de documentos relativos às atividades que deveriam e/ou que estavam sendo empreendidas contra as comunidades quilombolas não significa, necessariamente, que essa problemática no Vale do Cotinguiba estava, naquele momento, sanada.

Isto porque, nota-se que, no dia 07 de março de 1882, o senhor João de Almeida Lopes, que ocupava, de modo interino, a cadeira de chefe de polícia de Sergipe Del Rey, despachou uma circular para alguns delegados municipais onde procurava saber destes se realmente existiam em seus termos comunidades de escravos fugidos, assim como, sendo esta resposta positiva, saber quais as medidas que os mesmos vinham adotando contra a reprodução daqueles coitos.

Na verdade, muito embora eu não possa descrever, *ipsis litteris*, as palavras que compuseram essa circular, uma vez que eu não a pude encontrar durante a pesquisa, pode-se dizer, sem medo de errar, que os seus objetivos eram os delineados acima. Evidencio isso, a seguir, por meio das respostas emitidas por três autoridades dispostas no Vale do Cotinguiba, são elas: Ernesto da Silva Travassos, delegado alocado na Vila de Japaratuba, Mathias Afonso Wanderley, delegado de Divina Pastora, e Candido Barbosa Madureira, autoridade responsável pelo distrito de Rosário de Catete.

O primeiro a emitir um parecer sobre a circular foi o delegado de Japaratuba, o qual asseverou que era sim "verdade" que havia "aparecido alguns escravos fugidos em certos pontos" daquele termo, "porém ignorando o número existente". Indicou ainda que, "em virtude desse boato", vinha ele

> [...] expedindo algumas diligências compostas por paisanos por falta de praça pública, em razão de 3 praças de que se compõe o destacamento desta se acham

[513] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 3° edição, São Paulo: Annablume, 2004, p. 158.

> guardando 6 criminosos que estão respondendo processo, e esses paisanos em ditas diligências nada tem obtido.[514]

Pouco antes de encerrar o seu parecer, Ernesto da Silva Travassos prometeu que se manteria empenhado – contudo dentro das suas possibilidades, as quais sabemos, eram sumariamente limitadas – no sentido de "extirpar" da vila de Japaratuba aquele mau que os ameaçavam.

Nota-se que o delegado Ernesto estava vivenciando um grande dilema, uma vez que ir à caça dos fugidos poderia representar, concomitantemente, a fuga daqueles que se encontravam presos. Daí, segundo ele, o uso de paisanos para compor as diligências, opção esta que não estaria surtindo o resultado esperado.

Saliento que apesar de atestar que outras empresas antiquilombos acabaram sendo compostas apenas por paisanos, esta não parecia ser ainda uma medida muito comum no Vale do Cotinguiba. Era mais uma medida alternativa e desesperada por parte das autoridades, a qual se mostrava necessária sobretudo diante da carência de soldados para compor as marchas. E muito embora alguns civis se dedicassem a caça dos escravos fugidos de modo não rotineiro, almejando inclusive receber a anuência do chefe de polícia para se intitularem capitães de campo, conforme abordamos em outro momento deste estudo, não era de se esperar que os mesmos apresentassem, por exemplo, a mesma disciplina, compromisso e arcabouço militar dos soldados.

Candido Barbosa de Madureira, delegado de Rosário do Catete, estaria a compartilhar daquele mesmo dilema. Segundo ele, apesar de "não [lhe] constar existir" no distrito de sua responsabilidade "grupo de escravos fugidos", era bem verdade que:

> [...] por uma ou duas vezes tem aparecido esses grupos, que suponho serem compostos mais de pessoas livres do que escravos, e atacado algumas pessoas que transitam alta noite, não tendo eu dado providência alguma, por o não poder fazer, atendendo-se que seria temeridade de minha parte arriscar a vida de 2 soldados, únicos que em caso urgente posso dispor aqui, visto como os outros 2 ficam no quartel de sentinela aos presos.[515]

Ou seja, não obstante a realidade em Rosário do Catete se encontrar, ao menos aparentemente, mais módica, a carência de soldados à disposição impedia a realização de novas investidas policiais, sobretudo porque não se sabia ao certo "quantas pessoas" compunham aqueles "grupos".[516]

---

[514] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 683. Ofício do delegado da vila de Japaratuba, Ernesto da Silva Travassos, ao chefe de polícia interino de Sergipe, João de Almeida Lopes, de 15 de março de 1882.
[515] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 683. Ofício do delegado da vila de Rosário do Catete, Candido Barbosa Madureira, ao chefe de polícia de Sergipe, João de Almeida Lopes, de 16 de março de 1882.
[516] Ibidem.

Já de acordo com o delegado Mathias Afonso Wanderley, essas questões envolvendo a existência de comunidades quilombolas nas matas do termo sob sua jurisdição, Divina Pastora, assim como as medidas que estavam sendo impetradas contra as mesmas haviam sido abordadas em seis ofícios retros. No mais, salientou que, devido ao auxílio prestado pelo chefe de polícia anterior, pode ele "dissolver diversos quilombos de escravos e capturar alguns calhambolas", não lhe constando, ao menos até aquele dia, saber acerca da "continuação deles".[517]

Tais respostas, assim como a circular que motivou as mesmas, são importantes indícios de que a aludida diminuição de registros policiais sobre os atos promovidos pelos e contra os quilombolas do Vale do Cotinguiba não se encontra, necessariamente, associada ao arrefecimento desse modelo de resistência negra ao longo da década de 1880. Inclusive, notar-se-á a seguir que um documento, em especial, indicou que a questão social em Divina Pastora poderia estar um pouco mais conturbada do que se aventou acima.

No dia 17 de abril de 1882, ou seja, pouco mais de um mês após o senhor Mathias Wanderley salientar que não sabia precisar acerca da perpetuação de comunidades de escravos fugidos pelas matas de Divina Pastora, um ofício "reservado" do Palácio do Governo cobrou esclarecimentos do chefe de polícia sobre "uma publicação incerta" do Jornal do Comércio, a qual fazia "inferência ao fato de continuarem os calhambolas a atuar[em] no norte" da província de Sergipe, mais "especialmente no município de Divina Pastora".[518]

Infelizmente, não pude localizar ainda a mencionada edição do Jornal do Comércio. Todavia, saliento, mais uma vez, que se a década de 1880 em Sergipe Del Rey, mais especialmente no Vale do Cotinguiba, assistiu a um recrudescimento de outros modos de resistência escrava, estes não anularam, paralelamente, a expectativa de alguns negros continuarem a almejar vivenciar experiências de liberdades nas matas, nos quilombos.

Neste sentido, mesmo com o ambiente de produção aparecendo, cada dia mais, como o espaço privilegiado de contestação escrava, a opção pela fuga e pelos quilombos não deixaria de existir. Na verdade, o que se pode dizer foi que, naquele momento, estava ocorrendo um movimento, em parte, curioso no Vale do Cotinguiba. Explico! Enquanto o volume de notícias sobre comunidades quilombolas, com efeito, diminuía consideravelmente, o número

[517] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 683. Ofício do delegado de polícia 1° suplente em exercício da vila de Divina Pastora, Mathias Afonso Wanderley, ao chefe de polícia interno de Sergipe, João de Almeida Lopes, de 16 de março de 1882.
[518] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 195. Ofício do Palácio do Governo da Província de Sergipe dirigido ao chefe de polícia de Sergipe, de 17 de abril de 1882.

de escravos fugidos que se dizia estar reunido dentro desses coitos se elevaria consideravelmente.

Por exemplo, no dia 21 de janeiro de 1888, o delegado da vila de Japaratuba participou o chefe de polícia de Sergipe sinalizando que presumia existir "nos matos dos engenhos Cabral e Lagartixa", assim como nas proximidades de um local "denominado Miranda, do termo da Capela", cerca de "100 escravos fugidos". Estariam "quase todos armados", razão pela qual parecia a ser:

> [...] improfícua qualquer diligência contra os mesmos com a limitadíssima força pública destacada [naquela] vila e nas de Capela e Rosário, que toda reunida orçará 15 praças, pouco mais ou menos, podendo travar-se sério conflito em que a força pública seja derrota. [...] Consta-me também que esses quilombolas já tem assaltados pessoas nas estradas e que tem furtado bois e outros animais nos pastos nos engenhos para se alimentarem.[519]

Nota-se que, de acordo com o delegado Firmino Batista de Andrade, estariam residindo nas matas que circundavam os termos de Capela e Japaratuba aproximadamente uma centena de escravos fugidos, número este considerável, sobretudo se levarmos em consideração que a escravaria daqueles municípios estava reduzida, naquele momento, a poucas almas. Percebe-se ainda que esse número elevado de escravos correspondia ao quadruplo de soldados reunidos nas vilas de Japaratuba, Capela e Rosário do Catete, razão pela qual o delegado dizia ser "improfícua" qualquer marcha contra eles; ao menos enquanto o número de soldados à disposição se mantivesse aquele.

Pouco mais de um mês depois, Firmino Batista de Andrade voltou a participar o chefe de polícia de Sergipe clamando por reforço policial em Japaratuba, não sem basear seu pedido, mais uma vez, nos atos criminosos que estavam ali sendo impetrados pelos quilombolas, vejamos:

> Anteontem telegrafei a V. S. pedindo força para prender os quilombolas que infestam este termo.
> No rio Japaratuba lavavam roupa algumas mulheres desta vila, e já quando estavam recolhendo-a para se retirar, apareceu um grupo de escravos fugidos armados de faca de ponta e [ilegível] e ameaçando-as de mata-las tomou toda roupa.
> Uma delas que resistiu a entregar a sua roupa fora esbofeteada, e teve de ceder a força perdendo a roupa.
> Não é este o primeiro roubo que eles cometem: alguns proprietários tem perdido bois que eles furtam e até tem arrombado estribarias para furtar animais.[520]

Segundo Firmino, era prudente, o quanto antes, se adotar as medidas necessárias para se realizar algumas marchas contra os coitos daqueles escravos fugidos, de modo que ainda

[519] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado de Japaratuba, Firmino Batista de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, José Ignácio Fernandes de Barros, de 21 de janeiro de 1888.
[520] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado de polícia 1° suplente em exercício de Japaratuba, Firmino Batista de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, de 10 de março de 1888.

que não conseguisse "prendê-los", se poderia promover a dispersão dos mesmos. E, uma vez que se repetisse as mesmas medidas nos municípios circunvizinhos, eles poderiam se sentir acuados a ponto de retornarem "às fazendas dos seus senhores".[521]

Era março de 1888, a questão da "emancipação servil", então substancialmente discutida na Corte, não podia escapar aos escravos. Fugas em massa ocorriam. E, muito embora ocorressem roubos e outros atos de violência contra andantes, os principais alvos dos escravos fugidos pareciam ser os donos de escravos e/ou suas propriedades.

Enquanto isso, os reclames das autoridades insistiam no mesmo argumento: a ampliação da soldadesca disposta no Vale do Cotinguiba. Todavia, como não eram atendidos, ao menos como e quando ansiavam, em vez de acossar os escravos fugidos, essas autoridades passaram a se sentir, cada vez mais, acuados. Muitos se mostravam impedidos de atender aos rezingues senhoriais.

Talvez, soubessem, mais do que nunca, que algo pior poderia estar na eminência de acontecer. Esta, ao menos, era a sensação compartilhada por Manoel de Oliveira Matos, delegado da vila de Capela. No dia 24 de março de 1888, em ofício dirigido ao senhor Licurgo de Albuquerque Nascimento, então chefe de polícia de Sergipe, o dito Manoel revelou o seguinte:

> Venho trazer ao conhecimento de V. S. uma ocorrência grave acontecida neste termo, que procedidas de outras mostram o estado de pouca segurança em que se acha o termo e a necessidade de providências eficazes em bem da ordem pública seriamente ameaçada.
> Já de algum tempo nota-se neste município [Capela] a fluência da parte da classe escravo: ora evadindo-se e reunindo-se em quilombos, e cometendo toda a sorte de latrocínios, nos pastos, nas estradas, nas fontes e até em torno desta vila; ora acometendo as propriedades agrícolas e em presença dos donos, desacatando a estes, e tirando-lhes bois, cavalos nas estribarias, sacos e pães de açúcar nos engenhos, ora mesmo acometendo as próprias pessoas, que por ventura se lhes tem querido opor defesa do que é seu. A isso acresce as evasões em massa de escravos de algumas propriedades agrícolas, as insuflações de alguns indivíduos que levam o seu abolicionismo até o desrespeito a lei, e toda a sorte de perturbações.[522]

Nota-se que Manoel de Oliveira Matos era plenamente sabedor que não era apenas naquele momento que a "classe escrava" estava se mostrando mais inquieta. Então, se as evasões e as ereções de ranchos nas matas, de onde os escravos partiam para impetrar uma série de pequenos delitos, não contribuíam para a composição de um cenário inovador na vila de Capela, quais os elementos presentes em seu reclame que podemos dizer que eram noviços?

---

[521] Ibidem.
[522] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado de Capela, Manoel de Oliveira Matos, ao chefe de polícia da província de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 24 de março de 1888.

Entre os elementos que podem ser destacados, opto por analisar dois deles, porém não de modo separado, uma vez que ambos poderiam estar substancialmente imbricados; as referidas evasões em massa de escravos e as "insuflações" promovidas por abolicionistas.

Foi somente a partir da década de 1880 que a documentação da Secretaria de Polícia de Sergipe Del Rey passou a arrolar e relacionar, ao menos com uma maior assiduidade, uma suposta participação de indivíduos não diretamente ligados às unidades produtivas com o movimento de rebeldia impetrado pelos escravos. Estes, apontados na maioria das vezes como abolicionistas, se apresentariam sobretudo como astutos advogados de uma causa que estava, cada vez mais, se materializando: a abolição da escravatura.

Tal como como abordou Celia Azevedo ao estudar a relação entre o "não quero" dos escravos com os discursos e atos promovidos por membros do movimento abolicionista da província de São Paulo, estes indivíduos se autoproclamavam os representantes de uma "raça amordaçada pelo cativeiro", e por isso incapaz de realizar seus próprios reclames.[523]

Era assim que se apresentava o abolicionista sergipano Francisco José Alves, conforme se pode atestar diante a observação de alguns documentos que ele mesmo redigia, a próprio punho, e enviava para as autoridades de Sergipe. Em 1882, por exemplo, Francisco José Alves, em nome de uma escrava, se reportou ao chefe de polícia pedindo que se adotassem providências diante dos castigos imoderados que recebeu do seu senhor, o major Miguel da Silva Tavares, dono do engenho Ribeira, da vila de Socorro.

Muitas outras denúncias contra os supostos severos castigos aplicados por donos de escravos de Sergipe seriam arrolados em dois periódicos de propriedade do abolicionista Francisco José Alves, conforme Maria Nely Santos abordou em seu estudo.[524] Todavia, indico que não irei aqui me aproximar substancialmente do movimento abolicionista da província de Sergipe Del Rey. Tão somente nos reportaremos ao que acabou sendo aventado pelo então delegado de Capela para analisar de que modo aquelas insuflações poderiam estar contribuindo para o recrudescimento da rebeldia escrava assistida na década de 1880.

Em parte, pode-se dizer que a atuação de Francisco José Alves, estivesse ele denunciando os abusos ou os delitos cometidos por senhores de escravos ou movendo ações que reivindicavam a imediata libertação de escravos que estariam, supostamente, a vivenciar um cativeiro ilegal, coincide com o que as autoridades policiais classificavam como atos incitadores. Ou ainda para nos atermos ao que salientou o aludido delegado da vila de Capela: um "abolicionismo até o desrespeito da lei".

---

[523] AZEVEDO, 2004, p. 153.
[524] Neste sentido, ver: SANTOS, 1997.

Todavia, se eles podiam notar que existia alguma relação entre o que estava sendo impetrado pelos escravos com o que estava sendo aventado por indivíduos como Francisco José Alves, eles não podiam deixar de notar ainda que existia um certo alvedrio no modo como aqueles primeiros estavam vivenciando os meses que anunciavam, mais do que nunca, uma suposta derrocada do escravismo.

Em abril de 1888, o delegado de Riachuelo indicou que muito embora não pudesse relatar "movimento algum que alterasse a ordem pública" naquela vila, a sua população se encontrava substancialmente "receada" de que uma "sublevação por parte dos escravos" estava na iminência de acontecer; razão pela qual ele indicaria ainda que estava de "prontidão" para "destroçar qualquer ajuntamento" de negros que pudesse aparecer em Riachuelo, assim como em seus subúrbios.[525]

Não obstante os receios alimentados pela população de Riachuelo, uma ordem emanada pelo chefe de polícia obrigou aquele delegado ceder o destacamento que estava ali estacionado para a cidade de Laranjeiras, onde, no dia 14 de abril de 1888, ocorreu mais uma diligência contra quilombolas. Entretanto, segundo Joaquim de Oliveira, autoridade responsável por essa empresa, durante a marcha os soldados puderam apenas se deparar com "um rancho" abandonado e que o malogro dessa marcha podia estar relacionada com a suposta mudança dos quilombolas para o município de Itaporanga.[526]

Muito embora não se pudesse atestar o novo coito desses escravos, um requerimento datado de 20 de abril daquele ano indicou que 25 negros fugidos encontravam-se reunidos na Pindoba, ponto este disposto a cerca de uma légua de distância de Itaporanga, vejamos:

> Achando-se homiziado no lugar denominado Pindoba, distante desta vila [Itaporanga] uma légua, um grupo de negros fugidos em número de 25, todos montados em bons cavalos e armados, atacando os transeuntes que infelizmente por aquelas paragens acontecem em passar e já quase todas as noites são aqui encontrados pessoas desconhecidas, vou pedir a V. S. mais umas praças para reforçar o pequeno destacamento desta vila [...].[527]

Para José Dantas Portela, autor do requerimento acima, somente com o imediato aumento do número de soldados era que se poderia alcançar a ordem pública em Itaporanga. Entretanto, apesar do seu pedido soar como algo, aparentemente, simplório, sabemos que a mesma medida que ambicionava reforçar o destacamento de uma localidade podia acarretar,

---

[525] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado de Riachuelo, Francisco Antônio, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 02 de abril de 1888.
[526] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado de Laranjeiras, Joaquim de Oliveira, ao chefe de polícia da província de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 16 de abril de 1888.
[527] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado de Itaporanga, José Dantas Portela, ao chefe de polícia da província de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 20 de abril de 1888.

concomitantemente, na vulnerabilidade de outra. Essa era, na verdade, uma problemática que atravessara a administração de diversos senhores que ocuparam a principal cadeira da Secretaria de Polícia de Sergipe, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880.

No dia 22 de abril de 1888, o delegado de Riachuelo se reportou ao chefe de polícia de Sergipe dizendo que se deixara de acudir e atender "a requisição de praças" realizada pelo seu colega delegado de Laranjeiras era porque os soldados de que ele então dispunha se encontravam ocupados em diligência, acudindo "as reclamações de alguns proprietários, cujos escravos se encontravam" acoitados "nos matos, praticando inúmeros latrocínios".[528] Francisco Antônio de Santana, referido delegado de Riachuelo, revelou ainda que:

> [era] abertamente impossível com os praças aqui existentes, auxiliar, em tempo, os termos de Divina Pastora e Laranjeiras, quando esta vila, cercada de inúmeros engenhos, necessita de maior número de praças para obstar os desacatos de escravos; e de homens livres empregados no trabalho do engenho Central, em número de 500, mais ou menos, que não cessão de frequentar a vila, mormente a noite.[529]

Ou seja, nota-se que o diminuto destacamento de Riachuelo deveria estender suas atividades até os municípios de Divina Pastora e Laranjeiras, ambientes onde o número de unidades açucareiras era igualmente significativo, assim como os atos de insubordinações escravas e os delitos e crimes cometidos por aqueles que se encontravam sob a condição de fugidos.

No que concerne às insubordinações escravas, como dissemos anteriormente, elas continuavam a não ocorrer mais, ao menos com maior assiduidade, nas ruelas dos centros urbanos ou nos caminhos que levavam até estes, mas sim dentro dos próprios espaços produtivos. No dia 24 de abril de 1888, Francisco Antônio deu outro exemplo acerca dessa realidade em Riachuelo. Em consequências das constantes "reclamações dos proprietários dos engenhos Penha, Piedade e Mumbaça", se dirigiu ele pessoalmente para essas propriedades, onde se deparou com "as famílias escravas na mais perfeita insubordinação". Mas qual seria o real motivo destes atos insubordinados? Segundo ele, o ideal que esses escravos alimentavam de estariam "libertos por lei" e que, por isso, estavam "sofrendo opressão dos seus senhores".[530]

Mediante essa situação, Francisco Antônio revelou que não viu outra saída a não ser "aconselhar" – com muita "prudência" e "inserção de espírito" – aquelas famílias escravas, de modo que as mesmas continuassem a prestar os devidos "serviços a seus senhores". Tal

---

[528] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado da vila de Riachuelo, Francisco Antônio de Santana, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 22 de abril de 1888.
[529] Ibidem.
[530] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado da vila de Riachuelo, Francisco Antônio de Santana, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 24 de abril de 1888.

recomendação, assegurou, ao menos momentaneamente, a "promessa" de que os escravos não se retirariam de imediato, visto que acabaram sendo convencidos de que deveriam esperar ali a promulgação da lei que os declararam, enfim, livres.[531]

Percebe-se que as autoridades em questão não mais estavam se valendo da chibata ou de qualquer outro instrumento que, durante séculos, acabou sendo recrutado como um dos meios de conter os ânimos das escravarias. Pelo contrário, naquele momento, acharam eles que o mais prudente seria não usar qualquer medida mais enérgica. Ou seja, precisavam agir com cautela, permitindo assim a conversação e a manutenção da negociação com os insubordinados, sobretudo com aqueles residentes no engenho Penha, os quais eram comumente acusados de desrespeitar os seus senhores, assim como os "transeuntes e as pessoas livres" que ali trabalhavam.

Logo após convencer a escravaria dos engenhos Penha, Mumbaça e Piedade, Francisco Antônio marchou em direção a Divina Pastora para cumprir outra atividade não menos imperiosa; acossar quilombolas que estavam cometendo "desordens e depredações". Todavia, segundo ele, nada pode ser atestado durante a marcha.

Muito embora as preocupações das autoridades estivessem centradas nos atos praticados pela escravaria de um modo mais geral, existiam ainda aqueles escravos que acabavam se destacando entre a massa negra, atraindo assim de sobremaneira a atenção da Secretaria de Polícia de Sergipe. Entre os que se destacaram, podemos citar o escravo Saturnino, apontado como sendo o chefe de um grupo de quilombolas residentes nas matas da vila de Divina Pastora.[532]

No dia 28 de abril de 1888, o nosso conhecido Francisco Antônio comandou uma marcha contra o negro Saturnino. Todavia, o suposto aviso de um comparsa permitiu que esse escravo e seus companheiros de rancho se evadissem "antes do cerco".[533] No dia seguinte, Francisco Antônio comandou mais uma marcha contra acampamentos quilombolas em Divina Pastora, mais especialmente em um ponto denominado Brejo, onde pode-se capturar dez escravos, os quais acabaram sendo devolvidos imediatamente aos seus senhores, com exceção do sentenciado Salvador, que seguiu escoltado até Aracaju.[534]

Maria Nely Santos indicou em seu estudo que o negro Saturnino estaria naquela altura a aproximadamente seis anos sob a condição de fugido. Indicou ainda que o mesmo era

---

[531] Ibidem.
[532] Neste sentido, ver: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado da vila de Riachuelo, Francisco Antônio de Santana, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 01 de maio de 1888.
[533] Ibidem.
[534] Ibidem.

acusado de inúmeros roubos e crimes, entre os quais o assassinato do escravo Canuto, de propriedade de uma senhora chamada Maria Etelvina de Oliveira Freire, dona do engenho Carvão.[535] Nely Santos estendeu ainda o raio de ação dos quilombolas comandados por Saturnino para além de Divina Pastora, uma vez que estes atuaram, segundo ela, ainda em São Cristóvão, Laranjeiras e no município de Capela. Inclusive, em São Cristóvão, Saturnino e seus companheiros acabaram sendo apontados como os principais incitadores dos atos de rebeldia praticados pelos escravos dos engenhos Poxim e Tábua. Muito embora os escravos dessas referidas unidades açucareiras se mostrarem, aparentemente, dispostos a qualquer coisa para se verem livre do cativeiro, o então chefe de polícia de Sergipe recomendou que as autoridades operassem contra os mesmos com prudência; promovendo a pacificação dos insurgidos e aconselhando-os a "esperarem resignados a aurora redentora". Já no que concerne aos supostos incitadores quilombolas, a medida dada era promover a dispersão deles, com exceção do negro Saturnino, o qual deveria ser preso.[536]

Ou seja, nota-se, mais uma vez, que ao invés do uso imediato da força, diante aquele novo contexto o que as autoridades estavam empregando era, *a priori*, a negociação. Lograda a aquietação dos escravos, o destacamento policial seguiu imediatamente em direção ao engenho Itaperoá, onde cerca de 100 escravos se encontravam em pleno estado de rebeldia, a ponto inclusive de matarem diariamente dois bois para se alimentarem. Esses escravos estariam agindo supostamente influenciados pelo negro Saturnino, o qual, segundo se dizia, impunha contra os mesmos a "sua vontade como lei".[537]

Não disponho de dados que me permitam analisar de que modo as autoridades operacionalizaram contra esses escravos. Tão pouco se eles conseguiram apaziguá-los, assim como se deu com a escravaria de outros engenhos. Entretanto, sabemos que atos como esses seriam rotineiros durante os dias que antecederiam o 13 de maio de 1888, data em que a princesa regente assinaria a lei que extinguiu o regime de trabalho escravo no Brasil.

Mas, como esta decisão acabou sendo recebida em Sergipe Del Rey? Pude identificar que no dia 18 de maio daquele ano o chefe de polícia emitiu uma circular onde participou as autoridades municipais acerca "de ter sido sancionada a lei pela qual foi declarada extinta a escravidão no Brasil". Estes, por sua vez, seriam os incumbidos de adotar as "providências precisas para o cumprimento da mesma lei".[538]

---

[535] Neste sentido, ver: SANTOS, Maria Nely. *Op. cit.*, p. 130.
[536] Ibidem, p. 131.
[537] Ibidem.
[538] Neste sentido, ver: APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado da vila de Porto da Folha, Antônio Moreira de Souza, ao chefe de polícia de Sergipe, de 13 de junho de 1888.

Sharyse Amaral descreveu em seu estudo o modo pomposo como a cidade de Laranjeiras prometia se preparar para a ansiada festa da libertação, marcada para ser realizada na noite de 20 de maio daquele ano.[539]

Talvez, contrapondo com o que acabou sendo vivenciado por outros negros apontados como chefes de quilombolas, o agora liberto Saturnino pode comemorar a promulgação daquela lei nas matas do Vale do Cotinguiba, em companhia dos seus companheiros de rancho. Todavia, a promulgação daquela lei não significou necessariamente que Saturnino deixaria de ser perseguido, uma vez que contra ele, conforme abordamos anteriormente, pesavam a autoria de diversos crime; o que explica o porquê do seu nome continuar a ser arrolado na documentação da Secretaria de Polícia de Sergipe.

Na verdade, o que se podia perceber era que as matas do Vale do Cotinguiba, as quais serviram de palco para muitas cenas de lutas, conquistas e alegrias, mas também de dores, mortes e decepções escravas, continuavam a ser moradia de indivíduos como Saturnino, que embora não se constituíssem mais escravos, continuariam a vivenciar um rude processo de marginalização social.

Neste sentido, se os dias imediatos ao 13 de maio de 1888 deixavam resplandecer uma certa atmosfera de celebração, esta era acompanhada de muita preocupação, principalmente por parte das autoridades responsáveis por salvaguardar a ordem pública e privada, os quais estavam se mostrando substancialmente acuados e apreensivos com as atitudes e os destinos alcançados por parte dos recém-egressos do cativeiro.

No dia 09 de julho daquele ano, o delegado de Estância, doutor Antônio Martins Fontes, participou o chefe de polícia de Sergipe acerca dessa nova realidade social, vejamos:

> [...] em observância ao que por V. S. me foi ordenado, fiz retirar para a vila de Arauá a força que havia requisitado, apesar de que, como por telegrama já fiz sentir a V. S. julgo de muita conveniência, presentemente, que seja reforçado o destacamento desta cidade com maior número de praça, atendendo a que, depois da publicação da lei de 13 de maio deste ano, a imigração de avultado número de libertos, sem ocupação de outro qualquer meio de vida, se tem tornado aqui considerável, do que tem resultado constante queixas de furtos praticados pelos mesmos, sendo certo que esta delegacia com o pequeno número de 12 praças, inclusive o corneta, não pode satisfazer as reclamações que nesse sentido lhe são feitas.[540]

Pouco mais de um mês depois, Antônio Martins Fontes voltou a clamar pelo aumento de número de praças destacadas em Estância. Segundo ele,

> [...] de dia em dia chega[vam] ao [seu] conhecimento queixas de indivíduos pedindo providências a repetidos ataques que tem sofrido em suas propriedades. Diversos

[539] AMARAL, 2012, p. 332-333.
[540] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado da cidade de Estância, Antônio Martins Fontes, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 09 de julho de 1888.

> proprietários de engenhos, deste termo, também se me tem queixado de furtos de animais, que tem sofrido, cometidos, pela maior parte, por ex-escravos. Esses ataques estão sendo repetidos espantosamente![541]

Outras autoridades entoariam, em parte, esse mesmo discurso. Também em agosto daquele ano, seria a vez do delegado de Japaratuba, Firmino Batista de Andrade, solicitar o reforço do "pequeno destacamento" sob o seu comando. Para ele, essa medida era "cada vez mais" necessária, visto que "depois da abolição da escravidão" crescera substancialmente "o número de vadios e ociosos".

Nota-se, por meio das requisições acima, que se a motivação para o aumento daquele destacamento era o aparecimento de uma nova realidade social, não podemos dizer o mesmo com relação aos sujeitos que estariam sendo responsabilizados pela sua aparição, não obstante a condição jurídica deles, repito, não se constituísse mais a mesma.

Em Sergipe Del Rey, os dias imediatos ao 13 de maio de 1888 seriam de muita movimentação por parte dos egressos do cativeiro. Muitos deles se mostraram, aparentemente, resistentes aos serviços dos quais antes se ocupavam ordinariamente. Experimentar qualquer deslocamento parecia ser, naquele momento, algo substancialmente importante, razão pela qual muitos deles iriam se aliar a pequenas caravanas, as quais saíam percorrendo as estradas que conectavam as áreas rurais às regiões mais urbanas. Neste percurso, não era incomum praticarem roubos e assaltos as propriedades, especialmente aos pastos destas. Tais atos, motivariam a perpetuação do discurso acerca da necessidade do aumento dos destacamentos municipais. E estes, muito provavelmente, não mais atuariam com aquela prudência antes recomendada. Ou seja, recrutar-se-ia as mesmas medidas rigorosas e costumeiras que, durante séculos, acabaram sendo empregadas contra as populações escravas.[542] Eis então que as matas do Vale do Cotinguiba aparecem, mais uma vez, como suas cumplices, sobretudo devido à necessidade de se manterem protegidos das investidas policiais. Continuariam sendo negros dos matos.

---

[541] APES. Fundo: SP¹. Pacotilha: 740. Ofício do delegado da cidade de Estância, Antônio Martins Fontes, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 28 de agosto de 1888.

[542] Sobre as experiências vivenciadas pelas populações negras do Vale do Cotinguiba no pós-abolição, ver: AMARAL, 2012; AVELINO, Camila Santos. Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba, 1888-1930). Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Bahia, 2010.

“OS NEGROS DOS MATOS” – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Em meados de 2008, me deparei, pela primeira vez, com a expressão “negros dos matos”. Esta aparece no sumário de culpa impetrado contra o negro José, um quilombola supostamente envolvido em um crime de roubo nas imediações de Maruim, no ano de 1871; os “negros dos matos” seria o modo encontrado por um dos escravos inquiridos para denominar o pequeno grupo de escravos fugidos que, dias antes, invadira e saqueara a sua senzala.

Tal expressão, apresentada de modo muito natural naquele documento, imediatamente me chamou atenção. Isto porque, ela parecia sintetizar as vivências e as experiências que, paulatinamente, estavam sendo-me apresentadas a partir da análise da documentação produzida pelas autoridades incumbidas de combater as dezenas de comunidades quilombolas dispostas no Vale do Cotinguiba.

E para a minha surpresa, no decorrer da pesquisa, pude-me deparar, outra vez, com àquela mesma expressão. Esta estava sendo empregada, desta vez, para denominar quilombolas acusados de arrombar uma casa na vila de Capela, igualmente localizadas nas imediações do Vale do Cotinguiba. Mediante esse novo achado, pude então perceber que o nome “negros dos matos” poderia ser mais recorrente naquela região do que a documentação me permitia observar.

Era, com efeito, nas matas, ou a partir das mesmas, que os escravos que compunham as comunidades quilombolas recriavam as suas vidas e, concomitantemente, moldavam o mundo escravista. Nas matas, eles encontravam os alimentos necessários para compor suas dietas alimentares, assim como os materiais essenciais para erguerem seus ranchos. Essas seriam uma das suas principais cúmplices, na medida que oportunizavam aos quilombolas, mesmo em minoria, driblar as atividades empreendidas contra os seus coitos. Tratava-se de um obstáculo natural que se mostrou, muitas vezes, preponderante quando o quesito era a manutenção da liberdade. Todavia, as matas podiam oferecer ainda mais. Era, por exemplo, nelas que os quilombolas desfrutavam momentos de lazer, de diversão, em companhia dos seus companheiros de acampamento, dos seus antigos parceiros de senzala, dos seus amasios, entre outros.

Não resta dúvida de que, no século XIX, as matas do Vale do Cotinguiba se constituíam como receptáculos de uma população negra e escrava que ansiava nesses ambientes minorar as condições de vida que, outrora, estariam a experimentar no cativeiro. Esses “negros dos matos” eram, na sua maioria, crioulos nascidos nas propriedades

açucareiras da própria região, o que permitia a eles se relacionar muito bem não apenas com a geografia local, mas também com as pessoas que residiam no entorno dos seus quilombos.

Em algumas ocasiões, na verdade, era praticamente impossível para as autoridades distinguirem quais eram os negros que compunham as comunidades das senzalas e quais eram os que se encontravam inseridos nas comunidades quilombolas, devido à rotina de relações que estas ensejavam e ao modo como estavam associados. Tal assiduidade se mostrou importante para os quilombolas em diversas situações: no momento de saber sobre as operações antiquilombos que estavam em operação ou na iminência de acontecer, quando o rigoroso inverno asseverava ou impedia, por absoluto, a permanência nos ranchos e nas circunstâncias em que os alimentos conquistados, a partir das matas e das pequenas razias, se mostravam serem insuficientes.

Entretanto, quanto ao quesito alimentação, não podemos dizer que era apenas os quilombolas que se *nutriam* da solidariedade prestada pelos companheiros remanescentes das senzalas. Isto porque, parte das rezes roubadas serviriam igualmente para complementar a dieta alimentar que aqueles assenzalados recebiam dos seus senhores; os autos de perguntas são ricos em indícios sobre a existência de um mercado clandestino envolvendo quilombolas e escravos de diversas propriedades do Vale do Cotinguiba.

Mais especialmente no que concerne ainda a essa dinâmica econômica ensejada pelos quilombolas, esta era desenvolvida sobretudo por meio de saques, roubos e assaltos a determinadas repartições dos engenhos e sítios da região. Transeuntes mais desavisados ou que, mesmo sabendo do perigo, se arriscavam pelos caminhos sinuosos que circundavam as suas matas, podiam ser igualmente alvos dos ataques promovidos pelos quilombolas. Tais atos proporcionavam alcançar recursos monetários e/ou produtos que seriam, mais tarde, consumidos pelos membros dos quilombos ou simplesmente usados como moeda no intercâmbio realizado com os escravos das senzalas, o que acabava contribuindo para que as duas comunidades permanecessem abastecidas.

Ou seja, muito embora estivesse associada à prática de crimes, não se pode indicar que essa economia era predatória, assim como alguns estudiosos insistem em apontar. Isto por que, existia, em parte, um certo grau de licitude nesses atos, ao menos sob a ótica dos escravos. Neste sentido, roubar, matar, saquear, atacar, etc. era o modo como esses quilombolas encontraram para continuarem empreendendo as decisões que os manteriam distantes do domínio senhorial e, concomitantemente, das asperezas do cativeiro.

Todavia, do mesmo modo, não se pode considerar que os quilombolas estavam operacionalizando um modelo econômico pautado na clandestinidade, sobretudo porque este

se mostrava muito instável. Tratava-se, certamente, de uma relação comercial de estrutura complexa, mas que não se sustentava por si; ou seja, a sua constante operacionalização demandava mais do que a ansiedade e a aspiração de assenzalados e aquilombados em melhorar as suas sortes.

Não obstante estivessem cientes das redes de alianças operacionalizadas pelos "negros dos matos", muitas autoridades acabaram insistindo, improficuamente, no envio de marchas contra os seus ranchos. Outras, acabaram condicionando a remessa dessas marchas aos dados que eram compartilhados por espias: indivíduos contratados para indicar mais especialmente o ponto onde os escravos se acoitavam. Formada, na maioria das vezes, por pequenos destacamentos, essas diligências adentravam as matas apurando denúncias que as conduziam por uma vegetação densa, as vezes insalubre, mas sempre de acesso complicado.

Esses entraves naturais, incorporados a muitos outros que os soldados poderiam se deparar na medida em que iam se distanciando das cidades e dos quartéis, indicavam que as marchas eram atividades sim importantes, mas que promoviam antes a dispersão dos quilombolas do que a ansiada capturas deles.

Uma vez avisados, os quilombolas partiam, antes mesmo da realização do cerco militar, para outros quilombos, igualmente instalados nas matas do Vale do Cotinguiba. Esse deslocamento repentino dos escravos entre mais de um acampamento quilombola embaraçava os ataques coordenados pela Secretaria de Polícia de Sergipe, chegando a causar desnorteamento nos comandantes das operações. Enquanto se marchava contra um quilombo, os escravos estariam a se acoitar em outro, as vezes não muito distante daquele que estava sendo alvo do ataque, mas que, por algum propósito, mostrava-se ser mais seguro.

Todavia, esses outros pousos indicavam que se um ataque policial poderia resultar na dispersão dos escravos fugidos de um determinado ponto, o mesmo não acarretava, necessariamente, no desmantelamento daquela comunidade quilombola. Isto se evidencia a partir da constatação de que alguns municípios do Vale do Cotinguiba passaram a ser apontados como pousos de quilombolas após autoridades dispostas nos municípios circunvizinhos comandarem operações contra quilombos em suas alçadas.

Essa acentuada mobilidade dos quilombos, aqui classificados como volantes, se constituía em uma estratégia importante de sobrevivência, uma vez que possibilitava aos escravos fugidos se manterem distantes, dentro do possível, das investidas militares. O deslocamento repentino entre ranchos dispostos em matas diversas era proporcionado ainda pela suposta conexão existente entre as populações quilombolas, as quais estavam, segundo as inquirições policiais, ora congregadas e ora separadas. É de supor que essa convergência se

mostrasse mais prudente apenas naquelas ocasiões em que os ataques ocorriam de modo menos rotineiros, enquanto que nos momentos mais adversos os quilombolas eram obrigados a se dispersar entre mais de um acampamento ou a viver, momentaneamente, sem nenhum pouso definido.

Entretanto, ao mover-se de maneira acentuada, esses quilombolas precisaram criar, assim como dissemos anteriormente, uma rede de relações que os permitissem angariar os recursos que precisavam para as suas sobrevivências nas matas, visto que não era prudente arriscar na produção de alimentos em ambientes que poderiam, a qualquer momento, serem alvos de ataques.

Inseridos nessa complexa rede de contato estavam ainda muitos outros indivíduos, não necessariamente de condição escrava. Manter essas alianças e, respectivamente, as relações comerciais que podiam surgir a partir dessas era mais complicado, sobretudo devido às denúncias que comumente acabavam revelando as divisões existentes no mundo senhorial. É, neste sentido, que podemos compreender o porquê do nome de alguns quilombolas como, por exemplo, o de João Mulungu estar plenamente associado à querelas políticas envolvendo autoridades municipais de poderes distintos.

Existia, nos pequenos municípios que compunham o Vale do Cotinguiba, assim como em outras regiões escravistas do Brasil Império, uma acentuada disputa pelo poder. Tais contendas, acentuadas a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834, acabaram colocando em rota de colisão donos de engenhos, autoridades policiais e militares, assim como membros do Poder Judiciário. É de supor que, com o passar dos anos, alguns desses indivíduos passaram a considerar que somente poderiam alcançar o pleno poderio sobre uma determinada região se pudessem, de algum modo, realizar alianças não apenas com os pequenos sitiantes e com a população pobre que ali residia, mas também com a massa de negros que estava aquilombada no seu arredor.

Isto explica o porquê de alguns donos de engenhos não receberem quaisquer maiores sansões por estarem, aparentemente, sendo omissos quanto à aglomeração de ranchos existentes nas matas das suas propriedades. Ou seja, sobre eles recairiam apenas as reprovações morais contidas nas denúncias, apesar dos denunciantes indicarem o quanto essas alianças eram danosas ao regime de disciplina nas propriedades açucareiras e a própria manutenção da escravidão.

No intuito de minar com essas relações e capturar os quilombolas, autoridades militares de Sergipe Del Rey recorreriam ainda à contratação de capitães de campo e a persuasão de escravos que residiam em propriedades próximos aos seus esconderijos. Essas

estratégias, quando implementadas em consórcio com as outras aqui citadas, poderiam diminuir de sobremaneira a existência dos coitos quilombolas, assim como a manutenção da liberdade de alguns escravos fugidos. Talvez, isso esclareça os motivos pelos quais muitos escravos acabaram optando, aparentemente, por residirem em quilombos situados próximos das senzalas de onde se evadiram. Fugia-se assim, como salientou a pesquisadora Yoko Miki, para a escravidão, pois era ali que existia a consciência sobre a micropolítica regional que permitia os quilombolas realizar as suas escolhas, assim como reorganizar as suas vidas a partir de uma ampla rede de cumplicidade e solidariedade que os circundavam, muitas vezes, desde o cativeiro.[543]

Não existe qualquer conotação romântica em indicar que, ao acompanharmos essas experiências de vidas dos quilombolas de Sergipe Del Rey do século XIX, assim como dos escravos das senzalas que se relacionaram com eles, o que se pode constatar, de maneira preeminente, era uma luta por mais autonomia. É, a partir daí que percebemos que os constantes abandonos do cativeiro ocasionaram não apenas alterações nas condições de vidas dos escravos fugidos, mas também na própria escravidão.

E seria assim, em constante mobilidade, promovendo pequenas razias e sobretudo negando desempenhar o papel de escravos que, desde sempre, estavam a eles reservados, que esses negros quilombolas passaram a corroer o mundo a que pertenciam, o qual se mostrava, ao menos no Vale do Cotinguiba, ainda substancialmente dependente e apegado a mão de obra cativa.

Mesmo após a derrocada do escravismo no Brasil, muitos negros, alguns dos quais apontados como antigos quilombolas, continuaram a ser alvos das empresas militares; motivo pelo qual não abandonariam de imediato os seus aposentos nos matos do Vale do Cotinguiba. Estes ambientes continuariam assim sendo apontados como um espaço de resistência da população negra de Sergipe ainda por muitos anos. Tratava-se, sem dúvida, da continuidade da história de liberdade que outrora estava sendo escrita pelos quilombolas.

[543] MIKI, Yuko. Fugir para a escravidão: as geografias insurgentes dos quilombolas brasileiros, 1880-1881. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça**: experiência e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014, p. 35-68.

RELAÇÕES DE FONTES, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS CONSULTADOS

I – FONTES MANUSCRITAS

1.1. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)

- Fundo: Segurança Pública (SP¹ - Ofícios Recebidos e Expedidos).

Pacotilha: 05.

- Ofício de José Francisco, subdelegado de Maruim, a Henrique Jorge Rebello, chefe de polícia de Sergipe e juiz de Direito da província de Sergipe, de 28 de agosto de 1846.

Pacotilha: 08.

- Ofício do 1° suplente do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 13 de maio de 1877;

- Ofício do 1° suplente do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 18 de julho de 1877;

- Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao Chefe de Polícia de Sergipe, de 01 de setembro de 1877;

- Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, de 17 de setembro de 1877;

- Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 22 de setembro de 1877;

- Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 09 de outubro de 1877;

- Ofício do delegado de Capela, Ângelo Pereira de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveiro Góis, de 11 de dezembro de 1877;

- Ofício do 1° suplente do delegado de Japaratuba, Pedro José da Rocha, ao chefe de polícia da Província de Sergipe, de 2 de abril de 1878.

Pacotilha: 70.

- Ofício de n° 229 do Palácio do Governo de Sergipe, durante a 3° sessão, ao chefe de polícia José Martins Fontes, de 05 de dezembro de 1877.

Pacotilha: 75.

- Ofício do Alferes João Batista da Rocha ao chefe de olícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 10 de março de 1872;

- Auto de perguntas ao escravo Roberto, de 10 de março de 1872;

- Auto de inquérito a escrava Florinda, de 10 de março de 1872;

- Auto de perguntas ao escravo Felipe, de 10 de março de 1872;

- Auto de perguntas feita a João Batista de Melo, de 11 de março de 1872.

Pacotilha: 77.

- Ofício do secretário do Governo de Sergipe, Manoel Barbosa Álvares Ferreira, durante a 3° sessão do dia 25 de janeiro de 1873;

- Ofício de Manoel do Nascimento Galvão, na 3° Seção do Palácio do Governo da Província de Sergipe Del Rey, de 31 de março de 1873;

- Ofício de Manoel do Nascimento Galvão ao chefe de polícia de Sergipe, de 17 de julho de 1873.

Pacotilha: 119.

- Ofício do delegado de Japaratuba, Antônio Luis Rolemberg da Cruz, ao Chefe de Polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 04 de março de 1873;

- Ofício de João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 20 de maio de 1873.

Pacotilha: 174.

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 03 de junho de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 9 de junho de 1872.

Pacotilha: 176.

- Mandado de busca e prisão de escravos fugidos, vila do Rosário, 06 de novembro de 1871;

- Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 09 de novembro de 1871;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 9 de novembro de 1871;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao Chefe de Polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 12 de novembro de 1871;

- Ofício do oficial de justiça de Rosário, José Pereira da Cruz, datado de 12 de novembro de 1871.

Pacotilha: 178.

- Ofício despachado da vila de Divina Pastora, em 29 de julho de 1871;

- Ofício do 2° suplente do delegado em exercício de Divina Pastora, Antonio de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, em 7 de agosto de 1871;

- Ofício do 2° Suplente do Delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antônio de Mello, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 10 de agosto de 1871;

- Ofício do delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antônio de Mello, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 22 de agosto de 1871.

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 22 de setembro de 1871;

- Ofício do delegado de polícia 1° suplente em exercício, Antonio Pereira Resende, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 6 de dezembro de 1871;

- Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Pereira dos Anjos, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 14 de dezembro de 1871;

- Ofício de João da Silva Maynard ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 15 de dezembro de 1871;

- Interrogatório feito a Domingos, escravo do Barão do Japaratuba, em 14 de dezembro de 1871;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 27 de abril de 1872;

- Auto de perguntas feito ao escravo Vicente, em 28 de abril de 1872;

- Auto de perguntas feito ao escravo Leocádio, conhecido por José Boi, em 28 de abril de 1872;

- Auto de perguntas feitas ao escravo Francisco, em 22 de dezembro de 1872.

Pacotilha: 195.

- Ofício do Palácio do Governo de Sergipe, durante a 3° sessão, de n° 54, datado de 04 de março de 1882;

- Ofício do Palácio do Governo da Província de Sergipe dirigido ao chefe de polícia de Sergipe, de 17 de abril de 1882.

Pacotilha: 241.

- Ofício do delegado e comandante de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Casimiro de Sena Madureira, de 1 de outubro de 1874.

Pacotilha: 242.

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao Chefe de Polícia de Sergipe, de 21 de abril de 1872;

- Ofício do delegado de Divina Pastora, José Vieira Dantas de Almeida, ao Chefe de Polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 28 de junho de 1872.

Pacotilha: 296.

- Auto de perguntas, de 16 de abril de 1873;

- Ofício do Tenente do Delegado de Laranjeiras, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 10 de maio de 1873.

Pacotilha: 298.

- Auto de perguntas feitas a escrava Isabel, em 07 de janeiro de 1873;

- Auto de perguntas feitas a preta Luísa, em 09 de janeiro de 1873;

- Auto de perguntas feitas a José da Roxa, em 09 de janeiro de 1873;

- Ofício do delegado de Divina Pastora, alferes João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, de 10 de janeiro de 1873;

- Ofício do 2° suplente de delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antônio de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, de 18 de janeiro de 1873;

- Ofício do delegado de Laranjeiras, Vítor Diniz, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 21 de fevereiro de 1873;

- Ofício do delegado de Divina Pastora, Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Espínola Júnior, de 10 de março de 1873;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 22 de março de 1873;

- Interrogatório feito pelo delegado de polícia ao escravo José Maruim, em 25 de março de 1873;

- Ofício do delegado de Itaporanga, José de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, de 03 de setembro de 1873.

Pacotilha: 299.

- Ofício do Alferes de ronda de visita do Quartel de Aracaju, José Antonio Nunes, ao chefe de polícia de Sergipe, José Leandro Martins, em 23 de dezembro de 1878.

Pacotilha: 301.

- Ofício do delegado de polícia da vila do Rosário, João da Silva Mainard, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, em 16 de agosto de 1871;

- Ofício do delegado de polícia em exercício, Pedro Telles de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 22 de agosto de 1871;

- Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 05 de outubro de 1871;

- Ofício de Manoel Pereira dos Anjos ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Dias do Amaral, de 05 de outubro de 1871;

- Ofício do Barão de Propriá ao chefe de polícia interino de Sergipe, de 11 de outubro de 1871;

- Ofício de pessoa não identificada, residente em Laranjeiras, datado de 11 de dezembro de 1871.

Pacotilha: 345.

- Ofício do delegado em exercício de Divina Pastora, Veríssimo Antônio, ao chefe de polícia de Sergipe, Victor Dinis Gonçalves, de 14 de março de 1875.

Pacotilha: 346.

- Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Ferreira Passos de Faro, ao chefe de polícia de Sergipe, de 16 de janeiro de 1875;

- Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, de 29 de junho de 1875;

- Ofício do delegado em exercício de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 1° de julho de 1875;

- Ofício do comandante do quartel de Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 11 de julho de 1875;

- Ofício do Capitão Comandante da Companhia Municipal de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 26 de outubro de 1875;

- Ofício do delegado em exercício de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, Ângelo Pires Ramos, de 19 de dezembro de 1876.

Pacotilha: 363.

- Ofício do Juiz Municipal de Japaratuba, Bene Lobão, ao chefe de polícia de Sergipe, de 28 de julho de 1872.

Pacotilha: 373.

- Ofício do capitão-comandante da força de Rosário, Joam Esteves de Freitas, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 15 de março de 1871;

- Ofício do Tenente Comandante Jeremias Roberto de Carvalho, Francisco Gonçalves Martins, ao chefe de Polícia de Sergipe, de 17 de janeiro de 1872;

- Ofício do Capitão-Comandante da Força de Rosário, Joam Esteves, ao chefe de polícia de Sergipe, de 23 de março de 1872;

- Ofício do Capitão-Comandante da Força de Divina Pastora, Joam Esteves de Freitas, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 08 de abril de 1872;

- Ofício do Alferes João Batista da Rocha, destacado no Quartel de Laranjeiras, ao chefe de polícia de Sergipe, Cypriano d'Almeida Sebrão, de 28 de julho de 1872;

- Ofício do Alferes João Batista da Rocha ao chefe de polícia de Sergipe, Cypriano de Almeida Sebrão, de 04 de outubro de 1872;

- Auto de perguntas feitas a escrava Ana Rita no engenho Tábua, em 03 de janeiro de 1873;

- Auto de perguntas feitas a escrava Vicência do proprietário do engenho Bete, de 04 de janeiro de 1873;

- Auto de perguntas feita a Maria, em 04 de janeiro de 1873;

- Auto de perguntas, de 15 de julho de 1873;

- Ofício do 1° suplente de delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia interino de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, de 10 de janeiro de 1874.

Pacotilha: 375.

- Ofício do subdelegado do Pé do Banco, Manoel Nunes Barroso, ao chefe de polícia de Sergipe, de 09 de abril de 1873;

- Auto de perguntas feitas a Porfírio Zacharias dos Santos, de 09 de abril de 1873.

- Auto de perguntas feitas a Clementino José da Costa, de 09 de abril de 1873.

- Auto de perguntas feitas a João Batista de Carvalho, de 09 de abril de 1873.

- Ofício do subdelegado do Pé do Banco, Manoel Nunes Barroso, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Joaquim Espínola Júnior, de 15 de abril de 1873;

- Auto de perguntas feito ao escravo de nome Anastácio, em 26 de janeiro de 1875.

Pacotilha: 377.

- Ofício do Juiz Municipal Joao Barbosa Dantas ao chefe de polícia de Sergipe, José Leandro Martins Soares, em 2 janeiro de 1879.

Pacotilha: 378.

- Mapa dos crimes perpetrados por escravos na vila de Rosário do Catete depois da lei n° 2040 de 28 de setembro de 1871 até a data de 3 de maio de 1876;

- Ofício do Capitão João Batista da Rocha Banha ao delegado de polícia de Laranjeiras, de 12 de junho de 1876;

- Ofício do delegado de Laranjeiras, José Pinheiro da Fraga, ao chefe de polícia de Sergipe, Ângelo Pires Ramos, de 19 de junho de 1876;

- Ofício do delegado de Laranjeiras, José Pinheiro da Fraga, ao chefe de polícia de Sergipe, Ângelo Pires Ramos, de 22 de junho de 1876;

- Documento anexo ao ofício do 1° suplente do delegado do termo de Capela, Ângelo Pereira dos Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, em 8 de agosto de 1876;

- Ofício do delegado em exercício, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Laranjeiras, de 10 de agosto de 1876;

Pacotilha: 379.

- Ofício do Juiz Municipal Suplente de Rosário do Catete, José Sotero de Sá Barreto, ao chefe de polícia de Sergipe, de 09 de novembro de 1878;

- Ofício do Juiz Municipal de Rosário do Catete, José Cavalcante Albuquerque Uchoa, ao chefe de polícia de Sergipe, José Leandro Martins Soares, de 30 de novembro de 1878.

Pacotilha: 385.

- Ofício de Francisco José Alves ao chefe de polícia de Sergipe, de setembro de 1881.

Pacotilha: 386.

- Ofício do comandante da força em diligência em Divina Pastora, Contidiano Gomes da Rosa, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 20 de fevereiro de 1882;

- Ofício do delegado 1° suplente de delegado em exercício de Divina Pastora, Mathias Afonso Wanderley, ao chefe de polícia de Sergipe, João Batista Guimarães, de 20 de fevereiro de 1882.

Pacotilha: 393.

- Ofício do tenente João Batista da Rocha ao doutor Manoel José Espínola Júnior, de 1° de fevereiro de 1873.

- Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, em 10 de abril de 1873;

- Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, de 07 de agosto de 1873;

- Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Espínola Júnior, em 05 de setembro de 1873.

Pacotilha: 397.

- Auto de perguntas feitas ao preto João, em 21 de janeiro de 1876;

- Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, em 23 de janeiro de 1876.

- Auto de perguntas feitas ao escravo Ilário, de Manoel Raimundo, proprietário do engenho Sítio Novo, do termo de Rosário, em 26 de janeiro de 1876.

Pacotilha: 463.

- Ofício de Francisco José Alves ao chefe de polícia de Sergipe, de setembro de 1881.

Pacotilha: 580.

- Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Capela, Gonçalo Vieira Melo, ao Chefe de Polícia de Sergipe, de 29 de agosto de 1877;

- Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Capela, Gonçalo Vieira Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, de 22 de setembro de 1877.

Pacotilha: 608.

- Termo de declaração que fez Francisco Pedro da Cruz, de 21 de novembro de 1879.

Pacotilha: 652.

- Ofício do Capitão João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 10 de fevereiro de 1876;
- Ofício do Capitão João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 22 de abril de 1876.

Pacotilha: 658.

- Termo de declaração que fez a preta de nome Ana, escrava de Herculano Luciano da Costa Samango, de 15 de outubro de 1879;

- Auto de perguntas feitas a Manoel Fernandes de Araújo, em 26 de maio de 1880;

- Auto de perguntas feitas a Martiniano José de Souza, em 26 de maio de 1880.

Pacotilha: 681.

- Ofício do Tenente Comandante do Quartel do Destacamento Policial da Vila de Capela, Francisco Pedro de Alcântara, ao chefe de polícia de Sergipe, Luiz de Albuquerque Martins Pereira, de 03 de agosto de 1883;

- Ofício do Tenente Comandante do Quartel do Destacamento Policial na Capela, Francisco Pedro de Alcântara, ao chefe de polícia de Sergipe, Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes, de 09 de outubro de 1883;

- Ofício do delegado de Divina Pastora. Manoel de Mello de Lima, ao chefe de polícia de Sergipe, Gonçalo Aguiar Telles de Menezes, de 13 de outubro de 1873;

- Ofício do delegado de Divina Pastora, Manoel de Mello Franco Lima, ao chefe de polícia de Sergipe, Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes, de 14 de outubro de 1883;

- Ofício do subdelegado de Siriri, Fernando Manoel Barroso, ao delegado de Divina Pastora, de 22 de outubro de 1883.

Pacotilha: 683.

- Ofício do delegado 1° suplente em exercício da vila de Divina Pastora, Mathias Afonso, ao chefe de polícia da província de Sergipe, João Batista Guimarães, em 6 de janeiro de 1881;

- Ofício do delegado de Divina Pastora, Mathias Afonso, ao chefe de polícia da província de Sergipe, João Batista, de 13 de janeiro de 1882;

- Ofício do delegado de Capela, Pedro Vieira Souza, ao chefe de polícia de Sergipe, João Almeida Lopes, de 10 de março de 1882;

- Ofício do delegado da vila de Japaratuba, Ernesto da Silva Travassos, ao chefe de polícia interino de Sergipe, João de Almeida Lopes, de 15 de março de 1882;

- Ofício do delegado da vila de Rosário do Catete, Candido Barbosa Madureira, ao chefe de polícia de Sergipe, João de Almeida Lopes, de 16 de março de 1882;

- Ofício do delegado de polícia 1° suplente em exercício da vila de Divina Pastora, Mathias Afonso Wanderley, ao chefe de polícia interno de Sergipe, João de Almeida Lopes, de 16 de março de 1882.

Pacotilha: 689.

- Ofício do delegado de Divina Pastora, Manoel de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, José Leandro Martins Soares, em 03 de junho de 1879.

Pacotilha: 705.

- Ofício do 1° suplente do delegado de Capela, Antônio Pereira Resende, ao chefe de polícia de Sergipe, de 04 de janeiro de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 05 de janeiro de 1872;

- Ofício do delegado de Japaratuba, Manoel Pereira dos Anjos, ao Chefe de Polícia de Sergipe, Francisco Martins, de 17 de janeiro de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves, 02 de fevereiro de 1872;

- Ofício do delegado de polícia da cidade de Laranjeiras ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 17 de fevereiro de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 18 de fevereiro de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 24 de fevereiro de 1872;

- Auto de perguntas ao escravo Maurício por alcunha Udô, em 03 de março de 1872;

- Auto de perguntas a escrava Joana, em 13 de março de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, de 15 de março de 1872;

- Auto de perguntas ao escravo Romão, em 22 de março de 1872;

- Auto de perguntas ao escravo Evaristo, em 22 de março de 1872;

- Auto de perguntas a escrava Germana, em 22 de março de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, de 23 de março de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 31 de março de 1872;

- Ofício do delegado de Rosário, João da Silva Maynard, ao chefe de polícia de Sergipe, Francisco Gonçalves Martins, de 01 de julho de 1872;

- Auto de perguntas feitas a Januário, de 03 de janeiro de 1882.

Pacotilha: 711.

- Ofício do 1° suplente do delegado em exercício da Vila de Riachuelo, Pedro José da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, em 1° de janeiro de 1879.

Pacotilha: 712.

- Ofício do delegado de polícia de Lagarto, Manoel Romão, ao chefe de polícia de Sergipe, Antônio Ferreira Garcez, em 17 de setembro de 1880;

- Ofício do delegado de Divina Pastora, Manoel de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, Antonio Ferreira Garcez, em 20 de outubro de 1880.

Pacotilha: 728.

- Ofício do delegado de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe Del Rey, em 19 de janeiro de 1876;

- Ofício do delegado de Maruim, Manoel Cardoso, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 20 de janeiro de 1876;

- Ofício do delegado de Capela Deocrécio de Carvalho Andrade ao chefe de polícia de Sergipe, em 27 de janeiro de 1876;

- Ofício do delegado em exercício de Laranjeiras, Hermenegildo José de Oliveira, ao chefe de polícia de Sergipe, Vicente de Paula Cascaes Telles, de 27 de janeiro de 1876.

Pacotilha: 740.

- Ofício do delegado de Japaratuba, Firmino Batista de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, José Ignácio Fernandes de Barros, de 21 de janeiro de 1888;

- Ofício do delegado de polícia 1° suplente em exercício de Japaratuba, Firmino Batista de Andrade, ao chefe de polícia de Sergipe, de 10 de março de 1888;

- Ofício do delegado de Capela, Manoel de Oliveira Matos, ao chefe de polícia da província de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 24 de março de 1888;

- Ofício do delegado de Riachuelo, Francisco Antônio, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 02 de abril de 1888;

- Ofício do delegado de Laranjeiras, Joaquim de Oliveira, ao chefe de polícia da província de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 16 de abril de 1888;

- Ofício do delegado de Itaporanga, José Dantas Portela, ao chefe de polícia da província de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 20 de abril de 1888;

- Ofício do delegado da vila de Riachuelo, Francisco Antônio de Santana, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 22 de abril de 1888;

- Ofício do delegado da vila de Riachuelo, Francisco Antônio de Santana, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 24 de abril de 1888;

- Ofício do delegado da vila de Riachuelo, Francisco Antônio de Santana, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 01 de maio de 1888;

- Ofício do delegado da vila de Porto da Folha, Antônio Moreira de Souza, ao chefe de polícia de Sergipe, de 13 de junho de 1888;

- Ofício do delegado da cidade de Estância, Antônio Martins Fontes, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 09 de julho de 1888.

- Ofício do delegado da cidade de Estância, Antônio Martins Fontes, ao chefe de polícia de Sergipe, Licurgo de Albuquerque Nascimento, de 28 de agosto de 1888.

Fundo: Segurança Pública (SP^9 – Autos de Perguntas).

Pacotilha: 09.

- Auto de perguntas feitas ao escravo Manoel, de 24 de janeiro de 1882;

- Auto de perguntas feitas ao cidadão Francisco José Alves, de 18 de dezembro de 1883;

- Auto de perguntas feitas ao cidadão Augusto de Magalhães Carneiro, de 18 de dezembro de 1883 [documento anexo ao auto de perguntas de Francisco José Alves].

1.2. Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe

- Fundo: LAR/C. 1° OF. (Laranjeiras).

* Série: Cível / Subsérie: Inventários.

** Caixa (N° Geral): 218.
- Inventário de Maria José Moraes de Lemos, de 03 de fevereiro de 1869;
- Inventário de Manoel da Silva, de 06 de março de 1869;
- Inventário de Manoel Carlos de Paixão, de 02 de junho de 1869;
- Inventário de Maria Luísa da Conceição, de 14 de junho de 1869;
- Inventário de Marcolino Joaquim dos Santos, de 20 de julho de 1869;
- Inventário de José Barbosa, de 14 de setembro de 1869;
- Inventário de Maria Joaquina de S. José, de 28 de maio de 1870;
- Inventário de Luís de França Vieira, de 14 de junho de 1870;
- Inventário de Maria Gonçalves de Lemos, de 14 de outubro de 1870.

** Caixa (N° Geral): 219.
- Inventário de Felipe de Faro Mota, de 12 de julho de 1871;
- Inventário de Francisco de Freitas César Garcez, de 21 de novembro de 1871;
- Inventário de Antônio Manoel de Menezes, de 16 de novembro de 1871.

** Caixa (N° Geral): 219-A.
- Inventário de Conrado Carneiro de Menezes, de 12 de março de 1872;
- Inventário de Ana Joaquina de Menezes Sobral, de 01 de maio de 1872;
- Inventário de Pedro Muniz Barreto, de 06 de maio de 1872.

** Caixa (N° Geral): 220.
- Inventário de Silvana L. Cunha, de 1873;
- Inventário de José Bernardino de Sá, de 26 de novembro de 1873;
- Inventário de Manoel de Freitas César Cruz, de 18 de julho de 1873.

** Caixa (N° Geral): 221.
- Inventário de Manoel Diniz de Faro;
- Inventário de Maria Diniz de Siqueira Mello;
- Inventário de Clara Muniz Barreto, de 02 de março de 1874;
- Inventário de José Mathias da Graça, de 05 de outubro de 1874;
- Inventário de Francisco José Gonçalves de Lima, de 22 de setembro de 1874.

** Caixa (N° Geral): 222.
- Inventário de José dos Santos Silva Josefa, de 16 de dezembro de 1874;
- Inventário de Francisco Pereira Lobo, de 08 de abril de 1875;
- Inventário de Constantino José de Amorim, de 25 de maio de 1875;
- Inventário de Maria Joaquina , de 23 de julho de 1875;
- Inventário do Major Agostinho José Ribeiro Guimarães, de 10 de setembro de 1875;
- Inventário de Emerenciana Maria de Jesus, de 27 de setembro de 1875.

** Caixa (N° Geral): 222-A.
- Inventário de Torquato Correia de Menezes, de 09 de novembro de 1875.

** Caixa (N° Geral): 223.
- Inventário de Caroline Maria de Almeida, de 18 de julho de 1876;
- Inventário de Antônia d'Azevedo Faro, de 11 de maio de 1876;
- Inventário de Manoel Joaquim da Silva, de 20 de maio de 1876;
- Inventário de Narcisa Rosa do Coração de Jesus, de 13 de julho de 1876;
- Inventário de Maria Muniz Barreto, de 07 de outubro de 1876;
- Inventário de José Pereira Rego, de 27 de maio de 1876;
- Inventário de Cecília Bibiana de Almeida, de 05 de junho de 1876;
- Inventário de Clara Maria de Lima Barreto, de 26 de novembro de 1877;
- Inventário de Anna Francisca Cardoso de Menezes, de 16 de dezembro de 1877.

** Caixa (N° Geral): 224.
- Inventário de Anna Josefa de Conceição Menezes, de 05 de julho de 1878;
- Inventário de José Bruno de Almeida, de 17 de junho de 1878;
- Inventário de José de Góes Telles, de 29 de julho de 1878.

** Caixa (N° Geral): 225.
- Inventário de Amélia de Araújo, de 01 de fevereiro de 1879;
- Inventário de Jacome de Matos Teles de Menezes, de 03 de fevereiro de 1879;
- Inventário de Maria Aciole de Faro Barreto, de 19 de maio de 1879;
- Inventário de Guilhermina de Faro Mota, de 11 de julho de 1879;
- Inventário de Ana Francisca de Jesus, de 21 de agosto de 1879;
- Inventário de Manoel Joaquim Moreira, de 20 de setembro de 1879;
- Inventário de Luiz José Carneiro de Souza Lacerda, de 23 de outubro de 1879;
- Inventário de Maria Leopoldina de Magalhães Peliciano, de 17 de novembro de 1879;
- Inventário de Theotônio Tavares da Mota, de 01 de dezembro de 1879.

** Caixa (N° Geral): 226.
- Inventário Cândida de Freitas Garcez, de 12 de setembro de 1882;
- Inventário de Maria José de Castro Guimarães, de 27 de julho de 1882;
- Inventário de Anna Carolina de Carvalho Oliveira, de 10 de junho de 1882;
- Inventário de José Cupertino Telles de Menezes, de 05 de fevereiro de 1881;
- Inventário de Amélia Eugênia de Mello, de 05 de fevereiro de 1881;
- Inventário Fiel Maia, de 22 de outubro de 1881;
- Inventário de Juvino da Costa Carvalho, de 01 de abril de 1882.

** Caixa (N° Geral): 227.
- Inventário de Francisco de Campos, de 13 de setembro de 1883.

** Caixa (N° Geral): 228.
- Inventário de João Gomes dos Santos, de 12 de fevereiro de 1884;

- Inventário de Margarida Freire Luduvice, de 30 de maio de 1884;
- Inventário de Thomaz da Silveira Linhares, de 03 de julho de 1884;
- Inventário de Margarida Josepha de Menezes, de 02 de março de 1885;
- Inventário de Josefa S'Ana Nascimento, de 29 de abril de 1885;
- Inventário de Antônia Maria, de 16 de junho de 1884.

** Caixa (N° Geral): 229.
- Inventário de Rita Maria do Nascimento, de 14 de março de 1886;
- Inventário de João Ferreira de Nascimento, de 12 de dezembro de 1886.

** Caixa (N° Geral): 230.
- Inventário de Elpídio Freire Telles Barreto, de 18 de fevereiro de 1887;
- Inventário de Joaquim Custódio de Magalhães, de 16 de agosto de 1887.

* Série: Cível / Subsérie: Libelo Cível.
** Caixa (N° Geral): 248.
- Auto de resistência e apreensão, de 31 de abril de 1872;
- Auto de perguntas feitas ao preto de nome Victorino, de 01 de maio de 1872.

▪ Fundo: MAR/C. 1° OF. (Maruim).
* Série: Penal.
** Caixa (N° Geral): 884.
- Sumário de culpa dos escravos João Mulungu, Quirino, Manoel, Malaquias, Cassiano, Pedro e Manoel Jurema.

▪ Fundo: ROS/GEM. (Rosário do Catete e General Mainard).
* Série: Cível / Subsérie: Inventários.
** Caixas (N° Geral): 1687.
- Inventário de Aureliano Correia, de 19 de abril de 1871;
- Inventário de Manoel Serafim, de 07 de março de 1871;
- Inventário de Cypriano José, de 30 de julho de 1870;
- Inventário de Francisco José Pacheco, de 02 de agosto de 1870;
- Inventário de Manoel Dias Tavares, datado do ano de 1870;
- Inventário de João da Silva, de 04 de abril de 1871;
- Inventário do Major Raymundo Telles Barreto, de agosto de 1871;
- Inventário de Maria Benedita Santos, datado do ano de 1871;
- Inventário de D. Clara Maria, de 20 de abril de 1872;
- Inventário de Antônio Pacheco da Costa, de 31 de maio de 1872;
- Inventário de D. Antônia Rosa Meneses, datado do ano de 1872;
- Inventário de Inocêncio Jesus, de 01 de outubro de 1872.

** Caixas (N° Geral): 1688.
- Inventário do Dr. Rosendo Constantino de Souza Brito, datado do ano de 1872;
- Inventário de Maria Francisca de Moura, de 28 de fevereiro de 1875;
- Inventário de Manoel Dias, de 12 de dezembro de 1874;

- Inventário de Ignácio Pascoal Bastos, de 29 de julho de 1875;
- Inventário de José Mathias de Oliveira, de 18 de março de 1875;
- Inventário de Rosa Helena de Jesus, de 20 de dezembro de 1876;
- Inventário de Firmino Baptista, de 20 de abril de 1877.

** Caixas (N° Geral): 1689.
- Inventário de D. Maria, de 05 de julho de 1878;
- Inventário de João Machado da Cruz, de 05 de fevereiro de 1879;
- Inventário de Antônio Machado da Silva, de 01 de fevereiro de 1879;
- Inventário de João de Aguiar Boto de Almeida, de 01 de fevereiro de 1879;
- Inventário de Edmundo, de 18 de junho de 1878;
- Inventário de Clara Maria de Lima, datado do ano de 1878;
- Inventário de José Monteiro, de 14 de maio de 1878;
- Inventário de D. Anna Joaquina da Silva, de 03 de dezembro de 1877;
- Inventário de Rosa Maria S. Pedro, datado do ano de 1877;
- Inventário de Maria do Céu de Barros Pimentel, de 25 de junho de 1877.

** Caixa (N° Geral): 1690.
- Inventário do Barão de Japaratuba, de 17 de agosto de 1879;
- Inventário de Francisco Xavier, datado do ano de 1880;
- Inventário de Manoel Ferreira da Cruz, de 17 de março de 1881;
- Inventário do Cap. José Antônio Ferreira Lima, de 22 de julho de 1879.

** Caixa (N° Geral): 1691.
- Inventário do Ten. Manoel Ferreira, datado do ano de 1882;
- Inventário de Maria do Carmo de Jesus, de 12 de julho de 1882;
- Inventário de D. Maria Rosa da Silva Tavares, de 12 de maio de 1882;
- Inventário de Helena Ferreira de Jesus, datado do ano de 1882.

** Caixa (N° Geral): 1692.
- Inventário de José da Silva Mainard, datado do ano de 1887;
- Inventário de D. Josefa Rosa Mainard, de 25 de fevereiro de 1885;
- Inventário de José Sotero de Sá Barreto, de 16 de maio de 1885;
- Inventário do Cap. Manoel Agostinho Rebelo, de 26 de fevereiro de 1878;
- Inventário de José Ignácio Ferreira da Cruz, de 25 de agosto de 1887.

** Caixa (N° Geral): 1693.
- Inventário de Correia Dantas, de 03 de novembro de 1887;

▪ Fundo: CAP/C. 1° e 2° OFS. (Capela).
* Série: Cível / Subsérie: Inventários.
** Caixa (N° Geral): 3081.
- Inventário de Joaquim Soares Vieira de Mello, de 14 de agosto de 1871;
- Inventário de João Batista de Almeida Boto, de 16 de agosto de 1871;

- Inventário de D. Maria Magdalena da Silveira, de 28 de junho de 1872;
- Inventário de João Batista de Almeida Boto, de 29 de maio de 1872;
- Inventário de Antônio Pereira Lima, de 08 de maio de 1872;
- Inventário de Rita Oliveira de Santana, de 22 de abril de 1872;
- Inventário de Delfina do Amor Divino, de 23 de maio de 1871;
- Inventário de Joana Maria de Jesus, de 03 de julho de 1871.

** Caixa (N° Geral): 3080.
- Inventário de Francisco, de 04 de março de 1874;
- Inventário de Antônio Felix de Souza, de 09 de fevereiro de 1874;
- Inventário de Antônio José de Campos Coelho, de 27 de outubro de 1873;
- Inventário de Francisca Joaquina, de 12 de maio de 1873;
- Inventário de João Batista da Cruz Rolemberg, de 27 de junho de 1872;
- Inventário de D. Ignez Maria de Jesus, de 01 de fevereiro de 1873;
- Inventário de Maria Rosa da Conceição, de 12 de fevereiro de 1873;
- Inventário de João Farias, datada do ano de 1872;
- Inventário de D. Almerinda Leopoldina de Almeida Porto, datado do ano de 1872;
- Inventário de D. Maria Francisca de Jesus, datado do ano de 1873.

** Caixa (N° Geral): 3081.
- Inventário de José de Barros Maciel de Menezes, datado do ano de 1874;
- Inventário de Joaquim Soares dos Santos Silva, datado do ano de 1874;
- Inventário de Francisco Vieira Dantas, de 12 de abril de 1875;
- Inventário de Joaquim Maria do Sacramento, de 09 de outubro de 1874;
- Inventário do Capitão Leandro José de Vasconcelos, datado do ano de 1875;
- Inventário de D. Rosa Maria de Jesus, datado do ano de 1874;
- Inventário de João Thomé da Graça, datado do ano de 1874;
- Inventário de Thomazia e Maria, s/d;
- Inventário de João José de Lemos, datado do ano de 1875;
- Inventário de D. Ana Victoria, datado do ano de 1875;
- Inventário de Maria Francisca do Sacramento, datado do ano de 1876.

** Caixa (N° Geral): 3082.
- Inventário de José Ignácio de Oliveira, datado do ano de 1878;
- Inventário de D. Thereza Maria de Jesus, de 04 de fevereiro de 1878;
- Inventário de José Dias da Costa, de 03 de setembro de 1877;
- Inventário de Alexandre Felix Vieira, de 18 de julho de 1877;
- Inventário de José Bernardo Dias Coelho e Melo, datado do ano de 1877;
- Inventário do Capitão Luiz de Andrade Pacheco, s/d;
- Inventário de D. Helena Dantas Almeida, datado do ano de 1876;
- Inventário de Simeão Teles de Menezes, s/d;
- Inventário de D. Antônia Correia de Mendonça, datado do ano de 1876;
- Inventário de Joana Maria de Sá, datado do ano de 1876;
- Inventário de D. Helena Vieira de Melo, datado do ano de 1875;

- Inventário de João Antônio da Silva Porto, de 28 de setembro de 1875.

** Caixa (N° Geral): 3083.
- Inventário de Manoel Xavier Vieira. De 09 de agosto de 1879;
- Inventário de Luiza Rolemberg Prado, de 04 de março de 1879;
- Inventário do Capitão Manoel Gomes da Cunha, de 01 de janeiro de 1879;
- Inventário de D. Rozenda, s/d;
- Inventário de D. Isabel Maria da Conceição, de 14 de dezembro de 1878;
- Inventário do Capitão Manoel de Santana e Silva, datado do ano de 1878;
- Inventário de D. Francisca de Jesus de Melo Cabral, de 06 de fevereiro de 1877;
- Inventário de João Gualberto, de 08 de julho de 1878;
- Inventário de Comendador Manoel José de Menezes, de 11 de maio de 1878.

** Caixa (N° Geral): 3084.
- Inventário de D. Fausta Maria de Andrade, de 04 de abril de 1881;
- Inventário de João Gomes de Melo Menezes, datado do ano de 1881;
- Inventário de Manoel José de Melo, datado de 27 de outubro de 1879;
- Inventário de Joao Batista de Figueiredo, datado do ano de 1880;
- Inventário de José Ferreira Passos Ribeiro, de 13 de fevereiro de 1882;
- Inventário de D. Ana Rosa Silva Vieira, de 18 de maio de 1881;
- Inventário de José Antônio dos Santos, de 05 de julho de 1880;
- Inventário de Victorino João de Figueiredo, de 09 de dezembro de 1879;
- Inventário de Thomaz Feliciano de Aquino, de 18 de dezembro de 1880;
- Inventário de Pedro José da Silva Ramalho Porto, de 30 de abril de 1881.

** Caixa (N° Geral): 3085.
- Inventário de Joaquim Manoel Almeida Vieira, de 31 de junho de 1882;
- Inventário de D. Maria Perpétua de Andrade, de 05 de fevereiro de 1883;
- Inventário de Maria Rosa de Jesus, de 23 de abril de 1883;
- Inventário de Manoel José de Andrade, de 08 de abril de 1882;
- Inventário de Francisco Raymundo Teles de Menezes, 13 de dezembro de 1882;
- Inventário de José Sutero de Menezes, de 30 de maio de 1883;
- Inventário de Rosa Maria, de 31 de maio de 1884;
- Inventário de Manoel Agostinho de Santana, de 24 de março de 1884;
- Inventário de João Lourenço de Oliveira, de 28 de abril de 1882.

** Caixa (N° Geral): 3086.
- Inventário de D. Ana Joaquina de Jesus Melo, de 06 de dezembro de 1884;
- Inventário de D. Bernarda Maria do Sacramento, de 26 de outubro de 1885;
- Inventário de Bernardina Maria Conceição, de 04 de agosto de 1885;
- Inventário de José Francisco da Silva, de 10 de novembro de 1885;
- Inventário do Major José de Andrade Brasiliano, de 19 de janeiro de 1886;
- Inventário de D. Perpétua de Melo Mota, de 05 de junho de 1885;
- Inventário de Antônio Teles de Menezes, de 15 de junho de 1885;

- Inventário de D. Maria Manoela Teixeira Guimarães, de 10 de fevereiro de 1886.

** Caixa (N° Geral): 3087.
- Inventário de Sabino José da Silva, s/d;
- Inventário do Cap. José Sotero da Silva, de 13 de setembro de 1886;
- Inventário de D. Clara Aciole do Prado, de 12 de fevereiro de 1887.

- Fundo: SAB/C. (Santo Amaro das Brotas).

* Série: Cível / Subsérie: Inventários.
** Caixa (N° Geral): 175.
- Inventário de José Antônio da Conceição, de 03 de outubro de 1871.

- Fundo: RIA (Riachuelo).

* Série: Cível / Subsérie: Inventários.
** Caixas (N° Geral): 07.
- Inventário de D. Maria Francisca de Azevedo, de 29 de setembro de 1879.

** Caixas (N° Geral): 17.
- Inventário de José Joaquim Menezes, de 18 de março de 1886.

1.3. Arquivo Municipal de Divina Pastora

* Pacotilha: s/n (1869-1870).
- Inventário de Maria da Purificação Moreira, de 13 de novembro de 1869;
- Inventário de Francisco Luiz, datado do ano de 1870;
- Inventário de Anna Aciole do Prado, datado do ano de 1870;
- Inventário de Manoel Cardoso de Menezes Barreto, datado do ano de 1869;

* Pacotilha: 05 (1871-1875).
- Inventário de Antônio Barreto do Bomfim, datado do ano de 1872;
- Inventário de João Rocha Mendonça, datado do ano de 1872;
- Inventário de João Maria Nabuco Maciel, de 03 de novembro de 1873;
- Inventário de D. Maria do Carmo da Silveira, datado do ano de 1875;
- Inventário do Cel. Manoel Raymundo Telles de Menezes, datado do ano de 1875;
- Inventário do Dr. Manoel Joaquim de Góis Souza, datado do ano de 1873;
- Inventário de José Barreto do Bomfim, datado do ano de 1874;
- Inventário de João Maria Nabuco Maciel, de 03 de novembro de 1873.

* Pacotilha: s/n (1876-1880).
- Inventário de Antônio Feliz, de 16 de abril de 1880;
- Inventário de D. Maria Júlia Vieira de Mendonça, datado do ano de 1879;
- Inventário do Dr. Gonçalo Vieira Filho de Menezes, datado do ano de 1879;
- Inventário de D. Maria José de Jesus, datado do ano de 1879;
- Inventário de Manoel Rolemberg de Azevedo Faro, datado do ano de 1878;
- Inventário do Cônego José Sutero de Menezes, datado do ano de 1877;

- Inventário do Ten. Balthazar Vieira de Melo, datado do ano de 1877.

* Pacotilha: s/n (1881-1890).
- Inventário do Cap. José Caetano da Silva Laurino, datado do ano de 1883;
- Inventário de Manoel Raimundo Telles de Menezes, datado do ano de 1883;
- Inventário de D. Francisca Aguiar Leite Sampaio, datado do ano de 1884;
- Inventário de Francisco, datado do ano de 1882;
- Inventário do Ten. Cel. José Antônio Barreto, datado do ano de 1882;
- Inventário de Francisco Vieira Barreto e sua irmã D. Joanna Rosa de Lima Barreto, datado do ano de 1882;
- Inventário de Joanna do Prado Barreto, datado do ano de 1882;
- Inventário de D. Isabel Dantas Mendonça, datado do ano de 1885;
- Inventário de Maria Felipa de Jesus, datado do ano de 1886;
- Inventário de Anna Francisca de Santana, datado do ano de 1887;
- Inventário de Olegário Muniz Barreto, datado do ano de 1885;
- Inventário de Manoel Xavier Vieira

II – FONTES IMPRESSAS

2.1. Biblioteca Epifânio Dória

- Setor: Documentação Sergipana (Relatórios Presidenciais)

- N° D. S. 1448. Relatório com que o Exc. Se. Presidente Dr. Theophilo Fernandes dos Santos abriu a 1° sessão da 23° legislatura da Assembleia da Província de Sergipe no dia 01 de março de 1880.

- Relatórios Presidenciais 1883-85. N° D. S. 1449. Relatório com que o Exc. Sr. Francisco de Gouvêa Cunha Barreto passou a administração desta Província de Sergipe ao Sr. Presidente Caetano Barreto em setembro de 1884.

- Relatórios Presidenciais 1883-85. N° D. S. 1449. Documentos da Secretaria de Polícia anexado ao Relatório com que o Exc. Sr. Francisco de Gouvêa Cunha Barreto passou a administração desta Província de Sergipe ao Sr. Presidente Caetano Barreto em setembro de 1884.

2.2. Internet

- Relatórios dos Presidentes da Província de Sergipe Del Rey

- Relatório de todos os atos do governo da Província de Sergipe, na Presidência do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa e por ele publicados. Bahia: Typ. do Correio Mercantil, 1835. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1188/000002.html

- Relatório com que o ilustríssimo senhor doutor Evaristo Ferreira da Veiga passou a administração da província de Sergipe ao ilustríssimo senhor Barão de Propriá no dia 17 de junho de 1869.
Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1209/000001.html

- Relatório com que o ex-presidente desta província, exmo. senhor doutor Rui Álvares de Azevedo Macêdo, passou a administração da mesma ao exmo. senhor doutor Joaquim Bento de Oliveira, no dia 16 de junho de 1872.

Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1216/000001.html

- Relatório com que o Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Júnior passou a administração da Província de Sergipe para o 1° Vice-Presidente Cypriano D'Almeida Sebrão, no dia 5 de setembro de 1872. Typ. do Jornal do Aracaju, 1872.
Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1217/000002.html

- Relatório com que o exm. snr. dr. Antônio dos Passos Miranda abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1° de março de 1875. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú, 1875.
Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1072/

- Relatório com que o exm. snr. dr. Cypriano D'Almeida Sebrão passou a administração da província de Sergipe ao exm. snr. presidente dr. João Pereira de Araújo Pinho, em 24 de fevereiro de 1876.
Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1220/

- Relatório com que o exmo. senhor presidente, doutor João Ferreira d'Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1° de março de 1876.
Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1073/

- Livros

NABUCO, Joaquim. **Um estadista no Império**. Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época por seu filho Joaquim Nabuco. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor.
Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179441

SEGURO, Visconde de Porto. **História Geral do Brasil** (antes de sua separação e independência de Portugal). 2° edição, vol. 1.
Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01819210.

2.3. Periódicos

- Noticiador Sergipense

- Governo da Província. **Noticiador Sergipense**, n° 78, 19 de janeiro de 1836, p. 3-4;

- Governo da Província. **Noticiador Sergipense**, n° 79, 22 de janeiro de 1836, p. 4-5.

- Correio Sergipense

- N° 405, de 07 de dezembro de 1842, p. 4.

- Jornal do Aracaju

- Quilombolas. **Jornal do Aracaju**, n° 257, 3 de abril de 1872, p. 2;

- Quilombos. **Jornal do Aracaju**, n° 298, 10 de agosto de 1872, p. 2.

- A Liberdade

- Ano 1, n° 42, Aracaju, 16 de fevereiro de 1874;

- Ano 1, n° 44, Aracaju, 28 de fevereiro de 1874;

- Ano 1, n° 46, Aracaju, 24 de março de 1874;

- Ano 1, n° 53, Aracaju, 27 de agosto de 1874.

2.4. Livros Antigos

Cartas de Maruim. Trad. José Edgar da Mota Freitas. Núcleo da Cultura Alemã em Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, 1991.

BUENO, Francisco Antonio Pimenta. **Reconhecimento e estudos na província de Sergipe sobre a preferência de traçados para a construção de uma estrada de ferro**. 1881.

JÚNIOR, Araujo Figueiras. **Código criminal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1876.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **As vítimas algozes**. Quadros da escravidão. Porto Alegre: Editora Zouk, 2006 [1869].

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a capitania de Sergipe**. Aracaju: Secretária da Cultura do Estado de Sergipe, 2005 [1808].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: Fernando A. Novais e Luiz Felipe de Alencastro. **História da vida privada no Brasil***: Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 27, 1965-1978, p. 15-40.

_____. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Nordeste açucareiro**: desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS; Secretária de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

AMANTINO, Márcia Sueli. O perfil demográfico do escravo fugitivo. *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 31, out/1997, p.169-188.

_____. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, n.4, out.-dez/2007, p. 1377-1399.

_____. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal", 1825 a 1832. *Locus, revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006, p. 59-74.

_____. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos.* Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez/2012, p. 259-297.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. Emancipacionismo e as representações do escravo na obra literária de Joaquim Manuel de Macedo. *Afro-Ásia*, n° 35, 2007, p. 199-236.

_____. Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

_____. A lei, as cartas e o silêncio senhorial: uma análise das alforrias na Cotinguiba (1860 - 1888). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 37, 2008, p. 27-49.

_____. O "campo negro" da Cotinguiba e a lei de 1871: ações e motivações dos quilombolas sergipanos. *História, Memória e Justiça – Revista Eletrônica do Arquivo Judiciário*, n°1, mar/jun 2008, p. 01-12.

_____. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1888). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Por uma política da economia escravista. *Caderno CRH – UFBA*, VOL. 7, n° 20, 1994.

ASSUNÇÃO, Matthias Rhöring. Quilombos maranhenses. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs). **Liberdade por um fio**: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 433-466.

AVELINO, Camila Santos. Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba, 1888-1930). Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Bahia, 2010.

AVÉ-ALLEMANT, Robert. Excursão à província de Sergipe. Viajando para Aracaju no rio Cotinguiba. Maruim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 26, vol. XXI, 1961, p. 92-99.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista do Brasil e dos Estados Unidos. *Revista USP*, n° 28, dez/fev 95/96, p. 96-109.

_____. Quem precisa de São Nabuco?, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 28, n° 1, 2001, p. 85-97.

_____. **Onda negra, medo branco***: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 3° edição. São Paulo: Annablume, 2004.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção do açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, n° 21-22, 1998-1999, p. 177-238.

_____. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835. *Afro-Ásia*, n° 29-30, 2003, p. 79-132.

CARDOSO, Amâncio. Escravidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 34, 2005, p. 55-73.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história***: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARNEIRO, Edison. A lei do Ventre Livre. *Afro-Ásia*, n° 13, 1980, p. 13-25.

_____. "Singularidades dos quilombos". In: MOURA, Clóvis (org). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001, p. 11-18.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. A forca e o machado: resistência escrava e quotidiano de libertos na comarca de Nazareth das Farinhas. Recôncavo baiano, 1830-1852. *Revista USP*, n° 156, 1° semestre de 2007, p. 157-191.

_____. **Pescadores e roceiros**: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888). São Paulo: Annablume; Salvador: Fapesb, 2008.

_____. Resistência escrava, quotidiano de libertos e vida material no Recôncavo (Bahia, 1830-1850). *Sinais* – Revista Eletrônica – Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, n° 05, vol. 1, set. 2009, p.192-214.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

_____. O quilombo do Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 407-432.

_____ e FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. Palmares, a cabanada, a "gente das matas". In: GOMES, Flávio (org.) **Mocambos de Palmares**: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes: revisão técnica de Amo Vogel. 2° ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n° 16, mar/ago 1988, p. 83-105.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CISNEIROS, Sandra Maria Costa. Anúncio de escravos nos jornais sergipanos do século XIX. Monografia em História, Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2003.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888**. Trad. de Fernando de Castro Ferro. 2° ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1998.

COSTA, Maria de Fátima e DIENER, Pablo. **A América de Rugendas**: obras e documentos. São Paulo: Espaço Liberdade; Kosmos, 1999.

COUTINHO, Ruy. Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil. In: *Estudos Afro-Brasileiros*, trabalhos apresentados ao 1° Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife em 1934. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

CURTO, José C.. Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. *Afro-Ásia*, n. 33, 2005, p. 67-86.

D'ACELINO, Severo. **Resistência e religiosidade do negro sergipano**. Aracaju: Casa da Cultura Afro Sergipana, 1994.

_____. **Panáfrica África Iya N'La**. Aracaju: MemoriAfro, 2002.

DANTAS, Mônica Duarte. Povoamento e ocupação do serão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822). *Penélope*, n° 23, 2000, p. 09-30.

DEBIEN, Gabriel. Marronage in the French Caribean. In: PRICE, Richard. **Maroon Societies**. Rebel slave communities in the Americas. Third edition. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2° ed. ver. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 57-72.

DINIS, Diana M. (coord.), SANTOS, Lenalda (org.). **Textos para a história de Sergipe**. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: BANESE, 1991.

DOMINGUES, Petrônio e GOMES, Flávio. **Políticas da raça**: experiência e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014.

ENGEMANN, Carlos. Mundos torcidos: diferenças entre crioulos e africanos na dinâmica da construção de comunidades de grandes propriedades no sudeste brasileiro do século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 1, n° 2, dez/2009.

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotaianas (Sergipe Del Rey na crise do antigo regime 1763-1823). Dissertação de mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinhas, 2003.

FERREIRA, Roquinaldo. Escravidão e revolta de escravos em Angola. *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998/1999, p. 09-44.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco**: o negro em Sergipe. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977.

_____. Escravidão em Sergipe: índios, quilombos e desempregados. In: MOURA, Clóvis (org). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001, p. 219-232.

_____. **Sergipe**: roça iluminada. Aracaju: J. Andrade, 2003.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos.* Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez/2012, p. 259-297.

FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n° 16, mar/ago 1988, p. 9-36.

_____. **Nada além da liberdade**: a emancipação e o seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinhas: Editora da UNICAMP, 2006.

FREIRE, Felibeslo. **História de Sergipe**. 2° edição, Petrópolis, 1977.

_____. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe; Secretaria de Estado da Cultura; FUNDEPAH, 1995.

FREITAS, Décio. **Palmares**: a guerra dos escravos. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987.

_____. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos no Brasil do século passado. São Paulo: Global, 4° edição, 2010.

FREUDENTHAL, Aida. Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 32, dezembro de 1997, p. 109-134.

FUNES, Eurípedes Antonio. Nasci nas matas, nunca tive senhor. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. São Paulo: FFLCH; USP, Tese de doutorado, 1995.

_____. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs). **Liberdade por um fio**: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 467-498.

_____. Mocambos dos Trombetas: memória e etnicidade (Séculos XIX e XX). In: PRIORE, Mary Del Priore; GOMES, Flávio dos Santos. **Os Senhores dos Rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 227 -257.

_____. Mocambos: natureza, cultura e memória. *História Unisinos*, vol. 13, n° 2, maio/ago 2009, p. 146-153.

GENOVESE, Eugene. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Trad. Federico Carotti, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. *Revista USP*, n° 28, dez/fev /95/96, p. 96-109.

_____. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil Escravista. *Tempo*, vol. 1, 1996, p. 67-93

_____. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). *Afro-Ásia*, n° 17, 1996, p. 07-28.

_____ e REIS, João José (orgs). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs). **Liberdade por um fio**: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 263-290.

_____. Etnicidade e fronteiras nas Guianas (Sécs. XVIII – XX). *EAVirtual*, n° 2, p. 30-59.

_____ e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "Com o pé sobre um vulcão": africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n° 2, 2001, p. 1-44.

_____ e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Em busca de um 'risonho futuro': seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). *Lócus*, vol. 7, n° 13, 2001, p. 9-28.

_____ e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista. Outras margens do Atlântico negro. *Novos Estudos. CEBRAP*, n° 63, Julho/2002, p. 131-144.

_____ e PRIORE, Mary Del (orgs). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **A Hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII – XIX). São Paulo: UNESP: Ed. Polis, 2005.

_____. "No labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pós emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. *História Unisinos*, vol. 10, n° 3, set/dez 2006, p. 281-292.

_____. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. rev. e ampl. – Companhia das Letras, 2006.

_____ [et al.]. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

_____ e FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. *Novos Estudos*, março/2008, p. 141-160.

_____. **Mocambos de Palmares**: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

_____ e DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça**: experiência e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e política (MG - Século XVIII). *Revista de História*, n° 132, 1995, p. 69-81.

GURGEL, Agemiro Eloy. A lei de 7 de Novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870-1888). Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2004.

JESUS, Ana Carla de. Construindo a liberdade: entre conflitos e alianças, quilombolas (re)inventam sua história na região da Cotinguiba (1870-1879). Monografia em História, Universidade Federal de Sergipe: São Cristovão, 2008.

KRAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1880. *Afro-Ásia*, n° 17, 1996, p. 29-56.

LAMUR, Humphrey E. O impacto das guerras dos quilombolas na política populacional durante a escravidão no Suriname. *Afro-Ásia*, n° 25-26, 2001, p. 61-93.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, mar-ago/1988, p. 269-284.

_____. Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. GOMES, Flávio dos Santos Gomes; REIS, João José (orgs). **Liberdade por um fio**: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 81-109.

_____. Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII. In: Flávio Gomes (org.) **Mocambos de Palmares**: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LAVIÑA, Javier (coordinador). **Esclavos rebeldes y cimarrones**. Fundación Hernando de Larramendi Tavera, Madrid, 2005.

LIMA, Ivana Stolze. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil – uma perspectiva histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 25, n. 50, julho-dezembro/2012, p. 353-369.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia negra e abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LOVEJOY, Paul E.. Identidade e a miragem da etnicidade. A jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002, p. 9-39.

MACHADO, Maria Helena P. Toledo. **Crime e escravidão**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n° 16, mar/ago /1988.

_____. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: USP, 1994.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistencia, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. CEBRAP, n° 74, março/2006, p.107-123.

MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo e escravidão no Brasil: Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do progresso. *Revista USP*, p. 102-113.

MATOS ANTONIO, Edna Maria. “A independência do solo que habitamos”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750/1831). Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2011.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem**: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850 – 1888). Salvador: EDUNEB, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3° edição, São Paulo: Brasiliense, 1990 [Paris, 1979].

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3, 2003, p. 557-577.

MIKI, Yuko. Fugir para a escravidão: as geografias insurgentes dos quilombolas brasileiros, 1880-1881. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça**: experiência e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014, p. 35-68.

MOTT, Luiz. População e economia: aspectos do problema da mão-de-obra escrava em Sergipe (Séculos 18 e 19). *Revista do IHGS*, n° 28, 1879-1982, p. 19-32.

_____. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

_____. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 29, 1987, p.133-147.

_____. Rebeliões escravas em Sergipe. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n° especial, 1987, p. 111-130.

_____. Santo Antônio, o divino capitão-do-mato. In: GOMES, Flávio dos Santos. REIS, João José (orgs). **Liberdade por um fio**: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 110-138.

_____. Era Zumbi homossexual?. *EAVirtual*, n° 3, 2005, p. 85-93.

_____. **Sergipe colonial & imperial**: religião, família e sociedade (1591-1882). São Cristovão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**: quilombos ressurreições guerrilhas. 3° ed.,São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MUNANGA, Kabengele. "Origem e histórico do quilombo na África", *Revista USP*, n° 28, dez/fev /95/96, p. 56-63.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Introdução de Marco Aurélio Nogueira, 3° edição, Petrópolis: Vozes, 1988.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Caçada aos "bosnegers". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, n° 27, dez/2007, p. 28-31.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. Sergipe: UFS/ Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1989.

_____. **Sergipe provincial II (1840-1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de Poder. In: ***Textos para a história de Sergipe***. Aracaju: BANESE; São Cristovão:UFS, 1991.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, nº 28, dezembro/fevereiro 95/96, p. 174-193.

_____. Quem eram "os negros da Guiné": a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, n° 19/20, 1997, p. 37-77.

PARÉS, Luis Nicolau. O processo de crioulização no recôncavo baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, n° 33, 2005, p. 87-132.

PEREIRA, João Baptista Borges. O último legado de Clóvis Moura. *Revista Estudos Avançados*, vol. 18, n° 50, 2004, p. 311-312.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PRICE, Richard. **Firts Time**. The historical vision of an afro-american people. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1983.

_____. **Maroon Societies**. Rebel slave communities in the Americas. Third edition. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996.

_____. Palmares como poderia ter sido. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (orgs). **Liberdade por um fio**: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 52-59.

_____. O milagre da crioulização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3, 2003, p. 383-419.

_____. Reiventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. *Afro-Ásia*, n° 23, 2000, p. 239.263.

REBELATTO, Martha. Fugas e quilombos na ilha de Santa Cantarina, Século XIX. *Afro-Ásia*, n° 36, 2007, p. 82-110.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. "Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos": fuga e família entre escravas na Bahia. *Afro-Ásia*, n° 23, 2000, p. 27-46.

_____. A família negra no termo da escravidão: Bahia, 1850-1888. Tese de doutorado em História, São Paulo: UNICAMP, IFCH, 2007.

REIS, João José Reis. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, n° 15, 1992, p. 100-126.

_____. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, n° 18, 1993, p. 8-30.

_____. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. "Nos achamos em capo a tratar da liberdade". *Revista USP*, São Paulo, vol. 28, dez/fev 95/96, p. 14-39.

_____ e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade por um Fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-372.

_____. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. 2° edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____ e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

REIS, Demian Moreira. Dança do Quilombo: os significados de uma tradição. *Afro-Ásia*, n° 17, 1996, p. 159-171.

RESENDE, José Mario dos Santos. Notas sobre a propriedade escrava na zona do Cotinguiba (1850-1888). Monografia em História, Universidade Federal de Sergipe: São Cristovão, 2000.

_____. Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888). Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Sergipe: São Cristovão, 2003.

SANTOS, Jucilene Pereira dos. Delitos de escravos em Divina Pastora (1860-1888). Monografia em História, Universidade Federal de Sergipe: São Cristovão, 1998.

SANTOS, Joceneide Cunha dos Santos. Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2004.

SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 31, 1992, p. 31-43.

SANTOS, Maria Nely dos. Outros Mulungus, outros mitos?. *Revista Gbàlà*, 1995, p. 5-9.

_____. **A sociedade libertadora "Cabana do Pai Thomaz"**. Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J Andrade, 1997.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conflitos de terras numa fronteira antiga: o sertão do São Francisco no século XIX. *Tempo*, n° 7, p. 9-28.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Rosário do Catete**. Prefeitura Municipal de Rosário do Catete, 2000.

SLENES, Robert W.. "Malungu, ngoma vem!" África encoberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, n° 12, dez/jan/fev 1991-1992.

_____. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano e GOMES, Flávio dos Santos. "Com o pé sobre um vulcão": africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n° 2, 2001, p. 1-44.

_____ e GOMES, Flávio dos Santos. Em busca de um 'risonho futuro': seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX)". *Lócus*, vol. 7, n° 13, 2001, p. 9-28.

_____ e GOMES, Flávio dos Santos. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista. Outras margens do Atlântico negro. *Novos Estudos. CEBRAP*, n° 63, Julho/2002, p. 131-144.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Tráfico inter e intra – provincial no nordeste açucareiro: Sergipe (1850-1887). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n° 31, 1992, p. 45-69.

_____. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

_____ (org). **Os classificados da escravidão**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B.. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, E. P.. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERÁN, Jean-François. Rio das Rãs memória de uma 'comunidade remanescente de quilombos". *Afro-Ásia*, n° 21-22, 1998-1999, p. 299-324.

WISSENBACH, Maria Cristina C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros no município de São Paulo 1850-1880. São Paulo: Hucitec, 1998.